

AS DIMENSÕES  
INTANGÍVEIS DO  
DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL

*Carlos Julio Jara*

*com a colaboração de  
Maria Verônica Morais Souto*



---

# As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável

This One



RYD6-SHQ-7TPO

Digitized by Google

Governo do Estado do Maranhão  
Roseana Sarney Murad  
Governadora

Gerência de Estado do Planejamento e Desenvolvimento  
Econômico - GEPLAN  
Jorge Murad  
Gerente de Estado do Planejamento e Desenvolvimento Econômico

Núcleo Estadual de Programas Especiais - NEPE  
Lina Rosa de Carvalho Mello  
Subgerente do NEPE

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA  
Aldo Moreira Lima  
Representante do IICA no Brasil a.i.

Carlos Luiz de Miranda  
Supervisor do Projeto de Cooperação Técnica Nepe/ABC/IICA - PCPR

Josemar de Sousa Lima  
Coordenador do PCT - NEPE/ABC - PCPR

Carlos Julio Jara

Com a colaboração de Maria Verônica Morais Souto

**As dimensões intangíveis do  
desenvolvimento sustentável**

*IICA*

Outubro de 2001

EJH

IICA 0300849

*IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura*  
*ACT/BR - Agência de Cooperação Técnica do Brasil*  
*SHIS QI 5 Conjunto 9 Bloco D*  
*Lago Sul, Brasília-Distrito Federal*  
e-mail: [iica@iica.org.br](mailto:iica@iica.org.br)

ESTADO DO MARANHÃO  
GABINETE DA GOVERNADORA

Roseana Sarney Murad  
Palácio Henrique de La Rocque  
Av. Jerônimo de Albuquerque s/n, Calhau  
65.051-200 - São Luís-MA  
e-mail: [governo@ma.gov.br](mailto:governo@ma.gov.br)  
Tel.: 98-2358-4811/217-2516/217-2518  
Fax: 98-235-2868

NÚCLEO ESTADUAL DE PROGRAMAS ESPECIAIS - NEPE  
Subgerente - Lina Rosa de Carvalho Mello  
Rua do Giz, 249 - Centro  
65.010-680 - São Luís-MA  
e-mail: [nepe@ma.gov.br](mailto:nepe@ma.gov.br)  
Tel.: 98-2323122 / 232-3699  
Fax: 232-1567

**Equipe de Produção Editorial:** Virgínia Maria Almeida Lacerda  
(projeto gráfico e capa); Rejane de Meneses e Yana Palankof (revisão);  
Airton Lima Camara (edição e editoração eletrônica);  
Márcio Duarte (arte-final da capa)

---

Jara, Carlos Julio

As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável / Carlos Jara, com a colaboração de Maria Verônica Moraes Souto - Brasília : Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) 2001.

352 p.

---

**Apresentação, 7**

**Prefácio, 9**

**Introdução, 13**

**Capítulo 1**

Novos conceitos e estratégias de desenvolvimento rural, 21

**Capítulo 2**

O lado intangível do desenvolvimento, 59

**Capítulo 3**

Capital humano e capital social no desenvolvimento local sustentável, 99

**Capítulo 4**

Capital social: construindo redes de confiança e solidariedade, 123

**Capítulo 5**

A importância de acordar o emocional coletivo das comunidades, 157

**Capítulo 6**

As transformações sociais baseadas em energias culturais e espirituais, 177

**Capítulo 7**

Solidariedade no desenvolvimento local: uma nova sociabilidade, 199

### **Capítulo 8**

Repensando o desenvolvimento comunitário: o essencial nem sempre é visível, 225

### **Capítulo 9**

Desenvolvimento local sustentável e democracia, 269

### **Capítulo 10**

Reforma do Estado e nova institucionalidade para o desenvolvimento sustentável, 287

### **Capítulo 11**

Uma proposta alternativa de capacitação e formação de capital humano, 321

O governo do Estado do Maranhão, com a certeza de que as grandes transformações da sociedade se fazem pela adoção de novos paradigmas de planejamento e gestão do desenvolvimento, coloca as presentes reflexões à disposição de profissionais, técnicos, lideranças, instituições e entidades que se incumbem da árdua tarefa de construção de um novo padrão de desenvolvimento pautado na equidade e na melhoria das condições de vida para todos.

A partir de 1996, o governo do Estado do Maranhão vem desenvolvendo ações de combate à pobreza em pequenas comunidades rurais do estado, tendo beneficiado mais de 150 mil famílias, organizadas em 2.254 associações comunitárias, distribuídas em mais de 200 municípios maranhenses.

Trata-se de uma parceria em que pontificam o trabalho da Gerência de Estado do Planejamento e Desenvolvimento Econômico (Geplan) e do Núcleo Estadual de Programas Especiais (Nepe), que contam com o apoio financeiro do Banco Mundial, o assessoramento técnico do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e a imprescindível participação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), representado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Esta parceira consubstancia-se no Programa Comunidade Viva, cujas ações são orientadas pelas

demandas das comunidades por meio de suas diversas formas de organizações, cabendo destacar, dentre elas, os conselhos municipais, como instâncias socioinstitucionais que homologam as demandas e fiscalizam a execução de obras e serviços geridos pelas associações comunitárias.

São várias as lições apreendidas a partir da condução participativa das ações governamentais no âmbito da Comunidade Viva. O envolvimento direto de homens, mulheres e jovens das comunidades rurais tem permitido um acúmulo crescente de informações e de conhecimentos que aperfeiçoam, permanentemente, as políticas públicas direcionadas à dinamização do desenvolvimento local e regional.

Obras estruturantes, como eletrificação rural, implantação e melhoria de caminhos de acesso, sistemas simplificados de abastecimento d'água e habitação rural, dentre outras, exercem uma dupla função: de um lado, atendem a uma necessidade imediata e, de outro, criam bases para a ampliação do exercício da cidadania, mediante o fortalecimento do capital humano e social, que são bases de sustentabilidade do desenvolvimento.

*As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável* é uma obra que sistematiza importantes reflexões, nascidas do intenso trabalho de cooperação técnica desenvolvido pelo IICA, nos últimos dez anos, em vários estados brasileiros e, em especial, no Maranhão.

Seu autor, o professor Carlos Jara, tem sido um dos mentores intelectuais deste processo, juntamente com vários outros profissionais que emprestam solidez e consistência técnica e acadêmica às ações de cooperação do IICA, em apoio à execução de programas de desenvolvimento sustentável e de combate à pobreza rural no Brasil.

Lina Rosa de Carvalho Mello  
Subgerente do Núcleo Estadual de Programas Especiais

A experiência brasileira na formulação e na execução de programas e projetos de desenvolvimento rural e local é vasta e diversificada. Dela fazem parte desde as primeiras intervenções em âmbito nacional - no melhor estilo do planejamento determinístico e tecnocrático - dos "Programas de Desenvolvimento de Comunidades" e dos "Centros Sociais Urbanos" até as iniciativas locais mais recentes, muito difundidas pelo país inteiro, dos pequenos projetos "alternativos" comunitários.

Todavia, qualquer que fosse a escala de abordagem, tornou-se muito familiar, entre os profissionais e os dirigentes políticos envolvidos em processos dessa natureza, o sentimento, um tanto quanto indefinido, de que "alguma coisa estava faltando".

Em determinado momento, esse vazio pareceu preenchido pelo advento muito promissor (em sua elevada carga ética) dos princípios e postulados do desenvolvimento sustentável. Não foi difícil, na seqüência, assimilar a idéia de que a adoção e a aplicação na prática daqueles conceitos poderiam ser o elemento que faltava para que as iniciativas de desenvolvimento local fossem capazes de desencadear e manter um processo efetivamente transformador da realidade social.

As metodologias de capacitação para o desenvolvimento local então surgidas, ainda que

propondo abordagens dos mais diferentes matizes, passaram, contudo, a reconhecer que o atributo de sustentabilidade do desenvolvimento implica, necessariamente, a existência de um extenso conjunto de fatores, os quais, devidamente combinados, conformam o capital humano e o capital social, fermentos básicos de qualquer processo transformador.

Os ingredientes essenciais formadores do capital social são, de certa maneira, até intuitivos. Afinal, a grande maioria dos profissionais e dirigentes políticos é capaz de perceber, quando existe, a superior qualidade dos relacionamentos humanos que são apoiados na solidariedade, na cooperação, no espírito de doação, no sentido do coletivo, na paixão e na compaixão, na bondade intrínseca, na beleza, na alegria, na fé nos outros, no respeito ao próximo e na criatividade.

Entretanto, saber identificar as condições necessárias, ou fazê-las propícias, à criação e fazer prosperar tais sentimentos é a grande contribuição de um grupo muito restrito de pessoas, no qual se inclui o nosso colega Carlos Jara, consultor do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA.

Neste segundo livro, que reúne mais um conjunto do que singelamente chama de suas "pensamentações" a respeito do desenvolvimento sustentável, Carlos Jara confirma a rara sensibilidade de que é dotado para traduzir um conceito tão abstrato quanto "formação de capital social" nos ingredientes e na dosagem com que devem ser combinados, fatores indispensáveis a fazer acontecer um processo verdadeiro de desenvolvimento local e de promoção humana.

Para a Representação do IICA no Brasil é um privilégio contar com Carlos Jara entre seus quadros. Consideramos que fazer repercutir as suas reflexões, contidas neste livro, é uma forma

de legitimizar a missão maior do Instituto, que é a de contribuir para a realização de um processo de desenvolvimento que seja *para todos* e para a construção de uma economia que seja *para a vida*.

*Aldo Moreira Lima*  
*Representante do IICA no Brasil*



*Com muito carinho para Paul, Niek e Martin Jara e, com muita ternura, para Benjamin*

Neste novo milênio, nenhum problema preocupa tanto a sociedade latina como o da persistente pobreza que cresce no Brasil e em quase toda a América Latina, com o agravante de não ser encarada como problema global. Sem um norte para políticas de conteúdos resolutivos, a pobreza torna-se mais complexa, vindo a moldar um torvelinho de diferentes forças que arrastam a sociedade para dinâmicas insustentáveis. As políticas sociais continuam prisioneiras da insustentabilidade *desenvolvimentista* e sem perspectivas otimistas.

A partir da última década, observa-se o surgimento de segmentos humanos sensíveis à devastação suicida dos ecossistemas da Terra e ao sofrimento dos que são levados à crescente exclusão social e a vivenciar as desigualdades e as injustiças, que se avolumam. Constata-se com tristeza que a consciência dominante do modo de produção e consumo põe em risco nossa própria existência. O jogo de forças que governa essa consciência é vazio no que se refere à espiritualidade e à visão holística da sustentabilidade socioambiental. É também alienante quanto à importância da socialização e da integração à natureza, que concorrem para a inteireza humana.

Assustam-nos as teorias e a ideologia que respaldam esse mundo global, materialista que, em sua dinâmica, desrespeita o homem, na desigualdade social que gera, e a natureza, nas ações que a devastam.

A pobreza, manifestada no sofrimento e na dor coletiva, constitui experiência negativa em si mesma. Numerosos homens e mulheres vivem sem esperança, materialmente insatisfeitos, sem energias e sem condições materiais para os cuidados com a saúde do corpo, com a educação da mente e o despertar do espírito.

A condição de pobreza constitui fruto patológico da sociedade em crise, tanto de valores como de atitudes e objetivos econômicos, que toma corpo na agressividade competitiva dos negócios produtivos e no rendimento da moeda. A dimensão econômica sempre teve papel de destaque nos processos de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que as instâncias sociocultural-ambiental foram desvalorizadas. A vida humana reivindica uma mudança de consciência, indispensável a outro rumo de desenvolvimento.

A pobreza tem sido explicada de forma tradicional, segundo o método científico-racional, como fenômeno marcado por múltiplas carências. Poucos se rebelam contra a ditadura materialista e o poder político dominante, de forma a considerar as carências intangíveis e essenciais, que nutrem o processo de humanização. Poucos se detêm efetiva e persistentemente a examinar os aspectos subjetivos inerentes ao potencial criativo, humano, com o intuito de adequá-los e convertê-los em estratégias de políticas equitativas para a sustentabilidade.<sup>1</sup> As políticas sociais

14 <sup>1</sup> A condição do existir humano associa-se às prerrogativas do pensar e do sentir. Por isso, a importância da educação, a ser disponibilizada com

persistem utilizando estratégias assistencialistas e clientelistas de alívio à pobreza, políticas estas essencialmente compensatórias e desrespeitosas.

O condicionamento pelo medo de mudar o já acomodado conduz à defesa desse estado desumano de instabilidade e ao adiamento de uma ruptura. Aceita-se o reducionismo, que lida com o ser humano fragmentado, alheio aos caminhos do coração, do subjetivo, do pequeno eu local. Escamoteiam-se a dor, individual e coletiva, e os sofrimentos, físico, emocional e moral, configurados pela pobreza, que se vem consolidando em patologia e vergonha civilizatória.

A construção do desenvolvimento humano sustentável requer muito esforço pessoal e institucional na forma de amor político.<sup>2</sup> O amor é a energia básica para a construção do desenvolvimento social, porque nele se alicerça a capacidade de auto-sustentação coletiva. Mas as noções de amor e felicidade estão ausentes e em geral são negadas nas teorias e nas políticas de desenvolvimento.

O pensamento materialista e racionalista, refém da exterioridade, da progressividade, da regularidade quantitativa, do determinismo econômico e da interpretação causal linear, resultou no condicionamento de que a esperança maior está no crescimento econômico. Daí, mesmo com a riqueza e o crescimento permanecem os relacionamentos racistas, a fragmentação e a exclusão social. E a luta contra a pobreza continua a ser interpretada

---

pedagogias e metodologias que norteiem a criatividade pessoal e coletiva no propósito da sustentabilidade.

<sup>2</sup> O amor constitui síntese de sentimentos puros, comprometidos com a vida, com o bom, o alegre, o bonito, o elevado e com o que promove esclarecimento.

como uma questão dependente, em essência, do crescimento econômico.

O que temos hoje é um ser humano dominado pelo comportamento racional, empenhado em maximizar seu auto-interesse. Pensamentos utilitaristas e sentimentos egoístas moldam o homem incapacitado para entender os valores elevados da existência. A razão não pode sonhar com o desconhecido, mas pode aceitar a realidade da subjetividade. A razão, mesmo alheia ao caminho da sustentabilidade, felizmente pode mostrar que a escolha racional pode e deve associar-se à solidariedade, à cooperação, à beleza, à compaixão, à confiança, à bondade, à alegria - elementos intangíveis da sustentabilidade. Na consciência dominante há apenas frágeis vínculos com os sentimentos e as emoções, quando na verdade há pressa para construção de um desenvolvimento espiritualizado.

Evidenciam-se com maior clareza as diversas maneiras de mascarar ideologicamente as formas de manutenção das subalternidades em nome do bem-estar e do desenvolvimento. Os condicionamentos, afetos aos velhos conceitos e práticas conservadoras, cooperam apenas para mudar o aspecto exterior das coisas, sem modificar a natureza dos relacionamentos. A reversão desse quadro patológico depende da espiritualização dos relacionamentos, que proporciona e potencializa qualidade superior ao mundo social.

Na vida dos pobres e oprimidos constata-se o sofrer e as frustrações, o que leva ao questionamento do edifício conceitual dominante, que é matriz desse viver excludente. Empenhado na elaboração de proposta alternativa para o viver cidadão, tornei-me terrorista intelectual de meus

referenciais teóricos e dei passos importantes no autoconhecimento.

À medida que fui sendo desafiado pelo trabalho nas comunidades camponesas do Brasil e do Equador, fui compelido a voltar-me a mim mesmo. Entendi que sem autoconhecimento a tarefa de orientar os outros se torna menos exitosa. Nessa compreensão, o desenvolvimento humano evidencia-se dentro do ser humano. Sem esse entendimento, reincide-se em erros, por ignorância, mesmo com propósitos honestos e eficientes. Faz-se necessário que o vislumbre da sustentabilidade seja o guia para a vontade e o empenho de superar a consciência racional, afeta ao desenvolvimento que exclui o outro e a nós, em nossa criatividade e no espírito que entende o global como holístico e abrangente - natureza e homem.

A cegueira insensível e a insipidez direcionam as capacidades técnicas para o crescimento da riqueza material da sociedade, ao mesmo tempo em que são semeadas, a subalternidade, a exclusão e a discórdia. Com o objetivo de conceber e implementar o desenvolvimento em moldes sustentáveis, constata-se haver maior carência em riqueza espiritual que em riqueza material. Conclui-se que o essencial ao desenvolvimento nem sempre é visível e que o fenômeno da pobreza não é apenas econômico, financeiro ou tecnológico. Diz respeito, em especial, à qualidade dos relacionamentos, aos valores que orientam a vida das instituições e às energias espirituais.

Este livro não obedece às normas convencionais, próprias da prática acadêmica. Trata-se de uma coletânea de documentos elaborados a partir de reflexões pessoais em busca de esclarecimentos conceituais e de autoconhecimento

para sistematizar uma narrativa interna, em constante transformação. O conteúdo do livro resulta de um mergulho à procura de uma luz que desse significado ao movimento e aos resultados mutantes de inúmeras perguntas e reflexões.

Os capítulos constituem reflexões em diversas fases de minha vivência e referem-se a elaborações para diversos cursos de capacitação organizados pelo IICA do Brasil e o Prolocal do Equador. Em minha incessante procura de entender as propostas alternativas de desenvolvimento nesses países, e com elas cooperar, venho me alimentando intelectualmente, com o intuito de desenvolver idéias novas, o que me faz atento investigador dessas concepções e, em especial, das favoráveis manifestações humanas. Nessa trajetória de apreensões, venho registrando em cada capítulo os degraus que venho alcançando nesse aprendizado.

Venho superando limitações no esforço de sistematizar o conhecimento que resulta dos diálogos com os pobres e das reflexões com os técnicos. Assim, cada capítulo representou estágio de iluminação mental-emocional que venho alcançando no empreendimento de cooperar com a construção de territórios sustentáveis, formando o homem com a vontade corajosa de se emocionar com o belo e de lidar com as emoções negativas fazendo-se fraterno, cooperativo e solidário, para dar uma feição de inteireza a essa aldeia global, tão racionalista.

Os questionamentos e as preocupações de lideranças locais e dos agentes de desenvolvimento que participaram dos cursos de capital social e planejamento do desenvolvimento sustentável constituem as energias e as respostas aqui contidas. O sentimento e a necessidade de orientação teórica dos técnicos de campo são elementos que

estimularam a construção deste livro. Mas há o sentimento de acesso de energias ancestrais na psique, ao que deve ser atribuído o sentir e o entender acerca do desenvolvimento humano aqui escrito.

Ambiciono que os capítulos sejam mensageiros de esperança, - no potencial dos territórios, na identidade cultural das populações locais e no futuro sustentável - presente nos sonhos coletivos, que é imanente à vida, em seu significado superior.

A magia de tentar entender e explicar o mundo intangível conduz às "pensamentações" - energias pedagógicas que lidam com o mundo do evidente. Com frequência, durante os cursos de capacitação há a apreensão do espírito curioso no olhar das pessoas quando estas identificam novos significados, evidenciando interação no processo de comunicação. Cenários, idéias vivas e pensamentos para realizar o melhor possível a partir do pequeno eu local.

Carlos de Miranda é o verdadeiro impulsionador deste trabalho. Cada página traz a marca de seu estímulo, da sua visão pioneira em idéias e métodos e de seu compromisso com o desenvolvimento rural do Brasil. Minha gratidão ao IICA do Brasil pela oportunidade de participar do esforço institucional de formação de capital humano em desenvolvimento local sustentável.

Registro com ternura meu reconhecimento a Verônica Morais pela sua compreensão da vida e pela luz que deu à edição de todos os capítulos deste livro. Seu espírito criador expressa-se em cada página do Invisível.

Este é um livro coletivo: em cada documento está presente a voz dos pobres, dos trabalhadores, dos camponeses e, principalmente, de nossa mãe, a Terra.

# Novos conceitos e estratégias de desenvolvimento rural<sup>1</sup>

## 1 - Um novo cenário demanda novos conceitos e perspectivas

As transformações na esfera internacional com a eliminação das barreiras ao livre-comércio explicam em boa medida os ajustes realizados nas políticas agropecuárias.<sup>2</sup>

Começam a concretizar-se na América Latina experiências de desenvolvimento rural sob enfoques sustentáveis, com novos critérios metodológicos e novas perspectivas.<sup>3</sup> Abre-se o cenário que supera a visão tradicional do desenvolvimento rural, que exige grande esforço de revisão de processos e criatividade para novas implementações. Os conceitos tradicionais, mesmo em processo de esgotamento, ainda condicionam as políticas e marcam as estratégias.

<sup>1</sup> Apresentado no I Fórum Contag de Cooperação Técnica (IICA, FAO, PNUD) com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead) e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Brasília, agosto de 1999.

<sup>2</sup> A dimensão política mundial nesse cenário supranacional tornou-se muito complexa. Emergem as questões de natureza planetária, como a fome, o racismo e a degradação ambiental, que demandam soluções e esforços internacionais.

<sup>3</sup> O novo milênio anuncia-se em novas realidades nos níveis econômico, político, ecológico e regional.

A pobreza rural decorre dos sistemas de produção tradicionais, em particular da agricultura familiar, orientada para os mercados local, estadual ou regional. A maior parte da população com dificuldades de acesso às necessidades básicas e com precárias condições de renda e trabalho vive no meio rural. As oportunidades dos pobres rurais são estruturalmente limitadas em razão da baixa formação em capital humano, necessário que é para habilitar aos relacionamentos institucionais e políticos; às atividades de produção; e ao acesso de ativos produtivos, inclusive a terra.

Ao lado da baixa produtividade da agricultura familiar, há os setores que concentram as forças produtivas, adotando inovações tecnológicas e aumentando a produtividade. A crise produtiva da agricultura familiar - em grande parte de origem política e cultural - reduz sua capacidade de demanda e oferta, a exemplo de produtos como milho e feijão, pois a produção moderna vem assumindo esse mercado, configurando maior desequilíbrio na economia rural.

Na América Latina, mais de 240 milhões de pessoas vivem em condições miseráveis e sofrem uma patológica variedade de carências. Nos últimos anos, estima-se que 120 milhões a mais de latino-americanos têm sofrido graves perdas nos seus níveis de consumo e qualidade de vida, em função dos ajustes nacionais definidos pelo Fundo Monetário Internacional.

A crise fiscal minimiza ainda mais os financiamentos, as transferências tecnológicas, a formação de capital humano, a organização empresarial e o desenvolvimento das capacidades de gestão para o desenvolvimento da agricultura familiar. Isso traduz uma situação de desperdício das capacidades e do potencial dos pequenos agricultores. Assim, torna-se difícil concretizar o discurso de inserção dessa agricultura nos fluxos competitivos do mercado global. Os maiores incentivos e transferências continuam destinados à

moderna agricultura empresarial. Isso leva à deterioração das relações de troca entre esses setores. O rico vai ficando mais rico e o pobre vai ficando miserável.

A ruralidade de hoje é muito diferente, já não pode ser identificada exclusivamente com o setor agropecuário. A sociedade rural cresce em importância como modo de vida; com isso aumenta a articulação com o urbano, mesmo mantendo culturas específicas, identidades e relacionamentos sociais particulares. Isso exige formular políticas públicas dentro de uma dinâmica multisetorial e multidimensional, rural-urbano, global-local, enriquecendo os vínculos da sociedade civil com o Estado.

O mundo rural precisa ser entendido e trabalhado em face da multiplicidade de vínculos e articulações entre diferentes atores sociais, agentes econômicos e setores que operam nos diversos territórios, com o subsídio dos conceitos e instrumentos dessa nova e complexa ruralidade.

As políticas rurais não podem continuar ocupando posição marginal no contexto das políticas macroeconômicas e não podem continuar desconsiderando as outras dimensões e setores do território. A perspectiva territorial, de crescente articulação urbano/rural, apresenta potencialidades até então ignoradas. Daí que para entender os fenômenos que estão afetando a sociedade como um todo faz-se necessário incorporar a dimensão territorial, indo além do setorial produtivo, para tentar transformá-la.

Em termos sociais, a pobreza continua sendo o principal desafio, a mais evidente vergonha decorrente dos modelos convencionais de desenvolvimento. O assistencialismo dos programas compensatórios não promove a sustentabilidade, por obstruir as possibilidades inerentes ao capital social da nova ruralidade. A pobreza rural é produto e ao mesmo

tempo uma das principais causas dos desequilíbrios estruturais nacionais.

O desenvolvimento rural sustentável depende de três premissas: a) políticas macroeconômicas que promovam o acesso aos ativos produtivos para minimizar a exclusão social; b) processo de democratização do Estado e da sociedade; c) uma gestão das políticas públicas de natureza multissetorial e territorial. Assim, ficam abertas as perspectivas aos papéis oficial e da sociedade em face do dinamismo que o mundo rural vem exibindo e que é fundamental ao futuro desenvolvimento sustentável do Brasil. Precisamos de uma nova economia política. E essa é uma questão política e cultural.

## **2 - Desenvolvimento das pessoas e não das coisas**

O conceito tradicional de desenvolvimento associa-se à produção de bens materiais para a satisfação das necessidades básicas e para a melhoria das condições de vida. A proposta atual pauta-se em perspectiva holística, tendo por foco o desenvolvimento do ser humano. Parte do capital social, do capital humano e do empoderamento para dar conteúdo à real democracia.

A ênfase do desenvolvimento sustentável está nas coisas que as pessoas podem fazer e nas realizações que definem o ser das pessoas, e não no que elas podem ter.<sup>4</sup> Trata-se de enriquecer a vida humana com a expansão das capacidades humanas, individuais e coletivas, orientadas para a satisfação das necessidades essenciais de todas as culturas: subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, lazer, identidade e liberdade. Conceber as necessidades

<sup>4</sup> As soluções humanas não estão a depender apenas do crescimento econômico, do produto *per capita*.

como carências implica reduzir a realidade humana à dimensão fisiológica. Assim, os bens materiais e os serviços devem ser considerados os meios para suprir necessidades biológicas e outras finalidades essenciais.

### **3 -Requisitos para o desenvolvimento rural sustentável**

Pensado de forma holística, podemos identificar algumas variáveis da sustentabilidade do desenvolvimento rural: a) bem-estar econômico e produtividade; b) capital humano e qualidade de vida; c) capital social e equidade; d) gestão ambiental integrada dos recursos naturais. Daí a impossibilidade de pensar em desenvolvimento rural em uma perspectiva setorial. Essas variáveis devem ser articuladas nos objetivos dos planos e programas de desenvolvimento. Isso demanda uma nova institucionalidade, novo perfil profissional, novas formulações e nova gestão das políticas públicas.

O capital humano e o capital social construídos no contexto das populações rurais pobres proporcionam o empoderamento e o fluir das energias que ativam os esforços coletivos, públicos e privados, dando aos atores rurais o poder de influir e decidir sobre seus destinos, bem como o poder de saberem-se gestores sociais e agentes criativos de instituições democráticas e responsáveis pelas condições que geram seus empregos, suas rendas e a melhoria de suas vidas.

O desenvolvimento rural sustentável deve contar com intervenções que aprimorem todas as formas de atividade econômica no território urbano-rural e com a participação social e empoderamento dos grupos rurais, particularmente dos mais pobres e excluídos. Deve resultar em intervenções multisectoriais e solidárias com o destino das gerações futuras e com a preservação do meio ambiente natural;

favorecer ampla absorção socioeconômica; e melhorar as condições e a qualidade de vida nos territórios.<sup>5</sup>

Os efeitos dessas intervenções devem ser avaliados com a adoção de indicadores sobre: a) a capacidade dos atores e dos agentes rurais em mobilizar os recursos produtivos endógenos para gerar auto-suficiência; b) a capacidade dos atores e agentes rurais de identificar os problemas prioritários e de tomar decisões inteligentes; c) a capacidade local de promover a diversificação de atividades econômicas com o comprometimento das organizações sociais que as sustentam; d) a capacidade de identificar empreendimentos, da alçada pública, que gerem emprego e renda para absorção socioeconômica dos grupos rurais pobres;<sup>6</sup> e) a capacidade dos programas de gerar confiança social e credibilidade institucional, em espírito inovador e participativo da população.<sup>7</sup>

#### **4 - Mudanças nos enfoques tradicionais de desenvolvimento rural<sup>8</sup>**

Neste trabalho, procuramos sistematizar novas perspectivas conceituais do enfoque do desenvolvimento rural sustentável a partir da reflexão dos seguintes pontos:

<sup>5</sup> Conforme Manuel Chiriboga, em *Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción, San José, Costa Rica - Alop, 1998.*

<sup>6</sup> O processo de "combate" à pobreza rural passa necessariamente pelo fortalecimento do tecido social, pela modernização das instituições e pela construção de arranjos solidários e participativos.

<sup>7</sup> Conforme M. Chiriboga, C. Jara e F. Jordán, *IICA-Ecuador, 1999.*

<sup>8</sup> Os argumentos centrais sobre as mudanças nos enfoques de desenvolvimento rural foram formulados por Manuel Chiriboga, da Alop, no trabalho de avaliação das estratégias de combate à pobreza aplicadas no Equador. *Prolocal/MBS/IICA-Ecuador, 1999.* O conteúdo é construção inédita do autor.

*A) Uma transição das intervenções dirigidas à unidade produtiva agropecuária para as atividades centradas na comunidade ampliada, na microrregião ou na microbacia.*

Constitui tradição que as políticas de desenvolvimento rural sejam restritas à unidade produtiva para aumento da produção e da produtividade agrícola. Fecham-se nos aspectos econômicos e tecnológicos internos às formas de produção agrícola, fechando-se aos mecanismos de participação e controle social, ao fomento de organizações empresariais e do fortalecimento do tecido social e institucional.

Os programas incluem assistência técnica, investimentos em infra-estrutura, apoio financeiro e atividades de capacitação e organização associativista. Não são considerados estratégicos os elementos subsidiários à atividade produtiva, como a comercialização e os serviços.

O potencial criativo latente dos agricultores familiares é obscurecido como resultado da introdução de pacotes tecnológicos - insumos industriais caros, inadequados e exógenos - associados aos subsídios financeiros, que asseguram rentabilidade artificial. A adoção indiscriminada de tecnologias gera insustentabilidade, ao não considerar as especificidades e os requerimentos tecnológicos locais e territoriais. Essa abordagem, além de desconsiderar que os camponeses necessitam de tecnologias de menor risco que sejam adequadas às relações homem/sociedade/natureza, deixa também de adotar inovações gerenciais e institucionais que permitam identificar oportunidades de inserção nos mercados, com produtos diferenciados em custo e qualidade.

A importância da perspectiva territorial, como integradora das diversas dimensões do desenvolvimento, levou à definição da comunidade ampliada e da microrregião como

unidade de planejamento local.<sup>9</sup> Nesse sentido, a agricultura familiar pode empreender ações integradas e diversificadas para aproveitar as potencialidades dos territórios em uma cadeia que articule produção-transformação-comercialização. Nesse modo de produção estão implícitos os esforços de fortalecer a malha social e a equidade.

Sob essa lógica, o território é concebido pela interdependência que resulta do conjunto de relações entre atores sociais e agentes econômicos<sup>10</sup> e a diversidade, como a característica do território rural a ser manejada em planos de desenvolvimento local. Cada território fica evidenciado por seus atributos específicos, a orientar a priorização de propostas e alternativas de desenvolvimento.

A abordagem territorial vem sendo adotada pelas políticas de descentralização, que ganham dinamismo com o poder decisório maior em mãos dos governos locais e em territórios com características socioculturais homogêneas - identidade dos grupos intercomunitários e memória histórica.

A adoção do conceito territorial facilita a gestão institucional descentralizada e aumenta a participação social e a construção de parcerias entre atores. O fortalecimento da capacidade de gestão e a integração interna das comunidades ampliadas em trabalhos conjuntos levam aos relacionamentos de solidariedade, comprometimento e responsabilidade. Isso conduz à autogestão e à auto-suficiência, no sentido de que a malha social e institucional se torna capaz de resolver seus problemas e de identificar alternativas de desenvolvimento. Auto-suficiência não significa isolamento, mas condição em que a sociedade local pode construir sua base socioeconômica e desenvolver-se a partir de seus próprios recursos. Trata-se de construir o

<sup>9</sup> Conforme C. Jara, IICA, 1998.

<sup>10</sup> Francisco Albuquerque, BNB, 1998.

desenvolvimento endógeno nos territórios por meio do capital social, multiplicando os contatos e as relações de troca com outros territórios.

*B) Uma transição que passa de uma forma homogênea de intervenção, que acomoda um conjunto fixo de componentes vistos como indispensáveis, para uma proposta mais flexível e diferenciada de desenvolvimento local.*

A diversidade de contextos comunitários - de pequenos produtores rurais -, a heterogeneidade de territórios e de estruturas produtivas formam um mosaico de situações socioeconômicas com distintas lógicas de funcionamento. Os pequenos produtores e os pobres rurais constituem um segmento social heterogêneo quanto: a) aos diversos vínculos com a terra; b) à experiência acumulada que possuem; c) à quantidade e à qualidade dos fatores de produção; d) às potencialidades, às vulnerabilidades e aos modos de construir a subsistência; e) ao poder local, aos graus de organização e ao capital social que dispõem, etc. Além do mais, as comunidades rurais desenvolvem sua *existência* segundo uma diversidade de pautas culturais que definem comportamentos, racionalidades e modos diferenciados de sentir.

É errôneo formular estratégias e políticas homogêneas de desenvolvimento em face da heterogeneidade das comunidades e dos territórios. Uma intervenção vista como adequada, por exemplo, para um grupo de assentamentos rurais na Zona da Mata de Pernambuco é improvável que seja oportuna para comunidades rurais localizadas no sertão.

Cada comunidade ampliada apresenta peculiaridades na organização da produção com demandas, problemas e proposições que exigem respostas específicas. Cada espaço territorial tem dinâmicas produtivas, fluxos financeiros e estruturas sociais e políticas próprias, não cabendo formular

um modelo único de intervenção, em razão da impossibilidade funcional e da variedade de situações.<sup>11</sup>

Faz-se necessário adotar estratégias de desenvolvimento rural que sejam adequadas às comunidades, às localidades e aos territórios e considerem a diversidade de atores e a complexidade dos processos produtivos, de forma a serem adaptadas às mudanças de cada contexto. Daí a necessidade de políticas diferenciadas que possam responder, em última instância, às especificidades da agricultura familiar. O desenvolvimento rural sustentável depende da forma como os atores locais visualizam e organizam o processo de produção social dentro dos referenciais de cada contexto. Os resultados insustentáveis devem-se à limitada compreensão e à pouca valorização da diversidade local.

*C) Das intervenções centradas na esfera agropecuária, para estratégias territoriais que consideram os vínculos intersetoriais e as cadeias de produção, transformação, comercialização e consumo*

As políticas de desenvolvimento rural fechadas no agropecuário tiveram o suporte do pensamento liberal na defesa da suposta *vocação agrícola* dos países subdesenvolvidos. Nessa visão, o rural era sinônimo do agropecuário, com a atribuição clássica de gerar excedentes para outros setores da economia. A funcionalidade socioeconômica consistia em alimentar, com esses excedentes, o progresso urbano-industrial em seu esforço de acumulação. Assim, a relação urbano-rural restringia-se ao rural provedor, ao mesmo tempo em que se separavam em dinâmismos e em diferenciadas lógicas culturais. Territórios inteiros foram excluídos de qualquer processo de democratização e modernização.

<sup>11</sup> M. Chiriboga e C. Jara, Prolocal, Quito, Equador, 1999.

A função rural-provedor norteava os programas de desenvolvimento rural para a meta de converter a agricultura familiar em agricultura empresarial, eficiente, sob a organização de produtores em associações, para acessar o crédito; adotar tecnologias; fazer rotação de culturas e uso racional dos recursos; e diversificar as atividades produtivas para as necessárias mudanças, na esfera produtiva.

Esse enfoque tradicional centrado na atividade agrícola não considerou o caráter multiativo da agricultura familiar<sup>12</sup> e os vínculos da atividade agrícola com elos da cadeia produtiva transformação-distribuição-comercialização, de forma a capacitá-la melhor ao mercado. Assim, os excedentes da agricultura familiar continuaram sendo produzidos de forma atomizada e sem agregação de valor, resultando em baixa remuneração.

Essa concepção de desenvolvimento local impediu a apreensão das potencialidades, características e imperfeições inerentes aos mercados rurais. A falta de um enfoque integrador dos sistemas produtivos locais levou às intervenções institucionais fragmentadas. Muitos pequenos agricultores organizados em associações ou cooperativas perderam a condição de "independentes" e tornaram-se miseráveis, pelo fato de não se vincularem a processos integradores ou a redes horizontais para melhorar a produtividade e a competitividade, o que explica a insustentabilidade dos projetos.

As novas propostas de desenvolvimento rural buscam entender: a) o funcionamento dos mercados rurais para apreender o encadeamento e os mecanismos de formação do valor; b) a formação de redes de agentes territoriais envolvidos economicamente; c) os relacionamentos de

<sup>12</sup> Alexander Schejtman, FAO, Brasil, 1998.

complementaridade; c) o acesso a serviços e informações estratégicas de mercados; d) o processo de formação de um ambiente social e institucional inovador, solidário e democrático; e) as externalidades vinculadas à atividade produtiva. O conhecimento desses elementos tem importante peso na orientação das decisões de incorporar valor aos produtos agrícolas e no controle do processo de comercialização para incrementar a renda familiar.

O mercado em si orienta os investimentos econômicos *a posteriori*. Tem-se por parâmetro os fluxos conhecidos de preços relativos resultantes de decisões fragmentadas e definidas a curto prazo. As demandas das forças do mercado, às quais os agentes econômicos locais se devem adaptar, não consideram as condições socioeconômicas dos pobres rurais.<sup>13</sup> Para a estruturação de um marco sistêmico de competitividade territorial, serão necessários a formação do capital social; a participação democrática; o acesso às estratégias empresariais (pautadas em conhecimento e informação); o financiamento apropriado; e o apoio dos governos locais como facilitadores dos processos.<sup>14</sup>

O desenvolvimento rural sustentável não pode ficar unicamente ao gosto e ao sabor do mercado. Os valores culturais, a articulação do tecido empresarial e social e uma institucionalidade eficiente e eficaz, comprometida e transparente, são elementos essenciais da sustentabilidade do processo de desenvolvimento.

Há no espaço rural brasileiro, além dos agricultores de base familiar, um expressivo exército de desempregados, sem terra e sem capacidades de inserção no mercado. Por falta de rentabilidade setorial, de poder e de conhecimentos, os

<sup>13</sup> Tânia Bacelar de Araújo e César Benjamim, em *Brasil Reinventar o Futuro*, Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro, 1995.

<sup>14</sup> C. Jara e F. Jordán, Prolocal, Equador, 1999.

pequenos agricultores são expulsos para as periferias urbanas, onde não há suficiente oportunidade para absorvê-los. As tecnologias modernas produzem o "efeito Frankenstein" voltam-se contra as sociedades que as aplicam, ao provocar exclusão e desemprego. Muitas indústrias têm se modernizado para enfrentar a liberação das importações, enquanto outras desaparecem, ampliando o quadro de exclusão, com desprezo da mão-de-obra, o que sociedade brasileira tem em abundância. A crescente mecanização agropecuária moderna tende a incrementar esse excedente de trabalhadores. Assim como a modernização necessária, a melhoria da produtividade dos camponeses aponta para maior excedente de mão-de-obra. Daí a necessidade de iniciativas empresariais locais, alicerçadas em redes de pequenas empresas que incluam atividades urbanas, rurais-agrícolas, integradas em cadeias produtivas. Esse o requisito para absorção produtiva dos pobres e para acessar os sistemas financeiros e os conhecimentos tecnológicos, com propostas que possam ressaltar a urgência de construir uma nova visão do desenvolvimento nacional com a efetiva contribuição do rural.

*D) Das limitadas ações do desenvolvimento agrícola ao planejamento das atividades produtivas, que parte da lógica dos mercados e das perspectivas de valor agregado.*

A preocupação dos esquemas tradicionais de desenvolvimento rural-agrícola era a produtividade e os rendimentos, sem atenção devida à dinâmica do mercado. Os critérios dominantes nas políticas agrícolas eram que o mercado tinha capacidade para absorver os excedentes agrícolas e que os preços dos produtos primários da

agricultura familiar (sem valor agregado) tinham um comportamento relativamente estável.<sup>15</sup>

Essa concepção correspondia à condição de economia fechada que comportava uma política de preços controlados, protecionismo interno, crédito subsidiado e relativa estabilidade monetária. Os rumos da economia em grande parte eram determinados pela intervenção estatal.

O cenário atual caracteriza-se pela combinação de vários fatores: a) o desmonte do Estado; b) a crise fiscal; c) a concorrência externa, alimentada pela abertura da economia; d) a liberalização dos preços; e) a desregulamentação do capital; f) a flexibilização do mercado de trabalho.

Nesse quadro de economias abertas, os sistemas produtivos é que competem, e não as empresas individuais e as associações isoladas. Por isso, a estruturação da cadeia de empreendimentos dos agentes econômicos locais (em especial, do rural-agrícola) requer: a) articulações sobre recursos e a maximização das potencialidades ao longo da cadeia produtiva; b) a coordenação das decisões para uma visão de conjunto que favoreça o entendimento dos sinais do mercado. Só dessa forma os pequenos produtores organizados, em termos empresariais, poderão competir, acessar mercados e gerar condições de emprego.

As empresas rurais estão imersas em complexos vínculos - pequenas associações, instituições financeiras locais, serviços de assistência técnica e pesquisa, sistemas de informações, articulação de agentes econômicos, articulação de atores públicos e privados, parcerias entre o Estado e a sociedade civil, etc. É a sinergia desses fatores que faz as

<sup>15</sup> Manuel Chiriboga, IICA-Ecuador, 1999.

empresas locais e as associações de agricultores familiares serem competitivas.<sup>16</sup>

Na arena da economia aberta, o mercado expõe pequenas e grandes empresas, monopólios e microempresários ao mesmo circuito das mudanças tecnológicas e gerenciais, da informação e da desinformação, das tecnologias avançadas e defasadas.<sup>17</sup> Por isso, a intervenção do governo local é indispensável para catalisar e direcionar as forças sociais para objetivos coletivos, com capital social enriquecido por redes de solidariedade e com empreendimentos que permitam sinergias que aumentem as perspectivas de sustentabilidade econômica. Fica exequível definir estratégias e implementar políticas em contexto de parceria e reciprocidade dos atores sociais e agentes econômicos.

A perspectiva de as pequenas empresas rurais (agrícolas ou não) organizarem os processos produtivos partindo da demanda dos mercados muda o rumo e o conteúdo dos processos de desenvolvimento rural. A habilitação depende da formação do capital humano, do acesso às informações atualizadas sobre os aspectos essenciais do desenvolvimento local, do zoneamento agroecológico, da gestão social, do planejamento participativo, da diversificação produtiva, do processamento agrícola e das estratégias de comercialização, incluindo os mecanismos de classificação.

O grau de competitividade das empresas locais de qualquer porte depende da capacidade de oferecer produtos ou serviços de boa qualidade. Adquire-se essa capacidade com mudanças de comportamentos e atitudes e com adoção de conhecimento, informação, tecnologia e inovação para

<sup>16</sup> Alexander Schejtman, FAO, Brasil, 1994.

<sup>17</sup> Sabemos que o mercado livre jamais é livre e que quando a competitividade se estabelece entre empresas desiguais a mais vulnerável vai à falência.

diferenciar os produtos no mercado. O acervo de conhecimentos e informações disponíveis e acessíveis é a principal fonte de alimentação desse processo de inovação. Quanto mais operacionais forem os conhecimentos técnicos e organizacionais para as diferentes ações empresariais - desde a escolha do produto ou serviço, na cadeia produtiva, até a valorização no mercado -, maior será o grau de competitividade sistêmica.<sup>18</sup>

*E) Da gestão burocrática e centralizada de programas de desenvolvimento a uma administração que considera a participação da sociedade civil e procura estabelecer complementaridades com as instituições regionais e locais, públicas ou privadas, para assegurar os processos.*

O Estado centralizador considera que a gestão dos processos de desenvolvimento rural é de exclusiva responsabilidade das suas instituições especializadas. Essa gestão tecnocrática, hierárquica, lenta e ineficiente era implementada por uma máquina administrativa marcada pela coordenação ineficiente, pela desarticulação, pela superposição de funções e pela falta de transparência.

A máquina burocrática movia-se pela cobiça de autoridades e de grupos políticos que manipulam os programas na linha dos seus interesses partidaristas, ou particulares, quando os programas de desenvolvimento, como expressão de política pública, constituem patrimônio público, pertencem a todos e devem beneficiar a todos, não podendo ser objeto de *rent seeking*. Não são considerados o conjunto dos atores sociais, as demandas da sociedade civil nem o déficit de capital humano local.

A gestão dos tradicionais programas de desenvolvimento rural constituía na intervenção direta do Estado na vida

<sup>18</sup> M. Chiriboga, F. Jordán e C. Jara, Prolocal, IICA-Ecuador, 1999.

econômica e social como resposta à modernização agrícola e às crescentes demandas da população rural. Dessa relação, Estado central e sociedade local, configura-se a complexa mistura de assistencialismo, patrimonialismo, legitimação, regulação social, fomento do crescimento econômico, correção das imperfeições do mercado, manutenção da harmonia social, estratégia de integração social, controle da força de trabalho, corrupção, cooptação social seletiva e resposta "solidária" às heterogêneas realidades de pobreza, miséria e exclusão social.

A centralização (federalização) política, financeira e institucional esvaziou as capacidades das sociedades locais e evitou a participação da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais na tomada de decisões. Os planos e os projetos passaram a ser tecnocraticamente concebidos e geridos.

O Estado centralizador de decisões e da distribuição financeira marcou também as políticas de assistência técnica, capacitação, crédito e apoio à comercialização, bem como as obras de infra-estrutura.<sup>19</sup>

Não há desenvolvimento local sustentável que seja gerido por atores e fatores externos. O fracasso do estilo de intervenção estatal materializou-se na frágil institucionalidade local, no fortalecimento da subalternidade, na cidadania passiva e nos fracos vínculos formados com a sociedade civil organizada - sindicatos, ONG's, etc. Grande proporção dos territórios rurais que foram objeto de intervenção para o desenvolvimento rural

<sup>19</sup> Em nome da modernização, o culto às obras faraônicas representou uma importante modalidade de apropriação privada do patrimônio público. Políticos, burocratas e tecnocratas criaram suas próprias clientelas com as empreiteiras privadas, nas palavras do sociólogo Fernando Henrique Cardoso, os "anéis burocráticos", eliminando quase todos os canais de controle público.

converteram-se em plataforma de dominação de classe. Muitas das organizações de produtores ficaram encapsuladas em esquemas autoritários, populistas e demagógicos, tornando-se, ao final das intervenções, dependentes dos agentes externos.

O desenvolvimento local sustentável pressupõe a existência de capacidades e incentivos em diversos campos. As instituições locais devem ser eficientes e efetivas, vinculadas, solidárias e participativas. Por isso, as novas propostas de desenvolvimento rural buscam a promoção das instituições e das organizações locais, criando complementaridades e formando agentes locais capazes de responder às demandas dos pequenos agricultores.

As organizações locais sustentáveis necessitam de marcos legais flexíveis; políticas adequadas; capacitação dos quadros técnicos e gerenciais; sistemas de gestão simples; informação; acompanhamento e avaliação; mecanismos contábeis transparentes; canais de participação. São necessários ainda apoios e subsídios específicos externos, em reforço às articulações e ao empoderamento para consolidar as redes de organizações sociais e as instituições locais.

No campo específico do crédito, é imprescindível promover o desenvolvimento de sistemas financeiros rurais. Na atual conjuntura do Brasil e do Equador, é ilusório e pouco realista esperar por recursos financeiros no montante necessário ao desenvolvimento local, a ser conduzido por pequenos produtores rurais. Mas os recursos financeiros são imprescindíveis para a ruptura do círculo vicioso da agricultura familiar - baixa renda, baixa capacidade de poupança, baixa rentabilidade. Faz-se urgente a estruturação de um sistema de financiamento rural em alternativa ao esquema convencional, da mesma forma que se tem de adotar mecanismos financeiros flexíveis para

financiar propostas de geração de emprego produtivo e fomento do tecido empresarial local.

É indispensável criar e fortalecer instituições financeiras sustentáveis para aumentar a oferta, em linhas de crédito ajustadas às características da pequena agricultura familiar. E isso não significa disponibilizar créditos com taxas de juros subsidiadas, manter preços de garantia preferenciais ou qualquer outro subsídio que possa criar distorções no mercado financeiro. Essa nova institucionalidade deve se apoiar em um adequado sistema de informação, capacitação e assistência técnica.<sup>20</sup> Significa que as instituições financeiras locais devem adotar a gestão ajustada às características dos projetos produtivos, invertendo a prática das pequenas empresas de se adaptarem às exigências dos intermediários financeiros. É preciso que as instituições financeiras cheguem às fronteiras das unidades de produção familiar e empresas camponesas, descentralizando as operações em sucursais móveis. Essa institucionalidade deve conhecer os ambientes territoriais nos quais opera e ser capaz de dinamizar a circulação do dinheiro nesse âmbito. Deve se respaldar em mecanismos de garantia e aval que facilitem o financiamento de propostas econômicas inovadoras.

Há muitas organizações de pequenos produtores rurais com significativo potencial produtivo que, para ser ativado, carece de crédito, capacitação, capacidade gerencial e acesso ao conhecimento. Os pequenos produtores rurais necessitam de acesso regular a recursos financeiros para realizar investimentos que lhes permitam incrementar sua renda.

<sup>20</sup> As elevadas taxas de juros das políticas macroeconômicas condenam à falência a maioria dos pequenos agricultores.

É desejável que o desenvolvimento econômico local se apóie na diversificação da produção dirigida a mercados diferenciados. Para isso, é necessário o financiamento de *projetos integradores* que multipliquem e dinamizem os *vínculos intersetoriais* - as articulações entre atividades produtivas agropecuárias e não-agropecuárias e entre segmentos e dimensões socioeconômicas. As oportunidades de absorção dos pobres rurais extrapolam a esfera da produção agrícola. Alexander Schejtman (1998) argumenta:

*O paradigma clássico sobre o papel da agricultura nos processos de desenvolvimento consistia nos aportes esperados da agricultura ao desenvolvimento geral e ao urbano-industrial em particular. Destacando que esse papel consistia na transferência de poupança, alimentos e divisas do campo para a cidade. Em perspectiva inversa, qual poderia ou deveria ser a contribuição do desenvolvimento urbano ao desenvolvimento agrícola? Raras vezes formulada essa questão, mas é oportuno colocá-la no atual processo de acelerado incremento dos vínculos entre o rural e o urbano, quando a interface supera os limites.*

Trata-se de ampliar a base produtiva não-agropecuária, articulando-a ao conjunto de atividades da "agricultura ampliada". Isso demanda mecanismos de financiamento para as mudanças tecnológicas de produção; acesso a insumos e informações; formação de capital humano; desenvolvimento do capital social.

A criação de redes territoriais de Instituições Financeiras Locais (IFIs) tem o poder de pressionar a participação dos governos locais assim como de gerar sinergia entre os atores.<sup>21</sup> É preciso que as organizações dos pequenos produtores agropecuários se capacitem em negociação

<sup>21</sup> Um mosquito financeiro não faz nada ao pesado rinoceronte, monopólio financeiro privado, mas uma nuvem de mosquitos pode vencê-lo.

política para que o desenho de um sistema financeiro rural não resulte em esforço estéril.

Um sistema alternativo de financiamento rural deverá fortalecer e valorizar as experiências das ONGs nesse campo. Elas operam de forma descentralizada, têm maior autonomia, flexibilidade e independência para operar um sistema financeiro alternativo, sem as exigências tradicionais de garantias para concessões de crédito. Essa concepção de redes institucionais financeiras aglutina o conjunto de entidades privadas afins, tendo em vista o atendimento socioeconômico e territorial. Sem essa alternativa, não será possível a capitalização dos territórios.<sup>22</sup>

É indispensável parcerias entre intermediários financeiros privados e entidades públicas para operações isentas de especulações. Os governos locais devem apoiar o estabelecimento de agências territoriais com financiamentos seletivos para fomentar o desenvolvimento econômico local.

*F) De uma abordagem que não prioriza o acesso à terra para um enfoque que explora alternativas de acesso a esse recurso fundamental, particularmente mediante operações de mercado.*

A falta de acesso à terra constitui talvez a característica de maior injustiça com os pobres rurais. Observa-se que na maioria dos países latino-americanos os números absolutos das pequenas unidades de produção familiar continuam crescendo, ao custo de maior fragmentação da terra, para esse segmento social.

O acesso à terra não tem sido considerado estratégico nas propostas convencionais de desenvolvimento rural. Muitas

<sup>22</sup> C. Jara, F. Jordán, J. C. Román, Prolocal, IICA-Ecuador, 1999.

intervenções para distribuir títulos de terra foram financiadas, em nome do desenvolvimento rural, por instituições como o Incra, com o propósito de substituir a reforma agrária. Hoje, os estados "empurram com a barriga" o processo de reforma agrária, que vem sendo dinamizado pela força dos movimentos sociais.

Embora a reforma agrária continue sem a devida atenção pública, verifica-se significativo aumento das demandas sociais para que a terra seja disponibilizada. O acesso à terra favorece as condições de vida da maior parte da população rural, os sem-terra e os minifundiários. A resolução do desemprego rural, em países como o Brasil, passa pela distribuição da terra. Por essa via, há a possibilidade de empregos que devem ser incentivados pelos municípios rurais nos setores afins - serviços, agroprocessamento, insumos, manufatura, comércio e construção de infra-estrutura rural.

Considerando as propostas integradas de desenvolvimento local sustentável e a conjuntura de queda dos preços da terra para uso agropecuário, observam-se encaminhamentos políticos para formular novos conceitos de "reforma agrária", reorientando as intervenções institucionais nesse campo. Daí a necessidade de formular mecanismos que permitam aos pequenos produtores sem terra ou com pouca terra adquiri-la no mercado, uma alternativa ao procedimento oficial de reforma agrária, que é lento e possui os inconvenientes de falta de transparência e o caráter de dependência dos assentamentos em relação aos órgãos especializados.

Estudos baseados em experiências bem-sucedidas revelam maior facilidade de acesso à terra via mercado. Instituições qualificadas operam nas negociações de compra de propriedades a preços de mercado com créditos especiais. Constata-se que essa alternativa é mais rápida, menos

onerosa e mais transparente que as tradicionais reformas administradas pelas instituições oficiais.<sup>23</sup> Tem-se de atentar que essa alternativa tem o caráter estratégico de diminuir a combatividade do movimento social.

No processo de descentralização, vêm sendo promovidas novas modalidades de reforma agrária. Muitos municípios dispõem de instituições locais especializadas em planejamento, coordenação, execução e avaliação de políticas que regularizam a terra e elaboram o cadastro rural como um dos itens dos planos e programas de desenvolvimento local.

A descentralização configura uma variedade de arranjos locais específicos, que não se enquadram nas abrangentes diretrizes de reforma agrária nacional. O governo local tem maior clareza da lógica das instituições e da situação agrária local, por isso pode identificar formas alternativas de reforma fundiária e acesso à terra que orientem o uso adequado do mercado regional de terras.

Prefeitos e vereadores administrando processos de democratização em contextos locais empobrecidos são forçados a negociar com latifundiários locais para dar resposta às pressões dos trabalhadores rurais e dos sem-terra pelo acesso à terra.<sup>24</sup>

*G) De uma prática que prioriza a dotação de capital físico e financeiro à outra alternativa, que enfatiza o papel do capital humano e do capital social.*

O investimento em capital humano contribui de forma significativa para as mudanças que favorecem a distribuição da renda. Disponibilizar conhecimento e informação já constitui a distribuição de uma das formas de riqueza. Mas é

<sup>23</sup> Manuel Chiriboga, IICA-Ecuador, 1999.

<sup>24</sup> Alain de Janvry, IICA, Costa Rica, 1993.

preciso valorizá-lo e entendê-lo como investimento a ser priorizado de imediato, assim como a médio e longo prazos.

Hoje, após a constatação da insustentabilidade dos programas tradicionais de desenvolvimento rural, conclui-se que os recursos humanos bem formados, capacitados e motivados são até mais importantes que o acesso aos ativos produtivos.

A prioridade de formação do capital humano representa importante mudança a ser inserida nos paradigmas de desenvolvimento rural. Constitui flagrante diferenciação da concepção que valoriza os recursos materiais - acesso ao crédito e à tecnologia - da agricultura familiar como principais requisitos para o desenvolvimento rural.

O conhecimento é cada vez mais considerado como fonte de poder. Para o desenvolvimento econômico local, o conhecimento constitui elemento muito mais importante que os outros fatores de produção. O progresso tecnológico requer capital humano para operar nos espaços que vêm sendo abertos em auto-suficiência e sustentabilidade com a adoção de tecnologias.<sup>25</sup>

Cresce a importância de investimentos em capital humano como requisito também para as reformas na institucionalidade pública e para fazer face aos impactos da globalização na economia e na sociedade rural, devidos, em especial, aos processos de abertura e integração de mercados.

O capital humano revela-se como vetor estratégico para aprimorar e sustentar os demais fatores necessários ao desenvolvimento sustentável: o capital social, o

<sup>25</sup> Observa-se ainda que o progresso tecnológico vem reduzindo a demanda de capital financeiro por unidade de produto, o que favorece a ampliação de investimentos em capital humano.

fortalecimento do tecido associativo, a gestão ambiental, a geração de oportunidades de trabalho e renda, o aumento da participação social, a gestão empresarial, a capacitação dos excluídos para o exercício da cidadania e a valorização da cultura.

As políticas de formação de recursos humanos e os mecanismos que favorecem o acesso ou a geração de novos conhecimentos são elementos determinantes da sustentabilidade dos processos de desenvolvimento rural. São decisivas para potencializar as atividades produtivas e para promover o empoderamento de pessoas, comunidades, atores sociais e instituições. A formação do capital humano é definidora da qualidade do capital social, da equidade e da utilização racional dos recursos da natureza. Por isso, as sociedades devem priorizar os investimentos em capital humano.

As novas oportunidades de trabalho exigem uma mistura de conhecimentos em diversos campos. É indispensável saber técnicas especializadas e ter destreza em gestão e administração empresarial - planejamento, programação, tomada de decisões, comercialização e gestão de recursos financeiros, os denominados *know-how* e o *know why*.<sup>26</sup>

Nesse quadro, o trabalho na esfera agrícola e nas cadeias produtivas tende a ser controlado por gerentes e produtores qualificados e informados que atuam com flexibilidade e visão sistêmica na solução de problemas e em proposições. Nesse ambiente devem constar a cooperação dos produtores associados, a criatividade como meio de aprendizagem e de expressão de aptidões e conhecimentos práticos. Os pequenos agricultores e os pequenos empreendedores associados precisam atuar de maneira estratégica, tomar

<sup>26</sup> Saber como e saber por quê.

decisões inteligentes, ter uma visão integral de suas situações, vulnerabilidades, potencialidades e oportunidades.

As pressões inerentes ao avanço tecnológico global demandam produtores e empreendedores territoriais (urbanos e rurais) dotados de novas habilidades e conhecimentos. A competitividade de um determinado território (município, região) depende da qualidade do capital político (lideranças políticas, comunitárias, gerentes sociais, técnicos governamentais), assim como do nível de conhecimentos e formação de agentes econômicos, lideranças empresariais e institucionais.

Por outro lado, o desenvolvimento sustentável requer o fortalecimento do capital social nas relações de reciprocidade e solidariedade entre atores sociais, comunidades, agentes econômicos, organizações, empreendimentos, instituições, etc. O capital social está na capacidade e na vontade dos grupos comunitários de trabalhar juntos, em parceria, vindo a constituir motivação coletiva que qualifica o processo de desenvolvimento. Na prática, o capital social resulta em redes e mecanismos que permitem às comunidades se articularem para assegurar suas estratégias de desenvolvimento e para administrar as crises externas ou internas.

O capital social é um pré-requisito para a conduta ética da competitividade à proporção que se funda em sentimento de solidariedade e no reconhecimento de que o bem-estar para todos constitui o objetivo maior do desenvolvimento. Esses são requisitos da institucionalidade que se forma na troca recíproca de esforços e recursos e em expectativas que se complementam e dão conteúdo às estratégias de participação ativa e comprometida com os processos de desenvolvimento.

Importa identificar as normas, os valores e as práticas de reciprocidade presentes nos grupos, nos atores locais e nas redes informais de ajuda coletiva para, a partir deles, estimular os relacionamentos de cooperação e fortalecer as comunidades e as organizações.<sup>27</sup> Com isso, supera-se a subalternidade com a abertura de espaços à participação e ao diálogo.<sup>28</sup>

A democratização do poder local abre a possibilidade de implementar estratégias de intervenção que multipliquem os contatos sociais e as oportunidades de inclusão das comunidades excluídas em relacionamentos de sociabilidade e cooperação. Nesse ambiente de proximidade, surgem as redes tecidas na confiança como marca da sociedade civil e como perfil na relação entre a sociedade e o governo local. As alianças definidas nas comunidades locais aumentam o capital político, fator importante para a obtenção do controle sobre as condições de vida e trabalho no mundo local.

*H) De uma prática que se alicerça na organização dos pequenos produtores como instrumento de luta e reivindicação à alternativa que estimula a organização empresarial para inserção competitiva nos mercados abertos.*

A nova realidade da sociedade rural e da agricultura leva a reavaliar o conceito de organização dos pequenos produtores, à proporção que diversas organizações ou associações comunitárias cumprem importantes papéis no processo de democratização e proporcionam a participação dos pobres rurais nos processos de tomada de decisão do

<sup>27</sup> Mesmo em uma cultura marcada pela subalternidade, há sentimentos e condutas solidárias.

<sup>28</sup> A história do racismo constitui exemplo clássico da discriminação, que, quando associada aos pensamentos e às emoções negativas afins, chega à separatividade.

desenvolvimento rural. Isso ocorre nos processos internos de escolha de lideranças, que conferem legitimidade e representatividade perante o poder local com a mobilização social e com as reivindicações, que também servem à coesão dos produtores, à articulação dos grupos familiares e à formação de redes de solidariedade.<sup>29</sup>

O processo de descentralização, com o afastamento do Estado central, leva à valorização sociopolítica dos territórios locais, o que faz que as representações rurais estruturam nova malha de organizações, tendo em vista as reivindicações de participar e influir na gestão das políticas públicas. O poder local e o novo papel dos municípios configuram possibilidades para que os problemas dos produtores sejam resolvidos no local. Assim, os governos municipais e as representações regionais convertem-se em marcos institucionais estratégicos para atender às demandas das organizações locais.

Hoje, as organizações de pequenos produtores estão desafiadas pelo mercado à democratização e à descentralização. Têm de melhorar sua forma de inserção na dinâmica dos mercados de economia aberta. Os territórios rurais vêm aos poucos correspondendo ao desafio com pauta heterogênea de atividades econômicas em diferentes setores, agrícola e não agrícola - incluindo turismo ecológico, serviços, pequenas indústrias, artesanato -, resultando em novas oportunidades de inserção socioeconômica, aumento de renda e maior bem-estar.

Faz-se presente o capital social em novas formas de estruturar as organizações, na formação de lideranças, gerentes e negociadores e na adoção da gestão social

<sup>29</sup> Servem também como instrumento para as intervenções assistencialistas (C. Jara, IICA, 1998).

participativa.<sup>30</sup> As organizações devem ter objetivos específicos e estruturas adequadas às finalidades bem definidas e relativamente especializadas. Quando coordenadas em redes, alcançam complementaridades e têm a possibilidade de atender a diferenciadas demandas.

Vários estudos indicam que as organizações de menor tamanho são mais exitosas quanto aos relacionamentos de solidariedade e confiança; à participação e controle social; ao domínio da comunicação e à eficiência e ao dinamismo empresarial, evitando assim o particularismo.

A estrutura mais especializada é também coerente com organizações rurais de abrangência intercomunitária, ampliadas, articuladas em rede e capazes de construir um esquema de competitividade e co-cidadania. Os ganhos em segurança e sinergia são outros resultados da troca de visões e perspectivas entre comunidades rurais, o que evita a instrumentalização.<sup>31</sup>

Constata-se que as organizações econômicas bem-sucedidas se caracterizam por estrutura enxuta, com gerentes inovadores, gestão participativa e sistema de acompanhamento, revelando uma distribuição dos benefícios proporcional ao trabalho e ao capital investido. Ao mesmo tempo, observamos que a gestão burocrática dos programas de desenvolvimento rural não tem sustentabilidade. As dependências que gera podem levar ao grande risco de impactos negativos.

<sup>30</sup> A organização associativista tradicional de natureza multifuncional que se mobiliza para assegurar reivindicações e para acessar serviços não tem sustentabilidade.

<sup>31</sup> A instrumentalização das organizações produz comportamentos passivos e descapitalização social ao burocratizar e afastar as organizações das bases, o que favorece as ações clientelistas dos cabos eleitorais.

*I) De um sistema de produção agrícola baseado no aproveitamento depredador e extrativista da natureza para o empreendimento do desenvolvimento local organizado para a sustentabilidade econômico-ambiental.*

Consolida-se o consenso na agenda de prioridades dos países, estados e municípios sobre os conteúdos das estratégias de desenvolvimento rural orientadas para a superação da pobreza. Destacam-se crescimento econômico, aumento progressivo da equidade social, satisfação das necessidades humanas básicas, aumento progressivo da participação social, respeito à identidade cultural e preservação ambiental.

A sociedade materialista, com a economia estruturada em uma cultura de produção e consumo, é dinamizada pela exploração intensiva dos recursos naturais. A criação de novas necessidades supérfluas constitui esforço socioeconômico maior que o empenho em disponibilizar as necessidades básicas. Essa a lógica de acumulação capitalista em processo, que vem exaurindo os ecossistemas,<sup>32</sup> enquanto parte da biodiversidade está sendo perdida de forma irreversível.<sup>33</sup>

A biodiversidade engloba todas as formas de vida existentes nos territórios. A ignorância quanto ao significado da riqueza nessa produção de vida - nem sempre útil de imediato ao homem e à economia - tem conduzido às crescentes demandas da população em recursos naturais, a ponto de a natureza mostrar-se defasada, como provedora, ante os caprichos consumistas, vindo a expor desequilíbrios preocupantes. O crescimento ilimitado vem fazendo do homem um compulsivo extrativista da terra, ultrapassando

<sup>32</sup> Os ecossistemas têm capacidade limitada de sustentação que, quando superada, influirá na sua própria deterioração.

<sup>33</sup> Observa-se a extinção das espécies vítimas da destruição dos *habitats* naturais. Com isso se intensifica o processo de *entropia*.

os limites na exploração dos recursos, em especial dos não-renováveis.

A visão sustentável exige mecanismos de gestão para o uso do capital natural – a variedade de recursos naturais usados e modificados pelas sociedades – em conformidade com a capacidade de suporte e equilíbrio dos ecossistemas. Esse equilíbrio deve ser incorporado às consciências e nortear as ações responsáveis quanto ao uso dos recursos naturais, que não nos pertencem e que temos de preservar para uso das gerações futuras.

A construção do território e da agricultura sustentáveis supõe nível de conhecimento que promova um padrão moderno de desenvolvimento, com o uso dos recursos naturais em condições de equilíbrio entre o produzir e o conservar. O desafio está na adoção de tecnologias que minimizem os impactos ambientais negativos e possam contribuir para recuperação das áreas degradadas. A dimensão ambiental como relacionamento contínuo entre o homem e a natureza não comunga com os resultados e os benefícios efêmeros que resultam em ambiente de alta entropia.

Como parte de uma comunidade de vida interdependente, temos de reinventar o desenvolvimento e empreender novos rumos para equilibrar o possuir e o ser, a diversidade e a unidade, o curto e o longo prazos.<sup>34</sup>

O zoneamento ambiental constitui um instrumento indispensável para harmonizar o crescimento econômico com a necessidade de proteger ou melhorar o ambiente.

Essa procura de equilíbrio constitui assunto conflitivo, que deve ser processado na esfera política para abrir espaços à

<sup>34</sup> Carta da Terra, 2000.

participação ativa e informada. O capital social incorpora as forças comprometidas com o equilíbrio da natureza, em decisões compartilhadas nos relacionamentos de cooperação e solidariedade, com sentimento coletivo de zelo pela vida presente e futura.

Os processos de modernização conservadora da agricultura deixaram de incorporar a dimensão ambiental ao planejamento do desenvolvimento rural. Esse procedimento constitui causa maior do questionamento desse modelo. Cabe então à sociedade civil e ao Estado organizar a institucionalidade pública para a gestão ambiental; criar estruturas para a gestão ambiental; controlar as áreas vulneráveis; recuperar o meio ambiente degradado; cuidar da qualidade das águas; avaliar os impactos ambientais; fomentar o zoneamento agroecológico; formular e executar políticas de uso dos recursos renováveis e os não-renováveis; incluir a educação ambiental no exercício da cidadania; fomentar o uso de técnicas ecológicas; racionalizar o planejamento local com a meta de uso equilibrado dos recursos naturais.

As atividades agropecuárias utilizam a capacidade produtiva natural dos territórios como insumo básico - os recursos naturais renováveis e os não-renováveis -, incluindo o uso de insumos da flora e da fauna, base da biodiversidade, assim como a água, o solo e a cobertura vegetal. O processo dessas atividades constrói externalidades ambientais em impactos negativos de degradação que comprometem as possibilidades das gerações futuras.

As intervenções nas sociedades rurais, em particular nas ações produtivas, devem assegurar o manejo adequado do estoque de recursos naturais e do ambiente. Em especial quando se trata de enfrentar a pobreza, o quadro de carências das comunidades rurais pobres tem o caráter de intensificar a degradação ambiental. Na luta entre a

satisfação das necessidades básicas e a preservação ambiental, a primeira vem ganhando.

*J) Do desenvolvimento rural como um processo impulsionado pela economia e a tecnologia para o desenvolvimento que viabiliza os valores culturais e os sentimentos coletivos.*

O desenvolvimento local depende mais das capacidades humanas, das energias afetivas da população, do acesso à informação, da articulação entre agentes econômicos e da decisão política coletiva para atrair investimentos e menos das potencialidades produtivas e das vantagens comparativas naturais. Para os grupos subalternos e empobrecidos, isso significa deixar para trás a miragem produtivista, as hierarquias autoritárias de poder e privilégio, os relacionamentos de exclusão e racismo e as imagens negativas que têm de si mesmos.

Mesmo que os objetivos do desenvolvimento local estejam claros e logicamente planejados e definidos, a força do emocional, individual e coletivo é que os impulsiona à meta. As energias inerentes às capacidades e aos sentimentos das pessoas são os elementos construtores da existência e do futuro. Para construir desenvolvimento sustentável, é preciso trabalhar a partir dessa dimensão invisível.

No desenvolvimento sustentável, os agricultores familiares e os trabalhadores sem-terra são reconhecidos em suas capacidades de pensar e interpretar o mundo local segundo suas pautas culturais e sociais. A cultura em perspectiva ampliada inclui os sentimentos e as formas de pensar dos atores, seus comportamentos e códigos formais de comunicação. Uma pauta cultural explica os padrões de comportamento social, e a tradição aciona a repetição desse padrão. Assim é que as capacidades são construídas e os pensamentos coletivos são consolidados, em processo que determina a forma de atuação social.

A atuação social está intrinsecamente ligada ao estado de afetividade e às emoções, tornando-se impossível separá-las dos fatores racionais. Estar desperto significa articular o pensamento ao sentimento e à razão, tendo claro que, mesmo que a razão oriente os processos, as emoções e os sentimentos coletivos é que são as energias que decidem.

Sem trabalhar a cultura e os sentimentos coletivos, não há como se chegar às mudanças sustentáveis. O processo de desenvolvimento rural-local está impregnado de significados que revelam os valores e as normas dos atores envolvidos, sendo de menor importância a racionalidade instrumental que comporta.<sup>35</sup>

Como trabalhar o planejamento participativo sem entender as representações, os sentimentos coletivos, a qualidade dos relacionamentos coletivos, as emoções e os afetos inerentes à subjetividade local? Para conhecer a subjetividade tem-se de apreender a identidade das comunidades, essa singularidade, esse eu coletivo que se expressa em termos afetivos.

*K) Das intervenções centradas no homem produtor e "chefe de família" para uma abordagem que enfatiza as considerações de gênero.*

É antiético referir-se ao desenvolvimento humano e à equidade ignorando a questão de gênero.<sup>36</sup> O desenvolvimento sustentável depende da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, quando a dinâmica dos mercados - instituições socialmente construídas - resulta na desigualdade de oportunidade para os gêneros. Por isso, tem-se de observar a divisão do trabalho produtivo

<sup>35</sup> Manuel Chiriboga, IICA, Equador, 1999.

<sup>36</sup> No presente, é provável não haver sociedade na qual as mulheres tenham as mesmas oportunidades que os homens.

nos projetos de desenvolvimento local e nas estratégias familiares para identificar "quem faz, que tarefas". Isso permite mapear as atribuições e os papéis masculinos e femininos para identificar as tendências.

O conceito de gênero refere-se à forma como o feminino e o masculino são construídos e valorizados nos relacionamentos sociais.<sup>37</sup> Trata-se de uma construção sociocultural que explica e determina os símbolos, os papéis, os comportamentos, as responsabilidades e as atribuições específicas para homens e mulheres e que passam a ser aceitas como naturais. São inerentes às sociedades de todas as épocas essas características e esses condicionamentos culturais - de ser uma mulher ou de ser um homem.

A perspectiva de gênero ajuda a compreender o tecido e a dinâmica social e as interdependências das relações produtivas com o caráter das identidades e sentimentos coletivos. O conceito de gênero torna-se essencial para aprimorar os processos de desenvolvimento rural, ao evidenciar aspectos básicos e invisíveis da estrutura de produção e trabalho.

As mulheres da África e da Ásia já superam os homens em percentual da população economicamente ativa ocupada na agricultura, sendo provável que esse quadro esteja se consolidando na Índia. Na América Latina, vem aumentando o número de lares chefiados por mulheres.<sup>38</sup> Estudos indicam que a crescente participação das mulheres nas atividades agrícolas é acompanhada da exclusão e da pobreza, caracterizando assim a feminização da pobreza. O fato de ser mulher explica a ocupação de lugares de segunda no sistema produtivo em trabalhos subalternizados com relação

<sup>37</sup>O conceito de gênero vai além das diferenças biológicas próprias dos sexos masculino e feminino.

<sup>38</sup>Segundo a FAO, analisando dados de 1950 a 1990.

aos homens. Constitui chaga social a situação das mulheres discriminadas em termos de gênero ou por questão racial.

Mesmo assim, constata-se que as políticas de desenvolvimento continuam presas aos valores masculinos e ignoram o papel estratégico das mulheres, em especial na produção agrícola alimentar. Com isso, os esforços das mulheres camponesas para a contribuição estratégica da reprodução familiar e da produção permanecem obscurecidos, gerando situações de exclusão e subalternidade.

No tradicional desenvolvimento rural está implícita a divisão do trabalho na unidade agrícola de produção familiar. Os homens ocupam-se das atividades produtivas - "os homens é que trabalham" -, enquanto as mulheres assumem as atribuições reprodutivas e domésticas. Essa concepção esconde a verdadeira realidade social. De fato, a mulher desempenha triplo papel: o reprodutivo, o produtivo e a gestão comunitária. A participação da mulher na esfera produtiva tem importância comparável ao trabalho masculino, caracterizando um dinâmico processo de feminização da agricultura.<sup>39</sup>

A realidade da mulher trabalhadora em múltiplas atividades extrapola para a esfera de tomada de decisões, o que implica mudanças a serem inseridas nos programas de desenvolvimento.<sup>40</sup> O reconhecimento da mudança nas condições de gênero feminino com a abertura de fronteiras sócio-político-econômicas desafia os relacionamentos de subalternidade, reforça valores e concepções e amplia as

<sup>39</sup> Há evidência empírica de que a produção agrícola se está tornando cada vez mais uma ocupação feminina.

<sup>40</sup> Constata-se a tendência da participação crescente das mulheres em todas as atividades produtivas rurais, agrícolas e não-agrícolas.

bases material e afetiva das mulheres, levando a maior bem-estar.

A pobreza decorre das deficiências em formação de capital humano e da subalternidade, que vem sendo consolidada há décadas. A pobreza exerce maior pressão sobre as mulheres rurais. Os homens optam pela migração, e as mulheres ficam restritas ao trabalho na terra, no seu pequeno quintal,<sup>41</sup> ou em subempregos, enquanto grande proporção das meninas é forçada pelos pais a buscar trabalho remunerado, engrossando assim as fileiras do mercado informal. O baixo retorno econômico dessas alternativas deve-se à baixa produtividade do trabalho, desqualificado e com o agravante das dificuldades de acesso da mulher aos recursos financeiros.<sup>42</sup>

A concepção do agricultor, definida pelo masculino, e a incorporação das prioridades dos "homens" produtores nos programas de desenvolvimento rural explicam a insuficiente sensibilidade quanto às considerações de gênero. Ao adicionar a insuficiente formação de capital humano e social, configura-se um quadro que obscurece e retarda o aproveitamento desse apreciável potencial produtivo, enquanto se aprofunda o quadro de carências sociais.

Os interesses das mulheres não estão sendo devidamente representados nas instâncias decisórias das intervenções - técnicas, organizacionais e metodológicas - para melhorar as

<sup>41</sup> Quando toda a família minifundiária fica no local, é maior a pressão sobre a terra e sobre os recursos naturais. Em muitos territórios rurais, não existem estratégias para evitar o êxodo rural e a prostituição.

<sup>42</sup> Os novos empreendimentos, em face da competitividade do mercado, exigem cada vez mais trabalhadores qualificados. Uma CPI feita pelo PMDB (1995) encontrou nas capitais do Nordeste 380 mil meninas com menos de 18 anos prostituídas pelo "turismo" (João Pedro Stedile, Brasil, 1996).

condições produtivas das unidades agrícolas familiares. Processos de modernização setorial, por outro lado, produzem efeitos diferenciados, absorvendo mão-de-obra sem distinção de gênero.<sup>43</sup>

Muitas unidades familiares desenvolvem estratégias que combinam o trabalho no quintal com o emprego em empresas agrícolas e não agrícolas que absorvem trabalhadoras de baixa qualificação. Dessa forma, observamos o aumento da participação feminina em tarefas que antes eram executadas pelos homens.<sup>44</sup>

<sup>43</sup> Quando segmentos agropecuários decidem pela ampliação e pela intensificação produtiva, adotam tecnologias que substituem o trabalho, ao mesmo tempo em que abre outros postos de trabalho com absorção indiferenciada de gênero.

<sup>44</sup> Janice Jiggins, 1998.

# O lado intangível do desenvolvimento

## 1 - O problema não é econômico nem tecnológico

Foi formado um grupo de pesquisadores dos organismos internacionais e das ONGs, no final do ano 2000, com o objetivo de estudar os impactos das principais políticas de desenvolvimento e combate à pobreza. Encontram-se dentre os resultados as avaliações críticas sobre as mudanças qualitativas e sobre a relação entre pobreza e crescimento econômico. Dentre as conclusões, destacam-se: a) o argumento de que o problema do desenvolvimento não é de natureza econômica, nem tecnológica, mas essencialmente cultural, institucional e espiritual;<sup>1</sup> b) há progressos extraordinários, em todos os ramos da ciência, que, se disponibilizados, podem elevar o bem-estar de todos os povos, considerando as gerações futuras; c) prepondera a racionalidade do paradigma racionalista - produtivista e consumista -, mesmo com as freqüentes mudanças nas políticas e nas estratégias de desenvolvimento.

Domina a idéia de que aprimorar o modelo de desenvolvimento é questão apenas de reengenharia institucional.<sup>2</sup> A maioria das camadas partidárias continua promovendo reformas políticas baseadas

<sup>1</sup> Há bastante recursos financeiros: o problema é que estão concentrados, resultando em escassez para diversos programas.

<sup>2</sup> O Estado brasileiro vem sendo rapidamente reestruturado a partir das visões neoliberais.

em privatizações que refinanciam e enxugam o Estado para facilitar o pagamento da dívida interna.<sup>3</sup>

Resulta que a sociedade brasileira se vem reestruturando e ganhando maior complexidade, ainda não assimilada, no escalão político-institucional superior. Surgem novos atores no cenário social, e diversas organizações sociais ensaiam participação direta, o que reflete nova institucionalidade, mais aberta e democrática. Essa metamorfose ocorre em experiências de desenvolvimento humano e sustentável, norteadas pelo caminho político-institucional e não pelo econômico, mesmo que a redefinição institucional não se faça ainda acompanhar por uma efetiva concepção sustentável de desenvolvimento. Constatam-se mudanças qualitativas que alimentam aos poucos o processo de participação direta do cidadão, fortalecendo o poder local e ganhando maior importância à proporção que os atores locais se aproximam na cooperação da gestão pública.

Esse processo de descentralização vem ocorrendo em diversos municípios brasileiros que têm iniciativas de desenvolvimento sustentável. Mas a capacidade de gestão pública local carece ainda de muita eficiência. Para isso, é preciso ajustar a estrutura e o funcionamento das instituições segundo as políticas e os programas de desenvolvimento.<sup>4</sup>

A concepção de que a participação social é a essência do desenvolvimento local conduz ao trabalho de afirmar a cidadania em base emocional democrática que seja alinhada ao pensamento político, autônomo, respeitoso e realizador do

<sup>3</sup> São evidentes as interferências dos grandes grupos econômicos nas decisões políticas do Estado. É difícil supor que o Estado deixe, a curto prazo, de operar influenciado pela oligarquia econômica, com interesses privados e clientelistas.

<sup>4</sup> Ou submeter-se aos projetos oficiais, conservadores, necessários à consolidação da estabilidade fiscal.

espaço local de vida. Com frequência, as mudanças institucionais vão acompanhadas de atividades de formação de gestores públicos. A descentralização do desenvolvimento requer capacidades genéricas - práticas e teóricas - que permitam ao município construir alternativas, com ênfase na valorização do ser humano e na preservação do ambiente. A mobilização das energias sociais e culturais e as iniciativas dos atores locais em torno de projetos coletivos precisam de investimentos em capital social e humano, além da formação de gestores públicos.

É tendencioso afirmar que o fracasso das políticas de desenvolvimento resultam da qualidade da gestão institucional pública - mau gerenciamento, corporativismo, clientelismo, administração ineficiente, ausência de controle social, falta de planos estratégicos, manipulação corrupta das finanças públicas, etc. Sob essa ótica, é sempre possível encontrar os culpados. Em visão ampliada, percebe-se que as reformas institucionais não contêm os recursos necessários aos investimentos estratégicos dos governos locais nem os elementos necessários às mudanças nos relacionamentos políticos, de forma a incluir a maioria da população.<sup>5</sup> Mesmo assim, não se observam empenhos para uma reengenharia mental que mude a cultura política, tendo em vista multiplicar os relacionamentos de cooperação e complementaridade entre atores sociais e institucionais, e que renove as práticas políticas com mais encontros solidários e diálogos ampliados.

É provável que a maioria dos políticos não entenda o problema da pobreza e da exclusão social porque não o analisa como produto do desenvolvimentismo e por perceber o desenvolvimento associado ao crescimento econômico não

<sup>5</sup> Muitos esforços públicos e privados continuam centrados na frenética busca de saídas econômicas para o desenvolvimento, mesmo quando já é constatado que o requisito econômico não é o essencial.

qualificado.<sup>6</sup> A eliminação da pobreza depende da mudança do modelo socioeconômico. Esse argumento resulta radical ao atingir a raiz da questão. A saída está na redistribuição do poder e no reinventar os governos.<sup>7</sup>

As evidências empíricas demonstram que a atual distribuição de ativos constitui problema grave, dificultando o acesso das camadas mais pobres da população às oportunidades socioeconômicas. Há os que crêem que as políticas distributivas favorecem o desenvolvimento sustentável. Mas a distribuição de renda justa, que proporcione igualdade no acessar recursos e serviços sociais, depende de processos socialmente negociados, por isso é uma questão de *economia política*. A dinâmica da economia política é no geral definida como diálogo entre atores sociais que expressam diversas racionalidades e valores e diferentes interesses. Essas racionalidades fundam-se quase sempre em premissas, *a priori*, aceitas que pertencem ao domínio da emoção.<sup>8</sup> Daí as discrepâncias que surgem dos encontros e dos diálogos sempre expressarem uma energia emocional. Assim, uma justa distribuição de recursos depende, em última instância, do estado de espírito, do emocional e dos valores das pessoas que participam e decidem.

Uma reengenharia mental livra as pessoas dos complexos de inferioridade, abrindo-as às energias do coração; à autonomia nos relacionamentos; à solidariedade e à confiança nos outros. Esses elementos oriundos do emocional

<sup>6</sup> Na versão latino-americana, o desenvolvimento capitalista destaca-se como *fábrica de concentração de renda, geração de pobreza e desemprego*.

<sup>7</sup> Não podemos nos acomodar à condenação de reproduzir uma única concepção do desenvolvimento decorrente da economia de mercado, em racionalidade todo-poderosa que opera quase sem regulações e dissociada da integridade social.

<sup>8</sup> Humberto Maturana, em *Emociones y Lenguaje en Educación y Política*, Bogotá, TM Editores, 1998.

amoroso interno estimulam a adesão ao processo de mudança para uma sociedade sustentável. Por isso, precede a uma sociedade sustentável saber lidar com as próprias emoções. Tornamos o emocional inteligente quando tomamos consciência do conteúdo dos nossos relacionamentos; valorizamos a forma como os outros dependem dos contatos humanos; e quando atentamos para o sentir a natureza em perspectiva abrangente.<sup>9</sup> Assim, o pensar ganha inteireza e rompe os grilhões da *cultura racionalista*, e o pensar conseqüente de hoje far-nos-á inteiros amanhã, em sociedade amorosa.<sup>10</sup>

## 2 - Trabalhar com a cultura

A cultura é um requisito essencial do desenvolvimento, por isso importa aprender a trabalhar com e em favor da cultura. A gestão pública deve ser entendida como uma questão essencialmente cultural, que pertence a todos, à proporção que somos parte de uma cultura e de uma teia complexa de relacionamentos. Fora da base material - a tecnologia e a infra-estrutura -, a cultura expressa-se em sua verdadeira energia quando vincula os valores, as normas, os conhecimentos e os sentimentos. Nas palavras de Frei Betto, cultura "*é tudo aquilo que humaniza o nosso espírito e a nossa consciência*".

A forma como orientamos a energia cultural é que determina a qualidade dos relacionamentos sociais. A maravilha de ser sujeito humano depende da forma como preenchemos nossa humanidade, com relacionamentos sociais, amorosos e conseqüentes que fortaleçam os grupos sociais. Os indivíduos são produto da sociedade quando se percebem em estruturas

<sup>9</sup> O sentimento consciente é o que modifica a mente, e o pensamento conseqüente é o que modifica o coração.

<sup>10</sup> A vida passa a ser criação mental-emocional. Dhammapada, *A Senda da Virtude*, São Paulo, Pala Athena, 1985.

sociais e sob padrões culturais. Com essa consciência, passamos a atitudes pró-ativas, de produtores e produtos da cultura e da sociedade. A sociedade nasce dos relacionamentos entre indivíduos, com sua cultura e seu saber. Em seu dinamismo, ela retroage sobre os indivíduos e os produz, para que se tornem indivíduos humanos, pessoas socializadas.<sup>11</sup>

Não somos o resultado de uma construção social homogênea. Os grupos sociais criam atitudes, identidades, crenças e valores dentro de determinados padrões culturais. Por isso, não é verdade que a globalização esteja homogeneizando as culturas locais. Observam-se movimentos de resistência cultural, energias sociais procurando identidade dentro da diversidade. Além disso, há os elementos coletivos - culturais, racionais, emocionais - gravados em nosso tecido celular individual que determinam, em grande parte, nossos comportamentos. Ao mesmo tempo, cada pessoa detém energias - poderes - com as quais pode definir seu destino, em pensamentos criadores e comportamentos alternativos.<sup>12</sup> *É o poder interior de cada pessoa, de cada gestor público que faz a interface entre o mundo exterior e o mundo interior.* É possível aproveitar os poderes do pensamento, do sentimento, da confiança, da participação e da palavra para mudar o mundo local. As mudanças sustentáveis têm de ser provocadas de dentro para fora. Quais são os instrumentos?

A chave da mudança está na compreensão do significado da vida e no sentido dado ao viver em sociedade. Essa compreensão, quando internalizada e posta em prática, é que *empodera* as pessoas e as comunidades. Uma educação capaz de liberar o potencial humano das pessoas é poderosa

<sup>11</sup> Veja-se Edgar Morin, "Por uma Reforma do Pensamento" em *O Pensamento Complexo: Edgar Morin e a Crise da Modernidade*, organizado por Alfredo Pena-Veja e Elimar P. Nascimento, Brasília, Garamond, 1999.

<sup>12</sup> Veja-se Roger Garaudy em *O Homem é um Deus em Flor*.

ferramenta desse processo e prepara seres mais independentes e inteiros em consciência, cooperação,<sup>13</sup> capacidade de *compreender* o mundo, de lidar com a mudança e de aprender a ser cidadão para agir como um ser humano cívico.<sup>14</sup>

O potencial humano floresce com a autodisciplina de aplicar a vontade no objetivo de superar as qualidades negativas.<sup>15</sup> O humano que daí resulta requer um ambiente emocional democrático; uma sociabilidade rica em relacionamentos de confiança e reciprocidade; de acesso à informação; e de diálogo, para que ocorra impacto social. Uma sociedade politicamente fechada alimenta o vazio existencial e a ansiedade inerentes ao produtivismo e ao consumismo.

*Os valores dão significado e sentido à vida, na forma como as pessoas se avaliam e no modo de experimentar o mundo. Em processo, os valores orientam e mudam as pessoas, e as pessoas transformadas mudam o mundo. Com essas considerações, o desenvolvimento passa a ser entendido nas esferas intangíveis do mundo interior dos indivíduos.*

### **3 - Agimos conforme os valores que nos dão o entendimento do mundo**

A cultura política predominante, autoritária e elitista, exhibe os frutos da impotência, do desalento e da amargura em face da incapacidade de resolver os urgentes problemas humanos.

<sup>13</sup> Jiddu Krishnamurti, *A Educação e o Significado da Vida*, São Paulo, Cultrix, 1976.

<sup>14</sup> Paulo Freire argumenta que "uma elite de poder não irá gostar de situar e praticar uma forma de expressão pedagógica que aumente as contradições sociais que revelam o poder das classes elitistas. Seria ingênuo achar que uma elite de poder revelaria a si própria através de um processo pedagógico que, no final, operaria contra ela mesma" (entrevista de Carlos Alberto Torres, 1998).

<sup>15</sup> Dalai Lama, *Emoções que Curam*, organizado por Daniel Coleman, Rio de Janeiro, Rocco, 1999.

Os modelos e as estratégias tradicionais de desenvolvimento criaram subclasses empobrecidas e subalternizadas, patologias sociais e graves problemas ecológicos que ameaçam nossa existência. Esse desenvolvimento corresponde, de modo particular, às demandas da "economia", definidas pelas elites governantes em favor das classes dominantes.

A pobreza, a desigualdade, a destruição ambiental, a corrupção e a exclusão social formam o espelho que devolve à sociedade a imagem de seu modelo de desenvolvimento. A sociedade insustentável é uma consequência de nossa visão do mundo, a colheita do que semeamos. Somos cobrados a assumir a responsabilidade de sanear com urgência as nossas doenças coletivas e sociais.

Não sabemos construir vínculos entre a subjetividade do espiritual humano e as estratégias de desenvolvimento. Isso porque o homem se separou da natureza e porque passou a ignorar o lado psicológico e espiritual do desenvolvimento, quando todas as questões pessoais e coletivas se encontram interligadas, de forma complexa, e são o resultado do que temos pensado e sentido. Sem visão holística, somos incapazes de compreender o conjunto das contradições da sociedade. Nessa situação, ficam obscurecidos os relacionamentos complexos, as inter-relações entre as partes e o todo e os problemas essenciais.<sup>16</sup> Temos desespiritualizado o desenvolvimento.

De alguma maneira, a miséria, a concentração da renda, a falta de acesso aos meios de produção, as carências materiais, as desigualdades sociais, a desconfiança social, a perda de identidade, as agressões ambientais, a violência

<sup>16</sup> Edgar Morin, "La tête bien faite". *Repenser la Réforme, Réformer la Pensée*. In, Alfredo Pena-Veja e Elimar Pinheiro do Nascimento, "Edgar Morin - o passador de fronteiras", *O Pensar Complexo*, Brasília, Garamond, 1999.

social, o desemprego, o racismo e a corrupção obedecem à complexa dinâmica mental e emocional que construímos<sup>17</sup> - resultado há muito evidenciado dos pensamentos e dos valores viciados que conformam nossas velhas perspectivas.

Chegamos a um estágio civilizatório insustentável e somos desafiados a formular outro tipo de desenvolvimento: endógeno; orientado para as necessidades humanas; harmônico com a natureza; socialmente solidário; politicamente participativo; respeitoso aos direitos humanos e aos valores culturais - um desenvolvimento bonito, espiritualmente livre, economicamente saudável.

Trabalhar desenvolvimento sustentável significa adotar processos que seguem os princípios do *bem-estar econômico, da equidade social, da sustentabilidade ambiental, da democracia participativa, do respeito à diversidade cultural e à liberdade espiritual.*

O desenvolvimento sustentável só pode ser construído em estruturas mentais centradas na realidade-vida.<sup>18</sup> É necessário impugnar os pareceres dos pensadores que se presumem especialistas em desenvolvimento. Os problemas sociais são as evidências a sugerir que o doutor econômico convencional, com lentes viesadas e restritas da realidade, apegado aos conceitos obsoletos do conhecimento fracionado, é incapaz de entender as dores da pobreza e os graves problemas da sociedade. Feito doença nutrida pela medicina, a crença na resolução racional<sup>19</sup> obscurece e ignora a consciência das evidências da crise socioeconômica -

<sup>17</sup> O pensamento e o sentir constituem paredes que enclausuram, ou janelas ao crescer.

<sup>18</sup> Veja-se Leonardo Boff, *Ecologia, Grito da Terra, grito dos Pobres*, São Paulo, Editora Ática, 1995.

<sup>19</sup> Exemplo desta impotência corporal, Roberto Salazar C., "Hacia la Construcción del Capital Humano y Habilidadación Ciudadana, Programa Nacional de Protección Social de Ecuador, Enero, 2001.

produto dessa racionalidade alimentada pela teimosia e pela ignorância. A razão inerte da tecnocracia e dos políticos é manipuladora de informações e de relacionamentos, na convicção de que aplicar o saber-fazer racional conduz ao desvendar e à solução dos reais problemas, quando nossos problemas resultam em grande parte dessa aplicação.<sup>20</sup>

#### 4 - O desenvolvimento que não é sustentável

A dificuldade de formular um desenvolvimento alternativo reside na atrofia mental que nos prende às evidências do paradigma dominante, que define *a priori* as perguntas, qualifica as respostas e assinala as verdades.

O mito de que os elementos econômicos são as forças determinantes da evolução social e o culto ao crescimento indiscriminado são hegemônicos e não podem ser facilmente abandonados. O que as pessoas acreditam e valorizam está ligado à forma como percebem e ao que fazem nesse espaço socioeconômico. Por isso, a pobreza - com caráter multidimensional - é tratada, quase exclusivamente, em termos de renda.<sup>21</sup> Fechar-se nesse reducionismo é atuar como se a economia fosse uma dimensão independente. Não há a percepção da interdependência das dimensões do desenvolvimento; do equívoco de incluir a dinâmica social no domínio econômico e tecnológico; e não há visualização de que os atos e as omissões humanas, mais cedo ou mais tarde, têm impacto global.<sup>22</sup>

<sup>20</sup> John Ralston Saul, *Los Bastardos de Voltaire*, Andres Bello, 1992.

<sup>21</sup> O prof. João Sayad tem uma solução irônica contra a pobreza: "Pobre é, por definição, quem ganha, por exemplo, R\$ 100 por mês. Se o governo der R\$ 1 para cada um deles, gastando, portanto, R\$ 55 milhões por ano, acabamos com a pobreza no Brasil. Podemos até ser generosos e garantir o programa contra variações inesperadas de preços, dando R\$ 2 para cada pobre e gastando R\$ 110 milhões por ano..." *Folha de S. Paulo*, 30/10/2000.

<sup>22</sup> Veja-se Anna F. Lemkow em *O Princípio da Totalidade*, 1990.

Quando se aprende que os conteúdos que vinculam as disciplinas passam a constituir a visão holística da realidade, resulta irônica a persistência do poder econômico em manter a economia na contramão desse processo. A ignorância da complexidade do conhecimento e de que "tudo depende de tudo e tudo age sobre tudo"<sup>23</sup> acelera a necessidade de explicitações para ampliar os domínios do conhecimento holístico.

Quando os atores sociais questionam o sentido convencional do desenvolvimento, isso resulta em novas percepções e mudanças. O desenvolvimento sustentável é exigente quanto ao pensamento complexo, capaz de contextualizar, unir, articular, vincular, relacionar tudo com tudo, na visualização de caminhos em incessante questionamento e aprendizado.

Os entraves para redefinição do pensamento que leve a formular elementos da sustentabilidade estão enraizados na cultura oficial do crescimento econômico, que monopoliza o discurso, controla o vocabulário e define as metas socioeconômicas sob a ótica das elites. A cultura que escraviza mentes e corações humanos ao estabelecido em processo reforça a incompreensão da subalternidade e dificulta a revisão de idéias e valores que sustentam o paradigma do crescimento.<sup>24</sup>

No culto ao crescimento econômico, a ética é substituída pela retórica da produtividade, da lucratividade e da competitividade e por estratégias individualistas de enriquecimento fácil. Esses elementos conduzem ao pensar utilitarista, à desconfiança, à moralidade egoísta e à conduta corrupta fantasiada de legalidade, que deságuam na separatividade, na ruptura das relações sociais e em ações

<sup>23</sup> Maurice Allais, Prêmio Nobel da Economia, citado por Edgar Morin, "Por uma Reforma do Pensamento", em *O Pensar Complexo*, op. cit. 1999.

<sup>24</sup> Constitui unanimidade que esses problemas não podem mais ser resolvidos dentro do pensamento e da visão predominantes.

destrutivas ao espírito comunitário concernente ao desenvolvimento sustentável. Em contraponto, a *ética* diz respeito ao entendimento geral sobre aquilo que é bom para o ser humano e possibilita a realização das pessoas.

## 5 - O mercado que domina

O mercado que domina relacionamentos sociais é auto-regulado para produzir, competir e consumir, mesmo com expressivos desperdícios socioambientais. Tudo está à venda, até a subjetividade humana. Racionalidade que multiplica os lucros e que se respalda no conceito de realismo e no mito do progresso, "lei histórica do automatismo que produz mais e cada vez melhor".<sup>25</sup> Nessa perspectiva utilitarista e instrumental, o desenvolvimento resulta em processo mecânico, lógico, previsível e determinista.<sup>26</sup> Quem diria que a qualidade da razão, marca da vida moderna, terminaria reduzida a mero instrumento que direciona ao caminho mais curto e fácil do lucro?<sup>27</sup>

A lógica da competitividade do mercado mostra a cara em uma sociabilidade individualista e possessiva que tem a

<sup>25</sup> Veja-se Edgar Morin em *Saberes Globais e Saberes Locais: o Olhar Transdisciplinar*, Rio de Janeiro, Garamond, 2000.

<sup>26</sup> Esse economicismo materialista e utilitarista define estratégias calamitosas de "desenvolvimento" que levam a realidades injustas, nas quais a riqueza e o progresso material convivem com a pobreza e o desemprego. Uma desigualdade criminosa que ameaça o futuro, segundo os dados do IBGE. No Brasil, os 5% mais ricos detêm mais riquezas que os 50% mais pobres - 50 milhões de pobres e 21 milhões de miseráveis. Esse desenvolvimento econômico competitivo, apoiado por sistemas tecnológicos de informação, telecomunicações e transporte está impactando a identidade das pessoas, dos grupos e dos atores sociais. A sociedade fragmenta-se e perde a coesão; surgem novos princípios de identidade, além dos nacionais definidos tradicionalmente pelo Estado. Constroem-se novos *self* coletivos, novas representações simbólicas que dão sentido à vida social dos novos atores, às novas idéias e às crenças.

<sup>27</sup> Marcelo Manzano, "Ponto sem Nó", *Caros Amigos*, março 2001.

guerra emocional como norma que justifica todo apelo à conquista. Influi cada vez mais em nossas ações e produz o estressado, disposto ao combate e ao atrito. No cenário social, assistimos ao choque de múltiplas polaridades - pessoas, partidos políticos, empresas em permanente e acirrada disputa. *Sob a lei ideológica da riqueza, alguém tem de sair excluído.* Cada empresário deseja aquilo que seu rival deseja e/ou tem. O outro é caracterizado como coisa, o rival, o objeto de cálculo. Nesse ambiente, cada pessoa tem seu preço. Essa mentalidade permeia a vida cotidiana, fragmenta a sociedade e destrói vínculos de solidariedade e consideração. A palavra consideração manifesta matizes de calidez e proximidade e uma ativa preocupação com os outros.

O papel regulador do "livre mercado", atrelado às mesmas estruturas de poder, acaba favorecendo os já vitoriosos, redundando no aumento da concentração econômica. Ao beneficiar os ricos, sobra para os pobres uma espantosa mistura de projetos paternalistas e compensatórios e uma crescente dependência previdencial. Observa-se a desintegração da sociedade, pela via dessa exclusão e da insatisfação, o que vem nutrindo a ingovernabilidade.

## **6 - Somos moldados pelo sistema**

Vivemos um tempo de crise de espiritualidade, de solidariedade, de confiança e de capacidade de sentir o outro. Temos medo de rever o sentido da vida, de perceber o que é essencial, de admitir nossa própria ignorância e de abrir caminhos em novos horizontes. Os hábitos emocionais-mentais do conservadorismo e o pessimismo obedecem ao esquema mental produtivista, setorial, positivista, mecânico, fragmentado. Perdem força, mas continuam dominantes, além de desestimular e obscurecer que é no desconhecido que

está o que mais importa e o que queremos.<sup>28</sup> É muito difícil abrir mão do racional, por estar associado ao poder do dinheiro, que transforma tudo em coisas evidentes, que condicionam e alimentam o emocional com elementos da materialidade. Pela mesma razão, resistimos a superar as energias emocionais da apatia, esse racional em ciclo vicioso de acomodação. Vivemos apegados ao progresso material, venerando a racionalidade lógica e individualista. Resta-nos o patético papel de apáticos espirituais, com dificuldade de assumir novo paradigma pelo medo de abrir mão da tutela racionalista.

Com esse apego, não há saída para um novo desenvolvimento. Aprender o desapego é uma arte interior e depende de decidido esforço pessoal. Agindo assim, um cientista social pode identificar as energias da cultura e do espírito (que são poderes intangíveis) na dinâmica social e aplicá-las nos processos de planejamento para criar alternativas. O vereador, o assessor jurídico municipal, o secretário de planejamento, atuando com desapego, serão capazes de descobrir justiça e amor político em suas próprias experiências. Com essa prática, a estética, o amor, a identidade e os direitos humanos podem ser incorporados aos processos de desenvolvimento.

O processo *globototalitarista*<sup>29</sup> tem o caráter de invadir as bases culturais locais pelo entretenimento e pelo consumismo e de converter a sociabilidade à lógica do mercado. O supérfluo é transformado em necessário, e o acesso ao entretenimento e ao consumo material é o referencial coletivo da felicidade. O capitalismo da sociedade da informação e do conhecimento aspira à cultura consumista, individualista e competitiva. Grande proporção da informação

<sup>28</sup> Dalai Lama, ob. cit., 1999

<sup>29</sup> Milton Santos, Caderno Mais, Folha de S. Paulo 2000.

que é vendida ou difundida pela mídia encobre o fato de não agregar conhecimento.<sup>30</sup>

A mídia é instrumento do livre mercado à proporção que seduz e fabrica desejos que estimulam ao consumo. Cria, na audiência, uma hipnose coletiva - invasão cultural -, explorando a fundo os instintos da vaidade humana. Quase sempre informa desinformando, seja apresentando uma imagem distorcida da realidade ou minimizando seu significado, construindo sentidos que não correspondem à realidade.<sup>31</sup> Assim, persuade e instala na mente das pessoas valores utilitaristas que modelam comportamentos e dominam as relações sociais. Uma invisível máquina de propaganda afeta os aspectos mais impensados do cotidiano, manipulando a psique coletiva e semeando ambientes

<sup>30</sup> Carlos Cardoso Aveline, ao comentar o livro de Capra, *A teia da Vida*, em *Planeta*, 297, 1997, argumenta: "A comunicação autêntica não é uma mera transferência de informação, mas sim uma troca entre sistemas vivos. Os meios de comunicação de massa devem fazer o cidadão crescer como ser humano, e não apenas lançar sobre seu cérebro atônito imagens desconexas de coisas que estão ocorrendo em algum lugar, mas que ele não entende porque não percebe qual a relação delas com sua vida concreta".

<sup>31</sup> Pierre Bourdieu em *Sobre la Televisión*, Barcelona, Editorial Anagrama, 1997, argumenta: *Los peligros políticos inherentes a la utilización cotidiana de la televisión resultan de que la imagen posee la particularidad de producir lo que los críticos literarios llaman el efecto de realidad, puede mostrar y hacer creer lo que muestra. Este poder de evocación es capaz de provocar fenómenos de movilización social. Puede dar vida a ideas y representaciones, así como a grupos. Los sucesos, los incidentes cotidianos pueden estar preñados de implicaciones políticas, éticas, etc. susceptibles de despertar sentimientos intensos, a menudo negativos como el racismo, la xenofobia, el temor-odio al extranjero, y la simple información, el hecho de informar, de manera periodística, implica siempre una elaboración social capaz de provocar la movilización (o la desmovilización) social.*

hedonistas.<sup>32</sup> Passa-se a viver passivo, em um mundo artificial, virtual e sem espírito crítico.

Estamos consumindo não por necessidade, mas por ansiedade, multiplicando hábitos distorcidos, sob emocionalidade negativa e baixa racionalidade positiva.

São tantas as coisas desejadas e ambicionadas, principalmente o dinheiro, que possibilita acesso a quase tudo, vindo a ser o remédio para acalmar essa ansiedade. O sistema mexe com o coração e as mentes das pessoas, que se auto-enganam e passam a se identificar com as coisas que consomem. Ter capacidade de comprar é ter possibilidade de preencher fantasias e sonhos pessoais fabricados pela publicidade. Ela semeia insatisfação com a nossa própria forma de vida. Algo valioso, como a auto-estima, está sendo roubado, do nosso pequeno eu local. A cura para a ansiedade dessa perda está na mercadoria que, metamorfoseada de plenitude e com preço no mercado, ameniza esse vazio existencial. Chegamos a acreditar que somos o que temos, e, segundo o neoliberalismo, temos também a "soberania individual" para selecionar nossas preferências.

A máquina publicitária faz do consumo um sutil substituto da democracia liberal. O sistema - como afirma Frei Betto<sup>33</sup> - está fabricando muitos consumidores e poucos cidadãos. As sociedades polarizam-se, ricos e pobres em meio à sociabilidade de luta pelo consumo conspicuo. O espírito humano, seduzido por carências do desejo - não por necessidades -, movimenta-se sob o impulso consumista e entrega-se ao estado de vigília, querendo e imaginando-se ser outra coisa, negando a espiritualidade. É o sistema

<sup>32</sup> São criadas novas necessidades associadas aos desejos mais íntimos, como a sexualidade. Consumir uma determinada coisa - uma cerveja - equivale a ser sexualmente desejado.

<sup>33</sup> Em "Como se deixar Moldar pelo Sistema", em *Caros Amigos*, nº 42, 2000.

capitalista, vivendo da carência, da ilusão, da quimera e dos sonhos futuros, que deixa o homem, em especial o impotente comprador-consumista, numa imaginação compulsiva, intangível, porque o consumo não alimenta o espírito. O egoísmo que impulsiona essa busca se transforma em virtude - que produz o "bem-sucedido" -, enquanto a ansiedade é levada às esferas mais sutis, subjetivas. Sofrem os que não podem acessar e agarrar-se ao objeto desejado, padecem os que não podem imitar as "estrelas" do espetáculo, as vedetes televisivas, que dominam os índices de audiência.<sup>34</sup> Seres perturbados que se percebem excluídos por não se aproximarem dos modelos do consumo.<sup>35</sup> O sonho da "felicidade" material incorpora-se à mente cultural, que leva a atitudes de apego que dominam o inconsciente. Com o sonho sempre adiado, passa-se à exclusão invisível, auto-construída, da esperança de uma falsa felicidade.

## 7 - A sombra do desenvolvimento excludente

A crise econômica e a crescente desigualdade alimentam a violência social no Brasil. A criminalidade moderna e urbana - assaltos, assassinatos e seqüestros - tem clara motivação econômica.<sup>36</sup> A mídia nutre o apetite pelo prazer do consumo material, gerando um forte e violento desejo de possuir o bem alheio.<sup>37</sup> Quando a desumanização da cultura revela sua cara violenta, toda a sociedade pede desarmamento, planos

<sup>34</sup> Segundo Pierre Bourdieu: op. cit., 1997 "Os índices de audiência significam a condenação do homem aos imperativos do mercado, e a subordinação às exigências desse instrumento de *marketing* é o exato equivalente em matéria de cultura demagoga orientada às sondagens de opinião. A televisão governada pelos índices de audiência contribui para o controle do consumidor, supostamente livre".

<sup>35</sup> Frei Betto, op. cit., 2000.

<sup>36</sup> A violência permeia os espaços das pessoas que experimentam relações sociais injustas, e os grupos sociais favorecidos com melhor *status* material têm maiores possibilidades de se tornarem vítimas.

<sup>37</sup> Na telinha global aparecem muitos "Rambos" machistas, para quem as relações humanas passam pela mediação do revólver.

de segurança e policiamento nas ruas. "Ora, como desarmar-se num sistema que induz a desamar?"<sup>38</sup>. As cidades fragmentam-se socialmente, muitos bairros transformam-se em verdadeiros "campos de desconcentração". Uma minoria incluída e privilegiada afasta-se da maioria, fechando-se dentro de refúgios protegidos. É o moderno capitalismo construindo um calamitoso "medo ambiente".

Esse quadro vem se agravando com a política monetária e a abertura comercial que aumentam a recessão e geram desemprego, criando, assim, uma situação sociopática de desespero, estresse e angústia. Aspiramos por um mundo mais humano com um desenvolvimento que comporte o lucro, o consumo e o ser humano, atendido em suas necessidades básicas: educação, saúde, nutrição, habitação.<sup>39</sup>

O desemprego e a perda da renda geram medo, angústia coletiva, estresse e desgaste permanente de energias, causando "emoções destrutivas e enfermidades psicossomáticas".<sup>40</sup> Esse emocional vai sendo gravado na subjetividade coletiva, podendo converter-se em ameaça à ordem instituída e causar efeitos indesejáveis.

Ainda que atentos, resta a impotência para mudar essa visão interiorizada no cérebro coletivo. Todo um conjunto de vivências cotidianas e imagens exerce poderosa influência sobre o espírito individual e coletivo. Da mesma forma que o nosso corpo individual acumula histórias e registra os eventos e os relacionamentos da nossa vida pessoal, o corpo coletivo e as comunidades também "salvam" essas energias e as referidas ao entorno, porque as pessoas e a sociedade

<sup>38</sup> Veja-se Frei Betto, op. cit., 2000.

<sup>39</sup> Veja-se Roberto Salazar C., Ob. cit, 2001.

<sup>40</sup> Veja-se Roberto Crema, *Saúde e Plenitude: um Caminho para o Ser*, São Paulo, Summus Editorial, 1995.

estão indissolivelmente unidas, como o corpo o está à mente e ao espírito.<sup>41</sup>

O contrapoder que busca a construção de uma sociedade sustentável identifica ligações entre território local, planejamento participativo e campos patogênicos no empenho de detectar e trabalhar os bloqueios causados pelo estresse sociopático e apresenta proposta para a saúde física, mental, emocional e espiritual. A inteligência viva e auto-organizativa da natureza, em permanente vínculo e comunicação com o homem, faz que aprendamos com sua dinâmica processos que equilibrem o emocional humano e o da sociedade.

Nessa singular perspectiva, pode florescer uma sociabilidade consciente e harmônica, com a marca cultural do consumo concernente aos requerimentos dos recursos renováveis da natureza.

Muitos brasileiros sentem-se fracassados após a perda do emprego, do seguro social e/ou ao viver com aposentadorias insuficientes. Perderam a auto-estima, passando a viver tensos e deprimidos, indo apoiar-se na assistência psicológica ou afogando as penas no álcool.<sup>42</sup> O nervosismo

<sup>41</sup> Veja-se Marilyn Ferguson, *La conspiración de Aquário*, Barcelona, Kairos, 1994.

<sup>42</sup> Veja-se Richard Sennet, professor de sociologia da Universidade de Nova York, em *A Corrosão do Caráter*, Rio de Janeiro, Editora Record, 1999, argumenta: "O fracasso é um grande tabu moderno. A literatura popular está cheia de receitas de como vencer, mas sem sugestões de como enfrentar o fracasso. Aceitar o fracasso, dar-lhe uma forma e lugar na história de nossa vida, pode ser uma obsessão interior nossa, mas raras vezes a discutimos com os outros. O fracasso não é mais a perspectiva apenas dos muito pobres ou desprivilegiados. Tornou-se mais conhecido como um fato regular nas vidas da classe média. O mercado em que o vencedor leva tudo é uma estrutura competitiva que predispõe ao fracasso grande número de pessoas educadas. As reduções e reengenharias impõem às pessoas da classe média tragédias súbitas que nos primeiros tempos do capitalismo ficavam muito mais limitadas às classes trabalhadoras.

social e a violência doméstica estão em grande parte ligados, diretamente, às demissões. As energias negativas criadas pelas pessoas desempregadas e deprimidas ampliam-se com o sofrimento dos familiares e fluem no campo emocional da sociedade na forma de *estresse sociopático*, com ressonância que se faz perceptível e reconhecida. Quando em maior proporção, esses sofrimentos conformam campos patogênicos.<sup>43</sup>

As políticas convencionais de desenvolvimento não consideram essas dimensões nem se preocupam com os sentimentos individuais e coletivos dos pobres. Esses sofrimentos psicológicos e psíquicos ainda continuam sendo tratados como assunto dos manicômios, e não como uma questão social e política.

O novo relatório de consulta com os pobres - *Alguém pode nos escutar?* - feito pelo Banco Mundial afirma que a pobreza significa dor. Os pobres sofrem dor física que resulta da falta de alimentos e de jornadas intensivas de trabalho. Sofrem também de dores emocionais provocadas pelas humilhações cotidianas, em razão da dependência, da subalternidade e da falta de poder. Sofrem ainda dor moral pelo fato de ter de fazer quase sempre escolhas que causam angústia e conflito interno, como pagar o aluguel ou a conta do médico.<sup>44</sup>

<sup>43</sup> *Pathos* significa doença.

<sup>44</sup> Veja-se Caroline Myss, cientista americana, em a *Anatomia do Espírito*, abordando que todas as experiências individuais, conscientes ou inconscientes, negativas e positivas, registram sua memória nos tecidos celulares e na profundidade psíquica. Toda experiência é informação. A energia do emocional fica gravada no corpo, na mente e no espírito. São entidades indissociáveis. Os pensamentos entram no corpo físico como correntes, levando energias emocionais, mentais ou espirituais que geram respostas biológicas de diferentes tipos. Por outro lado, os estados emocionais geralmente influenciam a saúde física. Um estado de tristeza e depressão prolongada, por exemplo, geralmente leva ao

*A pobreza, que causa tanta dor, vem aumentando e comprometendo esse estado coletivo de angústia, carência, ansiedade e frustração, que forma campos patogênicos de ressonância disseminados, em socialização doentia, pelos canais e pelos mecanismos do sistema socioeconômico.*

A dor física, emocional e moral da pobreza é registrada no tecido celular de milhares de brasileiros, na biologia coletiva e/ou no inconsciente coletivo.<sup>45</sup> A energia das comunidades humanas está contida nas pautas das instituições, nos costumes, nas tradições e nos mitos. Toda "instituição é muito mais que uma organização, é composta, em parte, pelos determinantes sociais e em parte *construída* com tijolos e janelas do psiquismo humano". O individual e o coletivo interagem permanentemente com o ambiente, assimilam as experiências e, pouco a pouco, ajustam-se. Na dinâmica individual operam a sociedade, a hereditariedade, o ambiente e uma energia - invisível - inerente a cada pessoa que a caracteriza individualmente. Por isso é muito difícil mudar o que é invisível, intangível, inconsciente.

O inimigo do desenvolvimento humano está dentro de nós - o humano que cria é o mesmo que destrói. Somos detentores de uma carga energética derivada do nosso potencial, aceito e/ou negligenciado; de ondas energéticas de nossas famílias

desenvolvimento de uma doença física. Diversas enfermidades resultam dos baixos níveis de energia, dos sentimentos de desesperança, da baixa auto-estima, do incessante monólogo interior negativo, do inconsolável pranto. A depressão destrói as energias, leva ao esgotamento, enfraquece a saúde.

<sup>45</sup> Caroline Myss, ob. cit., diz que tudo o que está vivo expressa pulsões de energia, afirmando que toda energia contém informação. Todas as experiências carregadas de energia emocional - relacionamentos passados ou presentes, experiências traumáticas ou amorosas, lembranças, padrões de crenças e atitudes - entram como código no nosso sistema biológico e firmam-se no tecido celular. É possível que toda essa experiência, presente e passada, esteja contida na mensagem genética das pessoas.

e de nossos ancestrais; e da memória e da experiência sociocultural que se inscrevem no psiquismo. Essa força energética que conduzimos é projetada nas relações que mantemos com os outros. O coletivo cria uma teia de relacionamentos que revela a energia do nosso potencial interior, os estados de sentimentos positivos ou negativos e até expressões corporais ou faciais.

Essa compreensão leva a intuir que o desenvolvimento sustentável depende da força energética pessoal, do poder construtor dos relacionamentos coletivos e da conversão das informações patogênicas e respectivas ressonâncias presentes nos campos intangíveis da socialização - instrumentos que potencializam uma socialização sustentável. De posse desses elementos, como focar o planejamento participativo?

## 8 - Somos medrosos

O apego produz medo de enfrentar o inimigo interno, o desconhecido.<sup>46</sup> Impede a tomada de decisões que apresenta possíveis perdas. O medo congela as tentativas de inovações, que apresentam riscos. *Quanto mais imprevisível nos parece o futuro, mais intensas se tornam a ansiedade e a demanda por previsões seguras sobre o amanhã. Quanto menor a capacidade e a condição objetiva de fazer prognósticos confiáveis, maior a subjetividade que denota. Os extremos alimentam-se.*<sup>47</sup> Os políticos agressivos ou autoritários são, ao mesmo tempo, muito medrosos; usam a agressão como estratégia de preservação de poder. O caráter conservador está na forma de portarem-se, no cotidiano, com as rotinas e

<sup>46</sup>Roberto Crema, op.cit, 1995 diz: "medo de perder o que se julga possuir; ou de não reaver o que se julga ter perdido".

<sup>47</sup>Veja-se Eduardo Giannetti em *Nada é tudo: Ética, Economia e Brasilidade*, Campus, 2000.

as velhas práticas que dominam, preferindo o conhecido ao risco de enfrentar o novo ou abrir-se a ele.

Contraditoriamente, a incerteza é a força que impulsiona à criatividade. Nessa circunstância, percebe-se que do outro lado do medo está a luz da liberdade, que é outra realidade.<sup>48</sup>

No crescimento indiscriminado, além da agressão aos valores socioambientais e da ansiedade - pessoal e coletiva -, tornamo-nos seres egoístas e cínicos, ao orientar a vida comum para a acumulação de coisas, pela vontade de ter poder sobre as coisas e as pessoas; com isso, passamos a buscar vantagens pessoais à custa dos outros. Esse comportamento traz em si um emocional refletido em sentimentos e em atitudes marcados pelo apego e pela dependência consumista.<sup>49</sup> Em decorrência, o individualismo sedimenta-se na subjetividade coletiva do povo, e a sociabilidade fica empobrecida.<sup>50</sup>

## 9 - Nosso propósito de vida

A série de crises socioeconômicas que o mundo suporta revela que existem graves problemas com o sistema. Urge interromper esse modelo substituindo-o por outro alternativo. A crise social e a insustentabilidade econômica vêm estimulando a busca do espiritual - o *essencial que pode*

<sup>48</sup> Referimo-nos a Maitreya, um homem pouco conhecido e que vem sendo divulgado por Benjamin Creme (artista e escritor britânico) desde 1977 como grande sábio preocupado com os problemas contemporâneos que angustiam o futuro humano e da Terra. Segundo Creme, Maitreya é originário de um retiro no Himalaia, morando atualmente em uma comunidade hindu em Londres.

<sup>49</sup> Os valores que nos guiam fundem a racionalidade à emoção.

<sup>50</sup> O estado da sociedade está ligado ao estado de nossa mente, coração, corpo e espírito.

sustentar o desenvolvimento. A sustentabilidade só pode afirmar-se com desenvolvimento humano.

O processo de desenvolvimento não pode ser compreendido unicamente em termos dos componentes materiais, econômicos, tecnológicos e institucionais. Uma visão unidimensional do desenvolvimento é absurda e perigosa. Além da dimensão material, presente nas necessidades de subsistência, nos desejos materiais e nos empreendimentos que geram empregos e serviços, a dimensão espiritual deve constituir o propósito maior da vida social. Se o modelo dominante fabrica sofrimento e se esse tormento é causado, essencialmente, pela identificação de nossa essência com o acesso às coisas materiais - a negação do ser espiritual -, falta-nos pensar outra maneira e outra gestão do desenvolvimento que comporte a inteireza humana.<sup>51</sup>

O trabalho com as dimensões intangíveis do desenvolvimento requer observar os requisitos: a) como queremos e devemos viver; b) quem somos nós; c) qual é o propósito de nossa existência e de nossas vidas; d) que tipo de desenvolvimento estamos construindo; e) que experiência de vida coletiva estamos escolhendo.

As proposições a seguir oferecem norte à empreitada de uma sociedade sustentável:

- Construir um bem-estar econômico e a vida social mais humana e sustentável a partir da sociedade impaciente, utilitarista e centrada no curto prazo
- Fazer do desenvolvimento local sustentável o instrumento de desenvolvimento da cidadania, das parcerias, das complementaridades, tendo em vista uma sociedade alegre, saudável, criativa e bonita.

<sup>51</sup> Maitreya em reportagem de Benjamin Crema, 1999

- Construir valores e sentimentos solidários numa cultura que enfatiza o consumo material e hedonista e que supervaloriza o dinheiro.
- Introduzir os conceitos de solidariedade, cooperação, parcerias, complementaridade, cuidado e beleza nos processos de desenvolvimento local.

## 10 - A dimensão espiritual<sup>52</sup>

A pobreza material não vai desaparecer, o emprego não vai aumentar, as doenças não vão ser curadas, a economia não vai viabilizar a expansão de investimentos sustentáveis e a impunidade não será superada se nos detivermos apenas a cultivar os valores espirituais. Mas sem a dimensão espiritual não há solução duradoura, e cultivando esses valores é possível superar os bloqueios sociopáticos do pequeno eu local e com isso gerar energia política para reverter o quadro da pobreza, reavendo a identidade e a dignidade.

Espiritualizar o processo de desenvolvimento consiste em transformar as energias negativas contidas na permanente luta entre atores sociais e agentes políticos assim como nos relacionamentos patológicos, injustos, discriminatórios, agressores à natureza, corruptos e cínicos. Tem-se de investir, sem paternalismos, em equipamentos sociais básicos para salvar vidas humanas, na produtividade da terra para minimizar os efeitos ambientais negativos e na educação da população para uma vida cívica de responsabilidade.

<sup>52</sup> Estamos de fato incorporando no conceito de desenvolvimento sustentável a dimensão espiritual, pautada, de alguma maneira, num antigo conceito do mundo, no conceito do Cosmo orgânico, composto por múltiplos níveis, onde a vida começa pelos domínios mais elevados, invisíveis, intangíveis, próprios da espiritualidade, onde planos mais elevados são, ao mesmo tempo, os mais íntimos, os mais inclusivos, invisíveis.

À proporção que as autoridades - prefeito, vereador ou chefe de gabinete - assumirem a inteireza humana, na identidade dos elementos, matéria (corpo), pensamento (mente) e poder interior (espírito), passarão a valorizar melhor a subjetividade, a consciência, o compromisso, a confiança, a responsabilidade, a beleza e o amor político e a incorporá-los naturalmente à gestão social, mesmo que não possam ser quantificados e exibidos como resultados estatísticos, a exemplo dos resultados econômicos. Nenhuma autoridade gosta de fazer um desenvolvimento feio ou antiestético no seu município. Ninguém - salvo *homo demens* - gosta de promover processos que causem pena e abatimento nas comunidades humanas. Mas poucos pensam em como fazer um desenvolvimento espiritualoso, jovial, engraçado e amoroso.<sup>53</sup>

Na equação do desenvolvimento humano, o foco é a auto-realização.<sup>54</sup> O sim à decisão consciente de vida digna e saudável depende de realidades intangíveis que somente o amor, a intuição e a luz do coração podem enxergar.<sup>55</sup> Daí a necessidade de assumirmos a dimensão espiritual para que nossos esforços e nossa sociabilidade ultrapassem os limites do utilitarismo, do egoísmo, da desconfiança, da insensibilidade. A vida espiritual é a essência humana e realiza-se em perspectiva social.<sup>56</sup> Ou somos espirituais em

<sup>53</sup> Roberto Crema, op. cit., 1995 afirma: "A seriedade é uma séria patologia... rir é um santo remédio. Uma boa gargalhada desfaz muitos nós, revitaliza e oxigena o organismo inteiro, é anúncio de celebração, é a música da alegria...".

<sup>54</sup> Antohny Giddens, op. cit. citando C. Murray. *Pursuit of Happiness and Good Government*. Nova York, Simon and Schuster, 1988.,.

<sup>55</sup> Veja-se Leonardo Boff em *Ética de Vida*, 1999.

<sup>56</sup> A dimensão espiritual é quase sempre associada a alguma prática religiosa, e no discurso da sociedade materialista é associada aos aspectos misteriosos da religião e a experiências místicas.

sociedade com os outros ou não o somos em absoluto.<sup>57</sup>  
O espírito é uma energia autocriadora<sup>58</sup> para o viver em sociedade, com a consciência política de interação com as pessoas em seus valores e virtudes, como a compaixão, a solidariedade com o próximo, o amor pela vida, o cuidado com a natureza.<sup>59</sup>

Toda luta social e política em favor do desenvolvimento sustentável converte-se numa experiência de espiritualidade individual e social. Espiritualidade não como saída religiosa à crise da insustentabilidade.<sup>60</sup> As energias invisíveis da vida, o compromisso, a solidariedade, a vontade, a esperança, a alegria, não são menos reais pelo fato de serem intangíveis,<sup>61</sup> por isso o cuidado com as escolhas em cada atividade, movimento, pensamento, sentimento, palavra, decisão.

Fazer outro desenvolvimento consiste na capacidade de perceber a sociedade local e o município, em um marco transcendente de significado espiritual e valor cultural, além do consumismo e do auto-interesse que dependem de níveis crescentes de renda, que não levam a graus maiores de felicidade ou de satisfação com a própria vida. Renda que não traz benefício à sociedade e à natureza só gera desigualdade e desequilíbrio ecológico. Esse desenvolvimento apóia-se na experiência de transformação social, imbuída dos significados da sociedade, do território municipal, do

<sup>57</sup> Fritjof Capra e David Steindl-Rast, citando Thomas Matus em, *Pertencendo ao Universo*, São Paulo, Cultrix/Amana, 1991.

<sup>58</sup> Leonardo Boff, em *O despertar da Águia*, 1998.

<sup>59</sup> David Boadella em *Inspiração e Corporificação: Energia e Caráter*, São Paulo, Summus Editorial, 1977.

<sup>60</sup> Há distinção entre religião e espiritualidade. "A religião está relacionada à crença no direito à salvação e na aceitação de alguma realidade sobrenatural, conforme as tradições de fé. A espiritualidade está relacionada com as qualidades do espírito humano que trazem felicidade - o amor, a compaixão, a paciência, a tolerância, o perdão, o contentamento, a responsabilidade, a harmonia. Dalai Lama, 2000.

<sup>61</sup> Will Keepin, 1998.

propósito do desenvolvimento local e da gestão pública municipal. Essas questões referem-se à compreensão do sentido último dos nossos esforços sociais e políticos e, também, respondem às sanções por nossos atos e projetos.<sup>62</sup>

A energia interna, que impulsiona ao sentido mais avançado de desenvolvimento intelectual, emocional, moral e social, é, em essência, de natureza espiritual.<sup>63</sup> Seguir essa trilha é acessar nossas potencialidades espirituais superiores e transcender para uma trajetória de amorosidade, pensando e agindo para melhorar a condição humana e para preservar a natureza.<sup>64</sup> Quando nos preocupamos com a sorte do próximo - dos cidadãos - e expressamos um desejo honesto pelo seu bem, estamos semeando luz espiritual. A conduta amorosa influi nas ações e, conseqüentemente, no bem-estar dos outros, ao mesmo tempo que realizamos a nossa própria transformação.<sup>65</sup>

## 11 - O poder está no amor

Não estamos aproveitando o poder da energia espiritual que a vida proporciona. É necessário investir em "capital social" construindo vínculos, laços, redes de cooperação e relações dialógicas entre os atores sociais para dar sentido à interdependência e à solidariedade dessa energia, com o poder de redefinir a separatividade para a coesão social. O modelo socioeconômico dominante insiste nos valores da competitividade, que legitimam e respaldam a economia e a sociedade global. À proporção que não existe competitividade entre desiguais, a cooperação é adotada para a solução de muitos problemas. Observam-se

<sup>62</sup> Leonardo Boff em *A voz do Arco-Íris*, Brasília, Letraviva, 2000 citando Danah Zohar, "o Ser Quântico", 1993.

<sup>63</sup> Maitreya.

<sup>64</sup> Víctor Sánchez, 1997.

<sup>65</sup> Dalai Lama, ob. cit., 2000.

comportamentos econômicos eticamente comprometidos<sup>66</sup> em pessoas e autoridades que vêm constatando a interdependência do "capital econômico" com o "capital social", em que ocorrem as realizações espirituais de agentes, atores e comunidades locais.

O amor é o insumo energético para o que queremos fazer como seres humanos e gestores públicos éticos.<sup>67</sup>

A confiança, a solidariedade, a justiça, a bondade, a compaixão e a alteridade são qualidades transraciais, intangíveis, que possibilitam criar uma teia relacional amorosa capaz de facilitar a construção de processos de desenvolvimento sustentável.<sup>68</sup>

A transição para uma sociedade sustentável deve pautar-se em sentimentos de amor. É preciso admitir que essa concepção não é valorizada pelo pensamento tradicional; não está incorporada à Ciência Social, que se ocupa com o desenvolvimento; incomoda ao machismo sedimentado na cultura política dos gestores públicos. Falamos do amor - sem sentimentalismos - como energia mais profunda que a razão, que expressa com clareza a solidariedade, o respeito, a cooperação, a compaixão, o cuidado e a confiança no outro. Nisso está o poder de converter a agressão em cooperação e a possibilidade de orientar as condutas relacionais fluidas, no aceitar o outro ser humano como único e diferente - legítimo.<sup>69</sup> A consciência e a prática dos valores do amor e da solidariedade fazem-nos amorosos e solidários uns com os outros, assim como cuidadosos com a natureza. Se o amor é capaz de curar e transformar as pessoas, por que não

<sup>66</sup> Amartya Sen, *Sobre ética e economia*, Companhia das Letras, 1999.

<sup>67</sup> Humberto Maturana e Sima Nisis, em *Formacion Humana y Capacitación*, Colombia, 1978.

<sup>68</sup> É a confiança que possibilita o processamento dos conflitos, enquanto o cuidado com a natureza abre caminhos à cura dos traumas emocionais.

<sup>69</sup> Humberto Maturana e Sima Nisis, op. cit., 1978.

estabelecer os vínculos pessoais com essa energia para transformá-las e para construir uma sociedade sustentável?

Não há como construir uma sociedade sustentável sem fortalecer o "capital social" local e sem a prática e a vivência de nova energia política que conduzam à abertura democrática e à real democracia participativa. Os valores do capital social vão sendo incorporados ao tecido social como harmônicos campos de ressonância, o que potencializa pensamentos, sentimentos e ações solidárias.

Com certeza, esses argumentos encontram resistência nas estruturas de poder tradicionais, que mantêm o "desenvolvimento" sem a possibilidade de satisfazer às necessidades básicas de grande contingente populacional e sem as lentes espirituais para visualizar os traumas emocionais. O desenvolvimento concentrado na produção indiscriminada de mais e mais mercadorias só revela estupidez e ausência da dimensão afetiva e amorosa da vida.

Nas condutas tradicionais de políticos que militam em diversos partidos, prepondera o uso da força, do engano, da agressividade e do cinismo para ocupar ou conservar o espaço de poder. Esses políticos persuadem, com animosidade e rancor, para impor os interesses particulares. Como amigos políticos são tolerantes, mas como inimigos políticos são "perfeitos". A irracionalidade estampada na antipatia, que se alimenta do ódio,<sup>70</sup> resulta, assim, no "desenvolvimento" com odiosidade, sem comportar a amorosidade.<sup>71</sup> A "racional" estupidez humana é o fator determinante da megacrise em que vivemos.<sup>72</sup> Temos de

<sup>70</sup> Anthony Giddens, *Para Além da Esquerda e da Direita*, Unesp, 1996.

<sup>71</sup> O Dalai Lama afirma que a natureza básica da humanidade é bondosa em vez de agressiva e que o propósito da vida é a felicidade. Podemos pensar o desenvolvimento partindo dessa premissa.

<sup>72</sup> Roberto Crema, op. cit. 1995.

estudar "estupidologia" para entender essa atitude racional cumulativa, esse comportamento insensível e autodestrutivo.

Como fazer desenvolvimento municipal com ódio?  
É admissível o "animador" em processo de gestão municipal disseminando e alimentando conflitos?

## 12 - Criamos o destino social a partir do "pequeno eu local"

A mudança interna e consciente no *pequeno eu local* das pessoas constitui o início da transição para uma sociedade sustentável. A observação íntima do despertar interior das pessoas é a experiência embrionária do *capital social*. O capital social resulta da transformação de nossa emocionalidade - com a mudança dos registros negativos do tecido celular - para assumirmos novos valores, que darão conteúdo reestruturante às instituições.<sup>73</sup> Uma coisa linda começa a acontecer quando se muda a perspectiva da vida.

As ações individuais ou coletivas conformam o entendimento e a percepção da vida e refletem os relacionamentos sociais. Assim como somos fruto de nosso entendimento e da forma de sentir o mundo, a qualidade da nossa gestão política é, em grande parte, determinada por nossa forma de encarar a vida. Essa constatação implica a opção de acessar nossas energias afetivas para ver as coisas com paixão, harmonia, solidariedade, amizade e emoção inteligentes. Isso traduz conhecimento inovador que nos fará agentes sintonizados com a essência humana nas potencialidades do novo homem, atento às escolhas que favoreçam a sociedade sustentável.<sup>74</sup>

<sup>73</sup> Mentis saudáveis e corações amorosos tendem a estimular relacionamentos saudáveis. Mentis doentes e corações perturbados só constroem separatividade.

<sup>74</sup> Na verdade, nada de grande acontece sem paixão.

Assim, não podemos trazer medos, negações, ódios, ânsia de poder - o estresse da exclusão - à vida social e política. Por sermos dotados do poder de escolha, está a ser feita a opção pela criatividade do tecido social e pela responsabilidade na emissão de energias, pensamentos e sentimentos adequados à mudança da sociedade.

A liberdade de escolha pode ser a nossa maior força ou pode conduzir a equívocos prejudiciais. Depende da educação, do ambiente democrático, do acesso ao conhecimento, da informação e do diálogo interno. As escolhas de pessoas solidárias e sensíveis, que estabelecem vínculos com outras pessoas solidárias e sensíveis, vão construir energia e informação solidárias. As escolhas de pessoas egoístas e racionalistas, que estabelecem vínculos com pessoas semelhantes, não podem resultar em condições de bem-estar social.<sup>75</sup>

A qualidade dos relacionamentos explica o tecido social, e a qualidade do capital social está enraizada na estrutura e na cultura da sociedade. Mesmo em uma cultura individualista e impulsionada pelo auto-interesse, é possível, direcionar o racional para construir a solidariedade. A mútua desconfiança, que leva à separatividade e ao enfraquecimento dos sentimentos de proximidade, converte-se em cooperação e solidariedade, a partir de uma pauta que concilie os interesses das pessoas. O processo de juntá-las em torno de interesses comuns faz despertar o homem político, o cidadão com horizontes de nova sociabilidade.<sup>76</sup>

<sup>75</sup> Essa nova consciência social está sendo elaborada pela sociedade civil. Uma silenciosa mudança de valores é também observada nas comunidades criativas e nos atores humanistas ocupados com qualidades e que buscam significados espirituais. Infelizmente, esses movimentos apresentam-se fragmentados, desarticulados, embora caminhando no mesmo sentido.

<sup>76</sup> Verônica Moraes, 2000.

### 13 - Mecanicismo e separatividade

Já assinalamos que a racionalidade se afirma em premissas emocionais. Mas pensamos e encaramos a sociedade e os nossos relacionamentos com o uso apenas da racionalidade. Assim, a vida social - a complexa convivência com os outros - é percebida como uma espécie de máquina vivente, integrada por componentes básicos movidos por uma força racional. Nessa conceituação - ancorada na física clássica -, interpretamos o desenvolvimento de forma mecanicista. Por isso, temos afirmado ser difícil sair do paradigma mecanicista dominante.

A física clássica tornou-se o paradigma principal do pensamento ocidental moderno. Levou a que a realidade fosse pensada como fundamentada na matéria - coisas concretas, quantificáveis e externas às pessoas. *"O que não pudesse ser quantificado estava eliminado do conhecimento, não existia".*<sup>77</sup> O avanço do conhecimento e a possibilidade de resolver problemas fundamentam-se na capacidade de separar; separar para experimentar. Conhecer significa duvidar. Nesse raciocínio é que separamos as disciplinas, os setores, os sexos, o homem da natureza, o observador de sua observação, o espírito da matéria, a mente do corpo. Separamos tudo, as consciências humanas, as culturas, as religiões, as instituições, os papéis de gênero.<sup>78</sup> Dessa forma, instalou-se um poderoso sistema de ego determinando que vivamos como se fôssemos seres separados.

<sup>77</sup> Edgar Morin, op.cit. em Saberes Globais e Saberes Locais: o Olhar Transdisciplinar, Rio de Janeiro, Garamond, 2000.

<sup>78</sup> Conforme Edgar Morin, op.cit, 2000 "Muitas enfermidades são resultado do ambiente urbano e social... As pessoas vivem para ver o médico, o psiquiatra, o psicanalista. Têm dor de cabeça, dor no estômago, dor de tudo. Há uma influência do ambiente social e cultural no organismo biológico, mas, como tudo está fundado sobre o princípio de separação, este conhecimento é mutilado".

Esse raciocínio moldou as ciências humanas à visão do homem, da sociedade, do Estado, da economia, do município, do projeto, como máquinas movidas por mecanismos que apresentam certas regularidades.<sup>79</sup> Até o processo de planejamento local é interpretado como um instrumento que se movimenta de acordo com um *Logical Framework*, para adequar-se à progressividade e à previsibilidade pretendidas.<sup>80</sup>

Na lógica racional, tudo o que acontece tem uma causa definida e produz um efeito também definido. Daí a necessidade de indicadores de eficiência, eficácia e efetividade para corrigir o rumo das atividades e aumentar as probabilidades de êxito. Nessa perspectiva, o futuro municipal pode ser previsto, desde que as variáveis estratégicas possam ser conhecidas e controladas. O gerenciamento moderno dispõe de um instrumental que torna possível a manipulação dessas variáveis visando gerar um produto de qualidade. Todo esse instrumental pode, até mesmo, apoiar-se em exercício participativo. A gestão pública permanece limitada e o território retalhado, porque a subjetividade com os elementos complementares continua proscrita, enquanto a imprevisibilidade continua dominante.

*Cogito ergo sum*, "Penso logo existo," afirmou Descartes. Nesse *cogito* cartesiano, somos apenas seres racionais, porque a essência do ser humano reside no pensamento.<sup>81</sup> Na

<sup>79</sup> Recordemos que Auguste Comte chamou primeiro à sociologia de "física social".

<sup>80</sup> Marco Lógico.

<sup>81</sup> Como argumenta F. Capra, em *Ponto de Mutação*, São Paulo Cultrix, 1982: "A divisão cartesiana entre matéria e mente teve um efeito profundo sobre o pensamento ocidental. Ela nos ensinou a conhecermos a nós mesmos como egos isolados existentes 'dentro' dos nossos corpos; levou-nos a atribuir ao trabalho mental um valor superior ao do trabalho manual; habilitou indústrias gigantescas a venderem produtos - especialmente para as mulheres - que proporcionam o corpo ideal; impediu os médicos de considerarem seriamente a dimensão psicológica

realidade, somos seres *sentipensantes*. "Penso e sinto, logo existo". A essência do ser humano reside nesta *unidualidade*. Nessa lógica, a beleza dos sentimentos foi substituída pelo racionalismo, suprimindo a unicidade da vida.

Não há nada de errado com a quantificação.<sup>82</sup> Todas as ciências empíricas precisam dela. Mas a realidade não pode ser reduzida ao que é quantificável e objetivo, ao que é possível apreender com os cinco sentidos humanos. A dor moral, a alegria comunitária, a solidariedade e a confiança social não deixam de ser reais porque a ciência não dispõe de ferramentas para quantificá-las. A subjetividade da consciência, da mente e das dimensões intangíveis do espírito foi considerada dimensão não-científica.

O mecanicismo que criou a separatividade redundou em um paradigma de poder baseado no conflito e no confronto. Em decorrência, a política convencional é determinada por valores de luta e está preparada para o conflito em defesa de interesses. Daí estarmos acostumados a enfatizar o que nos separa dos outros, vemos mais a diferença que a complementaridade.

#### **14 - Aspectos quânticos do desenvolvimento local**

Os aspectos intangíveis do desenvolvimento podem ser demonstrados pela física quântica.<sup>83</sup> A realidade é constituída por uma multiplicidade de campos energéticos com complexo dinamismo que não percebemos no dia-a-dia. É impossível negar a existência de realidades alternativas só porque a nossa percepção ordinária está restrita à

das doenças e os psicoterapeutas de lidarem com o corpo de seus pacientes".

<sup>82</sup> René Descartes afirmava: "Só podemos acreditar naquelas coisas que são perfeitamente conhecidas e sobre as quais não pode haver dúvidas".

<sup>83</sup> No nível subatômico, a matéria é energia e, também, a energia é matéria.

capacidade dos nossos sentidos, que operam apenas dentro de determinados contextos. O conhecido nesses contextos é uma parte muito limitada do total de emanções energéticas reveladas ao homem. Após milhões de anos de evolução, nossa mente só sintoniza a dimensão física e de forma imperfeita. Continuamos prisioneiros dos cinco sentidos.

*A física quântica ensina que as coisas que aparecem aos sentidos como sólidas e estáveis são, na realidade, um grande movimento de energia. A base do mundo físico não é apenas a matéria sólida. A dinâmica da matéria é governada por fatores não materiais - energias, campos de gravidade e ondas eletromagnéticas.<sup>84</sup> Nas unidades subatômicas, os objetos não são sólidos e não conservam as características do objeto dividido. No mundo subatômico, os átomos e as partículas manifestam-se tanto em forma de partícula como de onda. Partícula e onda são aspectos interligados da mesma realidade. São dimensões diferentes e articuladas da matéria.<sup>85</sup>*

Se observarmos a estrutura das partículas, temos energia eletromagnética organizada e, ao mesmo tempo, temos a informação de que as coisas não são realmente coisas, senão

<sup>84</sup> "As partículas subatômicas são enigmáticas, pois seu comportamento e aparência dependem de como o físico conduz a experiência. Vista de um certo modo, uma entidade subatômica pode parecer uma partícula, como se esperava - uma entidade confinada a um volume muito pequeno; vista de outro modo, é uma onda. Enquanto uma partícula localizada no espaço não pode ser desintegrada e mantém sua identidade quando colide com outras partículas, uma onda se difunde por vastas regiões do espaço, é divisível de infinitas maneiras e se funde completamente com outras ondas que venha encontrar" (Anna Lemkow, 1990, comentando Nick Herbert, *Quantum Reality*, 1985).

<sup>85</sup> Ver Amit Goswami autor da obra *Quantum Mechanics*, citado por Márcia Maranhão, em "Portais para Uma Nova Realidade", *Planeta*, 288, 1996.

<sup>86</sup> A esse respeito veja-se Edmundo Tomaselly, *El Tercer Vórtice: Algunos Principios de la Mecánica Cuántica aplicados en Psicoterapia*, Quito, Ediciones Abya-Yala, 1998.

probabilidades,<sup>86</sup> porque a matéria existe apenas tendencialmente. De forma análoga, somente quando passamos a observar determinados fenômenos sociais e os relacionamentos é que eles adquirem caráter tangível e concreto.

Nessa concepção, podemos assumir que somos visíveis e "invisíveis" ao mesmo tempo, e, provavelmente, somos algo mais do que nos percebemos - organismos biológicos sentipensantes, incapazes de escutar o silêncio interior relativo ao sofrimento moral e às mazelas sociais. A existência é dinâmica, imprevisível e aberta à descontinuidade. A sociedade não está fora de nós, vibra em nosso ser em toda sua complexidade.

Está superada a justificativa científica para nos mantermos na fragmentada visão dualista, fechados no racionalismo. Optemos pela ciência que explica o pleno inter-relacionamento do todo e que esclarece não haver uma única realidade, mas possivelmente múltiplas realidades. "A realidade acontece quando a vemos, assim como acontece independentemente de como a vemos".<sup>87</sup>

Trabalhar o lado intangível do desenvolvimento significa integrar aos processos de mudança todo o complexo de ondas e energias inerente ao estado subjetivo de vibrações, turbulências e harmonias do mundo local, cujas energias são expressas nos sonhos, nos mitos, nas visões e nos anseios

<sup>87</sup>Leonardo Boff, op. cit., 2000, citando Danah Zahar em *O Ser Quântico* "Imaginemos uma pequena pedra jogada numa bacia cheia de água. Podemos observar na superfície da água uma pequena onda, de forma circular. Essas ondas são manifestações da energia da pedra. Na física quântica, pedra e onda são a mesma coisa. Quando são observadas, as partículas ocupam um lugar determinado no espaço e no tempo, revelam-se como sólidas e apresentam existência material. Quando não observadas, elas ocupam lugares diferentes, como as ondas, e são invisíveis".

peçoais, comunitários e em escala territorial. Significa imbuir-se de sentimentos de amor político para observar a sociedade - em território - além das manifestações materiais, econômicas e tecnológicas. Em ação, significa incorporar à estrutura da gestão pública, além de recursos econômicos, "variáveis" intangíveis, como o emocional coletivo, a identidade cultural, a transparência e o diálogo com a sociedade civil organizada, no propósito de favorecer maior entendimento e identificação dos problemas locais.

A gestão pública tem dinâmica imprevisível, flexível, indeterminada e singular, refletindo o movimento da vida em sociedade, energizada que é nas dimensões material, cultural e espiritual. Essa concepção está contida nas narrativas das pessoas de maior representatividade local, no emocional que expressam, nas percepções ampliadas da vida em sociedade e na evidência de que interpretam a história local e visualizam o futuro. São manifestações que facilitam ou dificultam a transformação social e que caracterizam a cultura local..

O mental, o cultural e o espiritual dizem respeito à forma de pensar, de viver e de ser em relacionamentos com nosso interior, com os outros e com o mundo. Se queremos perceber como a vida cultural afeta nossa maneira de viver, temos de olhar como nossos relacionamentos são afetados.

## **15 - O emocional na gestão social**

O desenvolvimento pode ser como o povo brasileiro, uma realidade impregnada de alegria, de esperança, de humor, de leveza. O desenvolvimento humano alicerça-se no poder do amor, da solidariedade, da confiança e nas idéias, emoções, identidade e valores da realidade local. À proporção que reconhecemos, entendemos, consideramos e inserimos essas dimensões intangíveis à formação humana, as práticas sociais são potencializadas em processo transformador e na perspectiva quântica de ondas, sentimentos e pensamentos.

Todos somos condicionados a viver em conformidade à cultura e a vivenciar os sentimentos inerentes à vida em sociedade no grupo social a que pertencemos. Da compreensão desses sentimentos é que se adquire a confiança. Os sentimentos têm valor e significado, por isso afetam o emocional das pessoas. A proximidade ocorre na construção de relacionamentos quando agimos com empatia e alteridade - livres, sem pré-julgamentos, que geram ansiedade, desesperança e melancolia, elementos da separatividade. A proximidade favorece a abertura às qualidades humanas nas trocas de experiências que evidenciam a identidade pessoal e o aprendizado que resulta dessa relação.

O capital social reside na cultura - calada ou barulhenta -, que molda a sociabilidade, rica ou pobre em vínculos de confiança e reciprocidade. É no interior do tecido social que os gestores públicos atuam como facilitadores, colocando os cidadãos no centro do diálogo para identificar os relacionamentos que separam e para formar vínculos que os juntem em grupos sociais locais, na qualidade de redes de relacionamentos e em perspectiva de confiança. Não basta utilizar o material técnico e metodológico convencional para aprimorar a gestão dos servidores públicos. É necessária a adoção de técnicas alternativas para superar os tradicionais modelos burocráticos.

O gestor público precisa entender que as pessoas são movidas por pensamentos e sentimentos - referenciais e representações elaborados no cotidiano da vida social. Em geral, presos ao viver pessoal não percebemos o caráter de nossa inserção dentro do modo social de viver. O gestor público precisa ser responsável, transparente, competente e expressar sensibilidade social. Mas, em essência, deve ser verdadeiro e solidário e saber lidar com flexibilidade com as normas e os manuais burocráticos, de forma que se sinta

livre para assimilar com clareza e administrar as mudanças da realidade local.

Somos desafiados a formular novos critérios e instrumentos para a resolução dos velhos problemas sociais - a pobreza e a exclusão. Em narrações das pessoas que vivem em comunidade, constata-se testemunhos de amor pela nova emocionalidade que revelam. Com vínculos de apoio mútuo e recíproco, as pessoas movimentam-se, descobrindo e acionando forças internas que conformam novo tecido social e redes de comunicação. Esses instrumentos dinamizam as energias e as potencialidades em perspectiva da sustentabilidade local.

# Capital humano e capital social no desenvolvimento local sustentável

## 1 - Capital social e capital humano no desenvolvimento local sustentável

A crise da sociedade brasileira caracteriza-se por crescente pobreza, rígida institucionalidade, sistemáticos ajustes socioeconômicos e pressões externas que encaminham a imprevisíveis transformações e incertezas sociais.

Está-se formando uma nova sociedade e é necessário nutri-la de conteúdos alternativos para que sejam incorporadas as características de equidade, sustentabilidade, beleza e liberdade. Enfrentar esse desafio conduz ao fortalecimento da sociedade civil, em uma nova perspectiva educacional e de formação de capital humano. É com a vitalidade dos processos educacionais e com o desenvolvimento do capital social que a sociedade se abre ao poder da participação cidadã e à energia criativa para construir seu futuro.<sup>1</sup>

A inovação está na construção societária, na qual o ritmo e a qualidade das mudanças são proporcionais ao ritmo e à qualidade com que são disponibilizados o acesso à informação e ao conhecimento.

O conhecimento

<sup>1</sup> Esse futuro não deve representar a continuidade do passado nem a reprodução do presente.

é prioritário, por constituir a base do novo poder da democracia representativa em face das propostas de políticas alternativas para uma sociedade sustentável. É assim que o capital humano impulsiona o desenvolvimento do capital social, promovendo equidade.

A construção de sociedades sustentáveis e do desenvolvimento local depende de sólido empreendimento em capital humano e capital social, tendo em vista a estruturação de ambientes territoriais inovadores, criativos, democráticos e socialmente articulados. O capital humano corresponde aos recursos humanos em condições de resolver com adequação e eficácia a diversidade de problemas colocados pela sociedade e com capacidade de empreender processos produtivos integradores e equitativos. O capital social estrutura-se na capacidade de auto-organização, com vínculos solidários, colaboração horizontal, canais de participação, instituições e organizações que estimulam a confiança e a reciprocidade nos relacionamentos entre grupos e atores sociais, formando rico tecido social. Isso resulta em cidadãos *empoderados*, capazes de intervir na escolha, na formulação, na implementação e no controle das diversas políticas governamentais e em atitudes que combinam a defesa e a criação de direitos com propostas socioeconômicas no contexto de mudanças tecnológicas e mercados competitivos.

É possível formular políticas de desenvolvimento nas quais a equidade seja o princípio do progresso econômico, e a satisfação das necessidades humanas e o cuidado com a natureza sejam os principais objetivos da sociedade organizada, fazendo que a vida democrática seja enriquecida pelo *empoderamento* dos atores sociais.

A democracia direta e participativa consiste em nova vida coletiva, o que exige democratizar a própria política. A referência está nos interesses cidadãos, e os meios estão na melhora qualitativa das relações entre partidos políticos, na

institucionalidade que comporte a organização e a participação social, e na eficácia da gestão pública, resultando na democratização do mundo local.

A sociedade civil articulada em redes de organizações sociais torna-se apta às ações democráticas quando descobre as verdadeiras causas dos problemas, quando propõe alternativas para superá-los e quando evidencia os caminhos a seguir. Esse aprendizado constitui o processo de aquisição do capital social, construindo-se assim o desenvolvimento sustentável.

Constata-se que a sustentabilidade e a coesão social resultam da organização, da mobilização social e de relacionamentos de confiança, reciprocidade e solidariedade. Esses benefícios são observados nos objetivos dos atores sociais subalternos, que, organizados e mobilizados, vêm descobrindo, com autonomia crescente, a capacidade e o potencial humano que portam, ao identificar seus problemas e necessidades. Informam-se, negociam, estabelecem parcerias, cooperam, participam e compartilham com o Estado a responsabilidade pelas soluções, o que corresponde à participação ativa e conseqüente conquista dos espaços públicos. O futuro apresenta-se aberto a alternativas que conduzem a novos modos humanos de viver.

A confiança social deve ser entendida como um modo de relacionar-se com a sociedade e com os pobres, na dimensão espiritual que alimenta o tecido social e dá coesão à sociedade civil. Quando a confiança do povo é vista como passiva e submissa há instrumentalização, e a participação social torna-se prisioneira das esferas compensatórias, resultando em disfarçada subalternidade. É assim que se reproduzem os relacionamentos clientelistas. Mesmo em local com grande potencial de capital social, essa energia bate contra o muro dos programas chamados de "luta contra a pobreza", enquanto os projetos imbuídos de *contentamento* são vitoriosos.

## **2 - A dimensão espiritual na sociedade sustentável**

O amor político, o capital social e a identidade são conteúdos da dimensão cultural e espiritual da existência. Consideramos uma difícil tarefa abordar e trabalhar a espiritualidade em um mundo dominado pelo materialismo e pelo valor das coisas visíveis.<sup>2</sup> A dimensão espiritual normalmente é associada a alguma prática religiosa, e na sociedade ocidental materialista é associada às múltiplas formas de misticismo, mas na realidade ela tem um significado mais abrangente.

Na dimensão pneuma (do espírito), encontramos o essencial das pessoas, os valores, as virtudes, as qualidades da compaixão, da solidariedade e do amor pela vida e pela natureza.<sup>3</sup> São de natureza espiritual os comportamentos, os discursos, os pensamentos e as ações capazes de melhorar a condição humana, diminuir a pobreza ou preservar o meio natural em uma perspectiva sustentável.

A pobreza não se resume ao mundo objetivo dos bens e das coisas materiais. Reside nas relações do pertencer social, na identidade cultural, na concepção e na valorização da vida, nas dificuldades de acesso ao conhecimento e às oportunidades de trabalho e na ignorância e no egoísmo quando da apropriação dos recursos não-renováveis e na devastação dos ecossistemas - ação de consumo do "capital natural".<sup>4</sup>

## **3 - O conceito de capital humano**

O investimento em capital humano, em "agentes de desenvolvimento" - mulheres e homens educados, motivados e com habilidades para conduzir processos de mudanças -, representa uma estratégia indispensável para alcançar a sociedade sustentável.

<sup>2</sup> Não temos a pretensão do rigor científico na abordagem dessa dimensão.

<sup>3</sup> David Boadella, op. cit., 1977.

<sup>4</sup> Nesse quadro, o homem é o opressor, e a natureza, a oprimida.

O conceito de capital humano tem origem nas reflexões de historiadores econômicos dedicados a estudar as trajetórias da economia mundial, em particular os vetores determinantes do progresso material alcançado pelos países industrializados do Norte nos últimos quarenta anos. Esses pensadores formularam um modelo explicativo dos determinantes do desenvolvimento e das formas como as economias evoluem e se transformam. O modelo indica que os *novos conhecimentos* são as forças que estimulam o desenho e a aplicação de novas tecnologias, assim como determinam as mudanças econômicas. As mudanças nas formas de produzir determinam mudanças sociais e políticas, terminando por construir novo paradigma e nova visão do mundo.

É nessa corrente teórica que o conceito de capital humano aparece para interpretar o determinismo tecnológico do paradigma da modernização.<sup>5</sup> Enfatizamos que não há estudos que indiquem como aplicar adequadamente o conceito de capital humano aos esforços de transformação de sociedades pobres, como a brasileira.

Para entender melhor o conceito de capital humano, é conveniente esclarecer algumas definições. Estamos refletindo sob uma perspectiva social e cultural, concebendo - e advertindo - o conhecimento como o saber e o entendimento prático, a arte ou a habilidade humana de discernir o que é conveniente e atuar de acordo com esses requisitos.

A informação representa a base do conhecimento e a matéria-prima da produção científica.<sup>6</sup> Mas "o modo clássico de produção de conhecimento foi desenhado principalmente para gerar conhecimento novo. E o novo conhecimento é aplicado

<sup>5</sup> O conceito de capital humano aparece na literatura econômica do Prêmio Nobel Theodore W. Schultz em "Investimento no capital humano", revista *American Economic Review*, 1961.

<sup>6</sup> Informação definida como fatos e notícias que circulam em diferentes meios de comunicação.

para redefinir conhecimentos e experiências existentes nos diferentes contextos que os demandam".<sup>7</sup> Essa dinâmica de geração do conhecimento depende cada vez mais de informações provenientes de variadas fontes.

O conhecimento converte-se em fator de sustentabilidade à medida que seres humanos capacitados o apliquem a um determinado contexto - território - em forma de decisões inteligentes e em pedagogias que vinculem atores e agentes estimulados por sentimentos respeitosos e solidários. É importante o acesso à informação e ao conhecimento para municiar gestores e atores sociais na concepção e na implementação de propostas para o desenvolvimento sustentável do território. Em última instância, a sociedade sustentável depende da adoção de conhecimento para gerar capital humano e capital social.

A combinação consciente dos critérios científicos e técnicos com os critérios referidos à ética, ao meio ambiente, ao social, ao político e ao espiritual coloca o conhecimento e a informação como fundamentais na construção do desenvolvimento. Mas é preciso clareza sobre o tipo de riqueza que estamos criando com o capital humano e o capital natural; sobre quem são os beneficiários; sobre os efeitos colaterais da tecnologia aplicada, em especial da biotecnologia, no ambiente, nos agricultores e nos consumidores.<sup>8</sup>

Não parece adequada a referência do ser humano como capital, porque essa concepção leva a reduzir a vida social a cálculos e a

<sup>7</sup> Conforme José de Souza Silva, IICA, Quito, 1998.

<sup>8</sup> Um especialista em genética tem o conhecimento de técnicas que permitem que genes sejam retirados de uma espécie e transferidos para outra. Ele detém um acervo intelectual que lhe permite manipular a seqüência de DNA e incorporar as características básicas de qualquer ser vivo, causando uma espécie de reprogramação no organismo receptor, gerando transgênicos. Um especialista em biotecnologia com capacidade cerebral de produzir riqueza transgênica constitui capital humano.

perspectivas de negócio.<sup>9</sup> Necessitamos de um conceito antropológico de capital como relação social de produção solidária e eficiente, coerente com o princípio de que o centro do desenvolvimento é o ser humano. Temos de nos pautar por princípios afins à nossa cultura e à capacidade endógena para construir a futura sociedade sustentável.

Na cultura empresarial que se impõe no sistema econômico vigente, o lucro é que impulsiona as inovações tecnológicas, e a ganância é a energia que fomenta a inovação, que, por sua vez, promove o aumento da produtividade. O mais produtivo e eficiente tem na inovação a possibilidade de manter-se *competitivamente* no mercado. Nesse processo, o conhecimento é dominado pelo imperativo da eficiência e da maximização do lucro.

Não podemos negar a importância da eficiência no desenvolvimento econômico local, nem podemos obscurecer que os investimentos em capital humano obedecem ao critério da equação custo-benefício. Mas o desenvolvimento humano exige outra lógica, a que resulta "da eficiência produtiva e da equidade como propósitos inseparáveis de um processo de eficiência da gestão econômica rural".<sup>10</sup>

É preciso pensar o desenvolvimento econômico local de forma multidimensional, combinando interesses com valores culturais e decisões com crenças para ativar os processos de inovação, bem como procurar motivações alternativas ao lucro temporal e efêmero. Nesse conceito, os produtores vêm redefinindo a relação com seu entorno, à proporção que acessam o

<sup>9</sup> O capital é concebido como fator de produção; um conjunto de bens monetários utilizados para gerar produtos, rendas e lucros, continuamente e de forma ampliada.

Na teoria marxista, constitui relação social, na qual a força de trabalho gera valor acima do necessário à sua reprodução. O valor a mais - mais-valia - é apropriado pelo capitalista, constituindo a fonte de riqueza do modo de produção capitalista.

<sup>10</sup> Conforme o IICA, 1999.

conhecimento e as informações, expandindo as possibilidades de desenvolvimento individual.

A equidade social tem de ser imaginada e construída em um processo democrático, com ampla discussão, de forma a incluir a voz, as sugestões e as prioridades do exército de brasileiros excluídos. A expansão da lógica da eficiência com suas estratégias sedutoras pode aumentar a manipulação dos excluídos. A atenção tem de ser redobrada ao processo que mantém os relacionamentos de subalternidade no mesmo contexto de domínio das técnicas, da competitividade e da eficiência. Isso significa que o progresso e a tecnificação conduzem o manejo modernizado da pobreza em favor do desejo de lucro.

#### **4 - Capital social e desenvolvimento local**

Poucos temas têm merecido tão limitada atenção da parte dos cientistas sociais que trabalham a questão do desenvolvimento local quanto a importância do fortalecimento do capital social.<sup>11</sup> Os termos capital social e capital humano vêm aparecendo de forma crescente nas propostas de desenvolvimento e nas estratégias que buscam caminhos alternativos para reduzir a densidade da pobreza e promover bem-estar econômico, liberdade e qualidade de vida. Esses conceitos aparecem no marco de políticas socioeconômicas associados aos objetivos de democratização e descentralização, sem que sejam explicitados nos seus significados reais.

O conceito de capital social refere-se à qualidade dos relacionamentos sociais e também aos impactos produzidos por esses relacionamentos na vida social e política de uma determinada sociedade. "Diz respeito às normas, às instituições e às organizações que promovem a confiança e a cooperação entre as pessoas, nas comunidades e na sociedade em seu

<sup>11</sup> O capital social constitui fator determinante dos processos de mudança estrutural e construção de futuros alternativos nas sociedades municipais.

conjunto".<sup>12</sup> Representa o conteúdo, a energia coletiva, a substância, ou seja, o ingrediente básico que marca o sentido dos relacionamentos sociais entre indivíduos, organizações, grupos e atores sociais. Capital social é a energia que possibilita o trabalho conjunto entre cidadãos.

Estamos falando de redes de organizações dentro da comunidade, relacionamentos de cooperação entre elas, espaços de participação, conselhos municipais, blocos de carnaval, festividades, o senso geral de pertencer. Assim, por exemplo, um município brasileiro onde exista uma sociedade civil consciente e articulada, com uma rede social informada, integrada e aberta à colaboração e à reciprocidade, esta funciona como mediadora entre os cidadãos e as instituições. É uma sociedade capaz de construir diferentes modos de organização e participação e, em particular, delibera, formula, implementa e controla as políticas dos governos locais. Nisso consiste um município enriquecido pelo capital social.

O enriquecimento das condições institucionais constitui energia coletiva que ativa relações e sentimentos de co-cidadania. Significa o resgate e a valorização das identidades culturais obscurecidas e o desenvolvimento qualitativo dos atores sociais, com uma maior participação social, econômica e política.<sup>13</sup>

## **5 - Os atributos da cultura na construção do capital social**

A energia do capital social alimenta a confiança no outro fazendo que os atores se abram às alianças, às escolhas e às tomadas de decisões conjuntas para a construção de um futuro

<sup>12</sup> Conforme John Durston, PNUD, Chile, 1999.

<sup>13</sup> Conforme Jean-Yves Leloup, Leonardo Boff, P. Weil e Norberto Crema em *O Espírito na Saúde*, Petrópolis, Vozes, 1997, a co-cidadania diz respeito a um neologismo que significa cidadania participativa, vivida pelos movimentos sociais, pela qual cidadãos se unem a outros cidadãos para lutar por seus direitos. Cidadania define a posição do cidadão em face do Estado enquanto que a co-cidadania define o cidadão em face de outro cidadão.

comum. A confiança pode ser definida como uma relação entre pessoas, entre grupos, ou entre grupos e atores sociais, na qual as partes se aproximam, compartilham suas capacidades e esforços e passam a se tratar como iguais. A atitude de confiança é de natureza cultural - no espírito individual e no inconsciente coletivo - e consiste em relacionamento simétrico, horizontal e justo.

As pessoas desenvolvem o pensar e o sentir e passam a atuar segundo pautas culturais que se originam da ideologia. Os relacionamentos que decorrem desse pensar e sentir se cristalizam na vida social e marcam o rumo dos processos. Sob a ideologia, por meio de significados e sentidos, as pessoas produzem e reproduzem relacionamentos, estabelecem laços de reciprocidade ou dominação, de confiança ou desconfiança, de complementaridade ou subalternidade, de solidariedade ou abandono. Muitos sofrimentos e conflitos sociais, identificados como a dialética ou cultura da negação das sociedades fechadas, dominadas e fragmentadas, traduzem a patética situação de descapitalização social.

A incansável procura da eficiência econômica está fragmentando e dividindo nossas sociedades entre os incluídos, que têm, e os excluídos, que nada têm. A exclusão gera a desconfiança e a insensibilidade, que dificultam iniciativas de investimento em capital social. Assim, o inimigo da solidariedade está presente no espírito dessa cultura.

A construção do capital social demanda respeito e crença nas potencialidades humanas, tempo, paciência, e perseverança. Há pensadores, como Putman, que argumentam que a construção de uma nova institucionalidade demanda um período de tempo que deve ser mensurado em décadas e que a criação de normas de cooperação e participação cívica é uma questão provavelmente mais lenta.<sup>14</sup> Certamente o prazo de maturação é bem maior do

que o necessário para o aumento da produtividade na indústria sob a adoção da alta tecnologia.

Mas há no ser humano e na vida social um apelo à melhoria do ambiente, à sustentabilidade material, à identidade cultural e ao vivenciar espiritual, fecundo.<sup>15</sup> A cultura é produto social em processo de evolução permanente e tem conotação política, por ser resultado dos contatos, das confrontações, dos conflitos e das negociações entre grupos e atores sociais. Os elementos culturais característicos de qualquer grupo social são transmitidos (*traditio, traditados*), de geração a geração, por indivíduos e atores sociais quando ocorrem troca de impressões, adoção de valores e no criar e recriar identidades, partindo do passado e moldando futuros alternativos. Criar capital humano significa lutar contra os atributos negativos da cultura e contra os valores que destroem a sociabilidade.

O capital social depende da abertura aos valores que ultrapassam aqueles da cultura política dominante, do assistencialismo e do clientelismo, que fomentam a insustentabilidade.<sup>16</sup> A chave para o desenvolvimento do capital social está na educação, quando associada às metodologias participativas. Constitui poderosa ferramenta que alimenta os valores positivos da cultura, as trocas de experiências e o diálogo entre organizações e atores. Além disso, temos de desenvolver e aplicar pedagogias simples que favoreçam a confiança e a cooperação entre as pessoas e os atores sociais.

A dominação das esferas de decisão pelas elites econômicas e políticas para assegurar seus interesses e privilégios, além de gerar a exclusão socioeconômica, constrói algo mais grave, a desconfiança, sentimento que impede o capital social, quando imobiliza, separa, descompromete e que se consolida como preconceito, discriminação e o consentir ser subalterno.

<sup>15</sup> Conforme Jean Yves, Boff, Weil e Crema, op. cit.,1997.

<sup>16</sup> Não pode resultar de mudanças sociopolíticas espontâneas nem de práticas assistencialistas.

Valores ancorados no amor, na verdade, na defesa da vida, na solidariedade com os indefesos e vulneráveis, na luta contra a corrupção e vícios patrimonialistas são formas de superação da subalternidade. A energia da confiança e fé na palavra do outro começa na consciência das pessoas, gerando uma atitude ética e aberta à vida social. Como afirma Leonardo Boff (1997), "nada do que realmente vale se alcança sem esforço e sem fatigante trabalho". Isso estimula a adoção de postura solidária e sensível, com as causas e os sofrimentos dos outros, principalmente dos excluídos.

Quando houver confiança, haverá cooperação e justiça. Quando começarmos a instaurar o princípio do compartilhar, as comunidades e os atores sociais começarão a confiar uns nos outros; e quando houver justiça para todos, teremos equidade e uma paz autêntica e sustentável. E isso facilita o desenvolvimento da sociabilidade, gerando perspectiva, esperança, sentido de vida, fé nos esforços da sociedade civil e nas políticas governamentais.

Uma sociedade será mais dinâmica e progressista quando as pessoas e os atores sociais envolvidos forem melhor articulados e *empoderados* e quando forem movidos por fortes sentimentos de confiança. A confiança é o resultado natural dos relacionamentos de cooperação selados em articulações e parcerias inteligentes que geram objetivos e aspirações comuns, sinergia e complementaridade. Quando a confiança e a transparência permeiam a cooperação<sup>17</sup> - que funde os interesses e estabelece acordos e compromissos - entre atores sociais e institucionais, ocorre uma das principais expressões da democracia participativa: o estímulo à unidade e integração das ações sustentáveis.<sup>18</sup> Daí, descobre-se a enorme reserva de energia potencial, adormecida no corpo da sociedade civil,

<sup>17</sup> Enquanto a cooperação libera a sociabilidade entre as pessoas, a competitividade inspira-se no egoísmo e gera a exclusão.

<sup>18</sup> Por outro lado, a competição e a desconfiança criam tensões e tecem o desinteresse pelas coisas sociais.

esperando pela força do empoderamento, da cooperação e da confiança mútua, para ser aplicada na mudança social (Maitreya).

Sem objetivos e esforços compartilhados, não pode haver justiça; sem justiça e respeito aos direitos humanos, não pode haver paz; sem paz, não há possibilidade para o desenvolvimento humano e para o futuro sustentável.

Se tomarmos a necessidade das comunidades pobres como a primeira medida da gestão e da ação pública, será possível construir confiança, legitimidade e formar capital social para ativar os processos de democratização. As pessoas, as organizações e os atores institucionais passam a agir de forma construtiva, fazendo e vivenciando a realidade da parceria e da cooperação com consciência e na prática coletiva, o que se converte em planos e programas sustentáveis. Os associados e parceiros passam a se visualizar como atores que procuram alcançar juntos benefícios compartilhados. Como resultado dessa energia - capital social -, o cidadão sente-se apto a participar com segurança e liberdade do poder local, dando qualidade à articulação entre a sociedade civil, o governo e o mercado.

## 6 - Parcerias

A parceria significa o encontro de vários atores para a realização de objetivo comum, compartilhando recursos, esforços, riscos e perdas. O conceito de capital social sugere que as pessoas, os atores sociais e as organizações estabeleçam diálogos, visando à parceria para atingir objetivos de mudança social no Estado.

Em teoria, todos os atores sociais têm interesses e oportunidades de construir a colaboração parceira. Observam-se muitas comunidades rurais com forte coesão interna assentada em memória coletiva, em ações de reciprocidade e na luta contra forças sociais dominantes. Esses elementos dão

conteúdo a uma identidade que facilita a construção de redes solidárias. Esse não é um argumento universal em face das desigualdades e das iniquidades existentes nas sociedades rurais do interior brasileiro, mas constitui indicativo de que o capital social e o capital humano têm de ser construídos na democracia participativa, de forma a integrar a sociedade civil e a fortalecer o tecido social, com sinergia para a consecução do comum.

É necessário ter discernimento quanto aos conteúdos do ideário - monopolizador do saber, do ter e do poder - de políticas públicas de desenvolvimento. Com o discurso de que a sociedade civil é o alicerce da democracia e da governabilidade e sob o pretexto da procura de uma maior participação das pessoas nas decisões que afetam seus destinos, operam na instrumentalização dos pequenos grupos de pressão que, pela diversidade de interesses contraditórios, terminam por impedir a luta comum, a sinergia de esforços e a coordenação de ações (Silvio Baro, 1998). Tudo isso resulta em maior fragmentação da sociedade civil.<sup>19</sup> Com essa prática, muitas organizações comunitárias atuam de forma isolada na política local, ficando vulneráveis à manipulação clientelista.

O capital social, da mesma forma que o capital monetário, converte-se em recurso estratégico para o exercício do poder e para influir na esfera das decisões, ao *empoderar* os grupos excluídos e sem os recursos do capital social. Desenvolver capital social representa um investimento diferente da natureza produtiva. Constitui habilidade e a capacidade dos membros comunitários e das organizações para trabalhar e lutar juntos, conscientes do novo conceito de riqueza presente

<sup>19</sup> Celina Maria de Souza afirma que "a chave de nossos dilemas está menos no Estado e mais na sociedade civil e na sua capacidade de sobrevivência, através do emprego de meios mais refinados de auto-organização e de controle da ordem constituída. Assim, parece cada vez mais temerário confiar demais no Estado e nas suas instituições políticas e administrativas como fatores de transformação e da necessária reestruturação social. *RAP*, Fundação Getúlio Vargas, vol. 26, 1992, p. 32.

no capital social e na qualidade do desenvolvimento local. Seus insumos são as energias sociais de confiança e solidariedade que geram poder e dignidade quando da obtenção de benefícios para todos os atores envolvidos.

## **7 - Empoderamento dos atores**

O *empoderamento* constitui elemento básico do capital social, por ser um conceito estratégico dentro dos processos de transformação social. Tem o objetivo de melhorar as habilidades individuais e coletivas. Trata-se de um processo que aponta aos indivíduos e aos grupos sociais a possibilidade de participar ativamente nas ações coletivas e possibilita que as pessoas recuperem ou ganhem controle sobre suas condições de trabalho, de vida e de seu entorno. O *empoderamento* é possível quando as pessoas atuam com reciprocidade, respeito mútuo, tolerância e ajuda social, com o propósito de construir, capacidade de atuar na esfera pública, em perspectiva de futuro, com nova consciência, novos acordos e visão estratégica de sociedade.

## **8 - A sociedade fragmentada**

A América Latina, ao adotar estratégias de desenvolvimento orientadas para o mercado global, abre seus mercados à concorrência externa, faz ajustes fiscais, privatiza as empresas públicas e enxuga os programas sociais. Em toda região, as populações pobres não aceitam nem consideram justo pagar os custos dos ajustes macroeconômicos por constituir drenagem injusta de recursos que deveriam ser aplicados para gerar oportunidades e benefícios sociais. A sociedade civil e o movimento social, em particular, mostram insatisfação, desaprovam e questionam a gestão dos governos, por estes constituírem estrutura que fabrica a exclusão social. Há estudos que indicam não haver correlação direta entre a democracia e o desenvolvimento econômico.

A exclusão causada por nossas democracias explica a fragmentação social e a pobreza em capital social. O subconsciente coletivo abriga um conceito elitista de democracia impresso no caráter subalterno da cultura e da cidadania, que é alimentado pelo fenômeno da concentração econômica, com respaldo da elite política. Estamos acostumados a viver em uma democracia fechada à participação, sem imaginarmos a democracia como governo de todos. Como afirma Pablo González Casanova (1998), isso significa que vivemos em sociedades polarizadas, fraturadas e fragmentadas, e que as persistentes desigualdades alimentadas por estereótipos negativos constituem os principais fatores que levam ao crescimento da pobreza e ao impedimento do desenvolvimento sustentável.<sup>20</sup> Nossas sociedades estão marcadas pela negação do outro, com uma cultura que separa os atores e impede a integração do tecido social, alimentando exponencialmente a exclusão e a subalternidade.

As nossas sociedades caracterizam-se pela fragmentação e pela diferenciação social. Vivemos em um ambiente social complexo e heterogêneo, que incorpora diversos atores e classes sociais, diferentes culturas, interesses, valores, sonhos coletivos e crenças, expressos em comportamentos e atitudes com conotações que variam ao longo do tempo.

Com frequência, os grupos sociais opõem-se e lutam, fazendo que a vida social seja turbulenta e conflitiva. Como o Estado aparece mediando os problemas coletivos, passa-se a acreditar que a política consiste na resolução pacífica dos conflitos. Mas os conflitos podem ser processados também pela sociedade civil. Isso significa que a sociedade deve ser aprimorada, capitalizada com novos valores, para se tornar mais solidária e participativa; possibilitar a construção de redes sociais,

instituições e mecanismos que permitam às comunidades enfrentar suas crises internas e externas.<sup>21</sup>

O "Estudo Mundial de Valores" conclui que os valores negativos e a falta de autoconfiança e de sociabilidade afetam os processos de desenvolvimento.<sup>22</sup> Os pensadores liberais também afirmam que a confiança interpessoal representa um dos fatores mais importantes para atingir o desenvolvimento da modernidade. Segundo essas concepções, muitos municípios brasileiros não estão preparados para construir, manter ou desenvolver uma sociedade moderna e democrática, porque no interior da sociedade civil praticamente não existe confiança interpessoal. A maioria das pessoas não confia umas nas outras. É provável que essa desconfiança e falta de identidade expliquem os comportamentos das sociedades locais com relação à aceitação do autoritarismo e do não questionamento da subalternidade que vivenciam.

É muito mais simples a construção de capital social na sociedade local porque a proximidade permite melhor identificação dos problemas e a avaliação direta dos comportamentos e da prática dos grupos. Isso gera confiança e maior facilidade para formar parcerias entre o estado local e a sociedade civil.

A desconfiança é extensiva às instituições, às lideranças políticas e ao governo. Como resultado dessa característica cultural, há um sentimento coletivo de insatisfação em relação à eficiência do governo acompanhado de apatia política, podendo converter-se em nutriente da violência. A confiança em instituições como a Igreja é que explica boa parte da organização social e da aglutinação das pessoas, constituindo elemento de crença na democracia representativa.

<sup>21</sup> Manuel Chiriboga, op. cit., 1999.

<sup>22</sup> Realizado pela Fundação Polar e pela Universidade Simón Bolívar, Caracas, 1956.

Nos relacionamentos conflitivos, há a percepção do outro, distinto de si, determinando as diferenciações de pessoas e grupos sociais no sentido da desvalorização, da inferioridade, do equívoco, da maldade, da mentira, da dúvida, da suspeita e do temor. O outro diferente - pobre, mulher, sindicato, associação, pequeno produtor, partido político - é afastado em termos sociais e negado frente a frente, consubstanciando a exclusão. A sociedade segue nessa lógica de discrepâncias e lutas, em processo de reprodução do clientelismo partidário, travestido de legitimidade, no seio de uma cidadania passiva.

Observa-se que a sociedade civil não tem clareza quanto à forma de governo e quanto à legitimidade das políticas públicas. Há o consenso de que a democracia é a melhor forma de governo, mas há o caráter "elitista" à sombra do qual a sociedade confusa mantém a estabilidade da democracia. Muitos afirmam que só na vida democrática é possível construir um processo transformador. Robert Putman argumenta que a legitimidade dos governos depende da preeminência ou preponderância de certas características culturais, em particular padrões e valores sociais e institucionais.<sup>23</sup> Outra coisa é a avaliação do funcionamento das democracias representativas liberais vistas pelos atores que acreditam nelas.

O capital social e o capital humano devem ser interpretados como um processo de construção indispensável para a transição e a consolidação da sociedade com metas de sustentabilidade. As mudanças locais dependem de transformação cultural, de novos valores, mentalidades, atitudes e comportamentos, tanto no governo local como na sociedade civil. Essa percepção conduz a sociedade civil ao papel estratégico de garantir que as necessidades humanas básicas sejam consideradas e incorporadas aos planos e aos programas de desenvolvimento local e ao de identificar e ocupar espaços para a participação e

<sup>23</sup> Ob. cit., 1993.

o controle social das políticas locais de desenvolvimento, de forma a aprimorá-las.

A carência de pessoal qualificado e motivado no governo local constitui um grave obstáculo para a efetiva gestão pública nos municípios rurais. O estado que pretende ser democrático deve estar interessado principalmente na sorte e no destino dos pobres, criando mecanismos que facilitem seu envolvimento na tomada de decisões. Isso significa distribuição do poder, afetando de algum modo os interesses das classes privilegiadas. A cooperação, a confiança, a solidariedade e a parceria entre atores sociais e institucionais são imprescindíveis para superar os relacionamentos que produzem e reproduzem exclusão e subalternidade. Partindo da perspectiva dos oprimidos e excluídos, damos-nos conta do quanto as estruturas sociais atuais são injustas e insustentáveis, do quanto as nossas democracias são fechadas e do quanto as nossas sociedades estão fragmentadas e atomizadas.

## 9 - Desenvolvimento local e nova ruralidade

A sociedade municipal encontra-se imersa em constantes mudanças em face da dinâmica e da interação humana na ocupação de lugares públicos e de espaços institucionais. Mesmo assim, são vistas como entidades coletivas estanques, que fazem barreiras aos processos institucionais e organizacionais a partir dos entraves causados pelos valores e normas que orientam e guiam as interações sociais. Indivíduos e grupos isolados, ao tentar promover mudanças sociais, fazem-no confrontando diferentes interesses e prioridades de outros atores e grupos, caracterizando disputa.

O poder necessário para superar a pobreza - problema chave da sociedade - requisita condições socioeconômicas sustentáveis, que são adquiridas na ação coletiva alicerçada na capacidade de dialogar em confiança. Os elementos clássicos da pobreza - o desemprego e o subemprego, os níveis insuficientes de renda,

educação, saúde, e condições de trabalho adversas, etc. - estão fora de controle, em situações de disputa, assim como a qualidade de vida - dependente do ambiente social, cultural, biológico, político e ambiental, que promove o desenvolvimento dos indivíduos e dos grupos sociais - está fora de sua isolada pauta de controle. Constata-se que indivíduos sozinhos e grupos isolados não podem implementar mudanças sociais de acordo com suas preferências e interesses particulares.

As pessoas e os grupos sociais, ao entender que precisam assumir o controle sobre suas condições de vida e trabalho, fazem alianças para obter força política, apoiar e negociar suas demandas e projetos. Essa interação - *empoderamento* - requer alianças que favoreçam o apoio mútuo e a cooperação entre atores e grupos em questões específicas, de forma que contribua para mudar as condições sociais e o modo de vida, propiciando o bem-estar.

A construção de uma sociedade local sustentável e equitativa nos municípios pequenos, com pequena urbanização e baixa densidade demográfica - uma nova ruralidade<sup>24</sup> -, depende da combinação de diferentes atividades econômicas para abrir oportunidades de emprego e renda; de mecanismos de participação e controle social; de sistemas de informações; de linhas alternativas de financiamento; e de gestão ambiental e manejo racional de recursos.

O desenvolvimento dessa ruralidade sustentável depende ainda da cultura política e da visão estratégica de seus dirigentes, da qualidade da informação, dos níveis de conhecimentos e da formação humana dos pequenos empresários rurais em capacitação estratégica e na exploração de atitudes e aptidões, habilitando-os a tomar decisões inteligentes e a gerenciar com

<sup>24</sup> Com os requisitos de nova forma de vida, organização dos processos produtivos, vínculo rural-urbano, sistema de informação, gestão social, nova maneira de fazer política, revalorização da democracia, prudência no uso dos recursos naturais.

eficiência seus negócios em face dos diferenciados contextos em que se encontram.

De que nova ruralidade estamos falando?

- da diversificação produtiva e de novas formas de produção que aproveitem as potencialidades e as vocações locais. Construção de cadeias de valor;
- de territórios ricos em capital social. Organizados, inteligentes, articulados e informados;
- da descentralização da gestão pública;
- de parcerias entre o estado local e a sociedade civil, com adensamento das energias sociais; maior eficácia na implementação dos objetivos e das metas;
- do fortalecimento e das articulações do tecido empresarial;
- do ordenamento territorial que oriente o uso e o manejo racional dos recursos naturais;
- dos canais de participação, mecanismos de concertação e controle social da gestão pública;
- da inserção estrutural das mulheres rurais nas atividades produtivas e nas esferas de decisão;
- dos vínculos produtivos e simétricos entre agentes rurais e urbanos;
- dos territórios inovadores, competitivos, informados e com capacidades técnicas e gerenciais;
- da formação de capital humano, com prioridade para os quadros jovens, com conhecimentos que capacitem para criar meios de inserção socioeconômica em seu ambiente local;
- de maior auto-suficiência e menos dependência de apoios externos.

Esses requisitos demandam esforço de mudança na maneira de pensar e sentir da população sobre as relações sociais, as

formas e os sistemas de produção, a natureza, o trabalho e a sociedade em geral. Significa mudança de consciência e acesso a novas energias que moldem essas transformações.

A construção de uma nova ruralidade funda-se: a) no capital humano, para materializar as transformações e promover o desenvolvimento endógeno e sustentável; b) na criação, na adaptação e na apropriação de conhecimentos nos diferentes territórios, com vistas a processos de eficiência produtiva, maior competitividade e complementaridade que fortalecem interdependências e vínculos intersetoriais; c) na integração entre o capital humano, o capital social, o capital natural, o capital democrático e o capital financeiro, reconhecendo que o centro do desenvolvimento é sempre o ser humano.

Os maiores desafios à construção dessa nova ruralidade estão na carência de: a) pessoas educadas, formadas, capacitadas, habilitadas e motivadas para as transformações; b) indivíduos responsáveis, criativos, adaptáveis para construir vínculos e interdependências econômicas; c) atores sociais e agentes *empoderados*, capazes de se opor à dominação, defender os direitos humanos, articular a sociedade, construir redes de atores, orientar o manejo do meio ambiente e exercer atividades técnicas; d) empresários locais capazes de identificar demandas e aproveitar nichos de mercado; e) políticos capazes de dialogar com transparência e solidariedade e de administrar as mudanças socioeconômicas.

O conhecimento é o principal recurso para a construção do futuro rural brasileiro. Resulta duvidoso apostar no futuro de inserção socioeconômica sem que haja investimento de peso em *capital humano* para aumentar as capacidades que são requisitadas pelas invocações técnicas, pelos mercados abertos, pela descentralização municipal e pela estruturação de novas instituições que promovam a equidade em contexto de competitividade, instabilidade macroeconômica e estagnação econômica.

O Estado, a sociedade civil, os empresários e as organizações de produtores deverão capacitar-se para assumir novos papéis de formadores e educadores para a cidadania. A educação para a sustentabilidade tem de adequar o nível de informação científica, política, econômica e cultural para pensar, construir e manter alternativas de vida e produção que atendam às necessidades básicas da população, às demandas culturais e aos sentimentos coletivos, da mesma forma que são feitas adequações para o aumento da produtividade.

O processo de desenvolvimento local sustentável demanda quadros técnicos, gerentes, gestores e líderes com visão de futuro, especialistas que sejam também generalistas, capazes de promover estratégias adequadas às mudanças funcionais. Não existe desenvolvimento em ambientes onde domina a mediocridade, a desinformação, a improvisação, a corrupção e a falta de transparência e visibilidade. As deficiências de capital humano, a insuficiência de capital social e de cidadania ativa retardam o desenvolvimento da sociedade sustentável.



## Capital social: construindo redes de confiança e solidariedade<sup>1</sup>

*Quando confiamos no nosso potencial interior, jamais desperdiçamos energia. Sentimos confiança quando somos motivados pela verdade mais profunda em nós e não por aquilo que é a expectativa dos outros a nosso respeito.*

Sônia Café

### 1 - Globalização e fragmentação social

A informática e os sistemas de comunicação vêm intensificando a interconexão societária que conforma a "aldeia global", na qual o cidadão do mundo se debate para compreendê-la e para situar-se na perspectiva do tempo simultâneo e do espaço sem fronteiras.<sup>2</sup> A globalização manifesta-se em crescente transnacionalização das relações econômicas, sociais, políticas e culturais e nas interações entre países onde são difundidos padrões e arranjos globais que dão conteúdo às organizações e que redefinem os pensamentos e as concepções de vida.<sup>3</sup>

Assim, tem-se como resultado o seguinte paradoxo: todo o planeta encontrar-se, ao mesmo tempo, inter-relacionado e interdependente, e também desencontrado, em face dos impactos culturais e dos ajustes assimétricos nos níveis econômicos,

<sup>1</sup> Alegro-me pensar que os conselhos e a energia espiritual de meu terapeuta e mestre, Edmundo Tomaselly, estão presentes em cada página deste documento.

<sup>2</sup> Verônica Morais, 2001.

<sup>3</sup> Liszt Vieira, em *Cidadania e Globalização*, Rio de Janeiro, Record, 1997.

sociais e políticos. Nesses processos, são geradas condições desfavoráveis para a maioria dos países, o que aprofunda o *status* de nações subordinadas.

Sob a lógica da globalização da economia, universaliza-se a interdependência, que transforma os modelos organizacionais, a malha institucional, os sistemas jurídicos e os mecanismos de controle e regulação social.<sup>4</sup> Os Estados vão se tornando impotentes à proporção que as fronteiras nacionais e a noção de soberania nacional são superadas - as credenciais do embarque no neoliberalismo, na espera de que as iniciativas do mercado orientem os rumos do desenvolvimento.<sup>5</sup>

Essa ligação dos Estados-nações ao mercado mundial minimiza a capacidade dos governos em atender às demandas e às necessidades humanas básicas das populações pobres, rurais e urbanas.<sup>6</sup> As oportunidades de decisão da economia

<sup>4</sup> A dinâmica competitiva da globalização econômica, a dependência do crédito externo para investir no desenvolvimento e, em particular, a financeirização da riqueza marcam o eixo causal da crise social brasileira. Os gigantescos atores financeiros detêm um poder de liquidez que ultrapassa as disponibilidades do próprio Banco Central. Diante do déficit em conta corrente do balanço de pagamento e de uma moeda sobrevalorizada, a economia fica exposta aos movimentos especulativos, mesmo quando se elevam brutalmente as taxas de juros. O Brasil fica submetido a sucessivas rodadas de ajuste de contas fiscais, cambiais, restrições ao crédito, desaquecimento da economia, etc. Isso leva aos amargos remédios econômicos da flexibilização trabalhista, da reforma fiscal, da abertura comercial, da liberalização financeira, dos sistemas tributários que oneram exportações, do desmonte da institucionalidade pública, da eliminação dos subsídios e, por conseguinte, da concentração da renda com aumento da desigualdade e a seqüela do desemprego.

<sup>5</sup> Tânia Bacelar, e César Benjamin em *Brasil, Reinventar o Futuro*, Sindicato dos engenheiros do rio de janeiro, 1995.

<sup>6</sup> A nova ordem internacional condena ao empobrecimento grandes parcelas da população. O mundo global pode representar oportunidades para muitas sociedades locais. O grande problema é que, nos países pobres, a desigualdade condiciona um acesso desigual e seletivo às

local são reduzidas ao operarem sob ameaça financeira, enquanto as políticas sociais continuam caracterizadas pelo assistencialismo, em ações compensatórias e em mecanismos sociais de emergência destinados a moderar as desigualdades e a proporcionar alívios focalizados, de forma que seja assegurado o "consenso social".<sup>7</sup>

Vivenciam-se a paralisação e a impotência da sociedade perante tão poderosas mudanças e tendências imprevisíveis. As políticas de ajustes estruturais alimentam e aprofundam os problemas sociais ao invés de resolvê-los, porque as receitas que ativam o "desenvolvimento" trazem no cerne dos ajustes elementos que explicitam e reforçam os sofrimentos coletivos e as patologias sociais.<sup>8</sup> As soluções neoliberais fomentam o mal-estar social por não proporcionarem à população pobre os benefícios divulgados.

O assistencialismo é incompatível com estímulos, a ações compartilhadas que levem às mudanças estruturais - reversão da concentração da renda, do desemprego, da deterioração da qualidade de vida, da destruição ambiental e da violência relacionada à instabilidade social.

oportunidades. Somos 499 milhões de latino-americanos e aproximadamente 210 milhões vivem atualmente sob o índice da pobreza; 98 milhões são miseráveis. O processo de empobrecimento afeta até mesmo as chamadas "classes médias", que experimentam a ameaça do desemprego, diminuição da renda, bloqueio no acesso de bens e serviços. As pesquisas do BID indicam que aproximadamente 150 milhões de pessoas - um de cada três latino-americanos - vivem atualmente em condições vulneráveis; esses seres humanos provavelmente não são mais importantes para o mercado mundial e são contabilizados como excluídos. Como afirma Leonardo Boff (1995), "são pessoas que não têm nem sequer o privilégio de serem exploradas pelo sistema capitalista".

<sup>7</sup> A crise fiscal e os crescentes serviços das dívidas públicas restringem ainda mais os investimentos sociais.

<sup>8</sup> Doenças iatrogênicas - do grego *iatros*, que significa médico, e *gênesis*, origem: doenças geradas pelo próprio médico.

Está evidenciado o esgotamento do estilo centralista e setorial de desenvolvimento e a superação da institucionalidade firmada na gestão pública autoritária da tecnoburocracia. Observa-se a ordem social em processo de fragmentação - com a violência social, o enfraquecimento da sociedade e a agressiva reforma institucional que afasta milhares de cidadãos até então integrados ao aparelho do Estado. Diminui assim a capacidade técnica e administrativa das instituições estatais.

Muitas instituições governamentais vêm sendo enxugadas sem que haja a redefinição clara de funções; sem o conceito de alternativas de futuro; e sem a concepção dos desafios do desenvolvimento sustentável.<sup>9</sup>

O poder da sociedade de mercado debilitou as velhas redes comunitárias, os vínculos sociais, o compromisso com valores elevados, os sistemas tradicionais de proteção, os ambientes locais de paz e convivência, aumentando assim os conflitos distributivos e os sentimentos de desconfiança entre cidadãos e autoridades políticas. Velhos e novos antagonismos entrelaçam-se; está em marcha um complexo processo de descapitalização social.<sup>10</sup>

## **2 - A insensibilidade materialista e o espiritual que humaniza**

A percepção da pobreza e dos pobres é construída de forma negativa, o que enfraquece os vínculos de solidariedade e preocupação com o outro. O sofrimento humano vem sendo banalizado, o amor social converte-se em sentimento culposos e o cinismo político passa a dominar os relacionamentos

<sup>9</sup> A exemplo das cobras que perdem a pele, muitas instituições desenvolveram uma nova pele neoliberal e passaram à privatização. Perderam capacidade de ação e reação perante a pobreza, tendo a missão social restringida ao adequar-se à contenção do gasto.

<sup>10</sup> Carlos Jara, Prolocal, Equador, 1999.

públicos. A mente assim deseducada é vazia em solidariedade, constituindo barreira às relações humanas e sociais em bases sustentáveis.

A sociedade tem o cotidiano alimentado pelo subjetivismo do *marketing*, que promove o consumismo desenfreado, gerando ondas de intensas frustrações coletivas e a atrofia do potencial da espiritualidade humana.

O comercialismo fabrica necessidades em padrões que alienam as populações sobre a diversidade cultural e as identidades, fazendo da vida social uma plasticidade de consumo material disforme, o que é confundido com "boa vida" e condição socioeconômica almejada.

A ansiedade causada pelo consumismo contamina os segmentos populacionais que têm poder aquisitivo para satisfazê-la e atinge com maior intensidade os pobres e excluídos, que vivenciam simultaneamente o estímulo ao consumo e a frustração pela incapacidade aquisitiva, gerando mentes conflituosas. Há evidência de que a cultura desse consumo medíocre causa a angústia que persuade ao consumo do álcool - valorizado nas relações sociais -, tornando-se estágio aberto a diversas modalidades de vícios e à violência.<sup>11</sup>

Essa subjetividade constitui energia que alimenta a nossa complexa sociabilidade, carente e descapitalizada em espiritualidade. Podemos nos alertar e acordar para futuros alternativos criando condições societárias para mudar essa realidade, individual e coletiva, à proporção que nos abrimos à consciência e ao vivenciar espiritual que afirmam o humano.<sup>12</sup>

<sup>11</sup> Veja-se Robert Kurz em *O Colapso da Modernização*, Rio de Janeiro, Paz e Terra 1998.

<sup>12</sup> Anna Lemkow, op. cit. 1990.

Essa transformação inicia-se ao desenvolvermos a coragem íntima e coletiva de enfrentá-la como pauta social, por isso de forma compartilhada. Os potenciais e as prioridades do ser social para uma vida justa e sustentável não podem ser modelados por interesses econômicos que são alinhados ao estilo de desenvolvimento que mina a vida humana.

Relacionamentos de confiança e projetos compartilhados constituem fontes de poder que incluem energias culturais e espirituais e ativam os vínculos de cooperação e as complementaridades, em condições de alimentar a solidariedade e a responsabilidade pelo conjunto humano, independentemente de credo, raça e classe social.

Para ocorrer esse renascimento, faz-se necessária a formação de bases culturais e a definição da ética que escapem às cadeias da atual socialização, o que demanda autodeterminação e tempo das futuras gerações. A sustentabilidade implica articular as questões objetivas e subjetivas, o racional e o espiritual, e aprender a trabalhar as diversas dimensões da realidade em perspectiva holística.

### **3 - O amor político estimulando o desenvolvimento**

O senso de solidariedade, respeito e confiança em relação ao outro e à natureza constitui expressão de amor. Esse amor latente pode ser tocado, burilado e desenvolvido pela educação, difundido pela comunicação e contagiante, ao proporcionar relacionamentos de confiança, cooperação e solidariedade. Ganha conotação de amor político quando o *fazer social* gera contentamento e discernimento ao identificar o potencial do território, em qualidade específica, e quando a apreciação da vida em sociedade é apropriada como preciosa fonte de coesão e riqueza social, por serem elementos de identificação humana na diversidade sociocultural.

O fundamento do capital social está nas sociedades integradas às características do território e aneladas por normas e instituições que facilitem a cooperação entre as pessoas. É na experiência cotidiana em cooperação, confiança e cumprimento dos acordos que os atores sociais ganham confiabilidade para empreender as parcerias, de complementaridade em favor de objetivos comuns.<sup>13</sup>

A qualidade da sociabilidade depende dos sentimentos solidários em proporções que superem os nossos medos, negações, ódios e ânsia de poder, elementos que permeiam a vida social e política.<sup>14</sup>

Faz-se urgente a reinvenção do ser-em-grupo numa perspectiva ético-política para as questões do meio ambiente, das relações sociais e da subjetividade humana.<sup>15</sup>

Em razão do superego científico das ciências humanas, as ações que afetam as instâncias psíquicas, individuais e coletivas - educação, saúde, cultura, esporte, arte, mídia, etc. - vêm sendo negligenciadas em suas potencialidades evolutivas, criativas e autoposicionantes dos processos de subjetivação.<sup>16</sup>

<sup>13</sup> John Durston, PNUD, Chile, 1999.

<sup>14</sup> Essa nova consciência está sendo elaborada principalmente pela sociedade civil. Observa-se em comunidades criativas e humanistas uma silenciosa mudança de valores e de significados espirituais. Esses movimentos ainda se apresentam fragmentados, desarticulados, mas caminhando no mesmo sentido.

<sup>15</sup> Vilani de M. Batista, referindo-se a Francisco José Macedo, que cita Felix Guatarri em "Psicologia e Cidadania", *Revista Insignth*, julho/1996.

<sup>16</sup> Vilani de M. Batista, citando Francisco José Macedo, ob. cit., em referência aos argumentos de Felix Guatarri ao considerar que "as relações da humanidade com o *sócius*, com a psique e com a natureza deterioraram-se em especial pelo desconhecimento e pela passividade dos indivíduos em face do descaso dos poderes em relação a essas questões".

#### 4 - A heterogeneidade social em rede

Observa-se que a economia vem interligando em ativo processo os esforços de uma multiplicidade de agentes econômicos e atores sociais. A riqueza passa a ser produzida em complexas redes que incorporam energias de natureza cognitiva, material, emocional e institucional. Essas características fazem os agentes flexíveis e abertos para adequar-se ao sistema, enquanto a competitividade e a gestão autônoma de atores e agentes econômicos em sistemas rígidos vêm perdendo espaço.

A necessidade dos atores e dos movimentos sociais de construir novas estruturas políticas - as redes sociais - para articular as diferenças é comparável com as trocas socioeconômicas efetivadas por agentes em redes para aproveitar o potencial dos territórios.

É o investimento em capital social que ativa as redes sociais nas interações de atores e instituições, em dinamismo que, adensa as energias sociais dispersas. As redes evidenciam que, na proximidade do local, os diferentes atores têm a possibilidade de discutir as experiências e combinar idéias formatando-as em propostas. Os atores dos movimentos sociais, ao trabalhar em redes, visualizam melhor as interconexões, assim como identificam novos elementos políticos que dão conteúdo e dinamismo às ações e às parcerias em caráter inovador.

Com as mudanças que vêm ocorrendo na institucionalidade pública, observa-se a redefinição, mesmo lenta, dos vínculos entre o Estado e a sociedade civil. As redes sociais, ao serem flexíveis e abertas, têm capacidade de auto-organização, constituindo meios que unificam os diferentes elementos desse processo. Formam assim nova energia capaz de reorientar o curso do desenvolvimento.

As redes têm capacidade de vincular a heterogeneidade da sociedade civil, em processo descentralizado e guiado pelas interações inerentes à política democrática, revelando com isso amplas possibilidades para o empoderamento pessoal e coletivo, fazendo-se ainda centros adequados ao processo de descentralização.<sup>17</sup>

Os atores apresentam objetivos diferenciados, mas que sob a dinâmica das redes são unificados em agendas comuns. O processo de intercâmbio de informações e de troca de experiências que ocorrem nas redes resulta em objetivos que mantêm a mesma intencionalidade, dentro de um caráter cooperativo e estratégico para superar a fragmentação social.

## 5 - Aspectos emocionais do desenvolvimento

A razão instrumental da lógica do mercado, com os evidentes sinais de insustentabilidade, ainda prepondera como sinônimo de liberdade e eficiência. Conceber o desenvolvimento como resultado dessa dimensão instrumental é reduzir a existência humana aos mecanismos do mercado.<sup>18</sup>

O desenvolvimento é um processo multidimensional. As transformações socioeconômicas dependem do *logos* - razão - e do *pathos* - afetividade e sensibilidade. Somos razão, mas também afetividade, desejo, paixão, comoção, comunicação e atenção, conforme a natureza que vive e fala em cada ser humano, o *daimon*.<sup>19</sup>

Essa dimensão espiritual e afetiva busca associar-se à nova razão que se comunica em linguagem do cotidiano, do mundo cultural, procurando afirmar-se em relacionamentos que se

<sup>17</sup> Marilyn Ferguson, op. cit. 1994.

<sup>18</sup> Intervenções inteligentemente programadas mediante a racionalidade.

<sup>19</sup> Leonardo Boff em Princípio Terra: a Volta à Terra como Pátria Comum, São Paulo, Ética, 1995.

alimentem de diálogo, de troca de idéias e da afirmação de valores.<sup>20</sup> Esse *daimon* evidencia o *desenvolvimento sustentável* no chamado da natureza e da vida, em amorosidade e respeito pelo humano, comportando em especial a solidariedade com os pobres e o compromisso com as gerações futuras.

## 6 - A unidade mental-emocional do capital social

Na identidade do pequeno *eu local* está a defesa ao mecanismo de flexibilidade do crescimento econômico, que exerce sutil manipulação da subjetividade em calada colonização de nosso mundo íntimo. Mas a identificação cultural reverte esse processo à proporção que ocorre o autoconhecimento mental-emocional, que é determinante de atitudes solidárias e da rebeldia amorosa, da compaixão e do envolvimento com o mundo dos pobres.

Como resultado, potencializam-se os processos democrático e participativo. A formação do capital social precisa de ambiente emocional democrático capaz de fortalecer a auto-estima da população, pelo uso do poder da palavra - falar e ser ouvido livremente -, nutrindo, assim, a comunicação entre os diferentes grupos sociais.<sup>21</sup> *Indivíduos com bom entendimento de sua constituição emocional são capazes de se comunicar eficientemente com os outros e são preparados para as amplas responsabilidades da cidadania.*<sup>22</sup>

<sup>20</sup> J. Habermas, 1984

<sup>21</sup> Não há como eliminar o conflito dos processos de desenvolvimento e reduzi-los à experiência política da concertação. Os conflitos existem, sendo indispensável processá-los em diálogo aberto. Indivíduos e grupos conflituosos e fragmentados adiam a organização social e a formação de uma malha social que opere em sintonia e em prol dos interesses comunitários.

<sup>22</sup> Anthony Giddens, op. cit. 1995.

As rupturas de emoções negativas ocorrem no *pequeno eu local* significando abertura à criatividade, à solidariedade e ao protesto, vindo à tona as energias individuais das diferentes motivações e das preferências pessoais, que se fazem valorizadas e legitimadas nos diálogos conscientes e informados entre cidadãos, atores sociais e membros de movimentos sociais.

## **7 - Capital social e as dimensões da sustentabilidade**

Observa-se que a pobreza material é a expressão do fracasso social do capitalismo, em meio ao notável êxito científico e tecnológico, enquanto a atual crise ecológica resulta em grande parte da concepção utilitarista, materialista e antropocêntrica do progresso econômico.

A luta contra as causas da pobreza e a salvaguarda da natureza ameaçada estão associadas. Nesse sentido, as sociedades têm à frente o desafio de unificar as perspectivas material/espiritual; humano/natureza; racional/emocional; e global/local, como saída operacional para o desenvolvimento sustentável.

Em visão ampliada e sistêmica, a sustentabilidade inclui as multidimensões ambiental, econômica, social, política, cultural e espiritual. Essas dimensões estão inter-relacionadas e são interdependentes, por isso não podem ser preteridas nas equações do desenvolvimento. Desemprego, inflação, analfabetismo, fome, dívida externa, criminalidade, déficit fiscal, exclusão, poluição ambiental, corrupção, desesperança ou falta de liberdade, etc. são problemas sistêmicos e demandam soluções multidimensionais. A dinâmica subjacente a esses problemas é a mesma.<sup>23</sup>

<sup>23</sup> Fritjof Capra, op. cit. 1982.

Temos de trabalhar o desenvolvimento em uma perspectiva complexa, nas interconexões que a sustentabilidade exige. Significa que ele deve ser concebido de forma holística, em dinâmica temporal - o presente e o futuro dos pobres -, e na abrangência das inter-relações e interfaces das questões - qualidade do crescimento; necessidades básicas da população; cuidado ecológico; justiça e democracia participativa; sentimentos coletivos e valores culturais.

As dimensões da sustentabilidade denotam particularidades que só podem ser entendidas por uma análise que identifique o que é intrínseco a cada dimensão e que aspectos desta geram dinamismo e interação. As dimensões representam categorias distintas ao mesmo tempo em que estão inter-relacionadas; trata-se de fenômenos diferentes que conformam um campo unificado. As leis mecanicistas não podem explicar esses movimentos nem revelar a trama das interações.

É possível apreender a qualidade do capital social quando se analisa, simultaneamente, a sua eficácia nas diversas dimensões do desenvolvimento. O social, o político e o cultural, mesmo sendo interligados em complexas relações, guardam especificidades e revelam contradições, ao mesmo tempo em que o capital social age com flexibilidade, possibilitando articular a identidade a as diferenças dessas dimensões, o que promove complementaridades.

Em uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, não é possível uma concepção simplificada do capital social. Os conceitos de capital humano e capital social constituem valores e referências indispensáveis à orientação da economia, à articulação do tecido social, à construção de comportamentos solidários, à formação de redes sociais e à definição de complementaridades entre atores.

Esses conceitos sensibilizam para o compromisso social e para o repensar e reestruturar o sistema de educação e

informação, convertendo-os em instrumentos de acesso ao conhecimento e ao empoderamento à altura do desenvolvimento sustentável.

Conforme especialista do Banco Mundial, o capital social constitui a energia que dá coesão às sociedades e enfatiza que sem esse recurso não é possível pensar em desenvolvimento econômico ou bem-estar.<sup>24</sup> Essa é a constatação de que os aspectos intangíveis da vida social passam a ser considerados com a devida importância.

Descapitalizamos e desespirtualizamos o desenvolvimento ao optarmos pela racionalidade instrumental que o concebe, a exemplo de uma máquina impulsionada pela modernidade econômica, sem valorizar o que partilhamos na subjetividade do emocional e do espiritual. A visão economicista do desenvolvimento, ao ignorar o caráter integrador desses elementos, gerou o desenvolvimento em meio à fragmentação social.

Temos de nos assumirmos em coerência com nossos pensamentos, sentimentos e valores como aptidão para desenvolver uma nova maneira de pensar os processos de desenvolvimento que integrem, vinculem, unifiquem, qualifiquem, motivem, mobilizem e espiritualizem atores, gestores, grupos sociais e comunidades para a formação de uma base cultural sustentável.

Nessa base cultural, evidenciam-se os conhecimentos, as crenças, as idéias coletivas e os costumes que dão sentido à vida coletiva, ocorrendo a inserção das pessoas e dos grupos sociais com seus erros e acertos, mas guiados por seus objetivos. Nesse aprendizado, a vida coletiva cresce em

<sup>24</sup> Christian Grootaert *The Missing Link*, Washington D. C. Banco Mundial, 1998, argumenta que "o capital social se refere à coerência interna, social e cultural da sociedade; às normas e aos valores que governam as interações entre as pessoas e às instituições nas quais estão imbuídos".

organização, enriquece em vínculos de solidariedade e confiança e fortalece a malha de relacionamentos.

É a proximidade do local que favorece a visualização dessa dinâmica e os indicativos para ajustes de objetivos e estratégias que podem converter o território em espaço privilegiado de relacionamentos solidários, enriquecidos pela comunicação, pela informação e pela participação nos assuntos do coletivo. A proximidade facilita também a articulação, em malha institucional, das dimensões econômica, cultural, ambiental e social.

## **8 - O mundo local revela relacionamentos solidários**

Não há universalização de padrões social e cultural, mesmo sob a globalização e suas modernas técnicas de comunicação eletrônica, que descaracterizam os valores dos territórios, ao penetrar o mundo local com outros padrões culturais.<sup>25</sup>

A sociedade local e a comunidade ampliada constituem compromissos da sustentabilidade no contexto da globalização. São metas alcançáveis porque é possível acessar as comunidades em suas realidades sociais, com suas histórias de ações conjuntas. E porque vem sendo viável estruturar redes de sociabilidade que se afirmam na reciprocidade; na cooperação; na confiança; no emocional solidário; em sentimentos e em relacionamentos de proteção, lealdade, dignidade e honestidade; nos objetivos negociados; e em demandas priorizadas.

Essa dinâmica pode sobrepor-se aos atributos negativos da cultura local - conflitos derivados dos desejos de posse ou controle de recursos produtivos e o uso do poder que reprime

<sup>25</sup> O mundo local vem sendo sacudido por forças externas que intensificam os processos de diferenciação e segregação, ao mesmo tempo em que despertam resistências e movimentos de identidade que fortalecem a integração da vida social.

a expressão cidadã e que conforma um emocional desintegrador, assim como prevalece sobre os receios de que a circulação mundial de idéias e referências culturais venha a consolidar uma *aldeia cultural global*.

No Equador, por exemplo, o desenvolvimento da agricultura sob políticas conservadoras não destruiu as formas tradicionais de socialização. As intensas trocas entre comunidades rurais e o mundo urbano-industrial não interferiram no essencial da vida social e cultural das comunidades camponesas. Mesmo com a exposição aos múltiplos vetores externos, não ocorreu uma ruptura cultural. Os agricultores e as comunidades adaptam-se, mas como estratégias de resistência desenvolvem novas atividades, o que vem configurando locais heterogêneos, com maior dinamismo socioeconômico. Ao mesmo tempo, o inconsciente coletivo mantém-se assegurado em padrões de comportamento solidários acumulados historicamente.

Nos casos em que há baixo padrão de solidariedade, o tecido social apresenta-se fragmentado e desorganizado, denotando insustentabilidade externa como reflexo das fragilidades internas das organizações sociais.

O mundo local desponta como campo fértil para semear capital social.<sup>26</sup> A identificação dos atributos da vida social e cultural local - normas, valores e relacionamentos de cooperação - constitui elos à formação de parceria para o trabalho conjunto em torno de objetivos comuns. As experiências exitosas em desenvolvimento local são as que reconhecem a identidade e o empoderamento dos grupos comunitários; fomentam a participação; estimulam os relacionamentos de confiança e a troca de experiências entre comunidades; reforçam a

<sup>26</sup> Segundo o cientista social John Durston, PNUD, Chile, 1999, "o termo capital social faz referência às normas, instituições e organizações que promovem a confiança e a cooperação entre as pessoas nas comunidades e no conjunto da sociedade".

transparência da gestão; formam capacidades de gestão; e disponibilizam meios de acesso à informação - como requisitos à condução dos processos de desenvolvimento sustentável. A experiência de Afogados da Ingazeira, em Pernambuco, Brasil, constitui suficiente ilustração.

## **7 - Normas, confiança, cooperação e fé como elementos do capital social**

A observação de normas pelos componentes dos grupos sociais orienta-os, controla-os e ajusta-os com vistas a comportamentos de confiança. Converte-se em princípio que proporciona a consciência da segurança - acreditar no outro, a certeza na espera, a firmeza da resposta, a credibilidade na palavra do outro, a sintonia no diálogo, a lealdade da amizade, fundamentando a fé construída sob confiabilidade. A fé como experiência íntima, conhecimento intuitivo, uma qualidade transracional.

Os relacionamentos de confiança, reciprocidade e cooperação enriquecem o tecido social, facilitam a construção de desenvolvimento humano e capital social e potencializam os processos de mudança.<sup>27</sup> Representam recursos sociais que aproximam, unindo esforços e vontades, subsidiando os movimentos de superação da subalternidade e o empenho pelo bem-estar social. A energia política que surge dessa dinâmica é a metodologia da libertação dos excluídos.

As normas e os valores passam por mudanças gradativas, conforme a dinâmica da cultura e da política. Dependem desses elementos na adequação às características mutantes da organização social e dão impulso ao capital social local na

<sup>27</sup> A cooperação consiste na união de pessoas para conseguir benefício comum e no trabalho conjunto para construir um mesmo objetivo.

ativação dos processos de desenvolvimento, nas diferentes conjunturas e contextos socioeconômicos.

O capital social deve ser construído, alimentado e monitorado em processo democrático que resulte da confiança no compartilhar e no cooperar em ações sociais que educam, informam e comunicam. *O tempo da democracia é o tempo do convencimento, do diálogo e da inclusão de todos em obra comum.*<sup>28</sup>

A cultura está na base de toda vida social, e é o capital social que possibilita o movimento e as ações dos atores em suas localidades, configurando gestões específicas.<sup>29</sup>

O capital social está enraizado na estrutura social e nas normas de reciprocidade e confiança da cultura, que fluem ou ficam reprimidas segundo a forma e as práticas do poder local.

O ambiente autoritário, além de alimentar o conflito social, exerce o poder sobre os outros, em ações manipuladoras que geram cidadãos passivos e a respectiva polaridade política - paternalismo e subalternidade - que tendem ao confronto.<sup>30</sup>

Nesses ambientes opressores, as estruturas políticas

<sup>28</sup> Vilani de M. Batista, referindo-se a Francisco José Macedo, que faz citação de Herbert de Souza na *Revista Insignth*, julho/1996.

<sup>29</sup> O município de Afogados da Ingazeira, em Pernambuco, constitui ilustração nesse sentido. Exibe um capital social diferenciado dos municípios autoritários localizados na Zona da Mata.

<sup>30</sup> Temos de lembrar as palavras de Paulo Freire (1982): "Os camponeses desenvolvem sua maneira de pensar e de visualizar o mundo de acordo com pautas culturais que se encontram marcadas pela ideologia dos grupos dominantes da sociedade global de que fazem parte. Sua maneira de pensar é condicionada por sua atuação, ao mesmo tempo em que esta condiciona o pensar, cristalizando a prática social. Se muitas dessas formas de pensar e de atuar ainda persistem, mesmo em áreas em que os camponeses experimentam conflitos, na defesa de seus direitos, com mais razão permanece naquelas que não tiveram uma tal experiência".

autoritárias representam forças que inibem o potencial do capital social.<sup>31</sup>

## 10 - O capital social como atributo comunitário

O capital social comunitário representa recurso em que as pessoas que dele participam têm o bem comum por objetivo, mesmo quando não seja possível atingi-lo.<sup>32</sup> É necessário não confundir essa finalidade coletiva ou intencionalidade com os objetivos formalmente definidos, a exemplo dos regulamentos das associações comunitárias.<sup>33</sup> Trata-se de um atributo da comunidade, um recurso social que pode ser observado nos relacionamentos que os indivíduos estabelecem em sociedade.

As pessoas existem como sistemas vivos que se inserem em grupos sociais, em processo de formação da personalidade, à proporção que se relacionam entre si. O social e o cultural são assimilados como conteúdos da personalidade e dos comportamentos que são internalizados na subjetividade e nos relacionamentos das pessoas. Retroalimentando o processo, o social e o cultural recebem, em sua dinâmica, múltiplas influências individuais. As pessoas e as comunidades criam e recriam permanentemente formas de existência coletiva associadas a novos interesses e projetos, que são canalizados para as instituições - que representam o *hardware* do capital social -, dando-lhes o caráter atual desse dinamismo existencial.

<sup>31</sup> "Só a democracia gera o desenvolvimento e a obra da ação da cidadania através da participação de todos em um processo que não perde a paciência, nem a esperança, nem o rumo.

<sup>32</sup> Conforme argumentos de John Durston, op. cit 1999.

<sup>33</sup> John Durston, op. cit., afirma que o "capital social comunitário diz respeito às normas, práticas e relacionamentos interpessoais realmente existentes e observáveis".

O conhecimento desse mecanismo direciona à pró-atividade de se trabalhar a confiança individual no espaço público como um importante elemento do capital social e de se neutralizar as energias individuais dissipativas - comportamentos negativos e alienação quanto aos deveres cidadãos - que impactam a vida social em sentido adverso.

A sociedade resulta da experiência compartilhada de múltiplos projetos e de seus significados para grupos e indivíduos. Nesse raciocínio, os indivíduos devem ser estimulados a fazer uso do capital social como recurso para projetar energias e comportamentos solidários. Uma pessoa isolada pode ter sentimentos de confiança e solidariedade, ser considerada mestre espiritual, mas só constrói capital social quando compartilha da vida comunitária e nela se envolve.

Quanto mais solidários forem os nossos relacionamentos, mais solidários seremos como pessoas. É na interação com as outras pessoas em comunidade que essa energia interna, esse emocional, pode ser liberada. O movimento é sempre dialético.

Precisamos internalizar a solidariedade e a reciprocidade como objetivo de conduta cidadã, que tem o bem comum por parâmetro. Assim, comportamentos solidários e confiáveis serão concebidos como projetos pessoais a serem exercidos no social comunitário. É assim que se fortalecem os processos de mobilização social - expandindo interesses particulares, pensamento e o emocional solidário individual para o campo coletivo e vice-versa.

## **11 - Compartilhamos pensamentos e sentimentos**

Os pensamentos e os sentimentos são guias internos que orientam e modelam os nossos comportamentos e relacionamentos. Os pensamentos incluem representações e

imagens da nossa consciência e são veículos para expressar emoções. Os relacionamentos de confiança dependem de pensamentos compatíveis para expressar emoções de confiabilidade.

Independentemente do tempo e do espaço, os comportamentos que surgem do emocional individual são repetitivos, afetando de forma positiva ou negativa a vida social.<sup>34</sup> O mergulho amoroso no íntimo para apreender o emocional e a sua conversão em sentimentos claros demanda tempo e persistência. É essa conduta íntima de lento aprendizado que caracteriza e distingue o indivíduo consciente de sua conduta social, por isso reeduca o comportamento no intuito de gerar relacionamentos sociais promissores. Nascemos como indivíduos, mas nos tornamos pessoas graças aos relacionamentos.<sup>35</sup>

Quando nos aceitamos, aprendemos a lidar com o emocional, e transcendemos ao seguir em frente, apesar do medo, fazendo-nos cada vez mais inteiros. Assim, tornamo-nos aptos a acessar a energia que nos impulsiona aos deveres sociais.<sup>36</sup>

O estado emocional caracterizado pelo medo ameaça a paz, mina o amor-próprio e a auto-estima e potencializa os sentimentos de abandono, separação e fragmentação emocional. Constitui quadro que dificulta a comunicação social do amor político e faz tímida a manifestação de

<sup>34</sup> Conforme Víctor Sánchez, 1997, quando a pessoa é invadida por emoções como raiva, ciúme, rancor, medo, inveja ou depressão tende a repetir comportamentos e relacionamentos freqüentemente destrutivos e também a pensar de forma autodestrutiva.

<sup>35</sup> Frijof Capra e David Steindl-Rast em *Pertencendo ao Universo: explorações nas Fronteiras da Ciência e da Espiritualidade*, São Paulo, Cultrix, 1991.

<sup>36</sup> Conforme Roberto Crema, op. cit. 1995, a auto-aceitação e a autoconfiança são pré-requisitos para a aceitação e a confiança do outro.

confiança e solidariedade com os outros.

O autoconhecimento, que capacita a lidar com as próprias emoções, encoraja a comunicação, o diálogo e a sair da passividade, sendo também requisito para a confiança, que é a chave da abertura ao outro.<sup>37</sup>

As pessoas que têm o emocional dominado pelo medo sofrem o transtorno do pânico e vivem o cotidiano com excessiva ansiedade. O medo intenso repete-se, a sensação de morte é intensa, a comunicação emocional é contaminada pela apatia, dificultando a abertura ao outro.

## 12 - A confiança solidária e transformadora

O cerne do capital social está na confiança que há na essência dos indivíduos, manifestada no relacionamento das pessoas. Essa habilidade humana propicia energia espiritual, pensamentos e sentimentos nobres. Esses elementos são expressos socialmente na convivência, por meio dos relacionamentos que ocorrem nos espaços coletivos do cotidiano.

Paulo Freire, por exemplo, disponibilizou seu capital humano solidário para todo o Brasil e para outros países. Mas essa energia íntima, pessoal e comprometida só se converte em recurso transformador em ambiente cultural e político fértil, - no qual possa crescer. Para isso, temos de operacionalizar, em termos sociais, a *teoria da semente de carvalho*, que sugere haver para cada vida uma vocação que encaminha a um determinado destino.<sup>38</sup>

Temos de estabelecer as condições sociais que favoreçam a evolução da semente, o seu potencial de carvalho. Significa acreditar que as pessoas, os cidadãos, são os ativos organizacionais de maior valor e que o conhecimento

<sup>37</sup> Anthony Giddens, ob. cit., 1995.

<sup>38</sup> James Hillman, *O Código do Ser*, Objetiva, 1996.

representa uma força transformadora ao operar sob a confiança e a reciprocidade. Tem de haver ajuda para as pessoas acessarem o seu potencial espiritual e político pautado no amor, para acreditarem-se transformadoras.

Todos podem ter um Paulo Freire no íntimo, mas apenas os que detêm energia solidária podem encarná-lo. Isso depende do desenvolvimento individual em amor político, que é conseguido nas interações com o meio ambiente social e cultural. As comunidades e os ambientes domésticos contêm atributos e valores positivos que potencializam indivíduos em ações políticas amorosas.

A colheita social no futuro depende da qualidade dos cultivos e do compromisso em valores individuais e institucionais que facilitem a confiança e a cooperação. Assim, é necessário que os conceitos de capital humano e capital social sejam pensados sob a perspectiva de superar as relações socioeconômicas que vêm gerando a pobreza e agridem a natureza. As sociedades que vão incluindo esses predicados - confiança e solidariedade - em suas pautas são as que podem resolver os problemas que destroem a possibilidade da sustentabilidade.<sup>39</sup>

Capital humano e capital social que continuam subjugando a natureza em favor da rentabilidade e do crescimento ilimitado só aprofundam as desigualdades sociais e o desequilíbrio ecológico.<sup>40</sup> Nessa lógica do *homo-economicus* - na versão neoliberal -, intensifica-se o vivenciar dos valores materiais causando forte estresse social, que causa impactos negativos sobre o bem-estar.

<sup>39</sup> Fritjof Capra e David Steindl-Rast, op. cit. 1991.

<sup>40</sup> O conhecimento canalizado apenas ao desenvolvimento das capacidades do trabalho para o aumento produtivo.

O capital social deve ser construído com e para os pobres, fortalecendo as dimensões culturais solidárias que compõem a vida social e cultural.

### **13 - Os corruptos também são solidários**

Ainda predomina a "solidariedade" de conveniência entre agentes econômicos que vivenciam a disputa inerente ao ambiente competitivo em que operam.<sup>41</sup> Nessa circunstância, o capital social reforça a mercantilização institucional, e a sociabilidade que disso resulta é do senso de "levar vantagem em tudo", o que empobrece o tecido social com os prejuízos da exclusão.

Os relacionamentos de confiança entre atores corruptos são agravados pela obsessão pelo lucro e pela concentração de riqueza e poder. Evidencia-se flagrante insensibilidade - com a indiferença com que explora e degrada a natureza - e desrespeito à socialização - que deveria afirmar o homem em suas potencialidades espirituais.

### **14 - A complementaridade institucional**

O capital social refere-se também à capacidade das instituições de trabalhar e atuar articuladamente, com sinergia e parceria. Essa capacidade de gestão conjunta integra esforços e vontades, o que possibilita criar espaço comum de complementaridades. Nessa integração, o capital social facilita a dinâmica democrática nas instâncias de participação, criando ondas relacionais de cooperação, responsabilidade e transparência.

Estamos acostumados a olhar as instituições como estruturas formais que organizam tarefas, funções e atividades tidas como indispensáveis para atingir objetivos

<sup>41</sup> Em valores alienados da moral igualitária e da inteireza da natureza.

preestabelecidos.<sup>42</sup> O conceito de instituição como estrutura social inclui, além da organização, o espaço social, o simbólico, o imaginário e o psicológico, possibilitando a transmissão do saber ligada a uma ideologia e a valores precisos.<sup>43</sup>

As instituições públicas expressam os determinantes sociais e políticos e os valores inerentes ao psiquismo cultural e político. Movimentam-se em variados dinamismos, mobilizando seus integrantes, transmitindo sentimentos, impondo comportamentos, estímulos e sanções.<sup>44</sup> Daí o drama das superposições, da desarticulação e de coordenações que se caracterizam pela luta do(s) poder(es) em crescente vulnerabilidade.

Há as instituições que se fundamentam nos costumes, chegando a gerar comportamentos pautados em valores compartilhados, práticas tradicionais ou acordos tácitos. A "usura", por exemplo, é uma prática tradicional no meio rural equatoriano, e a "corrupção", transformada em idiosincrasia imoral de fazer política, são instituições que resultam em descapitalização social.<sup>45</sup> A corrupção tem

<sup>42</sup> As instituições podem ser entendidas como aparelhos formais e hierárquicos que mudam de forma gradativa, mas orientando-se por regulamentos, convênios e finalidades, em arranjos burocráticos que dinamizam as normas, organizam a gestão e definem relacionamentos previsíveis.

<sup>43</sup> Conforme Jacyara C. Rochael Nasciutti, em *A Instituição como via de acesso à Comunidade em Psicologia Social Comunitária: da Solidariedade à Autonomia*, organizado por Regina Helena de Freitas Campos, Vozes, Petrópolis, 1996.

<sup>44</sup> Conforme Alexander Schejtman, FAO, 1999, as instituições implicam regras que delimitam as condutas de um determinado domínio, dando lugar à regularidade de atuação.

<sup>45</sup> Trata-se de rede de intermediação financeira informal cujos agentes - os prestamistas - oferecem crédito de financiamento à produção ou ao consumo.

criado sua própria cultura com seus códigos de recompensas sociais.

O institucional consiste no relacionamento coletivo delineado por costumes e valores compartilhados, nos quais são projetados os sentimentos e as ideologias que configuram os relacionamentos sociais. A construção de capital social para a sustentabilidade constitui processo que implica alterar relacionamentos no interior da instituição e nos valores que os determinam.

Há necessidade de investir em relacionamentos de cooperação e solidariedade, que só podem ser construídos coletivamente. Observa-se por exemplo que capacitações em técnicas contábeis e em processos de racionalização administrativa não são suficientes para formar quadros com capacidade de assumir a gestão dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento. São o trabalho coletivo e a avaliação regular das atividades dos conselhos que alimentam a cooperação interna e a prática organizacional.

Partindo do conhecimento adquirido com essa autocrítica e com capacitações adequadas, os membros dos conselhos poderão redefinir as práticas negativas ao assumir a gestão dos conselhos e de suas associações comunitárias, assim como se tornar propositores de projetos comunitários.

O sentimento de abandono e a apatia coletiva podem levar à falta de participação e à passividade, que afetam negativamente o processo de desenvolvimento. Por isso, há de se identificar na malha institucional formal e não formal as atitudes, os valores, os sonhos, o emocional e os desejos que compõem o inconsciente individual, para estimulá-los e canalizá-los em ações de autocrítica, avaliação participativa e mobilização do emocional coletivo - elementos do *empoderamento*.

Observa-se a fragilidade do capital social referido aos valores competitivos e ao desestímulo de relacionamentos dispersivos dos atores empresariais na economia local. A saída para esse desperdício depende de diretrizes e intervenções do Estado para organizar o conjunto da sociedade em uma perspectiva de produção social que promova o desenvolvimento econômico local.

Tradicionalmente, a sociedade local não consegue articular o tecido empresarial no intuito de comprometê-lo com propostas sustentáveis e, em especial, com a geração de emprego produtivo.

### **15 - Insuficiência do capital político**

Observa-se que o capital político que predomina na sociedade não favorece o diálogo social. Há um déficit de cidadania, evidenciado na incapacidade de as pessoas participarem plenamente da vida política, econômica e cultural.

A insuficiência e a má qualidade do capital político inviabilizam a prática de representação organizada e a presença ativa da sociedade civil nas políticas públicas. Como resultado tem-se um rendimento tacanho em termos de equidade, justiça social e participação democrática, entendidas como prática orientada à construção e à defesa do interesse geral.

Uma cultura política caracterizada pela tolerância com a ineficiência e a mediocridade das autoridades e que é conivente com a impunidade e a imoralidade dos políticos corruptos se alimenta de valores e comportamentos que negam a política como ação para o bem comum ou como prática indispensável para a resolução dos problemas de convivência social.<sup>46</sup> Uma cultura assim torna inviável o exercício da cidadania.

<sup>46</sup> A esse respeito ver Emilio Tenti Fanfani em *Ressonâncias Políticas de la Gestión Social, Globalización, Ciudadanía y Política Social em América*

A mudança da cultura política deve preceder a redefinição da institucionalidade e o desenvolvimento do capital social, que conduzem ao poder da reciprocidade, aos relacionamentos de parceria e adensam vontades e sentimentos em prol da sociabilidade democrática.

Vivemos em um mundo de agressão que traduz o estado de descapitalização social e dificulta a construção de uma cultura de relacionamentos de parceria, diálogo e cooperação. A cultura política está contaminada pela dialética da negação, no exercício do poder que ocorre no jogo de forças antagônicas do autoritarismo e da subalternidade, denotando o emocional, as atitudes e os comportamentos coletivos conflituosos da vida política.

A desconfiança e o ódio resultam da luta e do confronto entre atores sociais e partidos, passando a ser a energia das forças que orientam os relacionamentos políticos, por meio de respostas antagônicas que negam a legitimidade dos outros, além de minimizar as possibilidades de agir e resolver conflitos. Essa cultura opressora enfraquece os laços de solidariedade; promove a desconfiança; estimula a competição e o discurso de negação do outro, levando à ruptura das redes de convivência e ao reforço das desigualdades.

O fundamento de uma vida social justa e sustentável está na confiança e na solidariedade, que alicerçam a equidade para o exercício da cidadania, e no amor político, que irriga o empoderamento das pessoas e dos atores.

O contraditório do capital social em sociedades autoritárias é que os laços de confiança - presentes na cultura - são

direcionados à cooperação instrumentalizada, que polariza, divide e desperdiça as energias de coesão.

Sobrepõe-se a dialética da negação e o padrão cultural que nega o semelhante em seus atributos de socialização pró-ativa. A cooperação instrumentalizada leva à não-participação e, em nome do desenvolvimento, gera-se a cidadania passiva, ou subalternidade. O adequado exercício cidadão consiste no conhecimento e na defesa dos direitos e na responsabilidade dos deveres cidadãos.

A solidariedade humana constitui prioridade para o desenvolvimento de relacionamentos de cooperação, que causam impactos favoráveis na vida local. A solidariedade entre comunidades, atores, sujeitos políticos e econômicos consolida espaços de participação e conduz ao processo de enriquecimento da co-cidadania - cidadão participativo. O capital social tem por base as energias que residem no íntimo humano, trancadas e silenciosas, mas à espera de canais que as levem aos relacionamentos de confiança, reciprocidade e amorosidade. Não é possível colocar valores no coração de ninguém. É suficiente apreciar e valorizar os existentes.<sup>47</sup>

Os sistemas de valores, a ética e os sentimentos moldam as emoções, as forças espirituais e políticas, constituindo importantes elementos do capital social e humano. São a essência e a energia propulsora que possibilitam a construção dos relacionamentos nos processos de desenvolvimento. Somos desafiados a construir essas novas energias valorativas, novas alianças e coalizões, para avançarmos da confiança competitiva à confiança da justiça e da cooperação, indo do crescimento pessoal à solidariedade coletiva.

<sup>47</sup> Vilani M. Batista em referência a Rubem Alves, citado por Tânia Queiroz, em *Pedagogia da Alegria*, ob. cit.

Quando acessamos os domínios espirituais da existência, sentimos nosso íntimo pleno de espiritualidade. Com isso, abrigamos a esperança e a possibilidade de vivenciar a solidariedade e a reciprocidade com os outros.

A sociedade sustentável requer que ampliemos o pensamento e nos apaixonemos pela vida, ao desafiarmos os velhos enfoques de desenvolvimento, esgotados e insustentáveis, encarando-os e transformando-os em nome da vida, que é movimentada pelo amor.

## **16 - Análise e construção do capital social**

A construção do capital social depende da expansão das capacidades humanas, individuais e coletivas, em capital humano, para enriquecer a vida humana em consonância ao equilíbrio socioambiental. Visa atender às necessidades materiais e às referidas à proteção, ao afeto, à liberdade, à identidade, ao entendimento, à participação, etc.

Para isso, temos de aprender a dar respostas às seguintes questões: a) como construir confiança entre os cidadãos e como aumentar a credibilidade dos governos locais e seus representantes; b) como elevar o nível de consciência do público; c) quais são os incentivos e as sanções que alimentam as mudanças de atitudes que levam a relacionamentos de cooperação e solidariedade; d) como incorporar os sentimentos coletivos de solidariedade social ao poder da razão e da lógica, que são aplicados ao processo de planejamento local; e) como construir suficiência democrática em ambiente aberto e participativo com mecanismos de discussão abertos e transparentes para a obtenção de consenso.

O capital social e o capital humano não são suficientes para construir uma sociedade sustentável. Essa perspectiva leva a uma supervalorização da capacitação, da cooperação e da

colaboração social, em detrimento do acesso à tecnologia e aos recursos financeiros. Esse equívoco pode representar sair do desenvolvimento com frágil capital social e cair na armadilha do capital social que não fará o desenvolvimento sustentável.

Investir em capital social significa descentralizar a gestão local, *empoderando*, e aumentar a "rentabilidade" e o "valor agregado" dos ganhos e da vida social. O governo local deve adequar-se a esses moldes, abrindo a gestão social com mecanismos que facilitem o desenvolvimento e a democratização. Esse ambiente requer que a gestão local seja feita em parceria com Conselhos Municipais de Desenvolvimento - democráticos, representativos, abertos, deliberativos e fortalecidos por capacitações e informações.

As prefeituras devem adotar indicadores de monitoramento e avaliação de processos de gestão e adotar conceitos e metodologias para sistematizar as experiências que trazem lições para racionalizar e orientar os investimentos dos vários programas públicos e privados. As ações coletivas envolvem dificuldades operacionais que poderão ganhar direcionamentos com o apoio e a participação social, gerando ambiente solidário e confiante.

Os Conselhos Municipais devem constituir instrumentos para gerenciar conflitos locais e assegurar a participação política. O necessário e difícil é distribuir o poder no interior do governo local e abri-lo à sociedade organizada em conselhos. O capital social deve ser avaliado no desempenho dos conselhos, na relação destes com o Executivo, na criação de espaços de participação social e na adoção de políticas oportunas aos grupos mais pobres para envolvê-los na vida política, econômica e nas decisões locais.

A dinâmica participativa que pode ocorrer dentro de um Conselho Municipal de Desenvolvimento não pode ser extrapolada como indicador dos processos democráticos na sociedade municipal. Persiste a instrumentalização dos atores, mesmo diante da comprovação de que o envolvimento destes nas esferas de tomada de decisões facilita o alcance dos objetivos do desenvolvimento. Observa-se o estabelecimento de conselhos municipais burocratizados, de fácil conversão em instrumentos de programas de desenvolvimento controlados por políticos locais.

## 17 - Elementos constitutivos da sustentabilidade local

A educação que ilumina a consciência dos direitos humanos e o significado da auto-estima na vida cotidiana são elementos a serem apropriados pelas pessoas que já não aceitam continuar sendo tratadas como objeto de compaixão, de piedade, e como vítimas dos ajustes estruturais. Querem dignificar e administrar suas vidas, acessar e nutrir a vocação e o chamado social e cultural, propondo como querem viver. A apreensão e o vivenciar essa vocação dizem respeito às coisas que "são feitas com alegria, como se tivesse fogo no coração e o diabo no corpo".<sup>48</sup>

O principal fruto do capital social está na descoberta e na liberação do potencial humano e na criatividade como possibilidade para construir um destino comum. Com esse entendimento e apostando no desenvolvimento local, surgem questionamentos sobre como:

- a) estudar o capital social de um determinado município;
- b) elevar a capacidade dos atores sociais e institucionais para trabalhar em parceria e articuladamente;
- c) construir um ambiente democrático que, ao mesmo tempo, estimule o espírito empreendedor entre os agricultores de

<sup>48</sup> Josephine Baker, citada por James Hillman, em *O Código do Ser*, op. cit. 1996.

base familiar, fomentando relacionamentos de "concorrência cooperativa".

O capital social local deve caracterizar-se como resposta a esses questionamentos, para que isso se concretize, deve-se partir do mapeamento, da institucionalidade local, das estruturas das associações e da identificação dos atores e dos grupos organizados envolvidos direta ou indiretamente nos processos de desenvolvimento local.

Têm-se ainda de detectar:

- a) os níveis de fragmentação social;
- b) os interesses das organizações e dos atores sociais envolvidos;
- c) as situações socioeconômicas dos atores e conhecer a forma como é refletida nos interesses e demandas;
- d) como se dão os relacionamentos entre atores nas parcerias, nos vínculos, nos conflitos e nas greves;
- e) se há possibilidades de aliança e cooperação;
- f) a qualidade da gestão, nos níveis técnico, administrativo e financeiro;
- g) os mecanismos de participação e de formação de redes sociais;
- h) a qualidade da participação, se ativa, clientelista, instrumental ou constrangida;
- i) os relacionamentos das organizações com os diferentes mercados;
- j) como as organizações proporcionam o acesso dos associados aos serviços, aos mercados, à tecnologia, à informação e aos recursos produtivos;
- k) o desempenho histórico das organizações e os fatores sociais, políticos, culturais e econômicos que afetam ou facilitam sua gestão;
- l) a composição social interna da organização;
- m) os vínculos destacados do poder local;

- n) a qualidade das lideranças conforme orientem as políticas da organização;
- o) o estilo de tomada das decisões estratégicas locais e como se estabelecem os vínculos entre os dirigentes e o poder local;
- p) o grau de conhecimento - de dirigentes e associados - dos problemas locais, das ameaças e dos objetivos das organizações;
- q) os recursos técnicos e administrativos que são empregados pelas organizações para executar suas atividades;
- r) o grau de confiança e credibilidade das instituições, em particular do governo local;
- s) a qualidade dos serviços públicos, do aparelho burocrático e das autoridades;
- t) as atitudes, os valores, os sentimentos e o amor político.

Esses elementos tecem diagnóstico institucional-organizacional. O organizacional quanto à apreensão dos níveis de conhecimento e capacitação dos atores e gestores locais em face da missão, do propósito, das metas, dos recursos e da definição dos papéis para alcance da sustentabilidade local.<sup>49</sup>

<sup>49</sup> Vilani M. Batista, 2001.



## A importância de acordar o emocional coletivo das comunidades<sup>1</sup>

*Quando confiamos no nosso potencial interior, jamais desperdiçamos energia. Sentimos confiança quando somos motivados pela verdade mais profunda em nós e não por aquilo que é a expectativa dos outros a nosso respeito.*

Sônia Café

### 1 - Tudo é energia

A pobreza e a exclusão são os espelhos que devolvem à sociedade latino-americana a imagem criada pelo modelo de desenvolvimento adotado. Colhemos socialmente o que semeamos social e politicamente - a dinâmica do nosso "carma" coletivo. Esse carma está ligado a uma forma dominante de consciência ou percepção da realidade, que valoriza a dimensão econômica e identifica a racionalidade do comportamento humano, com a valorização do auto-interesse.<sup>2</sup> A predominância da dinâmica energética da economia é sócio-ambientalmente insustentável e constitui consequência das visões tecnoburocráticas do mundo, presentes nas decisões políticas que priorizam o "desenvolvimento econômico".

A sociedade esvaziada da vitalidade humana reflete o estado mental (pensamentos, conceitos e idéias) e

---

<sup>1</sup> Este documento foi elaborado como contribuição ao Segundo Fórum de Cooperação Técnica da Contag realizado em São Luís do Maranhão. Sinto grande alegria em dedicá-lo aos participantes do Primeiro Curso de Planejamento do Desenvolvimento Local Sustentável realizado na mesma cidade.

<sup>2</sup> Amartya Sen, op. cit. 1988.

o emocional (solidariedade, possessividade, ganância, generosidade, cooperação, desconfiança, etc.) nos sentimentos que movem, traduzem e expressam os campos vibratórios individual e coletivo. Em termos objetivos, nossos campos vibratórios deram origem à correlação de forças e às opções políticas do "desenvolvimentismo", de essência econômica que promove homens unidimensionais de racionalidade utilitarista e afastados da ética solidária, como se a vida humana tivesse só uma forma de energia.

O culto indiscriminado ao crescimento quantitativo - hoje magnificado pela globalização econômica e sacramentado pelo neoliberalismo - domina a mente das nossas autoridades. O afastamento da concepção que supervaloriza o dinheiro é julgado irracional, sem objetividade. O racional é fazer desenvolvimento em sintonia com o crescimento material, que busca assegurar o lucro pessoal. Sob relacionamentos motivados pelo egoísmo ético, constitui prioridade o que pode ser medido em dólares e expresso em riqueza material, e isso representa o carro-chefe dos processos de desenvolvimento.

Do ponto de vista da economia de livre mercado - da lógica da eficiência econômica -, todas as dimensões do desenvolvimento passam a ser interpretadas como capital. Daí os conceitos de capital natural, político, humano, institucional, financeiro, comercial, social. Todas as considerações permanecem prisioneiras das cadeias da utilidade. O crescimento econômico é impulsionado como um fim em si mesmo. Portanto, todo esforço, toda estimativa de cálculo e toda esperança são direcionados à procura do êxito, que consiste em ganhar em magnitudes crescentes. Essa concepção está desvinculada das múltiplas dimensões da consciência humana, que em conjunto afirma o homem capaz e digno da sociedade sustentável.

A percepção economicista da competitividade é marcada pelo egoísmo, que desencadeia comportamentos antiéticos e não compassivos. A maximização do auto-interesse repousa em

energias individualistas que geram sentimentos limitados aos desejos pessoais.

O auto-interesse é que imprime o dinamismo aos processos econômicos nas escolhas dos agentes e na definição das políticas públicas pelos atores.<sup>3</sup> Esse individualismo econômico dissocia-se dos direitos humanos e da solidariedade, em decisões que têm levado a situações injustas, nocivas e insustentáveis nos níveis social e ambiental. Se a pobreza, a exclusão social e a degradação da natureza são frutos desse processo, constitui boa-fé aguardar que essas questões possam ser revertidas na mesma dinâmica que as criou. Quando é estratégico para a estabilidade política e funcional aos interesses e aos desejos das elites, surgem soluções conjunturais para essas questões em caráter concessivo e difuso.

Essa racionalidade econômica desencadeia emoções de apego o conflito, o que nos faz refletir sobre o fato de que ao alimentarmos o egoísmo econômico contagiamos outros com a mesma atitude, assim como se aceitamos a maximização do auto-interesse dos outros é porque nos aceitamos com o nosso auto-interesse. Na lógica do mercado, o aumento das vantagens de um empresário implica desvantagem para outro.

O auto-interesse egoísta não resiste à conduta solidária, construída em relacionamentos que permitem às pessoas trabalhar em benefício próprio e, ao mesmo tempo, ampliar as oportunidades para os outros, sendo solidárias e parceiras. Os valores emocionais devem estar presentes nas decisões dos agentes e dos atores, concorrendo para a ética solidária, que conduz a uma economia justa, humana e prudente em relação à natureza.

A concentração e a má distribuição social do produto e da renda são frutos da qualidade dos valores que abrigamos e que

---

<sup>3</sup> Amartya Sen op. cit., 1998.

nos guiam na vida em sociedade. O homem solidário desfruta da inteligência na interação entre o racional e o emocional.

O economicismo infiltra-se na vida comum fazendo o emocional competitivo, estimulando o prazer da acumulação e levando ao hábito de adquirir vantagens pessoais à custa dos outros. Como resultado, tem-se uma onda de vibração socialmente conflitiva. A sociabilidade fica permeada por impulsos morais utilitaristas, sentimentos egoístas, individualistas e insensíveis que, com freqüência, se convertem em verdadeiros redemoinhos de desconfiança social.

A racionalidade vem definindo estratégias de "desenvolvimento" que levam a realidades insustentáveis e injustas, nas quais a riqueza e o progresso material convivem com a pobreza e o desemprego. A alternativa está em conceber o desenvolvimento em conformidade com a dinâmica da natureza e com a natureza humana - seres sociáveis, culturais, espirituais, biológicos, fisiológicos e psicológicos.

A economia torna-se insustentável ao separar-se da ética, que acompanha a inteireza da vida natural e humana. A sociedade humana, podendo ser criadora de múltiplas possibilidades de existência, persiste obstinada na trilha unidimensional do desenvolvimento. Desperdiça o poder de ser alquimista do coletivo e de saltar para dimensões sustentáveis que possibilitem um futuro com melhor qualidade de vida.

## **2 - Os frutos do desenvolvimento decepcionam**

Julgamos o resultado do esforço produtivo de um pequeno agricultor familiar pelos frutos colhidos. Da mesma maneira, podemos julgar o impacto da aplicação de um paradigma de desenvolvimento pelos seus resultados. A avaliação dos frutos de cinquenta anos de semeadura de esforços políticos destinados ao desenvolvimento das comunidades rurais brasileiras revela resultados desiguais. Alguns bem-sucedidos,

muitos decepcionantes e patológicos. Observam-se mudanças para melhor nas externalidades de algumas comunidades. Melhorou a condição material das comunidades rurais, em especial em razão da consecução de serviços em infraestrutura produtiva. Mas esses ganhos materiais não mudaram a posição social das pessoas, porque resultam de ações que vieram imbuídas do caráter concessivo, em cadeia clientelista, servindo às bases eleitoreiras em níveis federal, estadual e municipal. Com isso, são fortalecidos os vínculos da subalternidade e da desigualdade.

Milhões de dólares têm sido aplicados em uma histórica cadeia de programas e projetos que têm por objetivo diminuir a pobreza rural, ampliando as possibilidades de renda e condições de vida de muitas comunidades rurais. Mas grande parte desse esforço institucional resultou infrutífera em face da pobreza e da exclusão rural, em meio à angústia coletiva de comunidades estacionárias.

Nesse estilo convencional de desenvolvimento rural - com forte viés urbano e produtivista -, os agricultores e as associações comunitárias são reduzidos a objetos de "intervenções" públicas, concebidas por técnicos e políticos com visões distanciadas da cultura comunitária, que associam o mundo rural e seus habitantes ao atraso.

Essas ações impedem a participação comunitária na escolha de demandas e comprometem os sentimentos de identidade em favor de uma participação social constrangida à adoção de pacotes produtivos, assim como desrespeita o potencial comunitário submetendo-o aos ditames de autoridades e/ou de conselhos municipais acéfalos em legitimidade. Predomina o conformismo das associações comunitárias condicionadas à pobreza e ao clientelismo, aceitando o que as instituições públicas oferecem, com isso, desistem do que elas realmente precisam.

A cultura político-institucional, com sua alma contaminada pela desconfiança, pelo clientelismo e pelo assistencialismo, dissemina-se em ações centralizadoras e fragmentadas em setores desarticulados. Nessa trajetória, estabelece relações vulneráveis ao vírus da corrupção e reproduz uma cidadania passiva, que, em círculo vicioso, fortalece a institucionalidade opressora e excludente. A subalternidade de milhares de pequenos agricultores foi inconscientemente programada e assimilada.

Em nome do desenvolvimento, alimenta-se um estado mental negativo que aprofunda a apatia social e a passividade, em detrimento da formação humana e da organização social. Ao semear a desconfiança, o paternalismo público fragilizou a auto-estima das pessoas, infantilizando-as e fazendo-as incapazes de projetar, sonhar e controlar suas vidas. A marca essencial da desconfiança é a desesperança, que surge do medo e da subalternidade em forma de sentimento de inferioridade e rejeição. A desconfiança comunitária - o *despoderamento* - constitui sentimento coletivo de não ser capaz de lidar com a pobreza, admitindo-a como uma condição natural, o que impede a lucidez para vislumbrar ações que a superem.

Essa prática persiste em face de cultura pautada no cálculo eleitoral. As instituições repetem atitudes e comportamentos viciados, postergando mudanças e ajustes institucionais. A administração pública emperrada em regras e procedimentos rígidos e controles formais reproduz os expedientes em meio a conhecimentos defasados, ao dispor de tecnologias organizacionais e gerenciais inadequadas, o que desestimula assegurar suas ações, assim como desencoraja a aventura das mudanças.

No inconsciente coletivo institucional, reinam os fantasmas do autoritarismo, do verticalismo e da separatividade entre unidades administrativas na luta interna pelo poder viciado, que as empobrece. As instituições de desenvolvimento rural são

muito conservadoras, sustentam-se nos mesmos tipos de relacionamentos e seguem os mesmos paradigmas formais que fragmentam os corpos técnico e administrativo e desestimulam as vontades e os empenhos.

### 3 - Outra ruralidade

Nos últimos decênios, o meio rural brasileiro vem experimentado profundas transformações. Velhos e novos elementos estruturais vão se combinando em uma alquimia multidimensional que rompe parcialmente com o modelo tradicional sem que os novos elementos ganhem suficiente dinamismo para acionar o desenvolvimento rural sustentável. Persistem a concentração fundiária, os êxodos rurais e o crescimento demográfico associado à pobreza.<sup>4</sup> Destacam-se as mudanças nas transações econômicas entre campo e cidade e nos padrões de consumo; a ampliação da infra-estrutura produtiva; a elevação das expectativas e das demandas comunitárias; e a descentralização de poderes associada à democratização da sociedade.

Essas mudanças exigem investida alquímica de transmutação pessoal e coletiva, à procura de novos horizontes sociais que se firmem em relacionamentos solidários e de cooperação, que abranjam toda a sociedade. Com esse empreendimento, atores e gestores abrem-se à criatividade e à inevitável renovação das políticas e das estratégias de desenvolvimento rural, com conteúdos que superem o velho modelo.

A atual ruralidade é muito diferente. Está sendo sacudida por forças externas que intensificam o processo de adoção de novas atividades em complemento à atividade agrícola, que vem perdendo a exclusividade no meio rural. Cresce assim a diferenciação do modo de vida da sociedade rural, à proporção que se amplia e aprofunda a articulação com o mundo urbano,

---

<sup>4</sup> Ao mesmo tempo, o modelo industrial esgota-se e as áreas metropolitanas continuam crescendo.

sendo mantidas as respectivas culturas e identidades. Mesmo quando os relacionamentos sociais são mais intensificados, as trocas e as mudanças não vêm produzindo a descaracterização do ambiente social e cultural local.

O pequeno mundo local cresce em importância. As modificações nas formas de vida social e institucional da nova ruralidade associam-se ao regate cultural do local e a uma perspectiva de diversificação da produção. Representa construção social e histórica a multiplicidade de vínculos entre os agentes, atores sociais, instituições e setores que operam nos diferentes territórios, imprimindo maior dinamismo às ações que vêm sendo implementadas em favor do desenvolvimento local.

As especificidades e o dinamismo territorial são variáveis que vêm sendo incorporadas à formulação de diferentes estratégias de desenvolvimento econômico local. Observam-se no mercado inserções de opções por atividades produtivas que se ajustam às novas demandas de padrões de consumo mais exigentes. Nos territórios rurais pobres, nem sempre é possível implementar processos produtivos ajustados à luta competitiva pela impossibilidade de algumas localidades fazerem reconversões econômicas competitivas.

A pluriatividade econômica rural que pode resultar dessas reconversões se apóia na unidade agrícola de produção familiar. O conceito de economia solidária - nos valores de cooperação e confiança - deve ser a bússola dessas unidades nos relacionamentos restritos às comunidades ou nos ampliados interterritorialmente.

A reestruturação produtiva vai depender da criação de ambientes inovadores que contemplem o potencial local, sinergia nos empreendimentos econômicos e empenho decisivo para a equidade social e a sustentabilidade ambiental. Para isso, é importante a formação de redes de cooperação entre atores e gestores imbuídos de sentimentos de identidade e do emocional

coletivo voltado à solidariedade e à cidadania. Observa-se uma alquimia social e cultural nas resistências de identidade e nas adaptações aos novos cenários.

As comunidades rurais vêm se adaptando e absorvendo as pressões modernizantes ao desenvolver estratégias multifuncionais de resistência, o que configura mundos locais heterogêneos, diferenciados no emocional coletivo local, que continua vivo dentro das pessoas, imprimindo certos padrões de comportamento acumulados historicamente. Evidenciam-se ainda elementos comunitários que fortalecem o capital social.

O capital social popular constitui o elemento dinamizador da nova ruralidade. Deve ser apreciado como ponto de partida para alcançar a meta da sociedade sustentável. Para desenvolver o capital social, é preciso trabalhar conceitos e significados inerentes à transformação social. Nas políticas oficiais, o esforço racional humano é estéril e produz capital social pobre. Como alternativa, tem-se o sonho ousado do desenvolvimento feito com a vontade objetiva do coração, que canaliza as energias culturais, políticas e espirituais vivenciadas nas comunidades e que potencializam a solidariedade e o exercício da cidadania. Esta a fonte maior de poder: energias que emergem do íntimo humano e dão conteúdo a uma democracia emocional, porque fundada em relacionamentos construídos na confiança, em parcerias e em prioridades compartilhadas.

#### **4 - Transcender para compreender as práticas sustentáveis**

Somos desafiados a uma jornada alquímica de transmutação pessoal, coletiva e institucional. Aceitemos empreender uma viagem astral para nos observarmos de cima, criticamente, fora do corpo institucional que integramos. Significa reavaliar a incompletude humana e analisar a trajetória que temos tido como agentes de desenvolvimento humano, com um desempenho estéril, descomprometido e ignorando a missão institucional de servir ao público e de promover o social.

Nessa trajetória, fomos esquecendo que o desenvolvimento está imbricado à cultura, aos sentimentos e à qualidade dos relacionamentos entre pessoas e atores, e não apenas à racionalidade técnica e aos fluxos de mercado. Em uma viagem de autocrítica, podemos constatar intrigados que nos fizemos prisioneiros de conceitos, pensamentos, práticas e formas tecnicistas tradicionais de vislumbrar o desenvolvimento, em termos de produzir, competir, vender, comprar e consumir - um circuito que se fecha em si mesmo.

Programamo-nos a pensar e a sentir sob essa restrição. Agimos como se o desenvolvimento dependesse, em especial, de investimentos, acesso a recursos financeiros, gestão empresarial, adoção tecnológica, infra-estrutura, produtividade, serviços e competitividade. Comentamos sobre equidade como disputa socioeconômica e luta política, mas não sabemos como construí-la. Falamos de sustentabilidade ambiental e não sabemos como explorar nem contemplar a natureza em sua generosa dinâmica e na beleza de sua diversidade. Resta-nos maior preocupação com o que fizemos à natureza, já que nos alienamos com o que a natureza poderia e ainda pode nos oferecer.<sup>5</sup>

O processo de desenvolvimento inclui pensamentos, sentimentos, interesses, visões e valores comunitários que temos ignorado. Essa consciência guia-nos à alquimia de nosso destino, bastando olhar, identificar e dissecar nossas polaridades. Ignoramos como fortalecer os atributos positivos, amorosos e solidários da cultura. Instituições enxutas, representativas e legitimadas acolhem redes de solidariedade de atores e movimentos sociais em ambientes de troca; e redes organizacionais sinérgicas de atores e gestores concebem e constroem outra energia coletiva de amorosidade, que supera as causas da pobreza e cura as seqüelas sociais. Temos de resgatar a sensibilidade inovadora para identificar novos

---

<sup>5</sup> Anthony Giddens op. cit., 1994.

significados, novas orientações e novas técnicas que conformem o paradigma da sustentabilidade.

## 5 - O desenvolvimento rural carece de capital social

Para construir uma sociedade sustentável, temos de nos apoiar em conceitos que promovam o desenvolvimento humano e desenvolvam o capital social. Destacam-se: visão holística; ruralidade com nova institucionalidade; parceria e sinergia institucional; democracia emocional; dinâmicas territoriais; vínculos intersetoriais; cadeias produtivas; economia solidária; competitividade; redes interempresariais; emocional coletivo; energias políticas; empoderamento; astral comunitário; sociabilidade; reciprocidade; alteridade; redes sociais de confiança; co-cidadania; identidade; altercentrismo; auto-observação coletiva; alquimia da energia social; capital humano; interaprendizagem; planejamento interativo; partículas gerenciais; microdemocracia; ambientes de troca; conhecimento transracional; amor político; comunidade ampliada; unidiversidade local; redes de instituições financeiras; territórios organizados; e territórios inteligentes.

Uma avaliação crítica do desenvolvimento comunitário mostra que este depende mais das capacidades humanas, dos ambientes solidários, de maior consciência pessoal e coletiva e menos das potencialidades produtivas.<sup>6</sup> Esses são instrumentos que capacitam as comunidades rurais para "suprir suas necessidades imediatas, despertar ou descobrir suas vocações, expandir suas potencialidades e incrementar o intercâmbio externo aproveitando suas vantagens locais".<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> O potencial do meio rural e da agricultura familiar para gerar oportunidades de renda e emprego; as capacidades de gestão; o planejamento e a administração dos estabelecimentos; a diversificação produtiva; a adoção de técnicas de recuperação e conservação da fertilidade do solo; a irrigação eficiente; o uso de sementes selecionadas; as práticas que minimizam desperdício, etc.

<sup>7</sup> Fernando Henrique Cardoso, em *Avança Brasil*, 1999.

A equação do desenvolvimento está acéfala de elementos invisíveis e intangíveis: a qualificação institucional (pública e privada); os relacionamentos entre atores sociais; os valores compartilhados da cultura solidária; e uma alquimia que integre o racional e o emocional das pessoas e das instituições para atuar em redes, pactos, compromissos e acordos sinérgicos. Essa alquimia faz renovar o discernimento, que estimula o relacionar-se com amorosidade e abraçar a vida social com responsabilidades para a promoção da sociedade democrática.<sup>8</sup>

Os relacionamentos entre indivíduos e atores e o emocional coletivo estão permeados da dinâmica energética dos pensamentos. É nessa dimensão intangível da alquimia que os pensamentos são refinados, e os relacionamentos, as articulações e a correlação de forças são impulsionados em termos da sustentabilidade.

Negar o papel dos valores e das emoções nos processos de desenvolvimento - neste país do futebol - é quase como negar a força invisível da torcida, que constitui energia coletiva poderosa, sempre acreditando poder acertar e ganhar. A construção do capital social que promove mudanças sustentáveis depende de trabalho deliberado com a cultura, os sentimentos coletivos, a qualidade dos relacionamentos e os vínculos da cidadania. A cultura é a energia que dá sentido à vida e sociabilidade às pessoas. Perceber esse sentido é crescer imbuído da energia cultural, interpretando-a e fazendo-a ampliada com a inclusão dos sentimentos, das formas de raciocínio dos atores, dos comportamentos e dos códigos de comunicação, extensivos às instituições informais.

Essa é uma dinâmica pró-ativa que se antecipa, propondo e direcionando os acontecimentos sem mais espera. O salto de qualidade está no propósito do amor social, envolvendo os atores e as instituições em trabalho comum para o

---

<sup>8</sup> Verônica Morais, 1999.

desenvolvimento humano e para a geração de relacionamentos sociais capitalizados em valores de confiança, reciprocidade e interdependência.

Nessa perspectiva, é possível alavancar processos sustentáveis no meio rural, a começar pela articulação do tecido social, enriquecendo-o com a energia da cooperação e com os valores e os impulsos coletivos da confiança ativa, concebendo-se assim o capital social popular, que produz mudanças significativas na malha institucional fragmentada e desarticulada.

É limitada a consideração dispensada ao capital social pelas instituições que concebem e implementam o desenvolvimento rural-local. Esse conceito vem despontando nas propostas de desenvolvimento e estratégias que buscam reduzir a densidade da pobreza e nas propostas de políticas associadas aos objetivos de democratização e descentralização, mesmo sem a explicitação de seu real significado.

O conceito social diz respeito ao que compete à vida coletiva, ao tecido social, à malha de interações entre os diferentes grupos, comunidades, atores sociais e institucionais. Mas por que o social tem de ser capital? O capital como conjunto de recursos monetários e materiais aplicados à produção resulta na geração de valor, em proporção superior ao valor dos recursos aplicados.<sup>9</sup> Esse valor adicional é a razão de ser do capital, sua essência socioeconômica. O capital tem de gerar sua remuneração, que vem desse valor acrescido.

Uma sociedade capitalizada dispõe de energia espiritual que estrutura os relacionamentos da produção de riqueza material nos processos dinâmicos do crescimento econômico, resultando sempre no valor acrescido que remunera o capital. O conceito

---

<sup>9</sup> Conforme as vertentes marxistas, esse valor a mais ao final do processo produtivo deve-se à incorporação do valor trabalho.

de capital social vem da apreensão dessa essência - aplicar valores na produção que resulta em valor ampliado.<sup>10</sup>

Não é adequado conceber a qualidade dos relacionamentos como capital. É restritivo pensar a subjetividade do ser humano e da sociedade como fator de produção e, em decorrência, reduzir a vida social à perspectiva de negócios em cálculos de rentabilidade. Temos de superar a mentalidade rentista, em favor da ética solidária. Concebamos o capital social dentro de uma perspectiva antropológica, como relação social de produção solidária, eficiente e coerente com o princípio de que a promoção do ser humano constitui prioridade no desenvolvimento.

A importância da eficiência econômica no desenvolvimento tem de ser associada aos requerimentos da cultura local, o que qualifica o crescimento em qualidade de vida, criatividade e entusiasmo da sociedade local. É preocupante o esforço de construção do capital social que se restringe à equação do custo-benefício dos investimentos produtivos.

É preciso conceber o desenvolvimento de forma ampla e multidimensional, combinando as demandas materiais com valores culturais, intuições, crenças e aos "acertos" das torcidas, para estimular processos inovadores.<sup>11</sup> Faz-se urgente o dinamismo inerente a uma nova maneira de pensar, sentir e promover desenvolvimento rural que inclua cidadania, equidade, sustentabilidade ambiental, qualidade de vida, beleza, identidade, alegria, emprego e renda como objetivos indistintos.

---

<sup>10</sup> O capital social vem da cultura empresarial capitalista, nascido do útero do sistema econômico pautado na riqueza material e que se impõe pela eficiência e pela maximização econômica.

<sup>11</sup> As motivações alternativas ao lucro temporal e efêmero apontam para a insustentabilidade do desenvolvimento monetarista-productivista.

## 6 - Nova institucionalidade

O cerne da problemática do desenvolvimento rural diz respeito à qualidade da gestão institucional. A ruralidade precisa de canais dinâmicos e solidários enriquecidos com normas e valores de confiança cidadã, assim como de redes sociais e vínculos institucionais que operem com flexibilidade e transparência, tendo em vista as parcerias entre os diferentes atores. Dessa forma, os conflitos são processados e os atores aprendem a mobilizar-se para objetivos comuns e decidir em consenso.

A qualidade da participação social é o principal conteúdo da nova institucionalidade. Implica o desafio de trabalhar o material institucional, vulnerável, desarticulado, rígido e relativamente fechado à participação da sociedade. Significa transformar a cultura política caracterizada por relações sociais autoritárias e patrimonialistas e corrigir a atual desordem institucional.

As experiências brasileiras em capital social quase não têm sido sistematizadas para guiar a construção de uma vida social mais humana nessa sociedade impaciente, utilitarista, concentrada e refém do curto prazo. Cabe-nos refletir algumas questões-chaves: a) a construção de valores e sentimentos solidários nessa cultura que enfatiza o consumo material e supervaloriza o dinheiro; b) a necessidade de relacionamentos de confiança e reciprocidade em instituições que se fragilizam com disputas internas e se descaracterizam como instrumentos de manipulação eleitoral; c) como implementar ações solidárias que convertam a apatia e a insensibilidade social em mecanismos que superem a desigualdade; e d) como criar situações em que a confiança seja gerada e reproduzida para facilitar a cooperação entre indivíduos e atores.

Esses questionamentos remetem, em última instância, à adoção de políticas e estratégias que permitam a inclusão social, em perspectiva democrática, o diálogo, as trocas de experiências e deliberações que promovam a articulação da diversidade social na formação de redes de cooperação. Busca-se ambiente

solidário, no qual a informação, o conhecimento mútuo e a negociação levem ao *interempoderamento* dos atores, em contraposição às manifestações da pobreza: o isolamento social, a baixa estima e a desconfiança, que, associados e interdependentes, revelam o poder desumano da exclusão.

## **7 - Capital social popular**

O capital social deve ser desenvolvido com o propósito de reverter os valores que destroem a sociabilidade e os atributos da cultura que são negativos, tal como a desconfiança, que imobiliza e inviabiliza os compromissos, gerando preconceitos, discriminações, baixa estima e depressão.

Prover o capital social no meio rural e na agricultura familiar significa multiplicar as articulações para ativar as energias sociais endógenas. Implica vincular os atores protagonistas do desenvolvimento a relações democráticas e solidárias visando ao empoderamento para o alcance político da co-cidadania. Um empoderamento ético comprometido e destinado a identificar no sofrimento comunitário e coletivo as razões da liberdade política e a vontade empreendedora que potencialize a agricultura em suas vinculações às atividades socioeconômicas afins.

Esses elementos são indicadores das capacidades e dos conhecimentos a serem gerados para possibilitar as mudanças, que, quando associados ao sentimento comunitário de proximidade, crescem em capacidade instrumental pelo entusiasmo e pelo empenho das pessoas no cotidiano compartilhado. Proximidade esta que comporta a preocupação invisível com o próximo em face da consciência de que a solidariedade abriga e promove a todos, quando em associações e parcerias.

O capital social requer paciência, técnica, respeito e perseverança, enquanto a energia social é alimentada pela

confiança no outro. Os atores sentem-se abertos e disponíveis para fazer alianças, escolhas e para decidir o futuro em conjunto. A confiança coletiva como relação de fé entre as pessoas é construída nas relações cotidianas, assim como tem sido destruída. Comporta relacionamentos simétricos e horizontais, proximidade entre atores sociais e ambientes para compartilhar capacidades, recursos e esforços. A atitude de confiança reside latente no espírito individual e no inconsciente coletivo, sendo importante incluí-la nos relacionamentos, dotando-os de respeito recíproco.

A maturação do capital social demanda longo tempo, quando se compara ao tempo necessário à adoção de tecnologias para aumentar a produtividade. A lógica do curto prazo e do capital produtivo limita o amadurecimento dos relacionamentos de confiança, assim como a pobreza fortalece o imediatismo e o individualismo, tornando-se bem mais difícil construir um tecido social harmonioso.<sup>12</sup>

Vivemos assim em meio à energia cultural da desconfiança, alimentada simultaneamente pela lógica imediatista da produção material de curto prazo e pela pobreza em seus mecanismos improvisados de sobrevivência. Mesmo assim, é possível construir capital social considerando que a cultura é um processo em permanente evolução que decorre da movimentação dos indivíduos e de atores sociais atuantes, que trocam experiências e conhecimentos, fazem associações e parcerias, criam e recriam identidades, redefinem e adotam valores, remodelando o passado e moldando futuros alternativos.

É na dimensão política da cultura que são feitas alianças, negociações, trocas e na qual ocorrem as confrontações, o que dá à cultura caráter de produto social, e na qual é plausível investir para estruturar uma cultura amplamente participativa

---

<sup>12</sup> A instituição que promove a economia de livre mercado não sabe lidar com o longo prazo.

e democrática. A consciência dessa possibilidade deve ser difundida levando-se em conta o conhecimento operacional e a descentralização para fortalecer o poder local.

As nossas democracias são excludentes, e a falta de inclusão explica a fragmentação social e os relacionamentos conflitivos que causam a separatividade social.<sup>13</sup> Observa-se o procedimento da diferenciação social com a depreciação do outro, julgado inferior e em condições que causam dúvida, suspeita e temor. Esse emocional conflitivo obscurece e minimiza outras fontes de poder - a solidariedade, a informação compartilhada, a parceria, a cooperação, o amor político, etc. Raramente é conferido poder à palavra, à auto-estima e à autoconfiança, que são efetivas formas de poder.

A institucionalidade em crise vem caindo em descrédito, estimulando, com isso, a luta dos grupos políticos pelo poder, como se estivessem em guerra, a exemplo das disputas eleitorais no Brasil, quando os brasileiros se dividem em amigos e inimigos, em nome da democracia, tão pouco representativa e distante da legitimidade, em face dos tendenciosos e viciados meios eleitorais.

Vislumbra-se nesse momento da história forças de transformação tão efetivas como as de inovações tecnológicas, destacando-se: a) o sonho da sociedade organizada e articulada; b) um tecido social consolidado e vinculado; c) uma comunidade informada e vitalizada; d) uma população motivada e consciente; e) uma cidadania empoderada e responsável; f) uma rede de atores sociais trabalhando em conjunto e solidariamente. Os cálculos econômicos e os intrincados modelos lógicos ocultam o poder invisível do amor político e social, com significado potencial de mudança social.

---

<sup>13</sup> A amargura e o conflito social decorrem de relacionamentos marcados pela separatividade social, conforme os argumentos de F. Calderón, M. Hopenhayn e E. Ottone em *Dialética da Negação*, 1996.

A nova consciência deve incorporar o racional e o emocional e ser ajustada à cultura, em conformidade com os princípios da sustentabilidade.<sup>14</sup> Para isso, é preciso adotar pedagogias que despertem as energias coletivas, assim como temos de ser autodidatas para aprender e exercer a alquimia que reverta as negatividades sociais e existenciais. Com isso, transmuta-se a subalternidade em liberdade, as energias destrutivas em construtivas, a corrupção em responsabilidade e a mediocridade em criatividade.

Os territórios informados e os ambientes democráticos são propícios aos relacionamentos de cooperação. Fluem melhor os diálogos coletivos e a sociabilidade; os encontros intercomunitários para troca de informações, de experiências e de comunicações; a articulação institucional e a integração dos valores e conteúdos das políticas públicas; a construção de redes territoriais de atores, redes de interempoderamento e de interaprendizagem, em maior sinergia e co-responsabilidade.

A educação e a comunicação são os instrumentos que viabilizam essas mudanças da cooperação social e da espiritualização do desenvolvimento.

---

<sup>14</sup> Consciência feito energia alquímica, em rede de energias sociais e em torcida pelos pobres do Brasil e do Equador.



## As transformações sociais baseadas em energias culturais e espirituais

*Onde há cooperação não existem disputas de poder.*  
Sônia Café

### **1 - A percepção da vida social como luta competitiva pelo progresso material<sup>1</sup>**

O desenvolvimento e a vida social não podem ser reduzidos às relações produtivas, nem podem ser explicados apenas a partir de um esquema baseado em contradições políticas e sociais. A tradição sociológica do conflito não pode explicar toda a dinâmica social. Da mesma forma, não existe desenvolvimento exclusivamente produtivista. Somos seres racionais, mas o desenvolvimento não pode ser reduzido aos processos racionais que condicionam, no geral, os relacionamentos materiais baseados nos cálculos de ganhos e perdas. Essa ótica racional e material não pode ser aplicada como fórmula universal. Entender a lógica da vida humana partindo apenas dessa perspectiva é uma simplificação tão grave como supor que todo o espiritual está restrito ao religioso.

A pobreza e a exclusão representam a imagem que o modelo de desenvolvimento espelha e que é devolvida à sociedade. A sementeira do *desenvolvimentismo* produziu patologias, anomalias e

<sup>1</sup> Entre polaridades, na procura do Marga (espírito superior em sânscrito).

desequilíbrios. A pobreza e a exclusão são as características destacáveis na atual sociedade insustentável.

O paradigma do desenvolvimento sustentável surge como revisão das relações sócio-econômico-cultural-ambiental, com a exigência de incluir novas concepções e atitudes na responsabilidade humana, concorrendo para a sustentabilidade na encruzilhada civilizatória em que vivemos.<sup>2</sup>

Questiona-se a racionalidade que afirma os elementos econômicos como as forças determinantes no curso da evolução social. Passa-se a considerar que o *estado* da sociedade está ligado à condição da mente e das emoções humanas. Não há como abstrair que os pensamentos trazem consigo um certo emocional, um estado de sentimentos individuais e coletivos, processo no qual se fundem a racionalidade e a emoção.

A adoção do prazer em acumular, como estilo de vida, prioriza o que pode ser quantificado ou estimado em valores monetários, o que produz riqueza material, a glorificação da mercadoria. Essas idéias utilitaristas são parâmetros à definição de estratégias de "desenvolvimento" que levam a realidades díspares e injustas. O processo que cria riqueza e progresso material gera também a pobreza e o desemprego. Essa cultura de realização do poder material forma seres competitivos, que nutrem o hábito de buscar vantagens pessoais à custa de outros. Reforça-se assim a sociabilidade imbuída de impulsos utilitaristas que expressam sentimentos egoístas, sem consideração e insensíveis do ponto de vista social.<sup>3</sup>

<sup>2</sup> As respostas tradicionais não vêm dando certo. Mesmo assim, o modelo de desenvolvimento dominante, pautado no culto ao crescimento quantitativo e indiscriminado - hoje magnificado pela globalização e popularizado pelo receituário neoliberal -, revela uma forte resistência, não sendo fácil abandoná-lo.

<sup>3</sup> Além dos desejos materiais básicos, assume-se que as questões sociais só serão internalizadas se permitirem lucros econômicos. As pessoas ficam

Devemos viver com o objetivo de promover o desenvolvimento em base holística. Mesmo considerando legítimos os desejos humanos materiais, importa realizá-los em articulação com o viver espiritual para que a vida não seja reduzida à compulsão da posse e do usufruto material. Em perspectiva holística, precisamos tomar consciência e valorizar também as realidades incluídas no viver humano, que transcendem o material.<sup>4</sup> Realidades que, às vezes, somente o amor, a intuição e a luz do coração podem enxergar (Leonardo Boff, 1999). E as energias invisíveis no cotidiano, o compromisso, a solidariedade, a vontade, a esperança, a angústia, não deixam de ser reais pelo fato de ser intangíveis (Will Keepin, 1998). Sem a dimensão espiritual, a nossa sociabilidade fica dominada por impulsos utilitaristas que expressam sentimentos egoístas, insípidos, e atitudes de desconfiança.

O compromisso com a sustentabilidade faz emergir o humano como ser ético e dotado do poder de escolha. A ética preocupa-se com questões concernentes ao que é certo e bom (Lee Yearley, 1997). A semente para o futuro deve ser ancorada no respeito à vida, na fraternidade e na igualdade de oportunidades, conscientes e atentos à forma de olhar e projetar a realidade para nova condição civilizatória. Consciência significando saber o que estamos semeando e o quanto essa semente requer.

O processo de desenvolvimento deve incluir muitos elementos subjetivos, nova base de poder, e uma consciência radical fundamentada em sentimentos de confiança e de necessidades compartilhadas. Será possível a transição para uma sociedade sustentável à proporção que elementos estratégicos, intangíveis e invisíveis forem valorizados, como o capital humano, o capital

dominadas pelo medo de não ter recursos materiais, os quais possibilitam o acesso ao mercado de consumo.

<sup>4</sup> Todos nós temos intuições que alertam para o perigo potencial, assim como para as boas oportunidades.

social, a participação social e o empoderamento das organizações e das pessoas. Quando a confiança, a compaixão, a solidariedade, o amor e a beleza - elementos invisíveis e não racionais - forem incorporados aos valores componentes do desenvolvimento, será possível acessar novo prisma, aguçar o olhar e refinar o pensamento, tudo isso a embasar o ideal da sustentabilidade.

Ao importante dinamismo do desenvolvimento econômico (em processo qualificado), tem-se de articular as questões objetivas assim como as subjetivas e tentar harmonizar as diversas dimensões do desenvolvimento. Constitui simplismo supor que a ética da economia, isolada, possa levar ao desenvolvimento humano, quando se constata apenas intervenções compensatórias que fortalecem a subalternidade dos pobres. Faz-se necessário incluir justiça social, direitos humanos, acesso ao conhecimento e à informação, *empoderamento* individual e coletivo, participação social e cidadania. Demanda tempo para essa construção consolidar-se como concepção e implemento, assim como para crescer e se desenvolver, porque essa meta passa a depender do envolvimento das novas gerações, que devem estar imbuídas do propósito de superar as cadeias da atual socialização.

Ainda não é previsível imaginar as transformações sociais baseadas em energias culturais e espirituais em face da capacidade destas de potencializar a solidariedade e a aceitação de responsabilidades individuais e coletivas. O receio das novas dimensões do desconhecido é impeditivo à tomada de decisões em face das possíveis perdas, mesmo diante de cenários com claras perspectivas de ganhos. No cotidiano, a perspectiva de perda sobrepõe-se. O medo e o risco de mudanças paralisam as tentativas de inovação; reforçam-se as rotinas e as velhas práticas.

O processo de construção de um futuro mais humano e sustentável é cheio de riscos; temos de aprender a superá-los.

A dificuldade de transformar relacionamentos em um sistema dogmático e contaminado de interesses - que busca manter o *status quo* - ocorre porque o olhar se mantém enviesado, focado no medo, que obscurece a luz da liberdade. Essa luz promove novos relacionamentos, alicerçados na cooperação e na solidariedade dos atores sociais e institucionais.

O processo de transformação deve pautar-se em novos conceitos que incorporem o invisível social, em especial em sentimentos de amor. Amor como energia que fundamenta o que é possível e o que queremos fazer como seres humanos (Humberto Maturana e Sima Nisis, 1978). Amor, solidariedade, justiça, bondade, compaixão, são qualidades transraciais que criam uma dinâmica relacional capaz de impulsionar o desenvolvimento humano<sup>5</sup> - o atuar de acordo com as qualidades positivas da natureza humana. Se o amor é capaz de curar e transformar as pessoas, por que não vincular as pessoas, unindo-as para se curarem e se transformarem coletivamente?

Com esses argumentos, não estamos alimentando o desenvolvimento com sentimentalismos. Além do amor, não há o que expresse, de forma mais clara, em relação aos outros, o senso de solidariedade, respeito, cooperação, compaixão e confiança. Eis o fundamento do chamado capital social, indispensável para construir uma sociedade sustentável. A prática desses valores levará à amorosidade e à solidariedade.

## 2 - O pequeno eu local

Resistimos a participar da unidade dos mundos - o material e o espiritual -, a experimentar o princípio da unidade de todas as

<sup>5</sup> Falamos de amor como emoção, uma energia mais profunda que a razão e, também, de um modo de convivência, uma maneira de relação com os outros. Conforme Humberto Maturana e Sima Nisis, op. cit. 1998, o amor é simples, acontece no fluir das condutas relacionais e faz-nos aceitar outro ser humano como legítimo.

coisas, que deve orientar a construção de uma sociedade sustentável.<sup>6</sup> Esquecemos que o desenvolvimento sustentável é, em essência, o ponto de convergência entre a economia, o meio ambiente e a cultura, coordenado pelo político e movimentado pelo emocional. Mesmo assim, prevalece a priorização das externalidades, enquanto os elementos da riqueza interior humana, da cultura e do ambiente preservado ficam obscurecidos.

Essa nova consciência social está sendo elaborada principalmente pela sociedade civil. Observa-se uma silenciosa mudança de valores em comunidades criativas e em trabalhos de atores sociais humanistas, ocupados com a qualidade do desenvolvimento, em busca de significados espirituais e futuros alternativos. Mesmo caminhando no mesmo sentido, esses atores ainda estão fragmentados e desarticulados.

É indispensável integrar na análise do desenvolvimento os parâmetros do emocional, do sentimento coletivo, do imaginário social e da memória coletiva, cuja energia multiforme é difícil de ser escamoteada, porque permeia tudo o que acontece na vida social.

A transição para uma sociedade sustentável constitui processo de tomada de consciência, que começa na mudança interna das pessoas, no *pequeno eu local*. Cada pessoa é portadora de uma semente de transformação social. Pode germinar e evoluir, em sentimentos de solidariedade, no amor político pela sociedade e em novo pacto do ser humano com os demais seres, quando sensibilizado e imbuído da inteireza da natureza.

O caminho para a construção e o desenvolvimento do *capital social* passa por uma mudança radical interna, uma observação íntima da experiência das pessoas.<sup>7</sup> Essa transformação pessoal

<sup>6</sup> Falamos de construção por referir-se a um processo.

<sup>7</sup> É possível transformar a nossa atitude por meio de uma certa disciplina interior. Nas palavras do Dalai Lama, "começa-se identificando aqueles

traduz nova energia política, outro tipo de poder que leva as pessoas a perceberem algo bom e a tentar fortalecê-lo e consolidá-lo. Consiste nos alicerces do capital social, a partir da mudança interior pessoal; precede e independe das mudanças institucionais e normativas. Mentes saudáveis e corações amorosos tendem a estimular relacionamentos saudáveis. Mentes doentes e corações perturbados constroem separatividade. Os estados perturbadores, como a depressão, a raiva, a tristeza, o desamparo, o estresse e a ansiedade, desestimulam os ânimos.

A qualidade do capital social deve estar enraizada na estrutura e na cultura da sociedade. Mesmo sob a preponderância da cultura individualista, que se alicerça no interesse individual, é possível construir capital social. O esforço de mudança do ser humano potencializa-se no poder de escolha, na criatividade individual, no contexto coletivo e nos relacionamentos que promovem mudanças na sociedade.<sup>8</sup>

A informação, a intensidade das trocas e a comunicação constituem elementos com os quais as pessoas podem construir um ambiente de cooperação e solidariedade.<sup>9</sup> Nesse sentido, tem-se de superar os hábitos de trazer medos, negações, ódios e ânsia de poder à vida social, institucional e política. O agir humano ocorre em conformidade com o padrão emocional e com o entendimento do mundo e das coisas. Disso resulta a criação

fatores que levam à felicidade e aqueles que levam ao sofrimento. Depois desse estágio, passa-se gradativamente a eliminar os que levam ao sofrimento e a cultivar os que conduzem à felicidade. É esse o caminho..." Howard Cutler, em *Sua Santidade o Dalai Lama, A Arte da Felicidade: Um Manual para a Vida*, Martins Fontes, São Paulo, 2000.

<sup>8</sup> A liberdade de escolha - como afirma o Dalai Lama - pode ser a nossa maior força ou, também, o nosso maior prejuízo. As escolhas de pessoas egoístas, vinculadas a outras pessoas de mesmo padrão, dificultam os meios de construção de bem-estar social.

<sup>9</sup> A mútua desconfiança quase sempre leva à separatividade e, conseqüentemente, enfraquecimento dos sentimentos de proximidade.

das condições sociais, da própria realidade (Anna Lemkow, 1990).

### 3 - Trabalhando a dimensão invisível

Trabalhar a dimensão invisível do desenvolvimento - o lado cultural, psicológico e espiritual da vida social -, trabalhar o capital social e o empoderamento social (dos excluídos) significa valorizar o enfoque holístico reconhecendo que as relações que envolvem a cultura, a política, a economia, a sociedade, a natureza e o espírito constituem instâncias interdependentes da atividade humana.<sup>10</sup>

A dimensão espiritual tem significado mais abrangente que as práticas religiosas.<sup>11</sup> Na esfera do *pneuma* (espírito) é que encontramos a essência das pessoas, os valores e as qualidades, como a compaixão, a solidariedade com o próximo, o amor pela vida e pela natureza.<sup>12</sup>

As energias (internas) e as atividades que impulsionam as pessoas a alguma forma de desenvolvimento intelectual, emocional e social - em sentido mais avançado que o estado atual - são, em essência, de natureza espiritual (Maitreya). Toda pessoa que experimenta bondade entende o significado da espiritualidade. Cada passo dado no caminho espiritual constitui base de maior esclarecimento para ações holísticas. Analogamente, cada comportamento, cada discurso, pensamento e ação são potencialmente espirituais quando melhoram as condições humanas e preservam o meio natural.

<sup>10</sup> Essas dimensões invisíveis são estreitamente interligadas e se apresentam separadas apenas para fins de análise racional.

<sup>11</sup> Observa-se com frequência a concepção de religião em nível espiritual, e vice-versa.

<sup>12</sup> Conforme David Boadella, op. cit., 1997, o conceito espiritual, no discurso do desenvolvimento, da sociedade ocidental materialista geralmente possui significado pejorativo. O espiritual é associado a aspectos misteriosos da religião ou a certas manifestações de escapismo místico.

A realidade significa existência, e vários são os modos de existir; vários os modos do real; múltiplas as realidades.<sup>13</sup> Não há tempo vivo, específico, há temporalidades. Em simplificação teórico-metodológica, existem dimensões existenciais: a referente às forças físicas e materiais - a vida biológica, o mundo dos pensamentos e as percepções - e à dimensão espiritual - dos valores e das escolhas éticas. A nossa percepção ordinária é relativizada pela capacidade (restrita) de nossos sentidos, que operam dentro de determinadas ondas. É impossível negar a existência de realidades alternativas.<sup>14</sup> Na

<sup>13</sup> Na intimidade atômica, por exemplo, a matéria é energia e, também, a energia é matéria. A realidade está constituída por uma multiplicidade de campos energéticos que não se revelam, e isso altera a percepção que temos dessa realidade no dia-a-dia.

<sup>14</sup> Edmundo Tomaselly em *El Tecer Vórtice, algunos Principios de la Mecânica Cuántica Aplicados a la Psicología*, Abya-Yala, Quito, 1998 explica: "A física quântica ensina que as coisas que aparecem perante nossos sentidos como sólidas e estáveis revelam só uma turbulência de energias, que a dinâmica da matéria é governada por fatores não materiais - energias, campos de gravidade, ondas eletromagnéticas. Imaginemos, por exemplo, uma bolinha no meio da sala. Imaginemos também a 20 metros de distância uma nuvem de partículas de poeira que envolve a bolinha dinamicamente. É possível observar um mundo subatômico extremamente pulsante. Todas essas partículas se movimentam a distâncias que variam a cada instante. Aproximam-se e afastam-se a cada instante, liberando energia. Essa bolinha representa o núcleo do átomo, e a nuvem de poeira são os elétrons que giram e giram ao seu redor. No interior do núcleo existe uma quantidade de partículas nucleares como o próton, o nêutron, os neutrinos. As menores são conhecidas como os quarks. Hoje, a mecânica quântica vem descobrindo novas partículas e as formas como interagem, através da tecnologia dos aceleradores atômicos.

No mundo infinitesimal, os átomos e as partículas manifestam-se de muitas formas, a exemplo da água que se revela líquida, sólida e gasosa. Há a descoberta de que as partículas são uma manifestação da matéria e que se manifestam também como ondas. Onda e matéria são aspectos interligados da mesma realidade. Que significa isso? Imaginemos uma pequena pedra jogada numa bacia cheia de água. Podemos ver na superfície da água uma pequena onda que se apresenta em forma circular. Essa onda, de maneira abstrata, é manifestação da energia da pequena pedra. Na física quântica, pedra e onda são a mesma coisa. Quando as partículas são observadas, elas ocupam um lugar determinado no espaço e no tempo, revelam-se como

vigília só podemos sintonizar o que nosso cérebro - condicionado pela dinâmica da vida moderna, com maior uso e domínio do hemisfério esquerdo - permite captar. O âmbito do conhecido é apenas uma parte muito limitada do total de emanções energéticas reveladas ao homem. O que cada pessoa é, em essência, se encontra dentro dessa dimensão desconhecida (Víctor Sánchez, 1997).

Nesse sentido, observa-se que o essencial da transição para um padrão de desenvolvimento sustentável é invisível e está governado por sentimentos, pensamentos - ondas diferenciadas de energia. Esses elementos precisam ser integrados ao processo de desenvolvimento local, na perspectiva de gerar impulsos de energia multiforme, em consonância ao permanente ritmo de vibrações, harmonias e turbulências da vida social. O movimento da sociedade está energizado e flui adequando-se aos requerimentos de cada esfera da vida social.

Essas percepções indicam a formulação de novos critérios e instrumentos que incluam as dimensões intangíveis pautadas no potencial transformador do amor - existente nas energias coletivas -, tendo em vista a resolução de velhos problemas associados à pobreza e à exclusão.

As ondas que promovem a liberação de energias individuais e coletivas são as mesmas contidas nos sentimentos, nos pensamentos e nos processos de transformação, que interligam as idéias às práticas sociais; os resultados subjetivos às respostas específicas - integrantes às forças internas derivadas de energias que colocam as pessoas em movimento e em socialização. À proporção que as energias, individual e coletiva, se movimentam assumem determinadas formas e/ou multiformas. É importante apreciar o quanto as dimensões

sólidas e demonstram existência material. Mas quando não são observadas, elas ocupam lugares diferentes como ondas invisíveis". Podemos dizer que somos visíveis e invisíveis ao mesmo tempo. Não há justificativa para nos mantermos duais.

espiritual e emocional da existência dão o roteiro à atuação e à forma do viver, influenciando a roupagem racional dessa forma do viver. Quando o racional é dominante, o comportamento revela as imagens da mente. Quando o emocional é dominante, preponderam atitudes passionais.

É possível compreender algumas rupturas históricas, não racionais - quase sempre violentas -, na forma de respostas ou de viradas coletivas, que resultam da paixão política e da luta social carregada de emoções populares. O teor das emoções populares explica, também, o sentido de certos comportamentos sociais de insatisfação e revolta ou de decisões que afetam as condições de vida e de trabalho das comunidades: as brigas e as disputas políticas entre grupos sociais de mesma classe e facção; as ocupações físicas de espaços públicos e privados; as negociações formais dentro de canais institucionalizados; ou os relacionamentos de parceria entre atores sociais, etc.

Importa compreender a dinâmica cultural - a forma como as pessoas se mobilizam guiadas por pensamentos, sentimentos, referenciais e representações que são elaborados no cotidiano da própria vida social como meio de expressão do comportamento humano. O emocional é o veículo que articula o homem à sociedade e à natureza. No processo do viver pessoal, quase não é perceptível que atuamos com forte nível de condicionamento emocional dentro do modo social de viver. E a compreensão de que a cultura permeia a vida pessoal e as relações do grupo social a que se pertence possibilita vislumbrar e potencializar os meios de construir e de acionar o capital social.

Sob essa ótica é que se deve vislumbrar os relacionamentos de confiança e reciprocidade baseados em energias emocionais essencialmente amorosas. Também são visualizados os atores individuais e sociais com comportamentos dominados por emoções fortes e por interesses, procurando impor suas

próprias representações simbólicas. São as motivações - energias internas - que se transformam em comportamentos, passando da esfera subjetiva ou privada à esfera coletiva ou pública, na qual aparecem como relacionamentos visíveis, geralmente contraditórios.

No viver cotidiano - em família, em comunidade, em associação, no trabalho, no sindicato, etc. -, ocorrem as experiências que criam e recriam as ondas de energia emocional e no qual se desenvolve a visão do mundo, que mobiliza os sujeitos coletivos e produz mudanças (Inaiá M. Moreira e Ruthy N. Laniado, 1992).

Quando os comportamentos e as ações articulam sentimentos e pensamentos - os aspectos espirituais e os mentais - capazes de gerar transformações e mudanças conscientes, ocorre também o sentimento de inteireza, e o nosso comportamento passa a harmonizar melhor o pensamento pensado com o pensamento sentido. E a nossa ação passa a harmonizar melhor o sentimento sentido com o sentimento pensado.

Ocorrem bloqueios quando a energia emocional ou o pensamento ficam reprimidos por falta de informações ou por não encontrarem espaços de expressão, não podendo vir a constituir um referencial capaz de dar forma à energia acumulada. A energia ou o pensamento bloqueados produzem mudanças inconscientes, uma espécie de *Fórmula de Leopardo*,<sup>15</sup> comportamento não relacionado ao sentimento ou ao pensamento (Isis Martins, 1997). A coisa pensada não corresponde ao falado, e o executado não corresponde nem ao pensado nem ao falado.

O mental, o cultural e o espiritual dizem respeito à forma de pensar, de viver e de ser. Corresponde a uma maneira de nos relacionarmos com nosso interior, com os outros e com o mundo.

<sup>15</sup> Isis Martins, 1997, citando Tomasi di Lampedusa em *O Gattopardo*, 1958.

Se quisermos ver como somos afetados em nossa maneira de viver e em nossa vida cultural, temos antes de olhar como nossos relacionamentos são afetados (Humberto Maturana, 1992).

#### 4 - A subalternidade

A subalternidade é um relacionamento que expressa grave situação de deterioração do capital social. Interpretamos a subalternidade como uma experiência construída no cotidiano das comunidades excluídas e fragmentadas. Constitui relacionamento condicionado ideologicamente pela hegemonia, que possibilita - ao mesmo tempo em que mascara - a dominação, fazendo que as pessoas aceitem a situação passivamente. Observa-se na história que as elites políticas sempre se comportam de forma autoritária e, ao mesmo tempo, paternalista e clientelista, resultando em agentes ativos da subalternidade.

A desconfiança visível, ou oculta, contida nos relacionamentos de subalternidade promove o *despoderamento* (rouba as energias de liberdade e limita o desenvolvimento do potencial humano), minimiza a auto-estima e cria um senso de desidentidade. As comunidades subalternas manifestam comportamentos passivos e medrosos. Essas energias sociais constituem emoções destrutivas que as levam a rejeitar a própria realidade e a internalizar altos níveis de baixa estima (até desespero) que, muitas vezes, retornam somatizados em doenças físicas. Em reação ao sofrimento pessoal e à angústia familiar e coletiva que vivenciam, perdem a perspectiva de liberdade, fator que alimenta a opção por relações violentas. Na subjetividade dos grupos sociais subalternizados - em estado mental negativo e espírito oprimido e reprimido -, fica registrado um estado de mal-estar, fonte permanente de conflitos nos relacionamentos intersubjetivos e intergrupais.

A subalternidade resulta de relacionamentos assimétricos e está presente nas atitudes de negação dos subalternos ao sistema de valores e às ações dos agentes externos que promovem a subalternidade. A redefinição desses relacionamentos depende da iniciativa do subalterno em rever a sua postura reativa. Constitui atitude pró-ativa assumir sua própria negação às causas geradoras do mal-estar social que vivencia.

Em nível público, tem-se de descobrir e disponibilizar uma pedagogia crítica e uma psicopedagogia coletiva para liberar os bloqueios emocionais que impedem a construção de mudanças conscientes, de forma que permita o desenvolvimento empresarial dos despoderados. Esses elementos devem ser adotados simultaneamente aos esforços dirigidos a promover o chamado "espírito empresarial". Com isso, é possível empreender novos relacionamentos e promover o desenvolvimento humano e social na sociedade local. Os chamados "marcos lógicos" ganham a conotação do conhecimento pensado em consonância com o conhecimento sentido. E a imprevisibilidade social passa a ser elemento estratégico para os rumos do desenvolvimento empresarial e local, deixando de ser cunhado como comportamento de resistência à mudança.

## 5 - Psicologia, espírito e desenvolvimento local<sup>16</sup>

Há necessidade de novas pedagogias educativas para a construção do desenvolvimento e de novas metodologias (terapias) coletivas para mudar o emocional dos grupos envolvidos. A psicoterapia trata da alma das pessoas - que não precisam estar doentes -, estimulando-as a se cuidarem e a se desenvolverem como seres humanos.<sup>17</sup> Nisso há a compreensão

<sup>16</sup> David Boadella, *Inspiração é Corporificação: Energia e Caráter*, São Paulo, Summus Editorial, 1997.

<sup>17</sup> *Psique significa alma, e terapia significa cuidado.*

de que é difícil curar o corpo quando há conflitos que perturbam o espírito.<sup>18</sup> E os grupos não precisam estar em desequilíbrio para cuidar do equilíbrio emocional e do bem-estar.

Na sociedade ocidental, a prática da terapia está fechada aos especialistas acadêmicos. Essas atividades são formalizadas e controladas pela burocracia oficial e empresariadas por fortes grupos econômicos. A psiquiatria, medicina da alma, limita-se quase sempre aos sintomas das almas perturbadas, sem acessar as causas profundas das enfermidades. Tenta a cura com fortes doses de antidepressivos e tranquilizantes de ação química, que alteram ainda mais a já perturbada química do cérebro e produzem comportamentos indiferentes e alheios aos fatos da vida (Rubens Coura, 2000).

A construção do capital social consiste em processo educativo que produz mudanças na forma de ver e sentir a realidade. Pode ser entendido como uma mistura de terapia coletiva e educação popular, que gera astral de energias positivas. Melhora a sociabilidade e enriquece a comunidade com relacionamentos de solidariedade e confiança e disponibiliza a maior lição cidadã - *aprender a aprender para ser livre*. Uma ruptura interior de hábitos, rotina e astral viciados, para nova forma de pensar e sentir a vida pessoal e social (Da Rosa, 1994).

O trabalho de sementeira das dimensões intangíveis do capital social, em especial a liberdade, inerente ao exercício da cidadania, tem sido satanizado. A procura da liberdade é um objetivo interpretado como ameaça em quase todas as sociedades autoritárias, e quando é empreendida pelos grupos subalternos é considerada um risco para o sistema dominante. A libertação resulta de lutas, em diferentes frentes, contra a injustiça e a desumanidade. O trabalho de transformação para

<sup>18</sup> Qualquer doença, trate-se de câncer ou esquizofrenia, abrange o corpo, a mente e o espírito.

o enriquecimento da vida social dos subalternos consiste no aumento das energias políticas - no *empoderamento* - e é tido como politicamente perigoso.<sup>19</sup> Quando se amplia a visão do mundo, muda a forma de senti-lo, e o mundo é transformado em oficina de aprendizado.

O trabalho de construção do capital social e da equidade de gênero implica converter as energias da subalternidade em campos de "terapia comunitária", na qual se adquire consciência e informação, que promovem o *empoderamento* e asseguram relacionamentos ancorados no respeito, na cooperação e na solidariedade.

É muito difícil conceber o desenvolvimento econômico ou tentar desenvolver confiabilidade social sob condições de angústia coletiva. A esse processo deve preceder um campo de transformação educativo que comporte a participação, a socialização, a construção de redes e a formação de capital humano. Além disso, temos de descobrir formas de criar esses elementos em um processo de avaliação e disseminação de resultados - informação em dinâmica de aprendizado e ajuste.

Na esfera do desenvolvimento está a essência das pessoas. No *pneuma* (o espírito), estão os valores, as qualidades e as virtudes, como a compaixão, o amor ao próximo, a preocupação com a terra.<sup>20</sup> Esses elementos espirituais constituem energias que veiculam o(s) contato(s) entre os indivíduos.<sup>21</sup> Com o uso de práticas pedagógicas adequadas, esses elementos ganham reforço, em paralelo à auto-estima e à confiança. Essa energia, investida no amor, no trabalho e no conhecimento, aumenta o

<sup>19</sup> Thich Nhat Hanh, em *Teaching on Love*, Parallax Press, 1998 é um monge budista, ativista da paz, poeta vietnamita com ideais que se associam à teologia da espiritualidade para um estado elevado de viver.

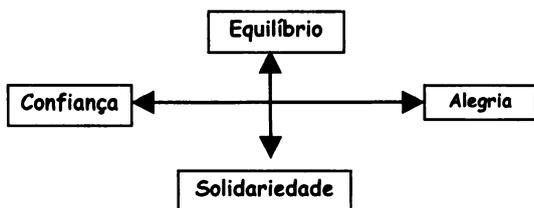
<sup>20</sup> Observa-se nas políticas e nos programas oficiais a desespiritualização do desenvolvimento.

<sup>21</sup> A energia espiritual circula de dentro para fora e de fora para dentro. Quando sai ocorre relacionamento(s) com o(s) outro(s).

contato com o nosso interior, reforçando a identidade. Quando se expande, forma uma espécie de radiação e vibração coletiva, em ondas, a exemplo do sentimento da torcida esportiva, que se acredita portadora da vitória. Quando a energia vem de fora para dentro, ganha conteúdos de nutrição, descanso, recuperação, relaxamento, criatividade, paz, compaixão, etc.

## 6 - Mudanças na forma de ver, sentir e pensar a realidade

As idéias a seguir foram desenvolvidas pelo psicoterapeuta David Boadella e representam leitura de estados de sentimentos e de categorias de emoções. Podem contribuir para o desenvolvimento do capital social.



1. **Confiança:** constitui o fundamento da vida social.<sup>22</sup> Está respaldada na fé e na esperança e opõe-se a todas as formas de discriminação, ódio, egoísmo e negação da legitimidade do outro. Sem a confiança não podemos constituir o social. Ela possibilita os relacionamentos de parceria entre as pessoas e norteia o caminhar junto dos atores sociais, compartilhando sonhos e desafios com a consciência dos riscos. Quando há confiança, não existe resistência, nem separatividade social.

Sentimos confiança quando a verdade permeia a crença em nós e no outro. A confiança é construída no aprendizado e no reconhecimento das emoções dos outros. Consiste na empatia e na habilidade de reconhecer o que os outros sentem. O empenho para a autoconsciência concorre ao mesmo tempo para o aumento da capacidade de reconhecer as próprias

<sup>22</sup> Na psicologia científica ocidental, a confiança não é considerada uma emoção. Mas é.

emoções, assim como para reconhecer as emoções dos outros (Coleman, 1997). A desconfiança está nas pessoas fechadas ou desligadas dos outros. É um estado de rigidez ou resistência e tem várias expressões: irritação, separação, dúvida, medo, não aceitação, negação do outro. Segue-se a falta de credibilidade - em calada agressão -, que rejeita, impede e afasta os outros. A desconfiança quase sempre é produto do preconceito, faz parte do processo de socialização e resulta dos mecanismos sociais para entender o mundo.

Próxima à confiança, mas inimiga, é a falsa credibilidade - aparente, disfarçada, manipuladora, próxima, calculista e travestida de sociabilidade.

2. Alegria: diz respeito à capacidade de celebrar, de sentir leveza, da disposição de brincar, de encarar a vida com praticidade e fluidez. Produz sensação de contentamento e estado de espírito prazeroso que conduz ao sorriso.

A infelicidade, a depressão, a aflição e a autopiedade opõem-se à alegria. À depressão segue-se o choro impotente, e os estados de tristeza, melancolia e autopiedade. Por vezes, o chorar com o(s) outro(s) - no lugar, ou ao lado, na dor ou no sofrimento - contribui para um estado transmutado de sentir-se livre. Resulta da transformação de energias opressoras, sádicas e autodestrutivas (negativas) em energias positivas, da alegria, da lucidez e da esperança, que abrem o coração ao alívio do agradecer e do crescer para estados superiores de libertação.

Nessa sociedade de consumidores, os pobres aliados do consumo - por insuficiência de recursos - assumem sentimentos de exclusão, tristeza e insatisfação com a vida quando se comparam com os satisfeitos materialmente. No mundo da pobreza, esses sentimentos atenuam as sensações de alegria e contentamento nas duras condições de vida dos pobres. Os pequenos produtores rurais, deprimidos, excluídos e

destituídos até de alimentação básica à sobrevivência vivenciam a subalternidade e sentem-se incapazes e impotentes para concentrar esforços na vida política.

Contrária e próxima à alegria está a excitação, frívola e superficial. Constitui inquietação mental ou exaltação maníaca, como se as pessoas fossem ciclotímicas (David Boadella, 1997).

3. Equilíbrio: consiste no respeito, na habilidade das pessoas em permanecerem centradas, serenas e calmas, sem se deixar arrastar por eventuais turbulências emocionais. O equilíbrio não significa ausência de sentimentos, e a calma não leva à supressão do emocional. Os sentimentos têm significado e desempenham papel fundamental na maneira de perceber a realidade.

O oposto ao equilíbrio é a conduta histérica, por excesso de emocionalidade. Ocorre com pessoas que reagem com excessiva emocionalidade (David Boadella, 1997).

O inimigo próximo do equilíbrio é a indiferença - apatia, a falta de sentimentos ou comportamento sem sentimento (David Boadella, 1997). Estamos falando do "Isso não é da minha conta".

4. Solidariedade: consiste na capacidade de gerar empatia com os outros e de convertê-la em ação de apoio e de parceria. Corresponde ao estado de ser compassivo - nivelar-se e posicionar-se igual ao outro e estar unido ao outro, como a si mesmo (Sônia Café, 1991).

O sentimento de compaixão tem de estar associado à idéia dos direitos humanos. Isso constitui aprendizado para olhar o outro, exatamente como para si. A pessoa que sofre tem o direito de superar o sofrimento.

A ação solidária expressa o sentimento de compaixão e difere das ações assistencialistas, como acontece nos programas sociais de emergência, direcionados aos grupos vulneráveis. A assistência às pessoas que têm fome tem o caráter de reproduzi-las famintas, nutrindo o ciclo vicioso do assistencialismo. Tem-se de fazer um esforço para erradicar as raízes da fome. Além do apoio externo, isso passa pelo empoderamento, pela mudança nos relacionamentos, para que esses grupos deixem de sofrer a fome.

A falsa compaixão é inimiga próxima da solidariedade; expressa o poder sobre o outro, o autoritarismo, o desprezo, o sentimentalismo, o paternalismo e a piedade condescendente. O paternalismo enfraquece a liberdade das pessoas ao alimentar a dependência e a subalternidade; debilita o potencial para o tornar livre. Assim, as pessoas têm de ser estimuladas a se olhar, no propósito de formular metas de melhorar primeiro a si mesmas (Dalai Lama,1998).

Há o risco de a compaixão converter-se em relacionamento castrador de potencialidades, o que gera insegurança - quando são tomadas decisões que definem caminhos de outros. A participação é insubstituível. Consiste no aprendizado para discernir, escolher e responsabilizar-se, em relacionamentos de respeito e estimuladores ao exercício cidadão.<sup>23</sup>

## **7 - Virtudes corretivas**

Como trabalhar as emoções negativas que levam à perda de contato com o fluxo alegre, solidário, sensível e tranqüilo da vida? Como mudar as perspectivas e as atitudes mentais dos atores sociais envolvidos nos processos de planejamento local para melhorar o astral, aumentar o poder e fortalecer os sentimentos de torcida e o empenho pela sustentabilidade do desenvolvimento? Para uma concepção humana, sustentável de

<sup>23</sup> Verônica Morais, 2000.

vida, tem-se de adotar técnicas pedagógicas que incorporem virtudes corretivas em ações alquímicas de transmutação de energias - enfrentar o desprezo desprezando o desprezo;<sup>24</sup> interpretar o sofrimento como instrumento de liberação e encarar a subalternidade nutrindo pensamentos de solidariedade e liberdade.

Essa mudança do astral individual e coletivo depende muito da educação crítica e das técnicas psicopedagógicas. Supõe a participação de agentes comprometidos com a sociedade e capazes de atuar, refletir, pensar e sentir o mundo criticamente.

O amor, como confiança, contrapõe-se à desconfiança, ao egoísmo e à hostilidade.

A alegria, o sorriso e a brincadeira contrapõem-se à tristeza e aos estados emocionais de depressão.

O equilíbrio, o discurso tranqüilo e racional e o discernimento contrapõem-se à frivolidade e ao sentimentalismo.

A solidariedade contrapõe-se à subalternidade e à dependência.

<sup>24</sup> Enquanto ficarmos fechados e possuídos pelo desprezo, ele nos dominará.



## Solidariedade no desenvolvimento local: uma nova sociabilidade<sup>1</sup>

*Uma frase comum africana diz: "Eu sou quem eu sou pela existência das outras pessoas." Na ética individualista do capitalismo, esta frase se converteu em "Eu sou quem eu sou apesar das outras pessoas". Se somos seres relacionais, a pergunta é: que tipo de relacionamentos nós estabelecemos com os outros?*

Peter Waterman, 1999

### 1 - Os poderosos não compartilham o poder

A concentração da riqueza é fator determinante da desigualdade social, da reprodução da pobreza e da exclusão social. Quanto maior é a concentração da riqueza, maior é a "potestade dos bolsos" e o poder político sobre a sociedade. No "livre mercado", os que monopolizam o poder e controlam seus mecanismos distorcem os processos em seu próprio benefício, fazendo do poder sua consagração prepotente, chegando a ponto de sacrificar seu povo, que se transforma em cidadãos cada vez mais passivos, isolados uns dos outros, apegados ao ilusório.

Quando as crises se agravam, conduzem aos desequilíbrios macroeconômicos e às situações de estagnação e recessão. Os mais afetados são os segmentos pobres e menos capacitados para

---

<sup>1</sup> Este texto tem o título original de "Os santos demônios do capitalismo: a manipulação da pobreza no Equador".

proteger seus direitos, seus empregos e suas rendas.<sup>2</sup> O Estado converte-se em agente de assistência social, concebendo e implantando novas políticas compensatórias.<sup>3</sup>

Em tempos de crise econômica, a desigualdade social é a referência para a implantação de condutas assistenciais e tutelares. A subalternidade é reforçada em espaço de demência social. Mas quando a estabilidade econômica dá o ar de sua graça, sob políticas de ajuste estrutural, os beneficiários são as elites empresariais e financeiras, o que reforça as diferenças socioeconômicas. A desigualdade na distribuição da renda e da riqueza tem impacto negativo no dinamismo e na sustentabilidade do desenvolvimento econômico.

O desenvolvimento de uma sociedade sustentável depende do fortalecimento da solidariedade social. Mas o que domina é um emocional que leva à animosidade e ao preconceito. Os influentes atores que surgem da concentração econômica se caracterizam por ter uma consciência máxima de tudo - da autoridade, da impunidade, da vantagem, do cinismo. Controlam o acesso aos centros de decisão e, com isso, têm o poder de influenciar a sociedade.

Permanecem prisioneiros da insensibilidade social e integrados à cultura dos países ricos. A classe dominante equatoriana parece não saber como, nem quer, compatibilizar o crescimento econômico com o desenvolvimento social e, pior ainda, não sabe como distribuir poder. Essa classe opera dentro de um sistema autojustificado que gera sua verdade; não presta atenção à

---

<sup>2</sup> O convencional da política ditada pela pressão das elites e pelo dogmatismo financeiro dos organismos multilaterais é reduzir os gastos públicos, privatizar, subsidiar o setor empresarial e em detrimento das demandas sociais

<sup>3</sup> Supõe-se que o Estado não deve intervir na economia, mas coloca-se todo seu poder para resgatar o setor financeiro.

urgência de restituir a sociabilidade para um clima de confiança na vida humana; desconhece a solidariedade.

A solidariedade só emerge quando uma pessoa ou um grupo social manifesta sensibilidade e nutre relacionamentos de fraternidade. O comportamento solidário denota responsabilidade pelos outros, expressa determinação para dar passos concretos e enfrentar obstáculos, visando apoiar os outros, quando necessário.

Mas a solidariedade não se alimenta apenas de conceitos. Para alcançá-la, tem-se de sentir a necessidade de realizar ações práticas assentadas na confiança, em atitude de amizade e respeito pelos outros. É difícil abrir-se à consciência que expande o senso de cuidado e consideração pela sorte dos outros e dar-se conta de que quase todos os aspectos da vida em sociedade se fundam na dependência e no respeito pelos outros. Além de construídos pelo mesmo *barro* genético, somos todos seres sociais interdependentes.

Solidariedade significa alimentar em nós essa energia emocional-afetiva que leva à empatia pelo outro nos momentos de infortúnio. É a confiança mútua entre atores sociais, entre agentes econômicos e cidadãos o que possibilita o desenvolvimento sustentável da sociedade como entidade integral. Infelizmente, vivemos em uma sociedade dividida, imersa no vazio da falta de solidariedade.

## **2 - A dimensão da pobreza**

A pobreza significa experiência de vida precária e insegura. Exibe um complexo quadro de carências e patologias - fome, ignorância, desorganização, isolamento, abandono escolar, desesperança, desinformação, discriminação, desconfiança, mendicância, baixa auto-estima, desesperança, etc. Esses elementos combinam-se e condicionam-se mutuamente, expressando a realidade de uma das dimensões injustas e insustentáveis do desenvolvimentismo.

A pobreza e a miséria agravam-se como consequência das políticas conservadoras e dos programas de ajuste estrutural. São múltiplas as causas da pobreza e da exclusão social equatoriana, mas é possível argumentar que nos últimos 45 anos a persistência e o aumento da pobreza resultam da aplicação de diversos projetos "nacionais" de modernização capitalista, que transformaram profundamente a estrutura social do Equador com a promessa de dinamizar o progresso.<sup>4</sup>

No início do milênio, assistimos a cenários de perversidade e injustiça social, em razão do aumento da incidência e da intensidade da pobreza rural e urbana. No caminhar das políticas de ajuste estrutural, sacrifica-se o social com equívocos de intervenções indignas que envolvem uma grande dose de subalternidade e com a miopia de como são destinados os gastos sociais, sem a visualização de estratégias de políticas sociais distintas das ações compensatórias.

### **3 - Um desenvolvimento rural conservador**

Os tradicionais programas de desenvolvimento agropecuário estimularam a migração dos camponeses para as cidades em busca de inserção socioeconômica no setor urbano-industrial. É preocupante que após várias décadas dessas intervenções se tenham agravado as condições de vida e de produção nas comunidades rurais, com o recrudescimento do estilo de gestão, da cultura política e da própria malha institucional. As possibilidades urbanas fecharam-se, enquanto a pobreza rural

---

<sup>4</sup> O fenômeno decorre do esgotamento dos modelos de "desenvolvimento" ainda arraigados na estrutura socioeconômica equatoriana, revelando-se como uma complexa mistura de perversidades superpostas - o velho modelo de exportação de matérias-primas e produtos agrícolas; o projeto de industrialização por substituição de importações orientado para os mercados internos e, por último, a instauração das estratégias de abertura econômica e flexibilização de mercados, visando retirar o Estado da economia e sanear sua situação patrimonial mediante privatizações, além de desregular as relações de trabalho.

equatoriana e a agricultura camponesa continuam ocupando lugar marginal nas agendas nacionais de desenvolvimento.

A realidade social no meio rural equatoriano constitui um quadro de pobreza preocupante. Cálculos conservadores informam que 58% da população rural é pobre, com um baixo nível de renda. E 33,9% são miseráveis rurais - os zeros econômicos -, incapazes de adquirir uma cesta básica de consumo. Calcula-se que cerca de 40% dos pobres rurais carecem de recursos indispensáveis para gerar alguma forma de renda vinculada à produção agrícola, ou têm apenas acesso limitado. Forçados a vencer a pobreza, engajam-se em atividades assalariadas fora de suas unidades de produção. Convertem-se em trabalhadores rurais pluriativos, atuando em diversas atividades de sobrevivência. Ainda assim, na maioria dos territórios rurais, mesmo nos que expressam graves situações de pobreza, a atividade agrícola continua sendo a base econômica do universo rural.

A ruralidade equatoriana revela uma agricultura camponesa diferenciada, com desempenho e rendimentos decrescentes. Pequenos agricultores familiares submetidos à mais crua competitividade se obrigam a trabalhar muitas horas só para reproduzir precárias condições de subsistência.

Mesmo com o fortalecimento do movimento indígena, os relacionamentos verticais e autoritários não dão sinais de reversão. A implementação da proposta paternalista de desenvolvimento rural pelo Ministério do Bem-Estar Social conserva os vínculos assimétricos nas instâncias política e cultural na desconsideração do enfoque integrado e territorial; na desatenção a coordenação e a sinergia institucional; no menosprezo à participação democrática da população; no descuido da formação de capital humano; na separação entre oferta pública e demanda social; no desestímulo ao valor da administração descentralizada; na minimização da importância da sociedade civil organizada. Sem esses requisitos torna-se

impossível o *empoderamento* das associações comunitárias, que lutam para melhorar a qualidade organizacional, a representatividade e as capacidades de negociação e gestão.

A pobreza rural tem sido abordada sob enfoques e estratégias híbridas, que misturam produtivismo e assistencialismo; clientelismo e corrupção; benevolência e autoritarismo; culpa e caridade. As intervenções em projetos setoriais isolados e descontínuos favoreceram apenas as organizações rurais qualificadas como "viáveis". O centralismo e a desarticulação norteiam o cumprimento de metas físicas, em particular obras de infra-estrutura executadas sob distorcido clientelismo e participação instrumentalizada. Supunha-se que diversos estímulos à produtividade potencializariam esses investimentos - a fundo perdido - para superar carências, melhorar as condições sociais e elevar os níveis de renda.

Essa orientação setorial produtivista, que concebe o urbano separado do rural, é que deu o sentido e o conteúdo às estratégias, na linha do crescimento agropecuário, com o caráter concentrador dos ativos produtivos, desestimulando a autonomia política, a organização, a solidariedade e a criatividade social.

A modernização conservadora da agricultura afastou o Estado do cidadão. O que poderia ser resolvido em nível local era "resolvido" em nível central. Vista como sinônimo do desenvolvimento, negou-se a ver além da empresa capitalista, da grande propriedade, do mercado externo, da produção comercial, do subsídio financeiro, da inovação tecnológica e dos investimentos centrados em obras físicas. Só um pequeno segmento da população rural equatoriana conseguiu vincular-se à corrente modernizada.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Carlos Júlio Jara e Fausto Jordán, *Síntesis de la experiencia*, Prolocal/IICA/MBS, 2000.

O rural foi manejado como equivalente ao agropecuário,<sup>6</sup> e a pobreza rural foi concebida como carência que resultava da distribuição desigual de fatores produtivos, agravada pela mentalidade atrasada da cultura camponesa. Ao Estado cabia prover o bem-estar social às comunidades e às organizações, vistas como clientes a serem socorridos e/ou assistidos. Os pobres foram percebidos como consumidores natos de serviços sociais, supridos por programas antipobreza, vistos como mecanismos de proteção e de transferência de recursos para os marginalizados. As metodologias estandardizadas e as rotinas burocráticas visualizavam os pobres com lentes de beneficiários passivos e sujeitos sociais incapazes de formular e sustentar suas alternativas. Assim, os pobres rurais receberam tratamento de cima para baixo, restando ainda as seqüelas das agressões espirituais das *piodosas* autoridades do Ministério do Bem-Estar Social equatoriano.

As intervenções - com investimentos em infra-estrutura, subsídios financeiros, revalorização das práticas produtivas e adoção de tecnologia para melhorar o desempenho das pequenas unidades de produção agropecuárias - guardam em seu bojo a conformação de um sistema de relações sociais estáveis no rural equatoriano. Com freqüência, os líderes burocráticos do desenvolvimento rural instrumentalizam os programas para promover seus projetos políticos, procurando rentabilidade eleitoral. Manejam a coisa pública da forma que sabem fazer: agindo guiados por valores personalistas e autoritários nos rincões pouco transparentes, aproveitando os espaços discricionários.

O crescimento agropecuário foi priorizado, mas sem metas para o emprego, sem cuidado com o ambiente, sem interações horizontais entre os atores envolvidos e sem considerar o empoderamento das organizações. Um desenvolvimento rural convencional que não conseguiu valorizar o potencial do

---

<sup>6</sup> Em face do conceito do urbano separado do rural.

território local nem superar a tendência da gestão desarticulada.

Não se pensou em construir cidadania e em ampliar a participação social para gerar uma cultura de consciência pública em direitos e deveres, requisitos para uma sociabilidade respeitosa e deliberativa para a construção de consensos a partir de diálogo para o entendimento de valores, percepções e interesses.

#### **4 - Lobos que devoram cordeiros**

Os grupos dominantes da elite equatoriana têm a racionalidade do privilégio de que podem assumir a definição do rumo social de toda a sociedade equatoriana e de que podem socializar suas perdas e apropriar-se da renda e da riqueza em proporções sem precedentes.

O inédito aumento da pobreza na entrada do novo milênio resulta, em grande proporção, dos excessos especulativos empreendidos pela elite financeira e corrupta, em calada confabulação com o governo. A corrupção financeira transformou profundamente as condições de vida do povo equatoriano em curto período de tempo. Elites financeiras que instrumentalizam a sociedade e burocratas que menosprezam o cidadão.

O Equador continua copiando os estilos de vida e de produção dos países centrais, reestruturando-se conforme o esquema neoliberal de modernização capitalista, tendo o desenvolvimento como sinônimo de ocidentalização e o neoliberalismo como única alternativa.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Nas palavras de Ernesto Sábato: "Trata-se de uma afirmação criminal. É como se em um mundo em que só existissem lobos e cordeiros fosse dito: liberdade para todos, e que os lobos devorem os cordeiros".

Temos aceitado as regras monetaristas da nova ordem econômica internacional, as receitas do FMI, os ditames dos monopólios do Norte e da oligarquia financeira. Hipotecamos assim a nossa capacidade de decidir com autonomia o que é melhor para o conjunto da sociedade equatoriana. O que está em jogo é como encontrar saídas para reativar as condições socioeconômicas após o evidente *coma* da economia equatoriana, depois de integrar-se economicamente ao novo cenário global.

A oligarquia equatoriana vem implementando a colonização econômica, concedendo aos Estados Unidos o controle dos principais instrumentos da gestão econômica doméstica. Em troca - conforme consenso nos setores ligados à produção, à comercialização e aos bancos privados -, há as *vantagens* proporcionadas pelo dólar americano como meio para controlar a inflação. A dolarização da economia implica: a) diminuir os custos de transação e facilitar os intercâmbios; b) criar um ambiente de transparência em matéria de preços e eliminar o risco cambial; c) facilitar os cálculos dos investimentos; d) controlar a especulação e disciplinar o gasto público; e) "curtir" as vantagens de taxas de juros menores; f) diminuir o custo do serviço da dívida externa; g) evitar as emissões inorgânicas de dinheiro, que reativam de forma artificial a economia.

O povo assiste impotente ao discurso da racionalidade econômica insustentável, enquanto aumentam os "benefícios" em forma de sofrimento que lhes toca dessa política neo-racional.<sup>8</sup> Enquanto isso, as elites continuam indiferentes em relação à identidade cultural ou à soberania do país.

A esperança e a proposta de uma sociedade sustentável, justa e solidária deverá ser definida a partir dos valores culturais comprometidos com a vida. Mas os fatores econômicos conjunturais, os comportamentos de privilégios e o tráfico de influências continuam dominantes. Os assessores econômicos a

---

<sup>8</sup> O sistema competitivo de livre mercado é uma usina de sofrimentos para os pobres.

serviço da estrutura do poder não sabem como diminuir as desigualdades nem como reorientar os processos de desenvolvimento.<sup>9</sup> Olvidam que a instabilidade econômica em sociedades "subdesenvolvidas" é uma questão inerente ao modelo dependente.<sup>10</sup>

É certo que não há como lutar para superar a pobreza sem crescimento econômico, que é o suporte da estabilidade. Mas o crescimento isolado não assegura o desenvolvimento sustentável.<sup>11</sup> A economia não será uma dimensão estável se afastada da ética e da solidariedade. Por isso, tem-se de empreender esforços e valorizar a qualidade do tecido social e dos relacionamentos entre classes e atores.

O crescimento econômico que resulta em aumento de renda e riqueza concentradas à custa da desigualdade é injusto, perverso e insustentável. A dolarização, ao gerar desigualdades, é insustentável, com o agravante de relacionar-se à perda da soberania equatoriana.<sup>12</sup> Mas quando se decidir afrontar a pobreza, o desemprego e a exclusão há de se ir fundo às causas estruturais, se a proposta for conseguir autonomia econômica, na difícil e complexa trajetória para o desenvolvimento sustentável.

Está em marcha o processo de dolarização. Será fácil liberar o comércio, flexibilizar o mercado de trabalho, desnacionalizar a economia, sanear as contas fiscais, vender as empresas estatais

---

<sup>9</sup> Preferem pular para o abismo fazendo que a economia dependa da reserva federal norte-americana para alcançar estabilidade.

<sup>10</sup> O Estado vem sendo reduzido a mero instrumento de implementação das diretrizes formuladas pelos organismos multilaterais, o Tesouro norte-americano e outros agentes do capital especulativo nacional e internacional.

<sup>11</sup> É improvável que a curto e a médio prazos a dolarização seja capaz de gerar equidade.

<sup>12</sup> No caminhar desse processo, é provável que tenhamos de pedir licença para formular políticas públicas em favor dos 8,6 milhões de pessoas, "zeros econômicos" sem capacidade aquisitiva para uma cesta básica de subsistência.

e abrir ainda mais a economia ao exterior. Mas sem políticas redistributivas dos ativos produtivos a pobreza tende a aumentar em meio à cultura política excludente, à dolarização e às políticas fiscais convencionais. Sem o desenvolvimento do capital social, caminha-se para uma espécie de "darwinismo social", que se vai fortalecendo com a dolarização. Nada parece deter a tendência de concentração da riqueza e renda dos segmentos mais ricos da população, porque, a rigor, o monetarismo não tem por meta a equidade.

## **5 - Estilos de fazer política social**

As políticas de desenvolvimento refletem como espelho a qualidade da cultura política. Correspondem, em última instância, à forma como o poder é organizado, ao estilo de governo e ao jogo de influências exercidas pelos diferentes atores. Se os políticos continuam fechados no utilitarismo, afastados da solidariedade, privados de sentimentos humanistas, temerosos de perder o controle, reféns dos seus estados mentais negativos, o resultado será o aumento das vulnerabilidades sociais, maior separatividade entre equatorianos e uma sociabilidade empobrecida pela desconfiança. Não causa surpresa que a elite se sinta ameaçada pelo movimento social indígena. A força da identidade e da resistência dos povos indígenas não estava prevista na inteligência amoral dos assessores do dinheiro e dos cortesãos do governo.

A solidariedade e a democracia são as mestras de nossa mudança. Esse aprendizado depende da escala de valores e das formas de pensar e sentir os novos e os antigos problemas. Esse sentir interior é o que constitui a energia espiritual que nos incomoda e nos incita a redefinir os planos e a trajetória para mudarmos. Inicia-se com o ato consciente de integrar-se como indivíduo ao coletivo social e segue com a construção de uma moralidade social subordinada ao desenvolvimento humano. Essas mudanças devem ser concretizadas nas políticas públicas

- patrimônio de todos - abrindo espaços à participação social, na qual a informação, o *empoderamento*, o diálogo e as capacidades de gestão possam melhorar a sociabilidade.

Essas ações conduzem à superação das antigas crenças. Temos de adotar novas concepções e novos referenciais do institucional, do cultural, do econômico e do político que balizem estratégias das alternativas de desenvolvimento social. Os processos de transformação social têm início no conflito da política e são impulsionados por valores, princípios, sentimentos, formas de consciência e reforçados pelo poder adquirido com essa compreensão. Convertem-se em energias intelectuais dos pioneiros da transformação e irradiam-se com o poder de contágio do *empoderamento* e da sociabilidade democrática. O paradigma do progresso e a atual modernização não podem constituir solução aos problemas que esse mesmo paradigma tem criado.

O desenvolvimento humano é possível e é o que nos abre às alternativas sustentáveis. O atual modelo econômico não é o fim da história, nem a ideologia do determinismo econômico corresponde à dignidade da vida humana. Essas certezas no potencial humano levam a algumas reflexões sobre como: a) construir processos de desenvolvimento para superar a desigualdade; b) inserir os pobres em emprego produtivo e em esferas de tomada de decisões; c) vincular estratégias de transformação produtiva aos esquemas sustentáveis de luta contra a pobreza; d) construir ambientes participativos, inovadores e solidários.

A educação tem de estar no centro das preocupações em face do caráter transformador que carrega. O potencial transformador da educação tem de estar contido no capital humano, nas ações que nos fazem mudar e que nos abrem às novas razões para viver, aos novos valores, significados e práticas. Implica uma mudança de consciência que, ao mesmo tempo, traduz esforço espiritual, desejo de transcender e

necessidade de acessar a informação e o poder, que alimentam e estimulam a inovação e a criatividade, agora como capacidade vital para propor e aplicar novas idéias.

A consciência de sermos unidos aos outros constitui o elo entre o desenvolvimento humano e o desenvolvimento do "capital" social. É o que fomenta alianças entre atores institucionais, estimula a comunicação e o diálogo, promove acordos sociais, facilita a construção de complementaridade e cria ambientes para formação de redes de cooperação.

## **6 - As políticas sociais convencionais**

As políticas sociais resultam de um complexo jogo de interesses e relações de poder entre atores sociais que buscam influenciar o curso e a racionalidade do desenvolvimento. Nessa perspectiva, a modernização no Equador resulta das políticas e dos programas de desenvolvimento socioeconômico desenhados em correspondência às coordenadas definidas na correlação de forças, com destaque ao maior poder dos setores hegemônicos.

Foi necessário fomentar a harmonia social alocando o gasto social no sentido de alavancar a modernização, ao mesmo tempo em que se garante relativa assistência aos segmentos sociais vulneráveis. É esse o parâmetro da política social assistencialista, que se converte em fonte de legitimidade dos governos à proporção que o Estado implementa ações provedoras ao trabalhador - em saúde, educação, capacitação, seguridade social, etc. - e ações protetoras aos grupos excluídos.

Com isso, a ação social vem ganhando abrangência coletiva. Atende o trabalhador nos requisitos que melhoram as condições de trabalho e vida, por meio de uma distribuição mais equitativa dos serviços e dos bens materiais e culturais. O termo "social" perdeu o significado original de "assistência" e "caridade" presentes nas ações de ajuda ou auxílio aos pobres e carentes. O social converte-se em insumo da modernização.

O deslumbramento da modernização adia a percepção e a grandeza das ações que levam à equidade socioeconômica. O que prepondera na consciência de muitos atores sociais e institucionais ainda é a falsa caridade, o distanciamento humano na esmola privada e na beneficência pública. São cidadãos - gestores - capazes de apoiar, racional e emocionalmente, a execução de desmandos políticos em nome do desenvolvimento.

A mentalidade acomodada e a consciência compensatória são a tônica dos arrogantes "anjos" da elite e da inconformada classe média, reveladas nos dramáticos atos de compaixão social. São os *santos demônios* do capitalismo lavando suas culposas consciências. Mas a compaixão consiste no abrir-se ao sofrimento do outro.<sup>13</sup> A compaixão sem o compromisso de favorecer a situação do outro só alimenta a baixa auto-estima. O equívoco de se supor ajudando é o que embota a consciência de se perceber que de fato se está contribuindo para a reprodução do paternalismo e regando a subalternidade.

O sentimentalismo dos santos demônios é o elixir do poder que age nas forças dementes que comandam o Equador, manipulando a pobreza. A caridade social serve mais para afiançar as relações de dependência do que para ajudar as pessoas a adquirir controle sobre suas vidas. A retórica da solidariedade social das políticas compensatórias só reforça os relacionamentos de separatividade.

Ainda são fortes e dominantes os argumentos simplistas que retratam os pobres como vadios, carentes de espírito empreendedor e incapazes de conseguir emprego em face de sua degradação moral e suposta ignorância. Assim é a percepção da elite dominante sobre o movimento indígena, quando essa

---

<sup>13</sup> Dalai Lama, em *A Arte da Felicidade*, São Paulo, 2000.

leitura é que é ignorante, indolente e indiferente ao potencial humano.

## 7 - Agregando indignidade à miséria

Não é prioritário alocar os recursos para criar capacidade produtiva nos territórios locais e para desenvolver o capital social entre os pobres. Existe a concepção de que esse investimento resulta em pesado fardo que impede o crescimento ao desviar os limitados recursos que devem ser canalizados para atividades competitivas.

Nesse conceito, o interesse geral da sociedade restringe-se à participação espontânea de indivíduos *livres*, porque só o mercado deve responder pela alocação racional dos recursos. Os *santos demônios* invocam o tradicional discurso de manifestação pública para promover processos injustos. Esse é o principal fator de agregação da indignidade e da miséria à crise social.

No atual esquema político-administrativo do Equador, a política social e compensatória segue reduzida à gestão vertical dos tradicionais "setores sociais" - saúde, moradia, educação e seguridade social. O sonho empreendedor de superar a pobreza permanece inerte, mas é recorrente. Tem-se antes de vencer o comportamento submisso à economia e ao mercado. Há poucas tentativas de descentralização e desconcentração em programas de desenvolvimento comunitário que se afirmem na identidade comunitária, no planejamento participativo de comunidades ampliadas e na gestão descentralizada, que fortalece o "capital" social entre as organizações, a exemplo do Proyecto de Desarrollo de los Pueblos Indígenas y Negros del Ecuador, Prodepine. É o sonho que ganha ares de realização.

Constata-se no Equador que, em geral, as políticas de ajuste e abertura do mercado têm contribuído para consolidar o crescimento, a acumulação e a concentração e para aprofundar os efeitos sociais da exclusão, mesmo com o implemento dos

itens selecionados para o atendimento da pobreza. Segundo o Banco Mundial, as políticas de "bem-estar social" - focadas na seleção de elementos de intervenção social - têm a vantagem de ser mais eficientes ao reduzir custos e supostamente por ser mais eqüitativas na distribuição de recursos materiais.

## 8 - A pobreza política, aos pobres

A ação pública permanece com as práticas autoritárias e impeditivas à confiança na sociedade civil. Observa-se a ocupação dos espaços públicos locais com fins político-partidários e o diálogo racista com o movimento social. O conceito de acesso universal vem sendo apagado do discurso oficial, não apenas por questões de dogmatismo, mas porque a crise econômica limita os recursos para as demandas sociais, enquanto o Estado, refém das elites, resgata banqueiros quebrados, em prejuízo dos investimentos na qualidade de vida das comunidades pobres.

Nessa conjuntura - que vai ficando estrutural -, as elites vêm perdendo de vista o seu povo, ao agenciar a desigualdade em favor do "racionalismo emocional", inerente a competição econômica. Com isso, debilitam o tecido social, que é a base do desenvolvimento sustentável, sem compreender, ou sem querer assumir, que é o próprio modelo econômico que marginaliza, exclui e fragmenta o social.

O Estado e o mercado no Equador vivem às voltas com a crise fiscal; e a elite, com seus valores paternalistas, impede que os investimentos sociais componham a pauta de prioridades socioeconômicas. Adia-se, assim, o enfrentamento das causas estruturais da pobreza.

O desenvolvimento social continua subordinado à política econômica, mesmo com as evidências de que o crescimento econômico isolado - por maior que seja o aumento *per capita* - não elimina a pobreza. Isso porque sob a lógica do mercado os

diversos agentes econômicos assumem dinâmicas diferenciadas com interesses distintos, que também não fluem para a meta da generosidade social. É preciso criatividade e sensibilidade para construir soluções alternativas de crescimento com equidade em um país que pode ser asfixiado pela pobreza.

Os discursos amplificadas sobre a equidade não a promovem à condição de prioridade pública. O novo enfoque das intervenções compensatórias rouba a cena e apropria-se dos gastos sociais para alocar os recursos em itens focados na lógica de mercado. Nessa lógica, o cidadão e seus direitos sociais continuam sendo substituídos pelos atalhos instrumentais do desenvolvimento econômico.

A badalada "autogestão" local consiste em tarifas mínimas para o acesso aos serviços sociais. São definidos os critérios para localizar os beneficiários em grupos com os menores níveis de renda, o que agrega indignidade à exclusão, a exemplo do "bônus de pobreza". Essa administração da miséria opera no sistema formal de transferências, mediatizada com o *know-how* das relações clientelistas. Em tempos de eleições, a distribuição de recursos é feita com fins político-partidários, usando "bônus" como iscas que fomentam expectativas e promessas que não se cumprem.

Há ainda a lamentável relutância de se interpretar as questões econômicas nas interfaces com as instâncias social e política. A economia, em seus conteúdos político-sociais, está sujeita a falácias, interesses, emoções e racionalizações. A maior farsa da cultura política tradicional consiste em não reconhecer o mal-estar social gerado pela economia como instrumento de competitividade. Essa negação, além da insensibilidade que comporta, torna explícitas as características do orgulho, da arrogância e do autoritarismo da tecnoburocracia.

A política social esquiva-se da essência da iniquidade - a desigual distribuição do conhecimento, do poder e dos ativos produtivos, o que irrita a complacente torcida do

neoliberalismo local. A política social é fechada às possibilidades da força transformadora que há nas iniciativas da sociedade local com o aproveitamento de recursos endógenos. Essa é a *pobreza política*, que é aplicada aos pobres políticos, que são carentes de poder.

É importante criar uma institucionalidade democrática, baseada na vitalidade das maiorias, que se façam representadas por diferentes atores sociais *empoderados*, de forma a imprimir um estilo de poder capaz de ativar o desenvolvimento sustentável.

### **9 - Comportamentos que impedem o compartilhar e a transformação**

*Os santos demônios* ignoram, ou fingem não saber, que são as estruturas econômicas, os modelos de desenvolvimento, os valores políticos, as políticas adotadas pelos governos, a mentalidade paternalista, a frágil interação humana e o emocional insensível que produzem a pobreza e os pobres. Os pobres que não acessam os elementos da dinâmica socioeconômica não são quem promovem a pobreza. Os pobres sabem o significado, a vivenciam no cotidiano, e sabem, por isso, sonhar e vislumbrar-se nas alternativas da sustentabilidade, que inclui a todos.

A caricatura do homem pobre como violento e perigoso ganha corpo e força nos setores sociais que não padecem da pobreza. A criminalização da pobreza reduz o fenômeno a uma questão de "polícia", e para controlá-la o autoritarismo faz uso da mão impiedosa. É com essa lente distorcida que os favorecidos qualificam indistintamente os "índios como vadios, entregues à preguiça e sem espírito empreendedor". São vistos como *rêmoras*<sup>14</sup> sociais, à espera de favores públicos e sem os requisitos para responder às estratégias econômicas.

---

<sup>14</sup> Rêmora é um peixe marinho com nadadeira adesiva que a usa para se fixar em outros peixes e tartarugas, numa espécie de parasitismo de locomoção.

Não se observa que os pobres se vêm forçados a desenvolver um amplo leque de estratégias de sobrevivência em múltiplas atividades, chegando com frequência às fronteiras da legalidade. Para a sociedade, essa lente que distorce e incrimina as alternativas informais de sobrevivência constitui ação que alimenta a separatividade, evidencia a fragmentação social e dificulta qualquer integração pela via da distribuição de oportunidades.

Nas imagens que estruturam a psique dos favorecidos, os pobres apartados e separados representam "os outros," dignos de indiferença. Não pode ser confortável o sentimento de indiferença aos pobres, uma atitude inerte e descomprometida.

## **10 - Vislumbra-se a diversificação territorial**

O desenvolvimento econômico não pode ficar refém da abertura externa nem depender exclusivamente das frações empresariais modernas dotadas de "capital" social, informação e capacidade competitiva. Há o caminho alternativo e complementar do desenvolvimento local, com o potencial de recursos territoriais e a possibilidade do desenvolvimento endógeno.

O ajuste aos mercados abertos não significa insistir em esquemas centrados na produtividade e na competitividade, promovendo políticas pró-mercado em favor dos grupos empresariais. Esta deve ser uma das estratégias a considerar. As estratégias de saída à crise multidimensional equatoriana não devem supervalorizar os processos macroeconômicos de reativação e de estabilização da economia.

As propostas estabilizadoras tendem a se tornar mecânicas, simplificadoras e impotentes se não forem incorporadas às novas estratégias que considerem a diversidade territorial equatoriana, valorizando as características culturais, históricas, ambientais e sociopolíticas do mundo local. É no exercício de ações solidárias que essas dimensões são

percebidas na interdependência e na importância que concorrem para a sustentabilidade. E o homem no seu universo local imbuído dessas características e vivenciando-as desfruta de melhores condições para reestruturar a sociabilidade com base nos pensamentos e nos sentimentos coletivos enraizados no caráter local. O vivenciar local constitui resgate histórico favorecendo a formação humana e o conhecimento operacional como requisitos que potencializam o local como *locus* de desenvolvimento sustentável.

A imagem de uma sociedade sustentável é identificada com a construção de uma economia territorial diversificada, o mais auto-suficiente possível, e com uma sociedade organizada e articulada e o mais solidária possível. É factível construir essa sociedade ao se optar pelos recursos da confiança e da interdependência, unindo esforços e recursos.<sup>15</sup>

Assim, identificam-se as possibilidades e chega-se às relações transformadoras e ao desenvolvimento do capital social, consoante à sociedade local sustentável, em alternativa e antes que seja proposto o "modelo único", reincidente em resultados de sociedades divididas pela desconfiança, pela desconsideração e pelo desrespeito, fatores que inibem a formação humana.

## 11 - Valorizando a dimensão do mundo local

O fracasso social do ajuste e da estabilização leva-nos a relativizar a visão unidimensional e linear do desenvolvimento como progresso modernizador e obriga-nos a buscar alternativas nos cenários da diversidade local - social, cultural, política, produtiva e ambiental -, nos quais também se encontra o *locus* da pobreza estrutural. É na vitalidade das iniciativas

---

<sup>15</sup> Se houvesse alocação de recursos para o desenvolvimento local na proporção aos valores de resgate de alguns bancos quebrados, as patologias sociais seriam curadas e/ou evitadas.

locais de desenvolvimento, que integram e vinculam as comunidades, que se encontra consistência para superar a pobreza nas suas manifestações material e espiritual.

Antecede a construção de uma sociedade civil global a adoção de estratégia e o implemento das propostas de desenvolvimento que surgem das bases da sociedade. Em lugar de restringir-se às macrorreconversões produtivas e aos sonhos de vigoroso crescimento econômico, há a alternativa de se implementar nos territórios as demandas e as reivindicações concretas das comunidades ampliadas.

É possível aproximar a economia da ética política aproveitando o princípio da proximidade do mundo local. É no berço da sociedade local que os subalternos têm a oportunidade de se fazer ouvir e de propor; reverter relacionamentos e participar, como liberação da subalternidade; exercitar a democracia, em efetiva comunicação com os outros; e criar um ambiente político de diálogo e deliberação - o *empoderamento*, tendo como perspectiva o apropriar-se de suas vidas.

O prioritário deve ser o esforço para mudar a qualidade das relações entre os atores, para renovar as atitudes e promover a ajuda mútua, que favorece a confiança e a auto-estima. Tudo isso são degraus na espiritualização do desenvolvimento alternativo de municípios sustentáveis, porque democráticos, solidários, produtivos, articulados, criativos e tranquilos.

Os processos sustentáveis fundamentam-se na organização solidária da sociedade local, no empoderamento das comunidades, na adoção de novas práticas de gestão e no acesso aos recursos financeiros, etc.

No Equador, as experiências bem-sucedidas de desenvolvimento local têm sido construídas pela sociedade civil.<sup>16</sup> Algumas ONGs

---

<sup>16</sup> Concebe-se o desenvolvimento local sustentável como um processo endógeno de mudanças e transformações que possibilitam a construção de comunidades auto-suficientes capazes de conquistar um modo digno de

que operam em escala territorial vêm formando capital humano, desenvolvendo capital social e diversificando a economia local em favor das comunidades rurais, a partir de alianças e compromissos firmados em propostas de soluções alternativas de vida e trabalho.

As soluções de reengenharia institucional são insuficientes. O fundamental diz respeito a uma mudança de mentalidades. Temos muito a aprender das experiências implantadas pela sociedade civil. É preciso redefinir a visão instrumental de que as soluções dependem da capacidade técnica, da eficiência burocrática e da boa vontade das autoridades.

## **12 - O motor da sustentabilidade tem raízes na capacidade criadora e amorosa dos homens**

A equidade e a solidariedade são os elementos chaves da construção social, que se apóia no "compromisso existencial" para com a sorte e o destino das comunidades pobres. Há de resgatá-las na auto-estima, nas vocações locais, no saber popular e estimulá-las na capacidade criadora.

A sustentabilidade ambiental concebe o meio natural como matriz geradora de todas as formas de vida, em especial da vida humana consciente. Explica a importância de nova aliança entre os homens, mulheres e a natureza, que se afirma na experiência espiritual e torna possível escutar as mensagens do mundo natural.<sup>17</sup> Consiste em apreender o subjetivo sentido da beleza e o significado da inteireza, à proporção que nos sentimos filhos e parte da natureza - este é o passo que antecede o propósito de adequar as tecnologias para melhorar a

---

viver, dando resposta a suas necessidades básicas, mostrando suas próprias vocações e potencialidades, aproveitando a diversidade territorial, independentemente de contínuos apoios externos e sem degradar a base de recursos naturais.

<sup>17</sup> Jean-Yves Leloup, Leonardo Boff, Pierre Weil e Roberto Crema, op. cit., 1997.

produção de bens e serviços, maximizar a qualidade da vida e cuidar do bem-estar ecológico.<sup>18</sup>

Não é ético conceber as pessoas como servas da economia; temos de saber que o objetivo da economia é suprir as pessoas em suas necessidades materiais. A construção de uma economia solidária a partir do território local leva-nos a redefinir a competitividade e a rentabilidade como indicadores e resultados coletivos, que vão além do individual e do privado.<sup>19</sup> Falar de economia solidária remete à ótica da organização que deve refletir as implicações do investimento e da rentabilidade sociais.

A lógica de maximização da rentabilidade individual não expressa o destino e o propósito comum que a economia solidária orienta, que é construir a equidade e favorecer a inclusão social com mecanismos distributivos. Significa organizar redes que abranjam o máximo de produtores e vinculem as atividades econômicas em cadeias produtivas para criar complementaridades. Com isso, a economia territorial converte-se em processo sinérgico de desenvolvimento.

É indispensável que a empresa rural seja uma organização eficiente, cubra os gastos e expanda-se para assegurar o bem-estar de seus membros, mas que atue também como estrutura

---

<sup>18</sup> Trata-se de processo de desenvolvimento diferente do tradicional produtivista e paternalista, que termina por transformar os chamados *target groups* em meros instrumentos de produção ou, pior, em mendigos camuflados de beneficiários.

<sup>19</sup> No modelo convencional, ser competitivo significa atingir margem de ganância superior, eliminando com isso os de menor competência. Produzir mais e ganhar mais apoiados na tecnologia, na mão-de-obra qualificada, na capacidade de gestão empresarial, no desempenho organizacional, em orçamentos sólidos, na informação, etc. A sustentabilidade do negócio depende da eficiência e da capacidade de reinvestir de forma constante, gerando novas fontes de utilidade. Essa a visão tradicional da competência, que busca oportunidades de crescimento e tem por dinâmica a obsessão privada de ganhar dinheiro.

de distribuição justa que assegure as proporções entre o produto gerado e o que o produtor recebe em retorno.

Só será possível a construção de uma economia solidária após a redefinição de sentimentos e valores que sejam alinhados às ações solidárias. Essa renovação faz que as pessoas se autodefinam, cresçam internamente, cooperem e afirmem-se cidadãs, o que imprime identidade a um grupo social - a consciência do pertencer. A exclusão, a inferiorização, o *despoderamento*, a discriminação, a desinformação, o isolamento e a falta de participação das populações pobres terminam por suprimir o potencial humano dessa transformação.

Temos de galgar a uma escala mais humana para reconhecer que os conteúdos evidentes da pobreza - a desorganização social, a falta de poder, os problemas econômicos, a baixa produtividade, etc. - estão impregnados de valores culturais e espirituais confusos e reprimidos no homem. Esse homem dividido, sem referência para a dignidade e imbuído de sentimento de rejeição, o pobre, constitui o centro da insustentabilidade, além de personificar a injustiça social.

A linha de pobreza - o umbral da renda - é apenas uma variável tangível das necessidades humanas, mas não constitui a dimensão essencial da carência humana. As dimensões existenciais referentes às necessidades de proteção, afeto, entendimento, participação, identidade, paz espiritual e auto-realização têm maior peso na dor da pobreza. Valorizar e incluir essas dimensões no desenvolvimento local sustentável significa assumir a subjetividade do desenvolvimento, visualizando-o além do progresso material e da rentabilidade. Em última instância, a energia da subjetividade é que alicerça a construção da sociedade sustentável. Quando o elemento da sustentabilidade for a energia que balize a qualidade dos relacionamentos, a rentabilidade será vista para objetivar - em especial - a realização das necessidades humanas.

O estímulo ao espírito empresarial entre as organizações de pequenos produtores rurais deve associar-se às dimensões intangíveis da existência. A orientação econômica do território destinada ao bem-estar da sociedade, quando fundamentada na confiança mútua e na solidariedade, conduz à sinergia e às ações construtivas para o coletivo. Trata-se de assegurar que os esforços de acumulação e investimento contribuam para a satisfação progressiva das principais necessidades humanas.

É falsa a afirmação de que as comunidades pobres resistem às mudanças. O fato é que as mudanças que vêm de fora são percebidas como ameaças por serem impostas e por colocarem em risco as formas de viver, assim como por não ser feita a reflexão sobre a maneira como se vive em comparação a outras alternativas.

Constata-se em alguns territórios locais que é possível e estimulante trabalhar as mudanças na escala de valores e despertar aspirações coletivas, democráticas e compartilhadas. A energia da mudança inerente às pessoas constitui manancial de idéias e proposições para uma diversidade de alternativas de desenvolvimento local. Essa energia encontra expressão na participação social, no diálogo contínuo, no acesso ao conhecimento, na vontade de criar confiança, o que configura um ambiente social acolhedor e criativo. A solidariedade que se constrói nas trocas de informações e experiências supera quaisquer condescendências.

### **13 - Os deficientes de Penipe**

Uma nova institucionalidade semeia solidariedade e estimula alternativas de vida. Essa é a experiência de desenvolvimento local em Penipe, Chimborazo (Cebycam), na serra central do Equador. Um ambiente onde os grupos decidem sobre a aplicação dos recursos e a distribuição da produção, assegurando que o uso do produto gerado não alimente disputas e fragmentações. Lá onde os marginalizados poderiam suscitar respostas paternalistas ou rejeições, onde os deficientes -

menos válidos - poderiam ser afastados ou excluídos das redes locais produtoras de renda, eles têm o reconhecimento social, porque a instituição se vem consolidando a partir de uma sociabilidade participativa e confiável.

Essa experiência confirma que o mais importante "potencial" do desenvolvimento se encontra no interior do ser humano e tem de ser desenvolvido e aprimorado. A sociedade civil organizada de Penipe mostra-se mestra e comprometida com o destino dos deficientes, ao canalizar o recurso da força espiritual - que no geral é desconsiderada e descartada - como enfoque do desenvolvimento local, que se inspira na cultura solidária.

Esse pequeno universo social e cultural estigmatizado - os condenados a sobreviver de "qualquer maneira" - tem acesso a conhecimentos empíricos e tecnologias apropriadas que burilam as habilidades inatas, criam capacidades, estimulam atitudes, novos valores e condutas de cooperação e solidariedade. Isso leva à formação da cidadania solidária, com possibilidade de exercer direitos civis, políticos e sociais.

A solidariedade, como expressão do empoderamento, é a energia espiritual que as comunidades pobres precisam para superar as vulnerabilidades sociais. A marginalidade, como expressão da pobreza, origina-se - em última instância - nas estruturas mentais e no sistema dominante de valores, com os quais se constroem as diferenças, as hierarquias, as discriminações e os posicionamentos sociais. A solidariedade tem de ser conquistada nos processos de democratização. Isso exige potencializar os diálogos com os excluídos e entre os excluídos, criando redes de interação social. Empreende-se assim uma intencionalidade ética, semelhante ao amor que fundamenta toda ação transformadora.

## Repensando o desenvolvimento comunitário: o essencial nem sempre é visível

*É muito simples: só se vê com o coração. O essencial é invisível para os olhos...*

O Pequeno Príncipe

### 1 - Globalização da pobreza

Não é possível pensar no desenvolvimento sustentável sem refletir primeiro sobre a evolução da pobreza nas condições atuais do mundo economicamente globalizado. Significa falar da grande maioria da população mundial - uma enorme massa de seres humanos impossibilitados de reproduzir suas necessidades humanas de subsistência, sem entendimento de processos socioeconômicos e alheios à participação política-cultural, inerente às possibilidades de comunicação no mundo interligado do ciberespaço. Sobrevivem com níveis de renda insuficientes à manutenção da vida. A população mundial de 5,9 bilhões cresce a um ritmo de 90 milhões de pessoas ao ano, sendo que 25 milhões são de pobres. Segundo o PNUD, o planeta Terra produz, a cada 24 horas, 67 mil miseráveis.

Na economia de livre mercado, a pobreza cresce a cada dia em relação ao aumento progressivo da prosperidade, que é socialmente concentrada. O mecanismo eficaz de produção de riquezas provoca, ao mesmo tempo, aumento das desigualdades socioeconômicas, aprofundamento da exclusão e

tormentos coletivos em face dos sofrimentos físicos e morais gerados. Segundo estudo do PNUD, realizado em 174 países, o mundo tem aproximadamente 353 famílias multimilionárias que acumulam um patrimônio econômico correspondente ao patrimônio de um grupo de países que, em conjunto, representam 2,6 bilhões, 45% da população mundial.<sup>1</sup> Entre 1965 e 1990, a capacidade dos países ricos e industrializados de apropriar-se da riqueza produzida aumentou de 68% para 72%, enquanto a população diminuiu de 30% para 23%.<sup>2</sup>

Quase todos os políticos e intelectuais falam da globalização das finanças, mas poucos consideram o processo de "globalização da pobreza". De acordo com informações das Nações Unidas, 800 milhões de pessoas vivem com fome; na América Latina, estão 66 milhões desses famintos. O crescimento de riqueza (predominantemente material), entre 1960 e 1999, estimulado pela nova revolução tecnológica e pela corrente da globalização da economia gerou volumes de riquezas em maior proporção que a riqueza produzida nos 2 mil anos anteriores a esse período. Ao mesmo tempo, nunca houve tanta desigualdade e tanta degradação ecológica como nesta última metade do século. Aumentam também as dificuldades de acesso dos pobres aos investimentos em capital humano e às oportunidades econômicas.<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Estudo realizado em 1993.

<sup>2</sup> A população mundial vai continuar crescendo em cerca de 78 milhões de pessoas ao ano. Grande parte desse crescimento acontece nos países pobres. A população dos países industrializados cresce pouco, e em alguns países revela processos de queda. Mas os números absolutos continuam aumentando, a população mundial cresce a uma taxa de 1,3% ao ano. As projeções da ONU indicam que o mundo pode chegar a ter entre 7,3 bilhões e 10,7 bilhões de habitantes na metade deste novo século. Como cenário, estamos visualizando uma população mundial de 27 bilhões em 2150.

<sup>3</sup> No pensamento convencional, a pobreza expressa o nível de bem-estar de uma pessoa ou família, em comparação a um determinado padrão. A

O crescimento da pobreza ocorre ao mesmo tempo em que a humanidade desenvolve uma das revoluções tecnológicas mais relevantes da história. Em teoria, a ciência e a tecnologia modernas estão em condições de evitar qualquer crise de abastecimento (em especial o alimentar), assim como os desastres ecológicos. Estão dadas as condições técnico-históricas para que as necessidades materiais da humanidade possam ser equacionadas. Mas pensar que podemos resolver todos os problemas mediante o progresso material é perceber o desenvolvimento sob uma perspectiva muito limitada.

A desigualdade da vida social resulta dos padrões dominantes de produção e de consumo que operam segundo valores do crescimento ilimitado, do consumismo e da competitividade. A desigualdade constitui fruto do processo de exclusão e desenha uma situação de humanos diferenciados em face do mercado. A lógica flexível do capitalismo, ao ativar as forças do livre mercado, potencializa o mal-estar social, as patologias sociais e os desequilíbrios ambientais, vindo a agravar as desigualdades. O conceito de "globalização", de alguma maneira, neutraliza a procura da essência dos problemas da desigualdade.

É preciso esclarecer que o processo de globalização econômica não é a causa básica do crescimento da pobreza, da expansão do exército de desempregados, do aumento da violência social, das mudanças climáticas globais, da perda dos *habitats*, do aniquilamento das culturas tradicionais ou da gestação e consolidação de sociedades fraturadas.

## **2 - Contextualizando a pobreza no Brasil**

Comparando o crescimento e o tamanho da economia com os índices de bem-estar social, o Brasil exhibe uma das mais

desigualdade refere-se à distribuição do bem-estar no interior da sociedade.

injustas desigualdades do mundo.<sup>4</sup> Números conservadores<sup>5</sup> revelam uma situação preocupante. O Brasil neste fim do século tem 25 milhões de miseráveis, representando cerca de 15,6% da população brasileira - o equivalente à população total do Peru. "O fator mais expressivo das péssimas condições de vida dos miseráveis é a insuficiência da renda. As famílias sobrevivem com apenas R\$ 234,00 por mês, enquanto a média de renda da população brasileira é de R\$ 907,00. Individualmente, os rendimentos são ainda menores, R\$ 131,00, equivalendo a menos de um salário mínimo.<sup>6</sup> Do total dos miseráveis brasileiros, 45% vivem no Nordeste; de cada 100 nordestinos, 39 vivem na pobreza absoluta.<sup>7</sup>

A realidade rural brasileira apresenta uma situação especialmente perversa. O Brasil é o segundo país do mundo em concentração de terra, 1% dos proprietários são donos de 46% de todas as terras, enquanto 70% dos imóveis rurais brasileiros têm renda *per capita* média de R\$ 131,00 ao mês, abaixo da linha de pobreza. A pobreza, em todas as regiões brasileiras, é proporcionalmente maior no meio rural e apresenta forte ligação com a dinâmica econômica do setor agropecuário. A pobreza rural do Nordeste é de natureza estrutural, com caráter endêmico, nos níveis econômico, social e cultural. A expectativa de vida do homem rural nordestino está na faixa dos 58 anos.

O número de pobres nas cidades nordestinas ultrapassa 9,1 milhões de pessoas e, desse total, 2,2 milhões (24%) vivem

<sup>4</sup> Infelizmente, não há base de dados nem séries históricas suficientes que possam levar a conclusões aceitáveis do ponto de vista científico.

<sup>5</sup> *Folha de S. Paulo*, 6/9/1998.

<sup>6</sup> *Folha de S. Paulo*, 6/9/1998.

<sup>7</sup> Em cada seis brasileiros pobres, dois são nordestinos e um é paulista, quatro moram nas cidades, e dois destes quatro, nas grandes metrópoles. A renda apropriada pelos 20% mais ricos aumentou 11 pontos percentuais (de 64% para 65%), entre 1960 e 1990. Enquanto isso, a renda dos 50% mais pobres diminuiu 6 pontos, baixando de 18% para apenas 12% (Contag, 1998).

concentrados em 3 regiões metropolitanas (Fortaleza, Recife e Salvador). Recife, a cidade mais favelada do Brasil, abriga hoje cerca de 425 mil pessoas vivendo na indigência.

Tânia Bacelar (1995) enfatiza o Brasil como sociedade com enormes fraturas. O Brasil lidera na América Latina o mais elevado grau de concentração de renda e a maior proporção de pobreza urbana.<sup>8</sup> Os 10% mais ricos têm quase metade da renda (48%), e os 20% mais pobres têm apenas 2%. A renda dos 10% mais ricos é quase dez vezes maior que a soma de todos os rendimentos dos 30% da população brasileira que vivem abaixo da linha de pobreza. O Brasil, apesar de muito rico, apresenta-se bastante injusto, à proporção que a concentração da riqueza e da renda expressa menor crescimento e maior desigualdade.

Nessa fase da história brasileira, após quase três anos de menosprezo oficial a qualquer crítica sobre a estabilidade da moeda, vemos como a estratégia de ajuste e integração às finanças globalizadas em curso constitui norte obscuro ao cotidiano e ao futuro de milhões de brasileiros. Em cenário de ajuste, observam-se sucessivos impactos na perda da renda média dos brasileiros. Essa perda é reforçada com a abertura rápida e indiscriminada da economia.<sup>9</sup> A presente crise econômica brasileira não decorre apenas do capricho das finanças mundiais.<sup>10</sup> Reflete a política econômica associada ao livre-arbítrio dos políticos que a formulam, com suas paixões e vontade de governar para os mercados. Como argumenta Paul

<sup>8</sup> Conforme o Relatório sobre Desenvolvimento Humano feito pelo PNUD, o Brasil está na 79ª posição dentro da tabela de classificação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre as 174 nações do planeta.

<sup>9</sup> Isso resultou também no aumento da dívida interna, na liberação do mercado financeiro e no aumento da dependência do Brasil em relação aos capitais estrangeiros.

<sup>10</sup> Não é convincente culpar a "globalização" pela perda de mais de US\$17 bilhões de reservas cambiais entre agosto e setembro de 1998. Não adianta encontrar um bode expiatório na crise internacional, asiática ou russa.

Krugman, "uma crise é simplesmente o modo com que o mercado diz a um governo que suas políticas não são sustentáveis".

### 3 - O significado da pobreza para os pobres

Abordar a pobreza e a desigualdade fora das premissas neoclássicas tradicionais significa mergulhar na subjetividade do cotidiano das pessoas. É preciso considerar o papel das normas sociais, dos costumes, dos valores e dos fatores institucionais. Na leitura dos modos de vida e da situação social dos pobres e excluídos, observa-se que, além da falta de acesso a recursos e oportunidades, a pobreza causa angústia, desespero, sofrimento, alienação e ausência de liberdade.

A exclusão de milhares de trabalhadores do mercado de trabalho, sem perspectiva de retorno, significa crises psicológicas individuais e familiares.<sup>11</sup> Os desempregados são expostos a políticas e instituições excludentes, por exemplo, quando determinados programas de saúde são privatizados ou quando, por causa da corrupção, são reduzidas as taxas de geração de capital humano. Com frequência, as "necessidades" priorizadas nas políticas de desenvolvimento local são as propostas de políticos e dirigentes (visando manter-se e reproduzir-se), enquanto as bases comunitárias deixam de ser escutadas sobre suas reais demandas.

A pobreza para quem é pobre significa insatisfação com a vida, pela insegurança e pela dor moral decorrentes de múltiplas dependências, inerentes à condição de viver abaixo dos níveis de subsistência. Usualmente, a pobreza é interpretada como uma condição de carência e necessidades básicas insatisfeitas,

<sup>11</sup> Segundo o Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados de São Paulo), desde janeiro de 1990 foram extintas mais de 2 milhões de vagas, contrastando com a entrada de cerca de 9 milhões de pessoas no mercado de trabalho brasileiro. Segundo o Ministério do Trabalho, até meados de 1998 a sociedade brasileira tinha perdido 760 mil empregos.

combinadas com insuficiência de renda para alcançar uma cesta básica de consumo.

As necessidades culturais de reprodução da subsistência exigem suprir a fome, o frio e as demais carências culturais. Para isso, tem-se de estar atento ao fato de que a insuficiência dos meios para suprir essas carências causa sentimentos e emoções dolorosas, para o que não há fuga, na medida em que o ser humano não é livre para querer ou não ter fome e para optar ou não por proteger-se do frio.

Quando se fala de necessidades básicas é preciso pensar em *necessidades humanas*. O pensador chileno Manfred Max-Neff faz uma diferença entre *necessidades* e *satisfatores*, argumentando que as necessidades humanas não são ilimitadas, não mudam de sociedade em sociedade, nem através dos tempos.<sup>12</sup> Todos os seres humanos revelam as mesmas necessidades. Todos desejamos ser felizes e evitar sofrimentos. Mas o que muda culturalmente são os *satisfatores*, as formas e os meios para satisfazê-las.<sup>13</sup>

Max-Neff define certas categorias axiológicas de necessidades humanas e propõe as seguintes: subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, lazer, criatividade, identidade e liberdade. Não existem programas oficiais de desenvolvimento que financiem projetos de liberdade ou de afeto, de luta contra o racismo. Isso muda a forma reducionista de conceber o desenvolvimento social. Para os formuladores de políticas, todo o esforço está centrado na satisfação das necessidades materiais de subsistência. O fisiológico, o visível e o material é que contam. De fato, é muito mais fácil ver um corpo com fome que uma vida social sem

<sup>12</sup> Manfred Max-Neff, Antonio Elizalde e Martin Hopenhayn em *O Desenvolvimento em Escala Humana*, Fundação Dag Hammarskjöld, 1986.

<sup>13</sup> Bill Clinton e Manoel José dos Santos - sendo seres humanos - revelam as mesmas necessidades humanas, mas suas fontes de prazer, compromisso e gozo são essencialmente diferenciadas.

esperança; ver as doenças físicas relacionadas à desnutrição e à água que a falta de afeto e a discriminação. É mais fácil ver a violência nas ruas, o descontentamento social que a infelicidade nas almas. O contato insuficiente com a realidade multidimensional da experiência dos pobres tem levado ao descaso das dimensões culturais e espirituais dos mesmos.

Os pobres, no patamar mais baixo da pirâmide social, são pessoas que carecem de perspectivas de ascensão social - os sem-terra, os sem-teto, os sem-carteira assinada, os assentados, os negros remanescentes dos quilombos, etc. -, além de indivíduos que não dispõem de renda que os permita ter acesso a uma cesta básica. São também os despoderados, desesperados, excluídos, desinformados, marginalizados, desconsiderados, discriminados, desorganizados, desprotegidos, desmobilizados, desabrigados, injustiçados, instrumentalizados, despreparados, subalternizados e desqualificados.

#### **4 - Pobreza e desenvolvimento comunitário**

O desenvolvimento comunitário tem maior expressão na luta contra as relações e os elementos associados à pobreza. Observam-se em todos os tipos de projetos comunitários - passagem molhada, eletrificação, casa de farinha, irrigação, coleta de lixo, postos de saúde, etc. - e nos respectivos indicadores de avaliações apenas os conteúdos econômicos e financeiros para justificar a eficiência institucional. Deixa-se de utilizar indicadores que medem o grau de *empoderamento*, a participação, a solidariedade ou a liberdade das pessoas que vivem em comunidade. Quando são introduzidas variáveis subjetivas, visam em geral explicar a maneira como as intervenções aumentam a rentabilidade. Deixa-se de investigar, por exemplo, os laços e os vínculos construídos em comunidade, a correlação entre a negritude e a pobreza, etc.

Os processos de abertura democrática, a abertura de espaços de negociação, os sistemas de informação, são *satisfatores* da necessidade de participação e liberdade. Mas tais *satisfatores* são geralmente formulados verticalmente, em perspectiva de instrumentalização.

A preocupação com o desenvolvimento comunitário fecha-se quase exclusivamente, no plano dos *satisfatores* materiais, em torno do produtivismo. Assim, por exemplo, um projeto de moradia comunitária é visto apenas como objeto material para suprir necessidades de subsistência. Analogamente, os programas de saúde, de prevenção e de saneamento ambiental são apreendidos como *satisfatores* da necessidade de proteção. Por que manter um esquema tão restrito de desenvolvimento comunitário?

Há evidências de que no nível oficial o *desenvolvimentismo* continua sendo o padrão que organiza as normas que o *desenvolvimento* local deve seguir. Permanece a percepção do Estado detentor da verdade e da economia com a competência para satisfazer as necessidades humanas. A riqueza material é apenas um dos fatores capaz de eliminar o sofrimento moral e a falta de auto-estima.

As causas estruturais e culturais da pobreza determinam caráter crônico quanto ao modo angustiante de existência da pobreza, uma ordem de sentimentos e emoções que se expressam de forma multiforme. O crescimento econômico, em si, não é suficiente para a superação da pobreza de forma automática e integral. Faz-se indispensável políticas, estratégias, mecanismos e técnicas específicas e diferenciadas para a transformação dos relacionamentos que sustentam a pobreza.

Em essência, o logro do bem-estar para os pobres está intimamente ligado à distribuição do poder no ambiente cultural em que vivem. Diz respeito à redefinição dos relacionamentos de subalternidade em processo consciente e emocional, quando

as comunidades manifestam a decisão política de não serem pobres, à proporção que assumem seus direitos e adquirem equidade.

## 5 - Desenvolvimento da comunidade

O Brasil conhece a estratégia de desenvolvimento comunitário desde meados do século XX. Naquele momento histórico - marcado pela Guerra Fria -, a pobreza era vista como "caldo de cultivo" para a proliferação comunista nos países chamados "subdesenvolvidos" e como ameaça aos países industrializados. Por isso, o desenvolvimento da comunidade aparece metamorfoseado de discursos humanistas com conteúdos do mito do "progresso e como meio de impedir o 'avanço' do comunismo internacional".

O enfoque convencional de desenvolvimento da comunidade decorre de uma visão dualista e evolucionista da sociedade. Nos anos 1960, inúmeros autores queimaram neurônios ao pensar sobre as "características" ou "atributos que explicassem as causas e as conseqüências do atraso econômico - visto como fator determinante do atraso evolutivo geral das sociedades "subdesenvolvidas". A elite intelectual do capitalismo industrial formulou expressiva lista de fatores considerados "tradicionais", com atributos complexos e negativos do atraso, que leva ao "subdesenvolvimento". Destacam-se, baixa renda *per capita*, imperfeições de mercados, ineficiência de utilização de recursos econômicos, distribuição desigual de ativos, costumes particularistas, instituições altamente burocratizadas e estrutura oligárquica de poder.<sup>14</sup>

Nessa concepção, o processo de desenvolvimento consiste na passagem do estágio evolutivo tradicional para outro estágio, o beneficiado pelos atributos positivos da modernidade. Às sociedades atrasadas cabia seguir a rota dos países

<sup>14</sup> Ainda existem *gurus* pregando que a pobreza resulta da falta de mentalidade econômica e espírito empresarial.

industrializados, estes representando o seu espelho e futuro. Isso resultou em mentalidade condicionada e dependente, uma espécie de mimetismo social. O desenvolvimento, por conseguinte, significava a construção de nova criatura social.<sup>15</sup>

Essa perspectiva no microcosmos comunitário significou internalizar um estilo centralista de gestão para implantar no seio das comunidades pobres os elementos próprios à modernidade ocidental. Essa intenção ficou evidente nos esquemas implementados pela extensão rural, baseados no paradigma da "revolução verde". A pesquisa agropecuária e o desenvolvimento dos sistemas produtivos foram movimentados pelas inovações tecnológicas, tendo em vista maximizar os rendimentos. Isso estimulou o fortalecimento de uma camada de agricultores empresariais informados das técnicas e dos métodos modernos da agricultura, resultando na expansão e na consolidação da agricultura patronal e na inibição do desenvolvimento das formas familiares de propriedade e uso da terra.

Nessa concepção do desenvolvimento, as associações comunitárias, os assentamentos e as comunidades remanescentes dos quilombos eram vislumbradas como unidades portadoras de energias empresariais e, em decorrência, na condição de células econômicas, produtoras de mercadorias, a serem inseridas no chamado "modo de produção" capitalista. O potencial empresarial tinha de desenvolver-se com o apoio do Estado, visando ao aumento da produção e da produtividade, dos ganhos e da renda. Essas finalidades ainda hoje predominam, definidas como a *meta focal* da consolidação e viabilização econômica da agricultura familiar. Esperava-se que as comunidades assumissem comportamento ativo para melhorar sua microeconomia, tendo em vista integrar-se à "vida socioeconômica nacional". Com esse norte, foi formulada uma

<sup>15</sup> Por exemplo, o futuro de Pernambuco seria o presente na Flórida, uma forma americana - "Pernaflórida".

variedade de instrumentos destinados a promover o "espírito empresarial" -, essa energia intrínseca à realização material, própria do *homo economicus*. O ser humano é reduzido à dimensão produtiva, centrada na concepção empresarial.

Sem dúvida, temos de melhorar a capacidade de produção da agricultura e diversificá-la para elevar a renda e o padrão de vida familiar. Os atributos das unidades familiares rurais enquadram-se em vasto e diversificado campo produtivo e de acesso a mercados. Além disso, tem-se de considerar as qualidades das relações sociais e os vínculos entre atores para empreender a reestruturação organizacional.

A modernização do mundo local, sob a premissa de que todo pequeno agricultor de base familiar é um empresário em potencial, um indivíduo capaz de conduzir sua vida de forma competitiva, deixou de considerar a dinâmica das interfaces entre os interesses econômicos e os valores culturais. Foram obscurecidos os costumes e a insuficiente autoconfiança, fator impeditivo à comunicação entre pessoas, atores sociais e comunidades. A renda - elemento fundamental de subsistência - é posta como a representação ideal das possibilidades de realização social; o manancial para acessar os objetos de satisfação. Os aspectos intangíveis da vida social, como a solidariedade, não entram facilmente no campo do discurso e na agenda política.

As comunidades são vistas como agrupamentos tranquilos, harmônicos, moldáveis e dispostos a aceitar as normas do capitalismo, que leva ao desenvolvimento do mundo local. As resistências são atribuídas à ignorância. Os relacionamentos de *desidentidade*, subalternidade e o racismo antinegro e antiíndio são ignorados. Restringir o microcosmos comunitário à pequena esfera produtiva constitui simplificação que ignora as articulações comunitárias com a realidade municipal ou regional. Nessa perspectiva, a pobreza é interpretada também, de forma simplista, como carência material, o que explica a maior parte

das propostas modeladas pelo "projetismo", fruto do assistencialismo e do clientelismo.

A história da economia política nordestina das últimas décadas revela resultados diferenciados e demonstra que a estratégia de desenvolvimento comunitário não mudou o essencial da pobreza e da vida produtiva dos pequenos agricultores. Os programas oficiais, geralmente, não incluíram objetivos de mudança na qualidade dos relacionamentos; em particular a capacidade de gestão foi relegada à perspectiva social compensatória. Muitos dos projetos comunitários continuam a chegar às mãos dos "beneficiários" pela intermediação de políticos e cabos eleitorais - "o projetismo".

No desenvolvimento comunitário nordestino constatam-se melhoras nas condições de vida de inúmeras comunidades rurais onde foram implementados projetos de agroindústria de mandioca e foram construídas barragens. Mas a melhoria na condição socioeconômica foi acompanhada da gestão social desses projetos, de forma a superar o *status* de subalterno, de excluído e de cidadão passivo. São raros os projetos comunitários sustentáveis capazes de reproduzir os benefícios afins às capacidades endógenas de gestão.

Segundo o modo de trabalhar a subjetividade, um projeto comunitário pode congelar relacionamentos ou ativar microtransformações. De que serve executar um projeto de casa de farinha só para produzir farinha desvinculado de aprendizagem que melhore a qualidade do associativismo, da gestão administrativa e do ambiente e sem mudar as discriminações de gênero?<sup>16</sup>

Ocorre a mudança de forma sem alterar as consciências e o estado da mente coletiva. Os relacionamentos discriminatórios

<sup>16</sup> Mesmo invisível permanece a subalternidade da mulher inserida nas atividades socioeconômicas e políticas no mundo rural.

- entre o dominante e o dominado - ficam mantidos. Continuam reproduzidos dentro e fora da casa de farinha como energias negativas invisíveis. A casa de farinha tem de ser aceita como coisa concreta, visualizada e tocada empresarialmente. As atitudes e os valores a ela relacionados - a liberdade de opinar, o direito de participar e a possibilidade política da gestão - constituem demandas e sonhos que continuam latentes à espera de canalização desse poder interior, em conduta cidadã.

As mudanças de forma no mundo local não são acompanhadas da gestão social nem de abertura dos relacionamentos. Por isso, os instrumentos usados para superar os problemas locais tornam-se pouco sustentáveis. Deve haver mudanças de atitudes para a abertura dos relacionamentos comunitários à vida democrática para que as pessoas adquiram auto-estima e confiança e possam exercitar suas capacidades, tendo como perspectiva a realização humana.

Uma sociedade aberta às mudanças qualitativas resulta no sentimento coletivo de autoconfiança e segurança. Essa construção decorre do empenho em compreender e superar a subalternidade e os sentimentos coletivos reprimidos que produzem *mal-estar invisível* - energia negativa que inibe o *empoderamento*.

A estratégia de desenvolvimento da comunidade, ao ficar em mãos do poder oficial, converte-se em instrumento de controle da vida interior e das circunstâncias externas. Revela-se como intervenção na vida social local tendo em vista a obtenção de dividendos políticos, com base em relações clientelistas legitimadas. As pessoas tornam-se facilmente desiludidas com esses esquemas fechados de autoridade e com a dinâmica do desenvolvimento local manipulado. Mesmo que sejam atendidas nas carências da comunidade, não são ouvidas em seus problemas nem atendidas em suas reais necessidades locais.

O subalterno carente, por não dispor de espaço para suas prioridades, quase sempre aceita a alternativa institucional compensatória. Assim, a intervenção social tende a expressar-se como justa, necessária e cheia de boas virtudes. Gera-se uma confiança passiva, um clima de conformismo, e o assistencialismo, que invoca discursos solidários, tendo por conteúdo o egocentrismo, além de ocultar a subalternidade, exatamente o contrário do que se busca conseguir - o *empoderamento* para o exercício cidadão. Cidadania significa aceitar intimamente o que vem do outro com a consciência política dos deveres e direitos dos cidadãos. Quanta gente aceita passiva e constrangidamente, o desrespeito e deixa de questionar!

## 6 - O associativismo subalternizado

No campo conservador e também nos expoentes da esquerda, a estratégia social para viabilizar as oportunidades de acesso aos favores do Estado foi a de promover uma maior organicidade social. Como fazer para que os agricultores pobres dispersos e atomizados que vivem em torno de comunidades, assentamentos, ou quilombos - supostamente portadores de um potencial empresarial - construam comportamentos progressistas e competitivos conforme a funcionalidade dos propósitos oficiais? O grito organizacional dos políticos e intelectuais foi: "vamos criar associações e cooperativas".

A teoria define a associação como uma organização formalizada de pessoas que se articulam localmente com o objetivo de assegurar um determinado benefício coletivo. Nesse sentido, a associação representa um instrumento social, uma espécie de contrato intracomunitário, tendo em vista vantagens econômicas e políticas. A ação associativista deveria combinar, simultaneamente, reivindicação, colaboração, negociação e mobilização social. Era esperado que as associações promovessem a mudança dos comportamentos rurais

tradicionais, construindo solidariedades e, em consequência, aumentando a eficiência das decisões centrais.

Segundo a teoria, a integração dos "pequenos produtores rurais" em associações constituía espaço de comunicação onde informar-se, reivindicar direitos, planejar e definir prioridades. As associações comunitárias foram visualizadas como plataformas que viabilizassem os programas de desenvolvimento. Era possível, também, construir nesses foros ambientes participativos para experiências microdemocráticas que capacitassem os pequenos agricultores para o exercício da cidadania. Na prática, articular atores e organizações para estruturar e aproveitar seus fatores endógenos.

Não há correspondente do associativismo teórico na realidade rural. Observa-se hoje um associativismo burocratizado, instrumentalizado pelo poder dominante, domesticado pela cultura política dominante, composto por cidadãos passivos, desinformados e clientelizados. A formação das associações obedece à prática cartorial, com a "clonagem" dos estatutos. Muitas das associações revelam espírito associativista frágil; são acéfalas de lideranças independentes e capacitadas; não há renovação de dirigentes; mendigam projetos e exibem "donos" específicos ou patronos, vindo a constituir-se palco de interesses particulares. Quando uma organização é sistematicamente instrumentalizada, tende a revelar e a manter traços de subalternidade, vindo em reforço a limitada cultura de participação cidadã - a outra cara do autoritarismo e do paternalismo.

No cotidiano dos associados, é aceito como normal o caráter adaptativo e invisível das desigualdades. Sem suficiente liberdade e entendimento, torna-se quase impossível pensá-las criticamente. Condiciona-se a um *constructo* mental dependente que leva a reproduzir formas de pensamentos acríticos. Sem alternativas de auto-organização e articulação social, sem acesso ao conhecimento e sem informação, é difícil

atuar, pensar e sentir a vida política e econômica fora das fronteiras desse associativismo burocratizado. Isso reforça a organização e o consentimento local da *hegemonia e do poder* das elites e respectivas autoridades. De uma perspectiva gramsciana, trata-se de processos ideológicos que possibilitam manter a ação discriminatória, racista e subalterna; formas subordinadas de consciência, sem necessidade de os perpetradores fazerem uso da violência ou da coerção. O desenvolvimento comunitário, implementado de cima para baixo, impede o *empoderamento*, instrumentaliza a participação social e reprime o pequeno potencial transformador dos projetos locais. A vontade instrumentalizada e a energia reprimida do pequeno agricultor fortalecem o poder dos grupos dominantes.

De certa forma, o desenvolvimento comunitário convencional promoveu um emocional coletivo, marcado pelo *altercentrismo*. Significa a construção de *identidades negativas*, ao preferir outros valores, implicando a desvalorização dos atributos endocomunitários. O imaginário modernizante faz que esse *altercentrismo* se instale na vida cotidiana, nas opções pelo artificial, pelo pragmático, pelo importado, pelo imediato, pelo instrumental e pelo lucrativo. O urbano-comercial constitui o referencial ideal de progresso a ser imitado. Esse mimetismo leva à ansiedade pelo consumo de produtos externos; à sobrevalorização dos especialistas; a sentimentos de inferioridade; à impotência coletiva; ao conformismo das pessoas; à passividade; à mendicância e à negação dos atributos culturais positivos.

No processo de desenvolvimento local comunitário, ainda não são considerados e/ou valorizados os relacionamentos referidos à dimensão cultural e espiritual.<sup>17</sup> E quando os valores

<sup>17</sup> Conforme o *desenvolvimentismo*, os valores culturais e a geração de confiança na vida coletiva não têm importância por não estarem cotados nas Bolsas de Valores.

e os sentimentos dos subalternos transformam-se em protestos, conformam movimento social, visto muitas vezes como questão a ser tratada pelas forças da ordem. Ficam assim adiadas as possibilidades de novas alternativas democráticas para o futuro. Consolida-se uma espécie de "medo ambiente"; os pobres, desesperados, são vistos pelas classes favorecidas como perigosos, criminosos em potencial. Os favorecidos passam a viver uma existência encastelada e, em nome da segurança, reforçam os aspectos negativos da identidade.

## **7 - Desenvolvimento local: um paradigma alternativo?**

Surpreende que, no novo milênio, persista a preocupação com o desenvolvimento comunitário e que as estratégias de desenvolvimento local ainda sejam adotadas como medidas sociais compensatórias, acompanhando as políticas macro de ajuste estrutural. Apesar de não ultrapassarem ainda o marco assistencial, muitas experiências vêm contribuindo, em termos políticos, como elementos dinâmicos e funcionais com a semeadura da governabilidade.

O atual Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), em implementação em Pernambuco, com recursos do Banco Mundial, incorpora essa perspectiva.<sup>18</sup> Constatam-se mudanças importantes nas intervenções focalizadas nas comunidades rurais mais pobres, sob ações seletivas, descentralizadas e baseadas na parceria de atores, em estruturas participativas e de autogestão. Observa-se uma intencionalidade dirigida ao fortalecimento do capital político, ainda que tutelado. Ao mesmo tempo, mantêm-se as práticas institucionais e os gestores continuam operando na *dialética* da imobilidade, à espera de orientação dos burocratas superiores ou de

<sup>18</sup> Carlos Jara, IICA/Prorural, PE, 1998.

mudanças externas; no cuidado de que o *essencial* permaneça preservado. Eis o significado da *Fórmula do Leopardo*.<sup>19</sup>

O local passa a ser tema estratégico no debate sobre desenvolvimento sustentável no processo em curso, que vem fechando as portas do velho modelo de desenvolvimento comunitário e abrindo espaços ao desenvolvimento local. Ocorrem os processos de democratização; a descentralização; o fortalecimento da sociedade civil; a necessidade de criar maior governabilidade no marco da crise fiscal; o surgimento de novos atores e movimentos sociais no cenário territorial; a redefinição das articulações entre estados e municípios; a grande diversidade de situações de pobreza; a necessidade de viabilizar processos coletivos de gestão ambiental; e o reconhecimento do papel mobilizador da identidade cultural.<sup>20</sup>

## 8 - O significado do desenvolvimento local

Não há o propósito de definir desenvolvimento, mas de apreender um processo de construção social, no qual é preciso combinar, partindo da ação política, atividades que levam ao bem-estar econômico, ao equilíbrio ambiental, à equidade social, à identidade cultural e, principalmente, à satisfação das necessidades humanas básicas, materiais e espirituais. Nesse concepção de desenvolvimento, falta incorporar o significado de "local".

Os questionamentos a seguir direcionam a esse significado. Há uma nova abordagem, ou é a mesma estratégia de intervenção

<sup>19</sup> Conforme Ísis Martins, op. cit. 1997, quando o pensamento não corresponde ao sentimento. Analogamente, nesse caso, quando a ação pública não corresponde ao pensamento do agente nem às demandas sociais.

<sup>20</sup> Ao mesmo tempo que se observa o enxugamento do Estado; a intensa velocidade das mudanças produtivas impulsionadas pelo novo paradigma tecnológico; as novas bases da competitividade e da produtividade definidas pelos mercados abertos; o predomínio das políticas de liberalização econômica; e a heterogeneidade dos sistemas de produção agropecuária.

comunitária, travestida do novo, que opera dentro das estruturas materiais e simbólicas do pequeno espaço territorial? Há adoção de novas categorias e instrumentos para facilitar o ajuste da diversidade do mundo local ao modelo dominante de desenvolvimento? Observa-se uma saída alternativa ao modelo atual, esgotado e reconhecidamente insustentável? O que significa a nova perspectiva localista do desenvolvimento? Que tipo de desenvolvimento está sendo buscado?

Sob um olhar estático, "o local" é percebido como o espaço territorial definido e identificado como a comunidade rural, o bairro, a microbacia, o município ou a microrregião. No plano dinâmico, visualizam-se relacionamentos de poder e o tecido social em rede de comunidades, relativamente homogêneas e desarticuladas. Nessa perspectiva, "o local" aparece como uma figura geográfica inserida dentro de outra maior, de características globais.

A perspectiva que equipara o mundo local com o tamanho pequeno conserva o raciocínio tradicional. Se o local é definido como a pequena esfera geográfica, ou como o pequeno território integrado por comunidades fragmentadas, o desenvolvimento local já vem ocorrendo desde 1950 sob intervenção atomizada e às cegas em comunidades rurais.

É preciso conjugar o estático com o dinâmico e identificar as relações que se inscrevem nesse espaço para apreender a configuração do conjunto de interdependência social, econômica e cultural. O localismo não é sinônimo de imobilidade. Deve ser percebido como "o conjunto mínimo de relações e instituições espacialmente estabelecidas que permitem compreender as formas de reprodução das famílias rurais e camponesas, bem como o funcionamento do poder local".<sup>21</sup>

<sup>21</sup> A esse respeito ver Manuel Chiriboga ver op. cit., 1990.

Contextualizar o desenvolvimento do mundo local equivale a identificar os relacionamentos que se expressam como externalidades e os referidos às internalidades. Nesse norte, tentamos identificar as relações funcionais da malha social local com o ambiente externo para compreender os processos localizados de desenvolvimento. Exemplifica-se o Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável (PMDS), exigente em relações técnicas e políticas que orientam o destino societal do território, como espaço vivo e observável dos vínculos políticos, sentimentos coletivos e identidades.

Em essência, a abordagem do "local" refere-se às relações políticas, sociais, econômicas e ambientais que vinculam ou separam os atores e os agentes sociais de determinado território. Diz respeito a determinada malha social e institucional articulada por relações de poder, dentro de certos limites ou fronteiras organizadas, que se movem por meio de vínculos historicamente determinados condicionando práticas e comportamentos coletivos. O que em essência estrutura "o local" são os relacionamentos, os fios condutores que ligam o pequeno mundo social ao político, ao econômico e ao cultural, sendo de menor importância a base física do espaço territorial. Por isso, o desenvolvimento local sustentável é exigente quanto a uma concepção sistêmica e multidimensional.

Os determinantes da exclusão social ou da fome em determinado território estão nos relacionamentos que definem as ações individuais e coletivas. Para mudar essa realidade, tem-se de construir as condições sociais e culturais que permitam transformar essas relações. O local é caracterizado por seu tecido social, sua estrutura de poder e sua identidade cultural específicos, que determinam redes de comunidades; moldam atores que interagem dentro de um espaço territorial; desenham uma história comum, em uma malha de instituições, instâncias e vínculos entre pessoas e famílias. Desenvolvem-se sentimentos de pertencer, permeados por energias do emocional coletivo, que levam ao orgulho de ser parte do

coletivo e de uma auto-definição coletiva, includente. No plano local, esses elementos é que articulam as comunidades entre si, dando conteúdo ao território compartilhado.

Afirma que "a localidade é menos um espaço físico e mais um conjunto de redes estruturadas em torno de interesses identificáveis".<sup>22</sup> Isso significa que o local se refere não apenas ao microcosmos geográfico, mas ao território, com fronteiras definidas por relações sociopolíticas e culturais. Assim, para se compreender a condição social dos pobres rurais, tem-se de investigar o estilo do poder local, as capacidades e os mecanismos construídos para resolver, mediar ou processar os relacionamentos e os conflitos, positivos ou negativos, entre classes e atores sociais.

O desenvolvimento local está em moda e presta-se a diversas interpretações. Refere-se a um processo endógeno e diferenciado de mudanças locais. Pauta-se no planejamento democrático, relativamente descentralizado, de espaços territoriais pequenos, incorporando as potencialidades, as capacidades e as habilidades locais, proporcionando o acesso ao conhecimento e à informação para ampliar as oportunidades de trabalho, renda, poder e qualidade de vida aos grupos e aos atores sociais menos favorecidos, tecendo, com isso, os fios da malha social, construindo parcerias e despertando a identidade cultural. Do ponto de vista operativo, o desenvolvimento local procura integrar as dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais na construção de vínculos e parcerias, em processo de planejamento participativo e no exercício da gestão social compartilhada.

<sup>22</sup> Conforme Tânia Fischer, em *O Poder Local, um Tema em Análise*, Revista de Administração Pública, Vol. 26, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1992.

## 9 - Desenvolvimento econômico local sem *empoderamento*

No presente, fala-se muito de *desenvolvimento econômico local*, popularizado pelo Projeto Banco do Nordeste/PNUD, tão poderosas as raízes do desenvolvimentismo e a preocupação com o crescimento econômico! A esse respeito, observe-se a mensagem implícita da seguinte definição:

*Conceituamos o desenvolvimento econômico local como um processo de articulação, coordenação e inserção dos empreendimentos empresariais associativos e individuais, comunitários, urbanos e rurais, a uma nova dinâmica de integração socioeconômica, de reconstrução do tecido social e de geração de oportunidades de trabalho e renda (T. Zapata, A. Jordám, 1997).*

Constitui essa uma proposta alternativa de desenvolvimento humano? Vejamos:

- trata-se de um processo e, por conseguinte, de um movimento inscrito no tempo que leva ao progresso;
- o processo visa vincular todos os empreendimentos e atores locais;
- busca-se estabelecer um novo cenário institucional, promovendo uma dinâmica integrativa;
- isso leva a uma mudança nos relacionamentos sociais, visando gerar oportunidades de trabalho e renda, uma melhoria na qualidade de vida e maior participação nas estruturas de poder;
- tudo isso possibilita o exercício da cidadania e também a utilização racional do ambiente;
- toda mudança depende de capacitação, de um tipo de aprendizagem baseado na reflexão social sobre a própria realidade funcional, para concretizar o planejamento e para estimular uma mudança de atitudes e comportamentos.

No plano conceitual, essa proposta de desenvolvimento econômico local explica um novo projeto cultural que incorpora elementos da antiga e da nova geração. Há no cérebro dessa perspectiva um diálogo de várias vozes, interesses e tempos. Conserva-se o imperativo do crescimento econômico, combinado com elementos de parceria, articulação de atores, participação social, resgate da cidadania e sustentabilidade ambiental. Mas a proposta não consegue abandonar completamente a perspectiva desenvolvimentista, ao alicerçar-se em articulação de empreendimentos; auto-suficiência local; racionalidade empresarial; mudança de práticas e formas de cooperação empresarial; comunidades ativas, protagonistas, eficientes e empreendedoras. A pedra angular ou a força intrínseca dos esforços de desenvolvimento econômico, *ultima ratio*, visa sempre à rentabilidade. Continua, assim, fechado na lógica instrumental.

A experiência acumulada direciona à apreciação de que a rentabilidade não é a *ultima ratio* a se tornar sustentável no desenvolvimento local. Da mesma forma que se observa impulso empresarial em determinados produtores, verificam-se também mudanças sociais que suprimem as energias da identidade, do emocional coletivo, dos valores de solidariedade, do *empoderamento*.

A valoração do ser humano tem de anteceder a dos ativos produtivos de determinado território. Do contrário, a gestão participativa é reduzida ao papel de instrumento empresarial, decerto sustentado na eficiência de ação do poder público local. A participação social é posta em perspectiva *instrumental*, em empenho e vigilância, para que os projetos sejam executados de forma eficiente. Não se cogita da participação aberta e consciente - o *empoderamento* -, veículo para definir um projeto coletivo, em perspectiva de futuro, como direito humano indispensável às mudanças estruturais.

A parceria do governo local e a eficiência pública são importantes para o desenvolvimento da sociedade civil local como capacidade de compartilhar esforços e recursos. Mas a educação transformadora, o "empoderamento", a mobilização emocional das comunidades e a ética são, em princípio e pedagogicamente, elementos que precedem ao domínio de capacidades técnicas e empresariais para a construção dos territórios sustentáveis.

Mesmo assim, há muito para se aprender na metodologia proposta e na experiência acumulada pelo Banco do Nordeste/PNUD. Constitui ação básica na caminhada que iniciamos na nova era valorizar o conhecimento, a informação e os insumos estratégicos de experiências do desenvolvimento, tendo em vista uma revolução dos valores. Seguindo os ensinamentos de Karl Marx, é preciso não só interpretar o mundo, mas transformá-lo.

Sob o paradigma dominante, a vida social depende essencialmente da economia, devendo-se viver a partir do acúmulo do dinheiro, requisito para melhorar a qualidade de vida. Em alternativa, o desenvolvimento sustentável deve ser entendido como uma resposta emocional e racional à visão limitada e autodestrutiva do desenvolvimentismo. E o *empoderamento* - a energia política de vida - possibilita a autonomia, a autoconfiança e a melhora da qualidade de vida. A vida material deve seguir a ética das prioridades socioculturais e os princípios espirituais. A colaboração, a integração, a cooperação e o apoio reforçam as possibilidades econômicas para reação objetiva de superação da pobreza.

No momento, é estéril permanecer no palco e aprofundar a discussão sobre desenvolvimento humano ou desenvolvimento das bases materiais e sociais do capital. Importa enfrentar ativa e criticamente os pressupostos das novas propostas de desenvolvimento local, em um exercício de monitoramento,

avaliação e sistematização dos resultados, o que vem sendo experimentado.

Além de discutir desenvolvimento econômico local na esfera das idéias, é necessária uma proposta de desenvolvimento local que promova a inserção nos mercados e se consolide como escudo contra as tendências insustentáveis da globalização. É ilusório esperar que mais crescimento (não qualificado) venha a resolver os problemas criados por ele mesmo.

De maneira especial, é importante acompanhar os comportamentos, as atitudes, o mundo subjetivo que estamos construindo, principalmente mediante os processos de capacitação e de acesso à informação. Importa refletir sobre: a) o que vem sendo feito para integrar, pedagogicamente, o conhecimento pensado e o conhecimento sentido, de forma que alimente e fortaleça as ações dos atores; b) se a mudança das pessoas é percebida em atitudes conscientes ou se é apenas uma mudança formal que conserva e reforça a subalternidade. Temos muito o que aprender sobre o que estamos fazendo para mudar (além dos relacionamentos produtivos e a base física) as estruturas emocionais e cognitivas para aumentar a auto-estima e a solidariedade.

Constroem-se condições para que as pessoas tenham renda, emprego, operem unidades competitivas, tornem-se agentes empreendedores, participem das decisões, e, além disso, planejem de forma racional seus planos e projetos. Mesmo assim, continuam subalternizadas, angustiadas, e carregam na alma a *sombra* da insatisfação. E é precisamente na alma - *no pequeno eu local* - que se organizam as qualidades espirituais da vida das pessoas (Ísis Martins, 1997). Observa-se a aquisição dos benefícios da modernidade para o mundo local, enquanto se deixa de valorizar a auto-estima e as estratégias tradicionais de subsistência. Ao mesmo tempo, o cotidiano dos ricos e favorecidos é marcado pela insatisfação com a vida, pela angústia do consumo e pelo sentimento racista. Como resultado,

observa-se que o produtivismo obscurece formas ecologicamente agressivas de produção.

Cabem aqui algumas reflexões sob a forma de questionamentos:

a) se é o acesso à oportunidade de renda que cria cidadania, ou se a renda resulta da condição cidadã; b) se é apenas o crescimento econômico o que gera bem-estar social ou se o crescimento e a equidade é que geram e sustentam o desenvolvimento econômico, associado ao bem-estar social; c) se o crescimento econômico é remédio suficiente para curar a patologia da pobreza; d) se a racionalidade competitiva vai mudar positivamente as nossas percepções sociais, já contaminadas pelos sentimentos de separação ou distância emocional; e) quanto crescimento a vida suporta?

Esses questionamentos estimulam a tornar operativo o conceito de desenvolvimento local sustentável. Esse empreendimento apóia-se na ética de planejar qualquer intervenção a partir dos princípios de equidade social, democracia participativa, respeito à diversidade cultural, bem-estar econômico e liberdade espiritual. A sustentabilidade depende da qualidade dos relacionamentos; do emocional coletivo; das energias políticas; e dos conhecimentos, capacidades e informações, que se vão inserindo no tecido social e nas organizações, que conformam os territórios inteligentes e solidários.

A construção de uma sociedade sustentável depende de decisão política coletiva para ações que visam ao bem comum.

Concretizam-se: a) na política de diálogo e na troca de percepções e comunicação flexível, para permitir processar os conflitos entre atores sociais; b) na governança com justiça, equidade e eficiência; c) nas articulações do público com o privado; d) no cuidar a natureza. Essas mudanças começam no interior das pessoas e passa pela mobilização social com vista ao futuro sustentável - isso constitui o desdobramento de energias políticas e emoções coletivas na trajetória de mudanças estruturais.

## 10 - Desenvolvimento sustentável da comunidade

O conceito convencional de comunidade deve ser repensado e ampliado para superar a perspectiva micro da entidade pequena, desarticulada, isolada, atomizada, passiva, confinada e envolvida sob um manto de relações viciadas, aparentemente harmônicas e traquias. A proximidade cria melhores possibilidades para entrar em diálogo e contato com os outros, mas cria também, o inevitável conflito humano na vida comunitária. Esse conflito tem de ser processado democraticamente para convertê-lo em elemento que potencialize a criatividade das comunidades.

O desenvolvimento sustentável carece de contextos mais amplos para integrar os atores sociais em rede. No entanto, observa-se que a grande maioria das comunidades rurais se encontra política e culturalmente atomizada e integrada pela malha do poder, com uma ligação socioeconômica assimétrica, vertical e fragmentada. Sem abertura democrática, persistem os mecanismos sociais e institucionais que separam as pessoas das esferas de tomada de decisões, resultando no *despoderamento* e na exclusão social. E o discurso de "integração" comunitária à vida nacional, ou estadual, perde o sentido. Alternativamente, há a concepção de comunidade ampliada que expressa a *unidiversidade* (unidade e diversidade) da realidade local. Nessa perspectiva territorial, a comunidade é vista como conjunto intercomunitário, relativamente homogêneo, detentor simultaneamente de características próprias e/ou específicas que ganham qualidade particular no interior da heterogeneidade territorial.<sup>23</sup> Essa perspectiva ampliada e dinâmica traduz uma *força* social local que se contrapõe às externalidades negativas da economia global, potencialmente capaz de excluir ou fragmentar comunidades inteiras.

<sup>23</sup> Superando a definição de pequena unidade sociocultural desligada das dimensões do território a que pertencem.

O enfoque alternativo de desenvolvimento comunitário postula a necessidade de entender: a) o caráter do poder local; b) a qualidade da organização social; c) o valor da identidade cultural; d) o sentido dos vínculos intercomunitários; e) as dinâmicas produtivas dos diferentes conjuntos comunitários; f) as capacidades endógenas. Esses elementos representam os motores que podem ativar mudanças nos relacionamentos quando mobilizados pela ação democrática.

A imagem de comunidade ampliada em conjuntos intercomunitários é que explica uma espécie de malha ou rede sociocultural. Expressa o território vivo, no qual o social e o produtivo interagem de forma natural; constitui espaço no qual a sociedade civil se articula com o governo local e também os valores e a sensibilidade coletiva se interligam como um todo. Essa dinâmica permite fazer leituras específicas das potencialidades, das restrições, dos problemas e das limitações endógenas.

Essa abordagem permite articular a visão local com a global; possibilita interligar as diversas dimensões, entender melhor os relacionamentos campo-cidade e identificar os vínculos entre setores. Isso define uma nova perspectiva geopolítica, sociocultural e geoeconômica, que é territorial. O comunitário deixa de ser visto como espaço físico-social restrito e passa a ser vislumbrado como um complexo de relacionamentos intercomunitários.

No planejamento local sustentável, a comunidade ampliada define um novo lugar de construção de relacionamentos solidários e multiplica as trocas de experiências, tendo em vista uma socialização pró-ativa. O planejar parte das faculdades racional e emocional dos atores nas vivências de organização por afinidade cultural, a exemplo do que se constata nos Pólos Comunitários de Mirandiba, Pernambuco, Brasil, onde as interdependências e os relacionamentos entre comunidades ampliadas possibilitam a complementaridade e a sinergia.

Certamente, nos municípios do interior pernambucano essas pequenas territorialidades que articulam comunidades ampliadas se expressam de forma heterogênea, revelando diferentes dinâmicas internas, que podem ou não ser ativadas ou reordenadas para fins do desenvolvimento sustentável. Isso depende do fortalecimento da organização social, do *empoderamento*, da qualidade da educação, da capacitação e do acesso à informação.

Na ótica do desenvolvimento econômico local, as experiências dessas *unidiversidades* comunitárias, podem revelar ou não vantagens comparativas e potencial empreendedor. O conteúdo humano das comunidades ampliadas demanda capacitação, segurança, auto-estima e felicidade, além dos recursos materiais. Na comunidade ampliada, as unidades menores estão ligadas por fios de tradição e identidade - vínculos construídos entre si, em função de um território que é compartilhado, em história comum. Isso semeia o empenho da *co-possibilidade* para modelar coletivamente o futuro. Semeia a perspectiva de sensibilidade coletiva, o sentir com e não o sentir contra, que molda processos de transformação em novas alternativas sonhadas de vida. Cada territorialidade intercomunitária detém energia local que pode levar a níveis crescentes de envolvimento social, com vistas à sociedade sustentável.

As comunidades ampliadas podem dizer: "temos um projeto comum para o nosso 'pólo comunitário' e temos também um sonho coletivo, uma convicção. Vamos lutar para chegar lá".<sup>24,25</sup>

Esses corpos territoriais encarnam potencialidades e vulnerabilidades do bem-estar social e do crescimento econômico local e abrigam identidades culturais. Mesmo as menores comunidades ampliadas, como coletivo de seres

<sup>24</sup> Eis a experiência de Mirandiba.

<sup>25</sup> O desenvolvimento convencional da comunidade, ao contrário, promove fragmentação dentro de uma sociedade já fragmentada.

humanos, possuem história própria e padrões culturais diferenciados. Detêm formas especiais de olhar a realidade e expressam sensibilidade e interesses coletivos a partir das vocações e do conhecimento prático acumulado. A articulação sociopolítica das comunidades ampliadas resulta em elementos de competitividade.

## 11 - Comunidades ampliadas e territórios dinâmicos

Para a meta do desenvolvimento local sustentável, tem-se de descobrir novas metodologias, novos caminhos e novos propósitos.<sup>26</sup> É necessário que a energia das comunidades

<sup>26</sup> O planejamento técnico do desenvolvimento sustentável é, essencialmente, um desafio de análise territorial. Temos de identificar geograficamente os problemas socioeconômicos e ambientais de cada município ou comunidade ampliada, localizar e visualizar no mapa as restrições internas, os fatores positivos e negativos que atrapalham ou facilitam a construção do futuro sustentável. Temos de retratar a variedade do espaço local, identificando os territórios intercomunitários que representam, em cada caso, um conjunto relativamente homogêneo da problemática. Após, definem-se estratégias de como envolver os atores locais para se apropriarem do processo.

Nesse sentido, importa as territorialidades comunitárias que podem ser identificadas mediante um trabalho de zoneamento socioambiental. E isso traduz a necessidade de elaborar um mapa da *unidiversidade* municipal ou microrregional. É preciso fazer um levantamento de informações básicas sobre quantidade, características e qualidades dos recursos existentes nesses espaços.

Esse zoneamento realiza-se combinando a análise de levantamentos cartográficos e bibliográficos com o conhecimento direto dos agricultores locais, seguindo os passos: a) o levantamento das diversas formas que assume o sistema agrário local, ou seja, a maneira como se interligam os recursos naturais (solos, água, etc.) com as formas sociais de produção, a malha fundiária, a infra-estrutura, a tecnologia, o mercado e os canais de comercialização; b) o trabalho de campo, a descoberta e a aprendizagem conjunta, o diálogo entre o conhecimento acadêmico e a sabedoria popular; c) a história e processos da vida social local, formas de organização, relacionamentos culturais e políticos, memórias passadas, sonhos da vida presente e do futuro, projetos coletivos, conflitos antigos, reivindicações e frustrações. Assim, técnicos e agricultores juntam o conhecimento

ampliadas seja descoberta e direcionada para gerar interatividade, mediante metodologias de ensino e aprendizagem. Disso resulta a energia transformadora, semente da sociedade sustentável, presente no mundo invisível.

Os métodos reticulares tipo PERT-CPM, com os exercícios de seqüência lógica para ordenar projetos complexos, e a análise linear dos componentes e dos modelos de diagramas empregados para o acompanhamento de atividades são insuficientes para contactar os estados emocionais e para estimular modificações nos comportamentos e nas atitudes das pessoas. A alternativa, portanto, não é fazer um desenvolvimento lógico, mas criar uma nova lógica de desenvolvimento.

A mudança constitui vitória do espiritual e cultural sobre o visível material. Os hábitos e os pensamentos negativos, arquivados na história de vida cultural dos grupos subalternizados, reaparecem incessantemente sob os mesmos ou semelhantes estímulos externos. Certas emoções negativas têm raízes que o conhecimento racional não é suficiente para erradicar. Quantos cálculos e malabarismos racionais, quantos sistemas informatizados, quanta identificação de projetos estruturantes, quanta programação lógica e linear e quanta história incompreendida em razão da incapacidade e da negação de olhar o invisível nas dimensões não racionais dos relacionamentos. Desconsidera-se grande potencial de emoção coletiva, energia (não visível) que modela os processos e a vida em sociedade.

A territorialidade pauta-se em uma espécie de zoneamento da dimensão subjetiva e da identidade cultural que modela uma

científico e a experiência acumulada, trocando informações, estabelecendo um contato intersubjetivo, procurando definir ou reconhecer fronteiras invisíveis que existem na memória coletiva e na experiência das comunidades. Experiência que passa necessariamente pela mediação da cultura e acaba expressando-se como tradição.

comunidade de seres humanos em suas especificidades. Concebe ainda a articulação das condições econômico-produtivas, com as formas específicas de pensamento e sentimentos coletivos. Nesse sentido, deve ser feito o mapeamento subjetivo das comunidades ampliadas, cada uma delas caracterizadas por atitudes, comportamentos e percepções específicas. Ao contrário do mundo material, a dimensão intangível apresenta amplas fronteiras abertas. As identidades locais são abertas, flexíveis e movimentam-se dentro de sistemas dinâmicos, abertos e maleáveis, porosos e em contínua mudança.

Sem esses elementos, a sociedade local comporia um cenário segmentado, dividido em territorialidades separadas, e o local seria uma colcha de retalhos sócio-ambiental, em uma diversidade de enraizamentos e relacionamentos entre o homem e a natureza. Isso traduz, também, uma percepção de fronteiras internas, os limites naturais e simbólicos das comunidades ampliadas. Tais territórios, em suas especificidades, podem fundamentar um processo orgânico-funcional à gestão ambiental, ao planejamento local e ao fomento de energias políticas.

Esse mapeamento revela o território, sempre dinâmico, com sua história, em termos social, econômico, cultural, político e ambiental.<sup>27</sup> Constitui mapa que orienta cenários; estratégias de desenvolvimento global-local; e que estimula a articulação das relações micro-macro com as micro-micro, vinculando a *unidiversidade* local com a heterogeneidade global. Assim, em

<sup>27</sup> Trata-se de identificar as formas que assume a *unidiversidade* local, a partir de informações socioculturais, geoeconômicas, geoambientais e institucionais. O planejamento do desenvolvimento local constitui desafio técnico por basear-se no conhecimento territorial, por isso é que se tem de considerar os problemas de escala, procurando compatibilizá-los. A análise da cartografia, por exemplo, na escala 1/50.000, aperfeiçoada pelo conhecimento direto de agricultores entrevistados e ajustada mediante trabalho de campo, *in loco*, permite retratar essas territorialidades.

cada espaço territorial vão estar presentes a singularidade e a pluralidade dos atores sociais.<sup>28</sup>

## 12 - Procurando entender o invisível do desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento sustentável representa uma afirmação de responsabilidade social para uma saída ética à atual encruzilhada civilizatória. Mas o paradigma produtivista, hoje magnificado pela globalização, apresenta forte resistência e não pode ser facilmente redefinido e superado.

Considerando as contradições e os conflitos políticos e sociais inerentes à vida social é que não se pode reduzir a vida humana às simples relações produtivas, à esfera dos processos racionais em que as coisas materiais são construídas. Observar a vida humana fechada nessa perspectiva constitui simplificação tão grave quanto supor que todo o espiritual é generalizável ao religioso. É preciso integrar à análise do desenvolvimento os parâmetros relativos ao emocional, ao coletivo, ao imaginário, à memória social - energias multiformes difíceis de serem descartadas, por estarem presentes em tudo o que acontece na vida social.

Revelam-se atitudes dominantes e saturadas, o peso ideológico da imagem do progresso: a desconsideração e a negligência da identidade cultural, dos sentimentos coletivos e da sensibilidade vivenciada pelas pessoas.

A resistência em adotar a unidade dos mundos material e espiritual e em viver o princípio da *unidade de todas as coisas* constitui empecilho para vivenciar a sustentabilidade e impedimento à compreensão de que o desenvolvimento sustentável é o ponto de convergência entre a economia, o meio

<sup>28</sup> Sob o olhar linear, territórios que se revelam estáticos, mesmo com seus dinamismos, potencialidades, trajetórias, lembranças coletivas e sensibilidades próprias.

ambiente e a cultura. Priorizamos sempre as externalidades, qualificando como "secundário" o lado interior - espiritual.

Trabalhar o invisível do desenvolvimento significa afirmar as dimensões cultural, psicológica e espiritual da vida social. Consiste em valorizar o enfoque holístico dessas dimensões na atividade humana e reconhecer a interdependência das relações afetadas à cultura, à política, à economia, à sociedade, à natureza e ao espírito, qualquer que seja a ordem. Elas existem estreitamente interligadas; apresentam-se separadas apenas para fins da análise racional.

Afirmar a dimensão invisível do desenvolvimento implica desafiar os códigos científicos, a perspectiva mecanicista, a certeza dogmática sobre o mundo físico e repensar os postulados positivistas presentes na segmentação do conhecimento. A realidade significa existência em todos os modos de existir e nos vários modos do real.

Os potenciais invisíveis, energias e pulsões inerentes aos códigos cultural e emocional, precisam ser integrados ao processo de desenvolvimento local. Esses potenciais vêm sendo utilizados pela publicidade na estruturação da subjetividade totalitária que molda o comportamento da massa de consumistas pelo prazer a curto prazo. Há especialidade exitosa na manipulação das subjetividades, moldando a organização dos sentimentos, criando ou suprimindo identidades em favor do mercado.<sup>29</sup>

Pensar no potencial transformador do invisível implica uma perspectiva holística para a busca do desenvolvimento humano, do bem-estar social e da construção da sustentabilidade. Todo

<sup>29</sup> Usando toda uma parafernália de elementos eletrônicos, particularmente a televisão, eles vêm hipnotizando a população, condicionando uma cultura de falsos valores que gira em torno da cobiça de bens materiais, indiferente, neurótica e narcisista. Pensamentos e sentimentos ao serviço do crescimento indiscriminado.

processo de mudança e transformação opera em ondas de sentimentos, de energias políticas organizadas, vínculos sociais e com acesso à informação. Esses elementos promovem a liberação de energias coletivas que ganham corpo nas práticas sociais, em respostas idealizadas, subjetivas e específicas. Essas forças internas - emoções expressas de forma positiva - podem acionar redemoinhos políticos ao estimular a mobilização das pessoas em ações cidadãs.<sup>30</sup>

Como compreender o significado de algumas transmutações históricas, as saídas coletivas de insatisfação, às vezes violentas, que resultam da paixão política e das emoções populares?

Esses comportamentos sociais - que expressam insatisfação e revolta - as disputas políticas entre grupos sociais da mesma classe; as ocupações físicas de espaços públicos e privados; as negociações formais dentro de canais institucionalizados; e os relacionamentos de parceria entre atores sociais antagônicos - afetam as condições de vida e trabalho das comunidades. Por isso, tem-se de buscar respostas na compreensão da cultura, dos valores, dos sentimentos e das tradições.

As expressões do comportamento humano são mediatizadas pela cultura. As pessoas movimentam-se a partir de pensamentos, sentimentos, referências e representações elaborados no cotidiano da vida social. Há atores sociais portadores e dominados por emoções fortes e interesses particulares empenhados em impor suas próprias representações simbólicas. Essa prática constitui exemplo de como as energias internas (pessoal e subjetiva) se transformam em comportamentos que são repassados da esfera privada à

<sup>30</sup> Energias que quando movimentadas assumem canais e fluxo diferenciados. A emoção promove pensamentos ou ações solidárias. E em processo, retroalimentado, emoções criadas por pensamentos solidários e pensamentos que provocam sentimentos.

esfera coletiva ou pública, na qual ganham conotações, em geral contraditórias, nos relacionamentos visíveis.

O cotidiano em família, na comunidade, na associação, no trabalho e no sindicato constitui campo experimental no qual as ondas de energia emocional são criadas e recriadas. Essas ondas influenciam a percepção do mundo, mobilizam os sujeitos coletivos e produzem mudanças (Inaiá M. Moreira e Ruthy N. Laniado, 1992). Quando no comportamento cotidiano ocorrem ações que articulam sentimentos (aspectos espirituais) e pensamentos (aspectos mentais) é que as mudanças ganham caráter consciente.

Ocorrem os bloqueios quando a energia emocional e o pensamento ficam reprimidos, sem espaço referencial e sem informação, de forma a dar direção e sentido objetivo à energia acumulada. Os bloqueios produzem um tipo de mudança inconsciente, uma espécie de *Fórmula de Leopardo*, quando o comportamento não corresponde ao sentimento e nem aparece ligado ao pensamento (Ísis Martins, 1997).

### 13 - Identidade

Identidade é um conceito derivado do latim *idem* que significa "o mesmo". Estabelece a idéia da diferença com "o outro". Muitos argumentam que a identidade, como representação social simbólica, é uma energia de pouco significado nos processos de desenvolvimento.

Há "pensadores" que partindo da observação do processo de globalização e, em particular, da homogeneização das políticas culturais argumentam que as identidades estão fadadas não a desaparecer, mas sim a perder toda energia mobilizadora.<sup>31,32</sup>

<sup>31</sup> Em todo canto do planeta, os efeitos dos processos de modernização estimulam conflitos e brigas entre regiões e etnias, gerando resistências

Alguns intelectuais argumentam ser infrutífero pensar em identidades locais ou regionais perante a dinâmica e o triunfo da cultura consumista ocidental, sob os avassaladores sucessos do capitalismo competitivo. Acreditam que a dinâmica da abertura econômica, a rápida penetração tecnológica e a crescente construção de relacionamentos complexos entre sociedades terminam por destruir as identidades locais.

Outros "pensadores" afirmam que não existem atributos, realmente positivos e aproveitáveis, na identidade das comunidades e dos povos subalternizados, de forma a mobilizá-los para caminhos alternativos de desenvolvimento, tendo em vista a transição para estágios superiores de sustentabilidade. Argumentam que as identidades dos povos periféricos já estão gravemente contaminadas e comprometidas. Todos querem ser como os americanos, participar do capitalismo *high tech*, visto como bom e universal. Querem ser, desejam ser outra coisa, além e diferente do que são.

Há ainda os "loucos e sonhadores" - como eu - que acreditam no sincretismo, na resistência cultural, na energia política da identidade, em permanente construção, e na possibilidade de mudanças, a partir da redefinição dos relacionamentos. Os "utópicos" não apostam na suficiência de uma postura filosófica-intelectual para construir desenvolvimento humano. Crêem na mudança interior como requisito às mudanças dos relacionamentos, das práticas e dos comportamentos. O fenômeno humano sempre ocorre na dinâmica dos relacionamentos.

A auto-estima revela o posicionamento das pessoas e sentimentos coletivos positivos. Expressa emoção ligada às crenças e às lembranças, que reforçam as energias de amor em

Thomas Bamat, em *Síntese da Pesquisa sobre Assentamentos de Reforma Agrária no Estado da Paraíba*, Mimeo, João Pessoa, 1998.

<sup>32</sup> Em toda parte, e na América Latina em especial, a mesma imagem, o mesmo CD, o mesmo código corporal, o mesmo McDonalds, etc.

compromissos existenciais. São esses os atributos que temos de fortalecer para melhorar a qualidade da sociabilidade e promover a identificação livre e consciente: "Nós somos e queremos ser". Negar ou rejeitar as energias que subordinam constitui a mais linda forma de expressar opção pela liberdade. E a sensibilidade coletiva é a principal energia que impulsiona os processos de mudança - o nutriente invisível da vida social.

Assim, temos de cuidar do mental, do cultural e do espiritual para fazer do pensar, do viver e do sentir instrumentos que correspondam a relações conscientes, leves e construtivas com nosso interior, com os outros em sociedade e com o mundo. Para visualizar o que nos afeta no modo de viver, na vida cultural, temos de olhar o quanto nossos relacionamentos - que constituem termômetros - são também afetados (Maturana, 1992).<sup>33</sup>

#### 14 - A subalternidade

Em muitas comunidades camponesas observam-se comportamentos que revelam a busca das condições de subsistência, ao mesmo tempo que ocorre a procura de afirmação em determinada maneira de ser na vida cotidiana. Os resultados desses empreendimentos são os elementos de ligação entre a subjetividade e o desenvolvimento comunitário.

As mudanças locais planejadas nessas comunidades quase sempre não se concretizam, em face dos atributos negativos de identidade que conformam relacionamentos de subalternidade, representados nos apegos, nas descrenças das auto-avaliações,

<sup>33</sup> Porque, por exemplo, da mesma forma que existe o Carnaval da Antártica, existe o Carnaval do Maracatu e o do Bloco da Saudade. O Carnaval da Antártica diz respeito a uma produção de massa que mercantiliza o momento festivo, afirmando, ao mesmo tempo, esse prazer de brincar juntos, o sentimento coletivo. As forças destrutivas da modernização consumista são contestadas pelo inconsciente coletivo pernambucano, que resiste e nega a perspectiva da perda, que define outro relacionamento.

nos medos, presentes nos comportamentos coletivos, e nos sentimentos de inferioridade. São traços culturais dos povos historicamente oprimidos e condicionados por uma uniformidade de ações, sentimentos e pensamentos sociais e políticos dominantes.

A dominação da classe dominante em ações socialmente insustentáveis e destrutivas tem origem no paradigma prevalecente de poder. Dominação como imposição de vontade, sujeição aos outros e relacionamentos de desconfiança e exclusão.

A subalternidade constitui experiência construída no cotidiano das comunidades excluídas e fragmentadas. Revela relacionamento condicionado pela ideologia (hegemonia), que possibilita, ao mesmo tempo que mascara, a dominação, fazendo que as pessoas aceitem com agradecimentos e sorrisos, por exemplo, os projetos comunitários negociados por intermediários.

A história mostra que as elites políticas se comportam da mesma maneira - autoritárias, paternalistas e clientelistas, resultando na subalternidade. As relações daí decorrentes são de desconfiança, visível ou oculta, levando ao *despoderamento* e à desidentidade. As comunidades subalternas manifestam comportamentos passivos, medrosos - energias sociais que se voltam contra elas mesmas. As emoções destrutivas internalizadas pelos subalternos levam-nos a rejeitar suas realidades; a negar a liberdade em favor de relacionamentos violentos, arrastando-os para doenças físicas e desespero. A violência aloja-se em espaços menos visíveis, na angústia familiar e coletiva e no sofrimento individual. Observa-se ainda um estado de *mal-estar* na unidade dos grupos sociais subalternizados, constituindo fonte permanente de conflitos nos relacionamentos intersubjetivos e intergrupais.

Sentimentos de inferioridade, de impotência e de insignificância são empecilhos ao desenvolvimento econômico local. Da mesma forma, a relação egoísta de posse com os bens materiais - o apego das pessoas às suas fontes materiais de prazer e gozo - impede ou dificulta a construção de relacionamentos de solidariedade. A possibilidade de o indivíduo retirar algo de si, de sua renda, ou de seu poder para compartilhar com os outros requer compreensão das vantagens em ser solidário e em optar pelo viver social, na perspectiva de saber-se e assumir-se vinculado ao coletivo, em atitude consciente e comprometida.

O planejamento participativo constitui ação coletiva e oportunidade de empenho individual em favor do coletivo. Nesse sentido, as pessoas têm na informação o instrumental para abrir-lhes as possibilidades de enxergar alternativas. As pessoas conhecem o que existe à frente; e o que se conhece é quase sempre o único norte que abre possibilidades ao fazer. O que se faz é o que se quer fazer ou o que se deseja fazer, desde que seja possível. E a informação é que abre as perspectivas de escolhas entre vários cenários e futuros alternativos.

Mesmo diante dessas evidências, observa-se a insistência na aplicação de metodologias parciais, incapazes de visualizar o interior, o mundo invisível. O referencial é sempre o sujeito centrado nas necessidades materiais e não as pessoas centradas nos valores e nos sentimentos.<sup>34</sup> A subalternidade é um estado mental negativo e está refletida em espíritos oprimidos e reprimidos. Para a mudança desse quadro, tem-se de transformar o sistema de valores que produz e reproduz *mal-estar social*. O subalterno tem de decidir superar essa condição e transformar a sua própria negação ao se olhar

<sup>34</sup> Temos de fazer uma espécie de viagem astral, sair do corpo e observar nossos comportamentos e atitudes, em perspectiva de adequação ao compromisso com a liberdade.

internamente em suas potencialidades. A pedagogia crítica e a psicopedagogia coletiva são ferramentas com possibilidades de liberar os bloqueios dos *despoderados*.

Com frequência, o desenvolvimento comunitário tradicional amortece a energia reprimida da subalternidade. As associações comunitárias que recebem um projeto antipobreza, pela "via da consolação" ou do favor político instrumentalista, ficam agradecidas e também *despoderadas*. Obtêm projeto e acessam uma fonte material de prazer e de gozo, mas continuam sem liberdade e impossibilitadas de construir e alimentar os atributos da identidade.

O desenvolvimento comunitário tem de ser repensado sob a perspectiva cultural, invisível, e sob novas práticas que levem aos espaços de diálogo e de acesso à informação. O essencial da transição para um padrão de desenvolvimento sustentável é invisível, está governado por sentimentos, pensamentos e ondas diferenciadas de energia.<sup>35</sup>

Tem-se de contribuir para o *empoderamento* das comunidades rurais estimulando a energia espiritual coletiva, em forma de torcida, que leva à mobilização pela conquista do direito à vida e à sustentabilidade. Essas energias coletivas podem se expressar de forma construtiva ou destrutiva. Por isso, tem-se de municiar as comunidades com informações, para que aprendam a utilizar as subjetividades, os comportamentos históricos, os valores e a qualidade dos vínculos sociais e políticos - como nova vontade coletiva, novos relacionamentos e novas práticas de identidade. O aprender a escrever contos de liberdade e amor. O amor pela cultura não é um sentimento romântico, é a onda mais linda da energia espiritual.

<sup>35</sup> A física quântica ensina-nos que o que aparece perante nossos sentidos como sólido e estável é só um grande movimento de energia, que o comportamento da matéria é governado por aspectos não materiais, por campos de gravidade - ondas eletromagnéticas.

Cabem aqui alguns questionamentos:

a) que tipo de capacitação e que tipos de pedagogias devem ser utilizados para mudar os relacionamentos subalternos;

b) a serventia dos esforços dirigidos a promover o "espírito empresarial" sem entender como os bloqueios emocionais impedem a construção de mudanças conscientes, que permitem o desenvolvimento empresarial;

c) a serventia dos chamados "marcos lógicos" se o pensamento pensado não caminha de mãos dadas com o pensamento sentido;

d) como trabalhar a imprevisibilidade social freqüentemente julgada como resistência à mudança;

e) a diferença do conhecimento da "roça" em relação ao conhecimento da "oficina de planejamento", do racionalismo e da lógica linear.



# Desenvolvimento local sustentável e democracia

## 1 - Uma mudança de época

Entramos na fase histórica, caracterizada pela crescente importância e pelo dinamismo do desenvolvimento das faculdades da inteligência. Desdobramentos e potencialidades ocorrem na alta tecnologia da informação, geradora de complexo ciclo de avanços e mudanças em múltiplas dimensões. Impressiona nessa histórica e célere evolução das forças produtivas o fato de que o esforço científico e tecnológico, de aplicação imediata do conhecimento científico, atenda só tangencialmente às prioridades de bem-estar econômico, da justiça social e da qualidade ecológica da grande maioria da humanidade.

Vivemos em estado de transformação cultural e de transição histórica representado simultaneamente pelo colapso de uma velha época e a gênese de outra. Experimentamos uma época de mudanças, mas, o mais importante, vivenciamos as mudanças de uma época sob nova ordem mundial, em passo evolucionário que, guiado por valores e concepção inadequada do mundo, constitui ameaça à vida natural e social e desperta cuidados imediatos para com a natureza e para com o gênero humano, incorporando todos os seres, independentemente de credo, cultura, sexo e cor.

As novas circunstâncias e as configurações dessa transição, para a existência humana, não podem ser facilmente identificadas, em face da instabilidade, da abrangência e da imprevisibilidade de que são portadoras.<sup>1</sup> Faz-se necessária a elaboração de muitos e novos mapas conceituais para o exame dessa nova realidade, e falta o aprendizado de uma linguagem nova que possibilite a construção de uma utopia, com elementos do coração.<sup>2</sup>

Os problemas acumulados na economia do crescimento - a pobreza, as desigualdades e os processos de degradação ambiental - apontam para alternativas díspares. A nova era conduz à radicalidade político-estratégica para a sustentabilidade, do contrário, os perigos acumulados conduzem a uma condição desastrosa. A sociedade sustentável leva ao destino comum compartilhado por todos os povos e deverá emergir da profundidade humana, do útero criativo e sensível, dessa nova época em construção. Esse parto abre as condições para o aprendizado do lado holístico e espiritual do desenvolvimento e para as práticas concernentes à melhoria da qualidade da vida no planeta.

Os hábitos adquiridos do progresso linear são impeditivos à aceitação da idéia da retroação, do racionalismo regressivo. Qualquer mudança que ocorra dentro do modelo de desenvolvimento vigente - para melhor ou para pior - não traz realmente ameaça de ruptura. Tais alterações permanecem fechadas nos mesmos padrões de pensamento que alimentam o insustentável modo dominante de ser-produzir-competir-consumir. As transformações em curso nas relações de produção, sociais e políticas da nova era são exigentes quanto ao repensar as atitudes, as instituições e as finalidades do

<sup>1</sup> José de Souza Silva, *Una Época de Cambios o un Cambio de Época?* Quito, Equador, IICA, 1998.

<sup>2</sup> Roberto Crema, op. cit., 1995.

desenvolvimento.<sup>3</sup> É evidente que já não é possível resolver as anomalias coletivas nem as questões relativas ao sentido da vida com os remédios do determinismo econômico.

É preciso buscar um novo sendero de relacionamento humano<sup>4</sup> como base do viver. A época que emerge está enredada na incerteza sobre o porvir. Nunca antes fomos tão desafiados a vislumbrar o mundo em outros moldes e a conceber o desenvolvimento em perspectiva sustentável como a alternativa viável ao futuro, no qual sejam asseguradas as necessidades de todos os seres vivos.

Necessitamos resgatar a espiritualidade perdida para ampliar as possibilidades do desenvolvimento humano. Isso inclui a revisão dos pressupostos e das ações básicas da natureza humana. Implica, por exemplo, converter a hostilidade em solidariedade, o descuido em cuidados.<sup>5</sup> A espiritualidade é em essência conceito social e ocorre nas atitudes espirituais com os outros em sociedade; as atitudes contrárias produzem a negação do espiritual que portamos.<sup>6</sup> Uma profunda mudança de consciência é que capacita a espiritualizar os relacionamentos tendo em vista as formas injustas de organização social.

O processo de mudança em pauta necessita de uma crítica radical ao chamado "pensamento único", determinista e globalista, da ideologia neoliberal. Importa igualmente a reavaliação da importância atribuída aos valores monetários, comerciais e de rentabilidade que dominam a economia convencional. É necessário também relativizar os métodos mecanicistas ou lineares do racionalismo progressivo do mundo industrial inadequados às complexas redefinições requeridas pela sustentabilidade. Para a construção de futuros

<sup>3</sup> Somente nas mudanças de épocas ficam evidentes as limitações dos paradigmas e dos modelos de desenvolvimento.

<sup>4</sup> Edgar Morin, op. cit., 2000.

<sup>5</sup> Leonardo Boff, *Saber cuidar*, Editora Vozes, 1999.

<sup>6</sup> Fritjof Capra e David Steindl-Rast, op. cit. 1991, citando Thomas Matus.

alternativos, tem-se de aprender como utilizar os insumos dos sentimentos, da subjetividade e das motivações ancoradas nos estados mente-coração.<sup>7</sup>

## 2 - O Estado que se ajusta ao contexto socioeconômico global

Com a intensificação mundial das transações transversais, acirram-se os intercâmbios de produtos, capital, serviços, informação, tecnologia, sistemas de segurança, migrações, etc. Multiplicam-se os contatos com o aumento da concorrência internacional; cresce a interdependência; reduzem-se os espaços do Estado-nação. Com isso, são redefinidas as atribuições do Estado, das instituições e das organizações. Os governos condutores do "aparelho" de Estado, ao optarem pela gestão de curto prazo, abrem-se à intermediação - quase passivos - entre as forças empresariais-financeiras globais e os interesses dos atores nacionais. Nesse processo, o Estado vem se distanciando das questões sociais, domésticas ou locais, mostrando-se incapaz de implementar políticas sociais transformadoras. Predomina o pensamento de que as forças do mercado constituem instrumentos para os problemas econômicos, sociais e culturais locais. Faz-se urgente conceber e implementar propostas alternativas com vistas às potencialidades locais.

O mundo vai se transformando rapidamente em território global, onde comunidades, idéias, valores e coisas adquirem novas formas de territorialização.<sup>8</sup> O capital mundial ofusca a autonomia do Estado-nação, e a corporação transnacional faz-se estratégica num esquema de mercado, no qual a hegemonia é dada pela força da competição. O Estado é superado em sua capacidade de atender às crescentes demandas sociais, nacionais e locais. Com esse ajuste, os segmentos excluídos de

<sup>7</sup> Dalai Lama, *Uma Ética para o Novo Milênio*, Rio de Janeiro, Sextante, 2000.

<sup>8</sup> Octavio Ianni, *Teorias da Globalização*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.

inúmeras localidades perdem respaldo institucional e saem à procura de saídas alternativas de conteúdo democrático.

Os acordos políticos globais (multilaterais) e as decisões políticas de maior relevância para nossas sociedades vêm sendo moldados, em grande parte, por essas corporações, com o apoio dos governos dos países centrais. As poderosas instituições e os processos econômicos globais geram impactos nas sociedades locais, chegando a produzir diversas transformações.

### **3 - Resistências e conquistas**

Torna-se impossível transformar as estruturas da pobreza e da exclusão para a sustentabilidade sem que haja uma conexão global-local. A heterogeneidade do mundo local vai estabelecer vínculos com a nova (des)ordem global, sendo indispensável desenvolver estratégias diferenciadas e específicas.

A força das demandas e das ameaças sociais gera ações de conquista e/ou de resistência por parte dos diferentes atores e grupos sociais. O Brasil deve construir uma sociedade sustentável ao mesmo tempo em que busca erradicar a pobreza, melhorar a qualidade da vida humana, atenuar as desigualdades sociais, ampliar as práticas democráticas, conservar a diversidade e a vitalidade de sua natureza e investir mais em tecnologia e capacidade produtiva para alcançar melhor nível de suficiência.

Para os poderosos atores, com interesses socioeconômicos vinculados à lógica depredadora, torna-se impossível alcançar esses objetivos. Racionalistas e insensíveis, são guiados pela premissa de que o processo de globalização intensifica a construção de uma nova era de riqueza e crescimento, gerando oportunidades para novos agentes econômicos e atores sociais. Para esses, o crescimento indiscriminado e a competitividade continuam sendo os elementos recomendados para todos os males sociais e econômicos.

A história da América Latina dos últimos vinte anos assinala deprimentemente desempenho social em decorrência do receituário neoliberal.<sup>9</sup> Cresceram as patologias sociais da pobreza, do desemprego, da exclusão e da fome diante da impossibilidade de resolvê-las no contexto dos ajustes estruturais, da liberalização financeira e da desregulamentação.<sup>10</sup> Ante a crescente pobreza, os iluminados pensadores de aluguel<sup>11</sup> que assessoram as administrações governamentais e os credores internacionais reformulam propostas e sugerem novas compensações, de forma que as estratégias de poder sejam mantidas e respaldadas pelo paradigma neoliberal.<sup>12</sup> Os políticos, em grande parte, estão comprometidos com o *status quo* e mantêm-se com o mesmo discurso e as mesmas promessas. Enquanto isso, adiam-se os compromissos com o desenvolvimento em perspectiva holística e com as dimensões da ética, da cultura e do espírito.

Para vencer essas dificuldades, os atores sociais excluídos e o movimento social contestatário necessitam conceber - partindo do mundo local - um desenvolvimento humano com pluralidade de possibilidades, fora dos padrões convencionais de pensamento, dos valores utilitaristas e das estruturas de compreensão e sentimentos que aprisionam o poder em condição excludente.

<sup>9</sup> A agenda neoliberal estruturou um novo marco macroeconômico na América Latina: estabilidade, controle da inflação, liberalização de mercados, desregulamentação, crescimento das exportações, privatizações e esforços para corrigir os desequilíbrios fiscais. Entretanto, os avanços em termos de crescimento econômico e produtividade foram decepcionantes; o ritmo de crescimento na década dos 1990 foi de apenas 3,3% por ano, inferior aos 5,5% alcançados durante os três decênios anteriores à crise da dívida. Também os aumentos anuais na produtividade foram inferiores. Além do mais, a concentração sem precedentes da renda e as crises financeiras são exemplos de que a estabilidade e o progresso constituem mito.

<sup>10</sup> Não há espaços na "economia de mercado" para as necessidades humanas dos pobres, a grande maioria da população.

<sup>11</sup> Os chamados *money doctors*.

<sup>12</sup> Samir Amin, *Los Fantasmas del Capitalismo*, Bogotá, El Âncora Editores, 1999.

A força contestatória conduz à reorientação de prioridades, tendo em vista forjar uma identidade político-espiritual, radical e inovadora capaz de identificar o sentido da vida. Sentido que resulta de comprometimento em dar a justa oportunidade ao potencial humano e com isso conceber ações de desenvolvimento asseguradas por uma esperança realista. À proporção que as receitas convencionais não funcionam, é preciso investir em outras categorias básicas de pensamento que, associadas à emocionalidade, se abram a novos debates políticos e à inovadora participação social. A conquista do sentido da vida implica afirmação e criatividade e revela horror à violência social e política. Leva a avaliar as frustrações e a insustentabilidade dos empreendimentos das elites dominantes e de organismos internacionais. Que outra maneira há para resolver os urgentes e prioritários problemas sociais?

Na busca de um novo desenvolvimento, são muitas as contradições que devem ser consideradas. Muitas dessas contradições decorrem da globalização e constituem fenômenos que articulam os níveis econômico e tecnológico e/ou são vistas em complexa mistura de processos difusores de padrões sociais, culturais, de consumo e de pensamento em escala transnacional.<sup>13</sup>

Nesse sentido, cabe a reflexão sobre qual a perspectiva de futuro da maioria dos municípios pobres do Brasil, que são territórios desorganizados, desinformados, enfraquecidos e clientelizados. A premissa básica é que o conceito de desenvolvimento local sustentável possa ser a alternativa que reoriente processos que comportem os potenciais locais, a construção de capital humano e social para a meta de padrões de bem-estar social e ambiental sustentáveis.<sup>14</sup>

<sup>13</sup> Anthony Giddens, op. cit., 1996.

<sup>14</sup> O que é impossibilitado sob a abertura de mercados; a integração mundial dos circuitos produtivos e comerciais e o enxugamento do Estado, com as privatizações que reduzem as possibilidades de inclusão socioeconômica.

Constitui ingenuidade supor que as poderosas corporações e os setores tecnologicamente mais dinâmicos da economia brasileira venham a investir nos pequenos territórios municipais do interior. Existem muitos territórios locais com potencial, conhecimentos, organização empresarial e vocações para se articular aos mercados globais. Mas o capital global é seletivo, impaciente, calculista e dinâmico, procurando se alimentar do mundo local quando este revela perspectivas de lucro a curto prazo. Investir no mundo local pode trazer crescimento localizado, mas não necessariamente gera processos de inclusão social e equidade para as comunidades pobres. As mudanças induzidas pela competitividade da economia aberta não vão aumentar o número de pessoas empregadas.

#### **4 - Âmbitos locais de transformação democrática**

Constatam-se iniciativas de desenvolvimento, em nível local, com agendas para enfrentar a desigualdade e a subalternidade, construir capacidades de sobrevivência e satisfação de necessidades humanas básicas e preservar a natureza. As sociedades locais assumem a concepção e o implemento de modos de vida endógenos e sustentáveis à proporção que priorizam a satisfação de suas necessidades concretas, nascidas de sua cultura e de seu ambiente.

A proximidade - menos física e mais solidária e confiante no outro - do mundo local favorece a emergência de valores e sentimentos humanistas, afetos à cultura dos atores sociais. Inovam-se, assim, os relacionamentos nas comunidades e em âmbito local, ampliando a clareza quanto às injustiças, aos problemas e às alternativas. A resolução dos problemas ocorre em processo que privilegia a abertura política, o acesso ao conhecimento, novos relacionamentos pautados em vínculos sensíveis e solidários entre atores sociais e agentes econômicos, e novos pensamentos, que proporcionam a energia de comunicação clara e objetiva. Iniciativas que criam ambientes humanos, nos quais os cidadãos possam expressar

compaixão e cuidados recíprocos; uma sociedade local rica em vínculos sociais, que dialoga, informa e comunica.

Trata-se de duas aberturas. A abertura de pensar, conceber e fazer o desenvolvimento local com mente aberta e atitude dialógica fundamentada no princípio da unidade cultural. A educação semeia na mente coletiva das comunidades a consciência de valores compartilhados e ensina sobre o impulso transformador que o emocional proporciona nas experiências e nos significados comuns. A outra abertura consiste na possibilidade de construção de padrões coletivos de pensamento, sentimento e ação como conteúdos da democratização, da sociedade e do Estado.

O desenvolvimento sustentável constitui processo complexo e aberto a uma plethora de possibilidades. Argumentos e opiniões informadas podem impulsionar experiências de comunicação local capazes de gerar novos argumentos e opiniões que se multiplicam e se retroalimentam, criando possibilidades de diálogo político, o qual fomenta o desenvolvimento local sustentável. A ampliação dos sentimentos, das práticas democráticas e a livre expressão são requisitos fundamentais à criatividade na vida social e à descoberta e implementação dessa possibilidade.<sup>15</sup>

As experiências de desenvolvimento local podem provocar grandes impactos na sociedade em razão do caráter dinâmico e do poder contagiante inerente ao processo de construção democrática e das múltiplas atividades que terminam por envolver toda a comunidade. Os empenhos políticos, sociais e culturais relativos ao desenvolvimento local, ao vincular solidariamente os atores, fortalecem o capital social, resultando em energia social potencializada, que as agendas

<sup>15</sup> Conforme Norberto Bobbio - *The Future of Democracy*, Cambridge, Polity Press, 1987 -, a democratização é um processo de desenvolvimento caracterizado pela expansão do poder de baixo para cima, em nome e a favor dos cidadãos.

nacionais de ajustamento tradicionais não podem promover.<sup>16</sup> Eis o poder potencial do pequeno mundo local e dos movimentos sociais articulados.<sup>17</sup> O mundo local diferenciado pode transformar-se em arquipélago de processos em ações transformadoras, orientadas por nova ética e por vínculos de energia democrática que se combinam e se interpenetram, gerando estruturas emergentes e condições de mudanças globais.

As diversas iniciativas locais de desenvolvimento sustentável - com a força das redes de organizações sociais - operam e firmam-se como verdadeiros *clusters* de "estruturas dissipativas"<sup>18</sup> que precisam liberar energia para evitar cair na

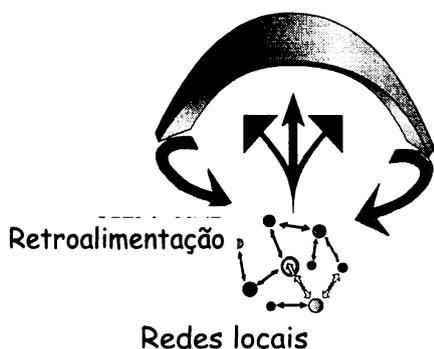
<sup>16</sup> Implantação que se dá por meio de intensa pressão de governos, agências, bancos e empresas internacionais.

<sup>17</sup> Manfred Max-Neef, reitor da Universidade Austral de Valdivia, Chile, em palestra sobre "Economía, Humanismo y Neoliberalismo", proferida no Congreso Mundial de Convergencia Participativa en Conocimiento, Espacio y Tiempo, Cartagena, Colômbia, 1997, argumenta: "*Si analizamos cómo funcionan los procesos de especulación financiera, eso ya llega a niveles absolutamente astronómicos y totalmente fuera de control. Enfrentarse directamente a algo tan poderoso, si uno lo piensa, resulta bastante deprimente. Qué podemos hacer si nosotros somos débiles, no tenemos poder frente a estos gigantes? Con esa sensación derrotista-depresiva, donde estamos liquidados, no hay nada que hacer. Se me ocurre... una alegoría, que a mi juicio abre el camino hacia una solución. Miren, si usted está en un campo y frente a usted hay un rinoceronte que está furioso y va a cargar, lo más estúpido que usted puede hacer es suponer que usted también es un rinoceronte. El resultado es obvio. Qué puede hacer frente a un rinoceronte de manera que eventualmente pueda derrotarlo y que él no nos haga nada? Qué es lo único en este caso, que sea más poderoso que el rinoceronte? Pues una nube de mosquitos. Mosquitos que han fregado, fregado, llámense ONGs, llámense organizaciones de la sociedad civil...movimientos de mujeres...de mil cosas. Que crecen y crecen, zumban y zumban, y empiezan a lograr cosas*".

<sup>18</sup> A teoria das "estruturas dissipativas" foi formulada pelo Prêmio Nobel de Física (1977) Ilya Prigogine, que afirma que a ordem nasce do caos, mesmo as expressões desordenadas, paradoxalmente, terminam se ordenando, se organizando. As situações de desequilíbrio químico não levam necessariamente ao caos. Com frequência possibilitam o surgimento espontâneo de estruturas ordenadas. Tais estruturas são dissipativas

entropia da insustentabilidade. Essa energia favorece macroprocessos, muda cenários globais e configura estruturas globais emergentes. Pode produzir turbulências positivas que levem a sociedade a uma ordem humana superior e a propriedades globais que resultam das interligações locais. O desafio está em aprender como integrar essas bases individuais e coletivas, desorganizadas ou ainda fragmentadas em processos mecânicos. Das interações, das interconexões e dos vínculos entre os atores locais surge uma mudança global, algo novo, outro significado de vida, de resultado imprevisível. Ao mesmo tempo, essa mudança global retroalimenta o mundo local, com novos padrões de comportamento coletivo, dando conteúdo a uma nova realidade social. Conforme a ilustração.<sup>19</sup>

### Estrutura global emergente



A democratização proporciona: a) transformar essa energia local negativa em energia que favorece a mudança; b) estimular o *empoderamento* dos atores sociais tradicionalmente excluídos; c) propagar energia democrática nos espaços políticos historicamente dominados pelos esquemas autoritários e burocráticos; d) incentivar as pessoas a participar do mapeamento de seus problemas e da identificação de possibilidades; e) criar novos padrões de comportamento;

porque consomem mais energia do que a estrutura ou organização anterior que foi substituída.

<sup>19</sup> Idéias tomadas do livro de Roger Lewin, *Complexity: Life at the Edge of Chaos*, Nova York, Macmillan Publishing Company, 1999.

f) gerar um estado de caos regenerativo que impulsiona a busca e a construção de novas relações sociais e institucionais.

No modelo desenvolvimentista, não são consideradas a importância e a vitalidade dos vínculos de cooperação e solidariedade entre movimentos e comunidades, e a democracia participativa é minimizada, gerando clima propício à multiplicação dos conflitos sociais.<sup>20</sup> Observa-se nos territórios fechados, em termos políticos, a tendência de preservar as relações dominador-dominado e o impedimento da articulação social e da liberdade de construção de um projeto comum. Torna-se muito difícil implementar políticas democráticas e solidárias<sup>21</sup> - necessárias à transformação - em uma sociedade politicamente fragmentada e culturalmente movida pelo individualismo.<sup>22</sup> É possível construir uma sociabilidade menos conflitiva, na qual as pessoas sejam mais livres, informadas, solidárias e sensíveis. Quanto maior o *empoderamento* dos cidadãos, maiores serão a vitalidade e a abertura à criatividade.<sup>23</sup> Nas sociedades com liberdades públicas, direitos humanos e civis, observam-se melhores perspectivas de resolução dos conflitos por meio do diálogo.<sup>24</sup> Existe um vínculo positivo entre democracia e paz social. Conforme Jürgen Habermas, a resolução democrática ocorre "por meio de uma discussão aberta e espontânea do assunto em pauta, com o objetivo de se chegar a um julgamento consensual".<sup>25</sup>

<sup>20</sup> Quando o objetivo central a ser perseguido é a competitividade, cada agente econômico é "racionalmente" um concorrente em relação a todos os outros, agindo até agressivamente na defesa de seus interesses. Essa separatividade é impeditiva à percepção da diferença entre como realmente vivemos e como gostaríamos de viver.

<sup>21</sup> A cobiça e a ambição fazem "o homem um lobo de seu semelhante".

<sup>22</sup> Thomas Hobbes, *Leviatã*.

<sup>23</sup> Os esquemas centralizados e burocratizados de gestão pública não estimulam a participação nem criam os meios institucionais de controle social para assegurar transparência e eficiência.

<sup>24</sup> Na falta dos mecanismos institucionais democráticos, aumenta a tendência para o uso da violência na resolução dos conflitos.

<sup>25</sup> Citado por Anthony Giddens, op. cit., 1996.

## 5 - Capital social e democracia

As avaliações qualitativas das experiências de desenvolvimento local demonstram que o bem-estar e a inclusão social não dependem tanto das potencialidades produtivas ou das estratégias empresariais para organizar os fatores produtivos de forma competitiva. Pesam mais as capacidades e as motivações humanas, o acesso à informação e à capacitação profissional e a forma como o tecido social é articulado no território, em ambientes democráticos e solidários dotados de maior consciência coletiva.<sup>26</sup> Nessas experiências, a democracia exemplifica-se como o aprendizado-chave para atingir os objetivos superiores da sociedade local.

Esse estado de consciência revela o modo de entendimento da realidade social, o sentido que damos às nossas ações e o que nos motiva e nos inspira. Reflete a qualidade dos relacionamentos entre atores sociais e as instituições públicas e privadas. O processo de desenvolvimento constitui um jogo de normas e valores que dependem de ações que tecem elementos da vida democrática a partir de emanções de mentes e de corações humanos. Por isso, os conteúdos dos arranjos institucionais - as motivações - gravitam tanto ou mais que os indispensáveis cálculos econômicos.

A democracia constitui valor e representa força motivadora à maior participação social, ao aumento de confiança e à ampliação do diálogo entre cidadãos, organizações e atores sociais. O termo valor refere-se às qualidades que fazem estimáveis algumas realidades. Os valores operam como princípios e passam a regular as condutas, orientando as ações das pessoas e dos agrupamentos humanos. Eles existem na interioridade pessoal e são mentores do comportamento e da vida consciente. Geram ações intencionais para o alcance dos

<sup>26</sup> Não basta, portanto, valorizar o potencial e as vocações produtivas do território local para gerar oportunidades de desenvolvimento econômico local.

objetivos. A objetividade - por exemplo, para o alcance do amor pela liberdade, pela igualdade e pela justiça - não pode ser negligenciada, por ser fundamental à vida político-cultural-democrática.<sup>27</sup>

Não importa o quanto nossos sistemas legais se avaliem democráticos ou modernos e quanto nossas instituições e representações se considerem democráticas. A sociedade esperançosa, confiante, sustentável e livre pauta-se no diálogo, na confiança e no pensamento que se faz acompanhar de sentimentos democráticos. Muitos reagem aos relacionamentos de subalternidade com atitudes agressivas. A confiança possibilita a comunicação com fluidez, conferindo um senso de proximidade. Sem essa confiança, o conteúdo da solidariedade enfraquece-se, dando lugar ao ressentimento, à frustração e ao abandono das responsabilidades sociais por parte dos segmentos excluídos.

Não é suficiente o cultivo dos valores democráticos para a resolução dos problemas sociais. A sociedade sustentável depende muito do modo como se encara a vida social. Há outros elementos a exigir todo empenho: a) operar com planejamento participativo; b) estabelecer articulação interinstitucional; c) fazer alianças e compromissos; d) acessar conhecimento tecnológico; e) formar capital humano; f) assegurar serviços de apoio e financiamento; e g) acessar informação, etc. Faz-se indispensável, ainda, identificar a qualidade da relação da vida espiritual com as outras dimensões social, cultural, biológica e institucional, tendo em vista os arranjos constituintes da vida em sociedade.

Em uma perspectiva tradicional, os processos de desenvolvimento local ocorrem em ambientes territoriais caracterizados pela desigualdade e pela fragmentação social. São induzidos por energia competitiva, que enfraquece a solidariedade gerando campo fértil aos conflitos entre atores e

<sup>27</sup> Vale a pena viver e morrer por esses valores.

comunidades, a exemplo do atendimento de demandas não negociadas e não prioritárias aos interesses sociais.<sup>28</sup> Para fazer o desenvolvimento sustentável, o que mais importa é a formação da consciência social, que emerge no sentir, no pensar, no perceber e no compreender as pessoas, assim como no falar aos outros fazendo uso inteligente da palavra, estimulando a discussão e a manifestação livre das demandas, em nuances de sentimentos, intenções, percepções, motivos e atitudes, elementos que conformam os consensos.

Na palavra há o significado emocional que cria a proximidade e estabelece a comunicação. Alavanca a democracia com diálogo e participação. "O diálogo entendido como a capacidade de criar confiança ativa por meio de uma avaliação da integridade do outro".<sup>29</sup> Quando associado à ampla participação, proporciona a democratização da democracia. Por isso, a importância de cultivar a sensibilidade democrática e, partindo dela, construir ambientes comunicativos e instâncias deliberativas, a exemplo dos conselhos municipais, das alianças e das redes sociais, que vinculam os diferentes atores, organizações e comunidades.

As características dos vínculos, a qualidade das trocas e dos contatos que se estabelecem entre os membros de uma sociedade local - os atores do território - facilitam o conhecimento das relações cotidianas, dos interesses, das normas sociais, dos padrões coletivos de pensamento, sentimento e ação, e, ainda, direcionam a clara leitura dos comportamentos e dos respectivos processos de desenvolvimento.

Esses aspectos intangíveis - sentimentos, emoções e ações impulsionadas pelos pensamentos coletivos - são elementos essenciais e construtores do real democrático e têm sido

<sup>28</sup> Conforme o Dalai Lama, op. cit., 2000, "não temos meios de distinguir entre o certo ou o errado se não levarmos em conta os sentimentos e os sofrimentos dos outros".

<sup>29</sup> Anthony Giddens, op. cit., 1996.

subestimados nos programas de desenvolvimento. Esses elementos estimulam os relacionamentos de confiança que definem as verdadeiras parcerias, que ampliam e fortalecem a capacidade e a vontade das pessoas e das organizações de trabalhar e definir juntos os objetivos comuns. A confiança coletiva é construída nas relações justas e solidárias e em práticas responsáveis nas esferas do poder, o que aumenta a credibilidade das instituições.

O desenvolvimento local sustentável não pode ser construído sem produzir mudanças significativas na malha institucional.<sup>30</sup> Requer mais do que esforços de planejamento participativo. É exigente quanto a: a) inovações tecnológicas; b) articulação produtiva do tecido empresarial; c) acesso a fontes financeiras; d) sistemas de informação; e) capacitação em gestão social, financeira, ambiental e empresarial; e f) mecanismos de controle social das políticas públicas. Carece de um tecido social articulado e cooperativo e de valores e mecanismos democráticos que promovam a confiança ativa e a cooperação entre cidadãos, atores sociais, agentes econômicos e comunidades, implicando uma concepção de capital social.<sup>31</sup>

O capital social promove condições emocionais e afetivas e organiza as estruturas dissipativas com relacionamentos de confiança e solidariedade. Assim concebido, o capital social é recurso indispensável e eficiente aos problemas da pobreza, do desemprego, da exclusão e da deterioração ambiental.

A educação e o capital humano melhor qualificados restauram a solidariedade, a consideração, promovem a institucionalidade - com relacionamentos recíprocos e interdependentes - e aumentam a força social.<sup>32</sup> A força social é promotora da

<sup>30</sup> As decisões decorrentes do poder formal das instituições representativas da democracia liberal não são adequadas à colaboração social e à confiança.

<sup>31</sup> As decisões da democracia liberal, combinadas com competição, escondem complexos cálculos de interesse.

<sup>32</sup> Em convênios formais não é possível estimular e desenvolver forças sociais que o desenvolvimento sustentável requisita.

democracia participativa, da aceitação das normas e dos valores e da responsabilidade, da confiança e do comprometimento sociais.

O capital social e o capital humano são instrumentos da democracia para a transformação de um território. Está no nível de organização; na articulação do tecido social; no cidadão informado, motivado e consciente; na cidadania *empoderada* pelo conhecimento e pela informação; e na rede de atores trabalhando de forma conjunta e solidária em uma perspectiva sustentável. Promovem ações similares a uma inovação tecnológica, gerando produtividade e competitividade.<sup>33</sup>

<sup>33</sup> Carlos Júlio Jara, *Planejamento dos processos de municipalização*, IICA/Prorural, 1998.



## Reforma do Estado e nova institucionalidade para o desenvolvimento sustentável<sup>1</sup>

*É possível transformar a maneira de viver. Penso que é uma transformação que não exige a mudança do ser humano, senão a cultura, e para isso temos que mudar nossos desejos. Não é de um ser humano novo o que necessitamos, mas de uma mudança cultural. A mudança cultural passa pela mudança no emocional. Penso que a oportunidade de mudança está na democracia. Uma vez iniciada a vida democrática, ela se estabiliza com sua própria realização. Cada vez que uma pessoa respeita o outro, obtém respeito; cada vez que ela aceita a legitimidade do outro, obtém legitimidade.*

Humberto Maturana

### 1 - Mudanças nas forças produtivas globais

Na atual trajetória científico-tecnológica, ocorre intensa transfiguração na sociedade, na economia, na cultura e na organização institucional. Como agentes dessa dinâmica unem-se a moderna tecnologia das comunicações (que transmite informações) e os modernos sistemas de computação (que processam essas informações) com características intempestivas, embora em caráter invasor silencioso.<sup>2</sup> As mudanças não se esgotam no campo da informática e da informação. Apresentam efeito

<sup>1</sup> Sinto gratidão e alegria pelos esforços de edição oferecidos por Verônica Morais.

<sup>2</sup> Consolida-se uma espécie de sociedade mundial da informática, dividida entre os "alfabetizados digitais", que vivem majoritariamente nos países industrializados, e os "analfabetos digitais", os pobres da informação, os carentes de sistemas modernos de informação e comunicação.

cumulativo na criação ampliada de novos produtos, novos processos e novas demandas, dando expressão a novos comportamentos sociais e à redefinição dos relacionamentos entre países, classes e grupos sociais.<sup>3</sup> Das novas formas de produzir resultam novas condutas e motivações e novos padrões de consumo.

*Nessa modernidade social, o setor de serviços passa a ser vanguarda e a principal força protagonista no movimento das economias.<sup>4</sup> O valor das coisas na vida humana e em suas relações passa por acelerada redefinição, tendo em vista o complexo processo de apropriação desses benefícios e a complexa pauta de habilidades e manejo requeridos para alocação socioeconômica nesse novo mundo. Os países com maior controle do conhecimento e da tecnologia - nova base de geração de riqueza - ganham destaque em detrimento dos que não têm acesso ao conhecimento e à aplicação deste à produção.*

## **2 - O Brasil no labirinto das mudanças globais**

O Brasil continental, país de muitas culturas, povos diversos cheios de esperança, de almas alegres, de futebol e carnaval, vive um acelerado e complexo processo de mudança e transformação. Decorrem da revolução científico-tecnológica global, sob novas forças produtivas baseadas no conhecimento e na informação.

Nesse cenário, o Brasil exhibe a polaridade de parte da população incluída nas benesses dessa nova civilidade, ao lado do expressivo segmento excluído. Com o consumo de um pequeno grupo de

<sup>3</sup> O caráter revolucionário chega ao conjunto de tecnologias da eletrônica, da robótica, e ao campo das ciências - biológica, genética, química e nuclear -, ampliando as fronteiras com novos materiais, processos e produtos descobertos a cada dia. Universaliza-se o conceito de que tudo pode ser feito, deve ser feito e pode ser vendido.

<sup>4</sup> O trabalho manual não pode mais competir com o trabalho qualificado baseado no conhecimento. Os tradicionais fatores de produção - terra e trabalho - ocupam cada vez mais um papel marginal.

empresários, *managers*, e de uma proporção de consumidores privilegiados, ocorre a reprodução econômica desse processo, resultando no aprofundamento das desigualdades sociais.

Os excluídos - os beneficiários passivos do Estado - habitam-se ao assistencialismo, e com isso desperdiçam as energias inerentes à cidadania. A exclusão significa não pertencer a uma comunidade política, não ter direitos de cidadania e ser pobre em termos materiais, em situação social de carência, sem oportunidades de renda e emprego, associada à falta de esperança e liberdade.<sup>5</sup>

A exclusão consiste no descarte pelos setores produtivos do trabalho dessa população, ao mesmo tempo em que não há políticas públicas com metas para superar as condições adversas que afetam suas vidas.<sup>6</sup> A população excluída consta nas ações públicas como clientela que se enquadra em critérios de carência e não como sujeito de direito. No cotidiano dos excluídos, sobrepõem-se a apatia, a descrença no futuro, ressentimentos sócio-étnico-culturais e falta de participação, que se convertem em violência e em outras manifestações de miséria humana.<sup>7</sup> O delito cresce como alternativa de vida, enquanto se debilita a coesão do tecido social.

Esse quadro tende a agravar-se com a crescente interdependência entre o modelo econômico brasileiro e o sistema econômico mundial. Para que se vislumbre o desenho de novos caminhos e alternativas, faz-se urgente a reflexão desse desenvolvimento, que não inclui a dimensão qualitativa da vida

<sup>5</sup> Sonia Fleury, *Política Social, Exclusión y Equidad en América Latina, en Estado y Exclusión*, Nueva Sociedad, 1998.

<sup>6</sup> A crescente violência no Brasil desafia os relacionamentos de convivência, aumentando o antagonismo no ordenamento social. Permeia cada vez mais a competição entre os pobres por oportunidades socioeconômicas e cresce como código de comunicação destes com o conjunto da sociedade, tornando-se brutal em relação às mulheres e aos segmentos urbanos mais pobres.

<sup>7</sup> Seres humanos que ganham, em média, R\$ 131 por mês. Deles, 45% vivem no Nordeste. A cada 100 nordestinos, 39 são miseráveis; 47% da população do Ceará é miserável e sobrevive de atividades precárias, os chamados "bicos".

social e ignora as diretrizes e os compromissos de governos assumidos nas conferências globais da última década.

Para superar a condição de polaridade social, tem-se de optar pelo desenvolvimento humano, e isso depende da redefinição da relação estado-sociedade, cabendo o alerta para essa empreitada às lideranças políticas e sociais e à intelectualidade, no compromisso com a promoção efetiva do segmento populacional excluído, que vive impossibilitado de ascender. Esse segmento é forçado a sobreviver no chamado setor informal, no subemprego (atividades de baixa qualificação), em condições precárias de trabalho. Essa realidade da pobreza, combinada com a exclusão política, é injusta e perigosa.

O Estado ocupa-se, cada vez mais, com as variáveis macroeconômicas, que - na globalização - são determinadas em interdependências fora das fronteiras nacionais. Nesse marco, a capacidade de influência da sociedade é reduzida. Os estudos mostram que a economia globalizada, sem normas que regulem a integridade social, gera condições de extrema concentração de riqueza e enormes desigualdades.

### **3 - A redefinição do Estado capitalista**

Observa-se que a pauta da reforma do Estado se adequa ao figurino neoliberal e constitui outra demanda dos organismos internacionais. Não tem o propósito de melhorar o desempenho do Estado no sentido de adequá-lo ao necessário desenvolvimento da sociedade.

Importa entender a dinâmica do Estado capitalista atuando em favor dos interesses da totalidade do capital, mas com destaque aos interesses das classes hegemônicas. Daí essa atuação parecer contraditória, por constituir espaço de disputas.

As políticas e as formas de intervenção na sociedade e na economia revelam-se mediatizadas pelo jogo político e pela participação de diversas classes sociais. Os governos - que operam como pilotos conjunturais - no processo de tomada de decisões, ao promover os interesses da burguesia, incorporam demandas do movimento social e da sociedade civil organizada em proporções que se ajustem à conjuntura.

O Estado constitui a organização do poder político em sua realidade objetiva. É uma entidade em processo de ajuste, conforme a correlação das forças político-sociais; é equipado de malha institucional e organização interna que harmonizam os interesses divergentes; e é dotado de instrumentos que lhe permitem intervir na sociedade.<sup>8</sup>

A revolução científico-tecnológica já mudou a forma de produzir e de organizar a produção.<sup>9</sup> Grande proporção do desemprego atual decorre da reestruturação produtiva exigida pela concorrência da economia aberta e internacionalizada.<sup>10</sup>

<sup>8</sup> Anterior à reforma do Estado, é conseqüente avaliar os antecedentes histórico-sociais tendo em vista o processo de ajuste às mudanças que ocorrem nesse contexto.

<sup>9</sup> A época da produção em massa - o chamado "fordismo" - está quase superada. Continua em crescimento o processo de urbanização, mas o setor industrial não pode oferecer maiores oportunidades de emprego estável.

<sup>10</sup> Antes o Estado era o condutor e o promotor do desenvolvimento econômico, impulsionando os processos de industrialização e de modernização da agricultura. Partindo de uma perspectiva centralizadora e tecnocrática, o Estado assumiu o papel de articulador e organizador da sociedade e da economia. Importa lembrar esse momento histórico qualificado como "milagre econômico brasileiro", que teve seu auge no início da década de 1970.

A intervenção centralizada do Estado foi determinante no processo de industrialização, no crescimento do setor de infra-estrutura, empregando diversos instrumentos que promoveram a acumulação do capital; sustentou elevadas taxas de crescimento com endividamento externo e evitou alterações nas taxas de câmbio, juros, emprego e salários reais. Realizou poderoso esquema de investimentos públicos e subsidiou o setor empresarial privado.

As transformações no contexto mundial, com a crescente interligação e interdependência entre as economias nacionais e o mercado mundial, determinam que o Estado opere, cada vez mais, como uma espécie de intermediário entre as forças externas e as nacionais. Com esse novo papel, o Estado vem reduzindo a capacidade em responder às crescentes demandas sociais, bem como às pressões dos atores econômicos domésticos, com exigências incompatíveis com a lógica do mercado global. Configura-se assim o afastamento social do Estado em seu espaço territorial, gestando-se uma crise de governabilidade em face da incapacidade em atender aos requerimentos socioeconômicos internos.

A época pós-moderna e pós-industrial baseia-se na informação, no conhecimento, na organização produtiva - a competitividade - e na demanda flexível. Flexibilidade no movimento dos atores econômicos, dos fluxos financeiros, nas relações trabalhistas, nas formas de produção e na inovação do aparelho produtivo em face das demandas do mercado.

A dinâmica da flexibilidade permite o rápido movimento dos atores econômicos e das grandes empresas transnacionais, prescindindo da mediação do Estado desenvolvimentista<sup>11</sup> no papel de articulador. As políticas de abertura ao mercado global destroem o velho muro do protecionismo industrial, ao

O Estado brasileiro teve uma presença crescente na economia e passou a assumir, diretamente, funções produtivas e de serviços. Na estrutura da esfera pública foram criadas muitas empresas estatais, consolidando-se uma forma de Estado altamente centralizado e integrado por funções burocráticas. Foi o momento da implementação da estratégia de modernização conservadora da agricultura que consolidou um modelo de grandes complexos agroindustriais, desenhando a verticalização da produção agropecuária. Foi também a década da expansão da fronteira agrícola, que promoveu um grande processo de valorização de terras em todo o Brasil.

<sup>11</sup> Esse Estado desenvolvimentista foi o motor do crescimento econômico e a principal instância integradora da sociedade brasileira.

mesmo tempo em que as políticas sociais são restringidas e desvalorizadas. Isso impacta de forma dramática na organização social do país, que já exhibe uma das maiores desigualdades do mundo.

#### **4 - Estado e acumulação de capital**

Nesse novo contexto mundial, os países avaliam suas perspectivas de crescimento e acumulação de capital atuando de forma competitiva na esfera do mercado internacional, o que supõe esforços extraordinários para melhorar sua eficiência produtiva. Todos procuram implantar estratégias integradas de modernização visando alcançar o maior nível de rentabilidade e competitividade.

Isso requer um processo de modificações sem trégua: a) nas formas de produzir e comercializar; b) na adoção de tecnologias de ponta; c) no controle de qualidade; d) nos novos arranjos institucionais, públicos e privados; e) na legislação trabalhista - tendo em vista as estruturas produtivas descentralizadas e a cultura empresarial voltada para a aprendizagem contínua, gerenciada por organizações flexíveis, aptas a processar informações, gerar conhecimentos e aceitar desafios. O Estado deve incumbir-se de soluções e ajustes afins, buscando dar funcionalidade a essa reestruturação. Este constitui o nicho esperado da contribuição do Estado.<sup>12</sup>

A instalação desse novo sistema global, que se manifesta na reestruturação produtiva e na integração de espaços econômicos, implica também a fragilidade do papel intervencionista do Estado. Esses elementos levam à reflexão sobre quem - setores, atores, instâncias - vai financiar, e gerenciar o processo de

<sup>12</sup> Ao mesmo tempo em que é acusado como problema por alguns reformadores e defensores do livre mercado.

desenvolvimento.<sup>13</sup> A resposta implica uma tomada de posição da sociedade ante o papel do Estado e em face do processo econômico. Por isso, a necessidade de adequar a estrutura da institucionalidade pública às novas dinâmicas nacionais e globais. Isso significa transformar o estilo de governo e as práticas da gestão pública.

Os programas de estabilização macroeconômica dos países latino-americanos - essa cadeia quase interminável de ajustes socialmente patológicos - inserem-se em uma estratégia global de reestruturação produtiva e integração nacional e regional. Sob o esquema de abertura comercial e completa mobilidade do capital financeiro, redefinem-se as articulações externas desses países em relação ao sistema produtivo mundial.

Esses programas vêm determinando as iniciativas de reforma política e institucional. O problema é que essas reformas vêm sendo sugeridas pelo próprio Estado, que não se dispõe a redefinir sua estrutura e função - desfazer sua forma convencional - para fazer outra que inclua uma agenda social para manter a estabilidade política e a governabilidade.

## 5 - Ajuste estrutural e reforma do Estado

A crise do modelo de desenvolvimento constitui também uma crise do Estado desenvolvimentista nas dimensões fiscal, funcional e administrativa. Desde meados dos anos 1980, constata-se que além de ajustes estruturais para a inserção nos processos globais e para recuperar o processo de crescimento econômico fazia-se necessário, também, *reformular* o Estado

<sup>13</sup> A queda e a redução das fontes externas de financiamento foram uma das causas determinantes da insignificante *performance* econômica dos primeiros anos da década de 1990. A resposta foi ajuste recessivo, políticas internas para o desaquecimento da demanda e redução do investimento público e de gastos sociais. O ajuste estrutural levou ao aumento do desemprego, à queda dos salários, a uma maior desigualdade social e ao aumento da concentração da renda.

para ajustá-lo ao novo contexto. Esse ajuste consiste em medidas - redução da folha de pagamento, controle dos processos de endividamento, racionalização do gasto público, privatizações, etc. - vinculadas às recomendações dos organismos financeiros multilaterais.

Surgem os questionamentos sobre: a) que tipo e que aparelho de Estado são necessários para que o Brasil se adeque a esse novo contexto; b) que tipo de institucionalidade e quais instrumentos são necessários para assegurar intervenções do Estado na mediação entre os imperativos do crescimento econômico, da equidade e das necessidades de desenvolvimento sustentável.

A combinação de certos fatores - como mudanças nos sistemas de produção, esgotamento dos modelos de crescimento econômico, a pesada dívida externa, a ineficiência e o grande tamanho da máquina burocrática, e a globalização econômica e financeira, etc. - condiciona a reforma do Estado. O conceito de modernidade e os valores de mercado resultam insuficientes para orientar o rumo e o sentido da reforma.

No pensamento progressista, o desenvolvimento de um sistema democrático e participativo é condição fundamental para o eficiente desempenho de sistemas modernos e abertos de produção e comércio.<sup>14</sup> Cada país expressa suas próprias especificidades, sua trajetória histórica, sua estrutura social e contradições, sua identidade cultural e vínculos externos, que

<sup>14</sup> O modelo de Estado intervencionista, que centraliza e assume o controle dos processos econômicos e orienta o rumo da economia, tinha necessariamente de mudar. Essa necessidade de mudança confirma a tese de Karl Marx. De acordo com o princípio fundamental do materialismo histórico, quando as relações de produção - a forma como a sociedade se organiza para produzir - se tornam obstáculo para o desenvolvimento das forças produtivas - a nova situação científico-tecnológica -, surge uma situação revolucionária que precisa urgentemente de resolução, mediante a transformação da chamada superestrutura política, estimulando o nascimento de uma nova institucionalidade.

definem as particularidades do Estado. Esses parâmetros deveriam orientar os processos de reorganização institucional e reforma do Estado na concepção do desenvolvimento humano. Mas é o conceito de sustentabilidade que vem norteando a reorganização da sociedade, colocando o homem-cidadão no coração das mudanças. Nesse sentido, a reforma do Estado é construída a partir de um projeto de sociedade com desenho de futuro pautado em valores éticos, em mecanismos de democracia dialógica e em parcerias do Estado com a sociedade civil, abrindo espaços aos novos movimentos sociais. Essa forma democrática extrapola os interesses dos partidos políticos e desencadeia a reforma ao criar instituições que operem com flexibilidade e transparência, possibilitando à sociedade civil organizada acompanhar e avaliar o rumo e o impacto das reformas.

Faz-se necessário criar nova institucionalidade para acompanhar a transição para um modelo de sociedade sustentável, criando condições políticas adequadas à abertura democrática, ao diálogo, à disponibilidade de informações e definindo acordos estratégicos que incorporem os atores sociais e políticos para liderar projetos que indiquem os rumos da reforma do Estado.

Supera-se assim o reducionismo e a tendenciosidade das representações tradicionais, sedimentadas nas localidades, que ainda dominam a fechada cultura partidária.<sup>15</sup> Nenhum ator ou grupo social dominante pode atribuir a si mesmo o direito de definir o caminho da reforma do Estado. A reforma deve ser concebida dentro de regras estabelecidas em contrato social negociado, em consonância com as normas estabelecidas na Constituição. A situação apresenta-se contraditória. O mesmo processo de ajuste e de modernização que exige a reforma do Estado pautada na democratização da sociedade exige também que o Estado articule e oriente legalmente o processo de mudança institucional.

<sup>15</sup> Esse estilo de gestão política traduz a imagem de um lobo administrando um rebanho de ovelhas.

## 6 - O Estado mínimo neoliberal

O neoliberalismo reapareceu como resposta empresarial contra a crise fiscal do Estado e, por isso, sempre levantou a bandeira dos cortes nos gastos sociais e nas despesas públicas. Observa-se em quase toda a América Latina que os processos de reforma do Estado vêm sendo dominados por pensadores neoliberais que demandam a presença de um Estado não intervencionista como condição indispensável à consolidação dos processos de reforma econômica e de abertura do mercado.

O mercado livre, na concepção de alocar melhor os recursos para gerar maior rentabilidade, vem usando por parâmetros as medidas de ajuste fiscal, a liberalização do comércio, as privatizações das empresas estatais, a desregulamentação, etc.<sup>16</sup> Essas reformas vêm sendo implementadas para possibilitar o nascimento de uma nova economia, tendo-se por pressuposto a eficiência do capital privado.

Esse processo vem sendo dominado por economistas que não se preocupam com as questões sociais e, pior, ignoram a pauta dos atuais compromissos globais para a sustentabilidade sócio-ambiental-cultural-econômica do desenvolvimento. Esses economistas afirmam que a sociedade como um todo deve ser competitiva no mundo globalizado, sem compreender que o fortalecimento da capacidade de competir - requisito nos programas socioeconômicos - tem o caráter de despolitizar a economia e, em decorrência, alienar a vida social.<sup>17</sup> A cultura da competitividade também exclui a necessária cooperação para a nova institucionalidade, que deve moldar as novas relações de poder em uma democracia participativa.

<sup>16</sup> Baseados no modelo econômico neoclássico e atuando dogmaticamente, os neoliberais argumentam que o mercado produz a melhor alocação dos fatores de produção e que as intervenções públicas, além do monopólio do poder coercitivo, resultam perniciosas. Assinalam que os mercados devem ser deixados livres porque podem fazer o melhor.

<sup>17</sup> No capitalismo liberal não existe espaço para um Estado benevolente e intervencionista.

Há consenso de que o Estado estava "inchado" demais e que seus serviços careciam de produtividade e eficiência. Mas na atual conjuntura ressalta a confusão entre "Estado mínimo" e "debilidade". A atual formação do Estado mínimo restringe suas ações à proporção que reduz seu tamanho, por exemplo, ao enxugar a folha de pagamento e nas propostas de alívio da crise fiscal.<sup>18</sup> Os gastos sociais são considerados pesado fardo, por concorrerem com investimentos para o crescimento econômico que, supostamente, geram o bem-estar social como subproduto.

Os pensadores neoliberais têm razão ao apontar a distorção do Estado eficiente e forte sendo dominado pelo particularismo de interesses privados, quando o Estado liberal deve ser forte para responder às pressões econômicas e sociais em defesa dos interesses gerais da sociedade. Mas evidencia-se que o objetivo de minimizar as pressões dos atores econômicos dominantes, que distorciam o livre movimento do mercado, está associado em limitar ao máximo a expressão das energias políticas coletivas.<sup>19</sup>

O Estado mínimo da atualidade vem apresentando problemas de legitimidade política e de credibilidade. O expurgo do poder dominante no Brasil, que é exercido de maneira explícita sobre a sociedade - o Estado cooptado, autoritário e desenvolvimentista -, não consegue filtrar a prática do "patrimonialismo", expressa na incapacidade ou no

<sup>18</sup> O modelo que vem orientando a reforma da institucionalidade pública foi o do Estado mínimo, que abandona a atividade produtiva, mas assegura os direitos de propriedade. Um Estado que se ocupa de reduzida gestão econômica, enquanto executa políticas compensatórias que amortecem os impactos sociais dos ajustes.

<sup>19</sup> Na prática, as reformas vêm possibilitando a transferência de patrimônio público aos grupos com maior poder de barganha, aumentando o enriquecimento destes. Com isso aumentam as distorções relacionadas à distribuição de oportunidades, de renda e de benefícios sociais para a maioria da população brasileira, já espoliada em abusiva dívida social.

comprometimento dos políticos em distinguir entre o patrimônio público e o privado - o uso privado da coisa pública.

Constata-se que o neoliberalismo não incorpora a preocupação da crise de legitimidade apreendida nas crescentes expectativas e demandas populares sem que os governos tenham condições adequadas de atendê-las. Observam-se os duros cortes no gasto público exigidos pela "modernização do Estado", o que reduz a capacidade pública de presidir um projeto de desenvolvimento sustentável.

A política social é convertida em instrumento amortecedor dos conflitos de distribuição, da própria crise social gerada pela economia de mercado. Deixa-se de valorizar o papel estratégico das políticas sociais como vetores da reorganização social para a sustentabilidade dos processos de desenvolvimento econômico. Por isso persistem os múltiplos conflitos distributivos, com crescente polarização social, o que enfraquece a vida democrática.

As políticas públicas devem configurar a resultante do jogo das forças sociais internas nas estratégias e nas variáveis que expressam as contradições sociais. Assim, qualquer esforço realista em minimizar as polaridades exige repensar o modelo de desenvolvimento e a reforma institucional. O Estado deve atender às comunidades pobres e aos pequenos agentes econômicos, mesmo não se tratando de atividades econômicas competitivas, em suas demandas e no direito ao desenvolvimento humano. Sem esse cuidado, os grupos sociais excluídos tendem a compor uma força em movimento desestabilizador, fermento das políticas populistas. Os condicionantes externos que promovem drásticas reduções na capacidade social do Estado terminam por ameaçar sua integridade. O Estado carece de legitimação, o que não consegue com as limitadas funções de polícia, repressão, educação e saúde de baixa qualidade, saneamento básico insuficiente, etc.

Há evidências de resultados de reformas do Estado, sob critérios de integração dos países à economia mundial, com o aumento da competitividade, da dinamização e da modernização econômica, o que significa o êxito do crescimento distributivo, em reforço à idéia do econômico como eixo da reforma do Estado.<sup>20</sup> Essas reformas não ampliam as funções e os investimentos em capital social.<sup>21</sup> A pobreza cresce mostrando novas configurações e urgência de soluções, sob os auspícios da concepção planetária de afirmação socioeconômica das culturas e das localidades, de forma que contribua com o melhor perfil à modernização sustentável dos países.

Perante os impactos sociais negativos gerados pela priorização do crescimento econômico, esse Estado visto como problema pode converter-se em solução no conceito de Estado "forte", capaz de representar o conjunto da sociedade e de articular as diversas forças sociais para a condução do processo de desenvolvimento.

O debate sobre Estado e mercado apresenta-se ideologizado e cheio de dogmatismo. A partir da desvalorização da institucionalidade pública, os pensadores democráticos questionam o que o Estado deve fazer para construir um novo projeto de desenvolvimento nacional e as funções socioeconômicas do mercado, tendo em vista a transição para um modelo sustentável de sociedade.

O Brasil contemporâneo precisa fazer uso da ampla experiência sobre o comportamento e os impactos do mercado externo na

<sup>20</sup> As falhas do esquema neoliberal estão levando a revalorizar o papel do Estado. As atuais barbaridades do mercado, particularmente dos mercados financeiros, tão "eficientes", podem destruir economias inteiras.

<sup>21</sup> Existem governos tão dogmáticos que continuam acreditando na eficiência do mercado e que, perante o fracasso das suas próprias políticas macroeconômicas, se vêem forçados a impor duros programas de ajuste, redução de gastos e aumento da arrecadação de impostos, dirigidos à recuperação da saúde financeira do Estado.

economia, colocando esse aprendizado na pauta da reforma do Estado. Os dirigentes públicos e as lideranças sociais carecem de maior esforço para internalizar a compreensão e o comprometimento para uma reforma eficiente do Estado, com o propósito do desenvolvimento humano e sustentável.

## **6 - Possibilidades institucional e administrativa do Estado**

A crise do Estado é também uma crise administrativa e institucional. Adam Przeworski (1998) argumenta que "a questão do Estado neoliberal ser ou não superior ao Estado intervencionista não pode ser resolvida em termos gerais, uma vez que a qualidade da intervenção estatal depende de um desenho institucional específico". Isso significa que a "intervenção estatal pode ser melhor que a não intervenção nos casos em que o desenho institucional permita que os governos intervenham na economia, que os políticos controlem os burocratas e que os cidadãos controlem os governos".

Espera-se construir uma institucionalidade pública eficiente e eficaz que responda às demandas sociais e seja instrumento de construção para um futuro justo e sustentável, ao proporcionar:

- a) que os mecanismos de participação social possibilitem aos grupos sociais historicamente excluídos influir na tomada de decisões, além de protegê-los de ameaças e revanches políticas;
- b) os espaços democráticos nos quais possam ser discutidos tensões e conflitos sociais derivados da crise econômica, e que sejam foros para formulação de propostas para dirimir as situações socioeconômicas críticas e imprevisíveis;
- c) que as instituições públicas sejam de todos e para todos, capazes com isso de valorizar e incorporar os movimentos sociais, em especial os interesses dos excluídos, resguardando-os de interferências das elites políticas e de pressões partidárias;

- d) que a administração pública descentralizada se efetive, ao superar o patrimonialismo e a corrupção;
- e) uma nova institucionalidade pública orientada pelo princípio de servir ao cidadão, ancorada na transparência, na sinergia, na informação, nas parcerias com a sociedade civil organizada, na autonomia, nos mecanismos de responsabilização (*accountability*), em veículos de comunicação democráticos, nas novas capacidades técnicas e gerenciais, e em estímulos à gestão social.

## 7 - Um novo contrato social para a sustentabilidade

Há necessidade de se construir novo contrato social entre o Estado e a sociedade civil que possibilite a inclusão dos novos atores sociais nos processos de formulação e implementação das políticas públicas. Isso traduz a necessidade de reformar a estrutura, o estilo de gestão e a qualidade da burocracia pública. As resistências às mudanças resultam em grande parte da desinformação, do desestímulo, da desconsideração e da falta de acesso a novas idéias e instrumentos de trabalho.<sup>22</sup> A burocracia não está "preparada" - não tem competência - para gerenciar a realidade, que vem mudando a largos passos. Isso faz que não sejam percebidas as necessidades da sociedade civil nem respondidas as expectativas dos cidadãos, em especial dos excluídos.

Tem de haver um esforço cívico-ético-formativo desses atores na busca de uma nova institucionalidade e na redefinição da administração pública, com uma burocracia que se adeque aos requerimentos do desenvolvimento sustentável.

No Brasil, há ambientes públicos que articulam um renovado discurso progressista, mas conservam a prática gerencial baseada

<sup>22</sup> As instituições públicas ainda operam como espaços nos quais prevalecem a vontade da autoridade central, ignorando as iniciativas que contestam os elementos de decisão. Esse esquema de administração burocrática expressa resistências a mudar conceitos e gestão.

nos vícios do patrimonialismo, do corporativismo e do neocoronelismo. E o desenvolvimento sustentável não pode ser construído com um material institucional velho, rígido, autoritário, desestimulante, corrupto, desqualificado e vulnerável.<sup>23</sup>

## 8 - Descentralização municipal do desenvolvimento

A história latino-americana e a brasileira mostram que sempre foram as classes dominantes e as elites políticas que exerceram e controlaram o poder político, cooptando o Estado, nos vários governos, para atender a seus interesses particulares.

O desenvolvimento econômico nacional ocorreu no sentido dos interesses das minorias privilegiadas.

Os governos oligárquicos e as ditaduras contribuíram para o crescimento dos segmentos burocráticos, aumentando desproporcionalmente o tamanho da máquina e fazendo da *res publica* um patrimônio quase fechado e instrumentalizado por poucos. As forças dominantes jamais permitiram introduzir mecanismos para o desenvolvimento da democracia participativa. Essa prática consolidou um padrão administrativo de tipo concentrador, clientelista e burocrático - a imagem de uma pirâmide rígida e autoritária.

O Estado centralista estabeleceu uma linha vertical de comando do centro para o interior e das capitais estaduais para o pequeno mundo municipal. Foram aplicadas normas relativamente homogêneas, ignorando as especificidades dos governos e das comunidades locais. Sob esse centralismo é que ocorreu a construção nacional do Brasil, a unificação do território e a integração dos setores produtivos, dinamizando os processos de modernização. Desafios tão grandes e complexos em um país

<sup>23</sup> A máquina institucional predominante consolidou-se, dando suporte ao modelo de desenvolvimento patrimonialista e autoritário.

continental não pode ser tarefa de estados ou municípios isolados, nem tarefa apenas da "iniciativa privada" - o mercado.<sup>24</sup>

Os governos locais são estruturados em um esquema piramidal, que reproduz o modelo jurídico-político do Estado nos moldes da administração pública central. A política centralizadora é impeditiva ao exercício consciente do voto e suprime ou sataniza a participação dos movimentos sociais. Como argumenta Martin Jara (1998), "o povo brasileiro vota, mas não elege". O sistema eleitoral não garante a representatividade responsável nem a transparência e a competência das autoridades eleitas, uma vez que estas exercem seus mandatos afastadas dos eleitores.<sup>25</sup>

A partir dos anos 1980, ganha corpo a redefinição do papel e do caráter do Estado nas políticas de descentralização, em consequência dos esforços nacionais de modernização produtiva; da estruturação de uma nova divisão internacional do trabalho; das pressões para atingir competitividade em um mercado global interdependente; e dos programas de ajuste estrutural e de estabilização.

Em vários países, esse processo de descentralização associa-se ao avanço dos processos democráticos, incluindo as lutas da sociedade civil e dos movimentos sociais em busca de participação na gestão pública. Essa descentralização é indispensável para iniciar processos de desenvolvimento local, com novas capacidades administrativas que permitam utilizar os recursos locais de forma mais eficiente e democrática.

<sup>24</sup> Foram construídos vínculos privilegiados entre as elites burocráticas e determinados atores privados. A centralização processa-se privilegiando os interesses econômicos em detrimento das demandas sociais, submetendo o gasto social aos critérios de rentabilidade privada.

<sup>25</sup> Somam-se a esse quadro as autoridades que são nomeadas, não eleitas, e que se fecham ao exercício da cidadania ativa; e as elites políticas e grupos econômicos que dominam de forma direta ou indireta a vida social e estendem seus vasos comunicantes, capturando o processo de tomada de decisões.

Os países latino-americanos vêm construindo uma gestão pública baseada no tratamento descentralizado das relações sociopolíticas e territoriais nas microrregiões e nos municípios. A implementação dessa estratégia tem produzido diferentes resultados, desde situações de estabilidade social até lutas e conflitos, dependendo da natureza das políticas e da correlação de forças nas articulações para a reforma e a modernização do Estado.

A descentralização visa reorganizar a gestão do Estado para aproximar os cidadãos, as associações e as organizações comunitárias dos poderes públicos. Fundamenta-se na observação de que a provisão de serviços públicos e a resolução de problemas locais específicos favorecem maior responsabilidade e comprometimento do governo (*accountability*), porque este opera próximo e junto da população, que se faz parceira, antes de se fazer atendida.<sup>26</sup> Constitui tarefa de longo prazo a construção de sistemas locais de governo capazes de formular respostas flexíveis e rápidas aos diversos problemas territoriais de longo prazo.

Há o pressuposto de que a proximidade da gestão descentralizada do governo local pode ser mais eficaz no julgamento das oportunidades e riscos; nos desafios e potencialidades; nos investimentos e distribuição dos benefícios; no crescimento e qualidade ambiental; e na participação e legitimidade. Permite avaliar se o desenho de políticas públicas pode ativar a transição para novos estágios de desenvolvimento humano com maior sensibilidade coletiva. Esse processo demanda novas competências, capacidades, recursos financeiros, modelos de gestão, instrumentos de planejamento e sistemas de informação e comunicação.

<sup>26</sup> Adam Przeworski, em *Sustainable Democracy*, Cambridge University Press, Cambridge, 1998.

## 9 - Descentralização e democratização

O debate sobre vantagens ou desvantagens da centralização e da descentralização diz respeito ao processo de democratização da sociedade e do Estado com vistas à distribuição do poder político. A democratização é colocada como processo de abertura da vida política, com isso se ganha maior legitimidade e interdependência, que possibilitam maior autodeterminação. A democracia deve significar a troca e a fusão de projetos com diferentes visões de futuro e que incorporem os objetivos dos diversos atores políticos e sociais.

*Democratizar* significa propagar o poder decisório na sociedade civil, o que abre espaços e renova mecanismos de diálogo e participação, tendo em vista preparar as pessoas para as responsabilidades da cidadania.<sup>27</sup> Merece atenção o fato de a *descentralização* gerar processos distributivos do poder com maior autonomia e valorização de gestão, aumentando as capacidades locais. Mas pode também reforçar o poder burocrático, fortalecer as elites locais, consolidar as velhas autoridades, aprofundar os relacionamentos de subalternidade e, em conseqüência, manter as desigualdades sociais e territoriais. Por isso é que a democratização, a descentralização e o desenvolvimento de capacidades administrativas precisam caminhar de mãos dadas.

Em países como o Brasil, é importante estruturar a democracia partindo das bases sociais antes de implementar as políticas de descentralização como forma de contra-restar as fortes resistências inerentes às relações autoritárias que ainda obscurecem o conteúdo e o significado das enormes brechas e desigualdades regionais na estrutura estatal, bem como de

<sup>27</sup> Como anota o pensador italiano Norberto Bobbio (1986) no seu *Dicionário de política*, "centralização e descentralização, mais que instituições, são fórmulas que contêm princípios e tendências, daí que dificilmente existem no Estado moderno de forma pura".

enfrentar as resistências à inclusão das classes populares na tomada de decisões e na gestão social.

Observa-se nas atuais propostas de descentralização a crescente expectativa dos atores sociais tradicionalmente excluídos de assumir papel de sujeito com direitos e de agentes de mudanças, reconhecendo-se atores sociais, com capacidade cidadã para reivindicar direitos por muito tempo reduzidos a meros enunciados formais.

Enfatiza-se que os movimentos sociais, os novos atores sociais e os excluídos devem ter participação na tomada de decisões, na gestão dos assuntos locais, na fiscalização e no controle das ações do poder público. Sérgio Boisier (1995) destaca: *Aos fundamentos econômicos atuais da descentralização (facilitar a competitividade) e aos seus fundamentos políticos (uma democracia mais participativa, maior autogestão, maior governabilidade e, sobretudo, maior protagonismo dos cidadãos) se agrega um fundamento sociológico: a mudança social como responsabilidade, não apenas de um só agente (o Estado, o partido, o proletariado, o empresariado), mas como responsabilidade societal, de todos, da sociedade civil.*

O foco é a *descentralização* que ocorre no processo de transferência da autoridade legal e política do governo central para o governo local, que fica autorizado a tomar decisões, planejar e gerenciar com autonomia um conjunto de funções públicas. Essa transferência de autoridade significa distribuição de poderes para possibilitar a democracia e os relacionamentos entre o Estado e a sociedade, fazendo que as autoridades locais fiquem responsáveis pelo cumprimento de suas novas funções.<sup>28</sup>

Tem de haver clareza sobre o porquê e para quem descentralizar. Descentralizar significa conceder autonomia para que as pessoas possam gozar de direitos e, em consequência, assumir deveres

<sup>28</sup> A descentralização diz respeito ainda a outro conceito de poder, o relativo às funções no interior dos territórios locais e às mudanças de procedimentos para o *poder* de revogar qualquer decisão.

proporcionais para construir a vida como cidadãos conscientes e aptos a influir nas decisões que modelam seus destinos. Essa concepção supera a gestão que resulta da autonomia concedida aos partidos estabelecidos, permitindo que instrumentalizem o poder, assim como contraria a autonomia que fortalece o poder dos grupos dominantes no uso arbitrário da autoridade e no tratamento desigual perante a lei.

*A desconcentração consiste em estratégia que delega aos atores públicos que exercem ações descentralizadoras o poder de impulsionar as novas formas e mecanismos locais de gestão com vistas a ampliar a participação dos cidadãos nas concepções, decisões, formulação, implementação e no controle e avaliação das políticas públicas. Trata-se de ação em essência acolhedora que amplia espaços para o diálogo público em favor da superação da pobreza.*

A desconcentração fortalece os vínculos entre os diversos atores sociais, com a vantagem de aumentar os mecanismos de cooperação e diálogo, além de proporcionar a representação direta dos interesses locais nas instâncias decisórias. Significa deslocar um conjunto de competências, atribuições e recursos do poder central para o governo local, que, por sua vez, aprende a compartilhar suas responsabilidades de gestor público com a sociedade civil.

Esse processo demanda o desenvolvimento qualitativo da organização popular e a construção de vínculos de cooperação, participação informada e maior clareza quanto à representação de interesses e quanto ao propósito e ao significado de democratizar a democracia.

Os processos de descentralização e de desconcentração democrática crescem em importância à medida que se fundamentam e se apóiam nas energias políticas de cooperação, confiança e participação social. As autoridades locais devem estimular a organização dos cidadãos, possibilitando que surjam

novas formas e práticas de participação, e devem abrir canais ao diálogo, à troca de idéias e às experiências a serem institucionalizadas.

Abrir a sociedade é permitir esse envolvimento social – sem a intermediação dos partidos políticos – a partir das próprias formas de organização popular, afiançando identidades e alimentando uma atitude social pró-ativa e propositiva.<sup>29</sup> A consolidação da descentralização e da desconcentração tem sua síntese no desenvolvimento do capital social, na formação do capital humano e no fortalecimento da organização comunitária, de acordo com os seguintes passos:

- a) melhoria da qualidade do associativismo como mecanismo que vincule os diferentes atores locais ao governo municipal;
- b) modernização da máquina administrativa do governo local;
- c) estabelecimento de sistemas de informação;
- d) oferta ampla e equitativa de educação e capacitação dos cidadãos;
- e) mobilização de energias políticas e de emoções coletivas dos excluídos;
- f) desenvolvimento da capacidade de planejamento participativo local a longo prazo;
- g) criação de mecanismos financeiros territoriais, com linhas de capital de risco e fomento;
- h) implantação de centros de apoio técnico, serviços e assessoria para as associações comunitárias e os assentamentos, etc.

Observa-se o desgaste das instituições com a perda da credibilidade, ao mesmo tempo em que as comunidades pobres desacreditam nas autoridades. Por isso é muito importante que o governo local abra sua gestão à participação e ao controle dos

<sup>29</sup> A organização social que transcende o comportamento tradicional, que se afirma em cobranças e denúncias.

cidadãos, incorporando à gestão pública os conceitos de transparência e responsabilidade. Essa nova gestão cria sinergias institucionais e complementaridade política, fazendo que a articulação governo-sociedade civil seja a estratégia de maior importância para um futuro sustentável local.

Um "município capaz, democrático, organizado e inteligente" é o resultado da eficiente gestão das funções técnico-econômica, ambiental, política, social e cultural, o que permite orientar as mudanças na direção de uma sociedade sustentável. As capacidades técnicas asseguram a formulação participativa de planos de desenvolvimento sustentável. O capital social garante a presença de um conjunto de vínculos solidários entre atores e semeia a sociabilidade. As capacidades políticas em instâncias de participação expressam os interesses, processam conflitos e acompanham planos e projetos. Capacidades administrativas gerenciam com eficiência o conjunto de atividades, serviços e processos indispensáveis ao desenvolvimento local.

## 10 - Uma descentralização conservadora<sup>30</sup>

Constatam-se formas de descentralização nas quais a transferência do poder ao governo local é quase restrita aos objetivos de reduzir os gastos públicos e aumentar a eficiência gerencial da máquina administrativa. Essas experiências são formuladas por economistas tecnocratas com uma visão contábil, o que limita as possibilidades de distribuição do poder.<sup>31</sup> Não propiciam mudanças nas relações entre o Executivo local, o sistema partidário e a sociedade civil organizada. Revelam uma

<sup>30</sup> Essas propostas de reforma institucional expressam uma abordagem simplista da realidade socioeconômica e política dos municípios.

<sup>31</sup> Essa descentralização decorre do pensamento neoliberal e não estabelece condições para o desenvolvimento da gestão democrática e participativa. Não promove a abertura de espaços às decisões, não se preocupa com o envolvimento de diversos segmentos sociais no processo de tomada de decisões e nem define novos relacionamentos entre o governo local e a sociedade.

orientação eminentemente gerencial, na qual a descentralização do poder e dos recursos para instituições de base local estimula e esconde uma espécie de privatização dos setores públicos.

Sob nova forma de captura privada da *res publica* - patrimonialismo travestido pelo mito da eficiência empresarial privada -, a rigidez do funcionalismo local é exposta quando da reorganização da produção e da distribuição de serviços públicos. Uma série de atividades é transferida para firmas ou consultores contratados; pesadas e onerosas rotinas burocráticas são reformuladas; e são feitos investimentos em recursos humanos estratégicos.

O poder local continua concentrado fazendo que o novo *gerencialismo* continue operando em benefício das minorias. Persiste a centralização decisória e financeira na esfera municipal; continua o processo de formulação de políticas públicas locais nos moldes particularistas e produtivistas; e persistem as políticas sociais locais, compensatórias e clientelistas, sem a participação das comunidades pobres na tomada de decisões.

São claros os efeitos dessa descentralização conservadora. Os processos de modernização e descentralização municipal continuam alimentando relacionamentos de subalternidade que reforçam a fragilidade da democracia. É mantida a cultura de cidadãos apáticos e passivos, ao mesmo tempo em que se consolida uma espécie de rigidez política na "flexibilidade empresarial". O risco é que governos locais eficientes tenham por "municípios" cidadãos indiferentes e apolíticos, permeáveis aos discursos que defendem e promovem processos insustentáveis de desenvolvimento.

Não são populares ou suficientemente democráticos os poderes locais que resultam da "descentralização", controlada em uma democracia pouco participa, sem legitimidade e representatividade; sem vínculos claros entre o eleitor e o eleito; e sem mecanismos de controle da prestação de contas da gestão dos governos. Esses poderes reeditam a política do passado, o

mando, o retorno aos novos coronéis e às influências dos "grandes homens" do município.

## 11 - Um novo município

Constitui oportunidade histórica no Brasil a possibilidade objetiva de a população pobre conquistar modos de vida mais justos, humanos e sustentáveis. Essa oportunidade está nos municípios, que se vêm convertendo em entidades que desfrutam de uma condição institucional privilegiada, com capacidade normativa e administrativa para definir sua própria legislação e organização interna em territórios descentralizados e dotados de autonomia para gerir seus próprios negócios.

Testemunhamos o surgimento de um novo município numa nova perspectiva de desenvolvimento local - registro de que a centralidade estatal cede caminho à organização social e à democratização local. O município vem destronando o tradicional Estado central (nacional), ao assumir-se como unidade básica de poder que facilita a participação das comunidades na tomada de decisões. O município representa a esfera de governo mais próxima da vida política do cidadão. É isso lhe atribui a responsabilidade de resolver os problemas locais articulados à provisão de serviços. Disso resulta uma nova consciência de cidadania capaz de mudar a atual lógica insustentável de desenvolvimento.

Essas mudanças possibilitam reduzir as desigualdades sociais, fortalecer a democracia participativa, distribuir o poder político, gerar oportunidades de emprego e renda e, ao mesmo tempo, sustentar os ecossistemas, dos quais a economia local depende. Esse novo cenário traduz a possibilidade de os territórios agirem com maior realismo com seus recursos e potencialidades, adequando as propostas e os projetos coletivos às prioridades definidas pela sociedade local.

Nesse cenário, há municípios fracos, desorganizados e vulneráveis. Está na Constituição a autonomia municipal e a descentralização do poder público, o que aproxima governantes e governados. Mas as transferências de responsabilidades para o governo local não vêm acompanhadas dos recursos materiais, institucionais e de adequada capacitação nas proporções necessárias. É freqüente a transferência de novas tarefas aos governos locais - carentes em capacidades gerenciais, informações e recursos técnicos e financeiros -, ao mesmo tempo em que os gastos sociais são reduzidos. Tal fato reforça a importância de se construir nova institucionalidade e nova cultura política baseada em novo emocional coletivo.

As pequenas instituições municipais revelam uma gestão precária centrada principalmente na administração de infra-estrutura e serviços básicos, por incapacidade de conduzir com eficiência seu processo de desenvolvimento. Esses municípios operam com instituições politicamente passivas e financeiramente subordinadas às instâncias centrais, restando-lhes pouca iniciativa em resposta às oportunidades externas, além de mostrarem limitada capacidade de entendimento do seu contexto. É flagrante a crise de gerenciamento na maioria dos municípios brasileiros, sendo mais grave nessa época de rápidas mudanças.

## **12 - Nova institucionalidade**

As instituições constituem os recursos organizacionais que oferecem certa regularidade e relativo ordenamento às intervenções e aos processos de desenvolvimento. Elas orientam os sujeitos e os atores sociais a caminhar e a comportar-se dentro de certa lógica e racionalidade. Apontam do rumo incerto à direção da equidade social, da sustentabilidade ambiental, do bem-estar econômico, da democracia política e do respeito à identidade cultural. A sociedade sustentável requer um marco institucional

apropriado para conduzir e sustentar os processos de mudanças do desenvolvimento.

Há instituições formais com funcionamento ordenado por um conjunto de normas que condicionam comportamentos, estruturam relacionamentos e orientam os procedimentos. São estruturas que se ajustam sob a orientação de leis, regulamentos, contratos e convênios, ao mesmo tempo em que operam como organizações orientadas para finalidades específicas.

De outro lado, há instituições fundadas nos costumes que condicionam condutas sociais por meio de valores compartilhados, práticas tradicionais e acordos tácitos.<sup>32</sup> Essas instituições implicam regras que delimitam as condutas de um domínio, dando lugar e regularidade de atuação.<sup>33</sup>

Esse conceito leva ao desafio de estimular o desenvolvimento sustentável em escala territorial, a partir de novo ambiente institucional descentralizado e moderno que possibilite:

- a) o fortalecimento da autonomia sociopolítica e econômica municipal;
- b) o fortalecimento dos vínculos rural-urbano;
- c) a gestão racional dos recursos naturais;
- d) a promoção de relacionamentos associativos entre o governo local e a sociedade civil.

A dimensão institucional assume importância estratégica no processo de democratização, descentralização, modernização e transformação produtiva. É nessa dimensão que se colocam as disputas no poder local - incrustadas de práticas tradicionais,

<sup>32</sup> Por exemplo, a "usura" é uma instituição no meio rural. Trata-se de uma rede de intermediação financeira informal com agentes que bancam serviços creditícios para financiar custos de produção e necessidades de consumo doméstico.

<sup>33</sup> Conforme A. Schejtman, op. cit., FAO, 1999.

como o clientelismo - quando da tomada de decisões, com grupos sociais expressando interesses diferenciados.<sup>34</sup>

O desenvolvimento local sustentável não se realiza exclusivamente mediante mecanismos institucionais formais, que compreendem um conjunto de valores, práticas políticas, condutas sociais, etc.

O território municipal é a unidade de atuação dos processos de desenvolvimento sustentável, o marco no qual os interesses são processados, as prioridades são definidas e as alternativas de solução são negociadas. A execução eficiente e exitosa desses elementos vai depender em grande proporção do sistema institucional, público e privado, significando um esforço de ajuste entre a necessidade de reforma institucional e a redefinição da estrutura burocrática. Isso implica a definição de novos papéis e a mudança de atitudes e comportamentos. É necessário para isso prover as instituições de instrumentos de gestão: a) sistemas de informações; b) capacidade de planejamento estratégico; c) espaços de interaprendizagem; d) geração de uma cultura de consenso; e) favorecimento de vínculos associativos entre atores; f) incremento da participação; g) compartilhamento do poder; h) democratização das decisões; i) fomento da responsabilidade (*accountability*); j) prestação de contas para conseguir legitimidade, inteligibilidade e transparência.

### **13 - Amor político e nova institucionalidade**

A nova institucionalidade municipal implica novos relacionamentos, pactos e vínculos adequados à transição para um padrão sustentável de desenvolvimento. Essa institucionalidade tem de estar imbuída de armação para dar suporte ao modo almejado de viver na sociedade local e para promover o desenvolvimento local sustentável.

<sup>34</sup> Carlos Jara, IICA, Prolocal, Equador, 1999.

As reformas em qualquer esfera institucional têm de pautar-se em princípios. Os princípios da sustentabilidade - democracia política, equidade social, bem-estar econômico, conservação ambiental, diversidade cultural e liberdade espiritual - devem orientar os esforços de mudança institucional. Precisamos de um marco referencial, uma "visão comum" que norteie os processos de mudanças nas relações entre atores e sujeitos sociais.

Esses princípios devem estar na base da reorganização do Estado e marcar o funcionamento do novo estilo de intervenção econômica e social para a conquista da sustentabilidade. A nova institucionalidade deve viabilizar adequada descentralização política, financeira e técnica das ações do governo local para favorecer os processos decisórios sob base participativa, transparente e com controle público. É necessário que seja relativamente unificada para ser capaz de harmonizar competências e objetivos e para evitar paralelismos e obscurantismo de ações.

Uma reforma organizacional é adequada quando combina elementos de flexibilidade, autonomia, competência, credibilidade, honestidade, participação, responsabilidade, sinergia, parceria, integração, compromisso, cooperação, confiança, informação, motivação e permanente atualização.

A participação social é fundamental para que se consolide uma gestão institucional democrática que oriente ao fortalecimento da cidadania. No exercício da gestão institucional, consegue-se capacitação, empoderamento, organização, informação e motivação, resultados que podem vir a ser mais importantes que os produtos da administração pública. Isso permite que a cidadania acompanhe e seja informada dos problemas, dos êxitos e dos processos.

O direito a ser informado sobre as questões locais estratégicas, em sua amplitude e significado, fortalece o exercício da cidadania, que é viabilizada em meio à honestidade.

Por exemplo, a honestidade promove transparência, fazendo que as autoridades locais tornem públicas as tarefas e as atividades relacionadas à gestão municipal. A honestidade, por outra parte, só reforça a credibilidade do governo local quando há transparência, ou seja, quando os cidadãos tomam conhecimento dos relacionamentos entre governantes e governados.<sup>35</sup>

O cidadão pode ser, ao mesmo tempo, pequeno produtor, membro de uma associação, eleitor, contribuinte, consumidor, representante de uma comissão, ficando claro que a cada um desses papéis há deveres e direitos correspondentes. Destaca-se o direito de participar livre e conscientemente na construção do futuro.

A confiança constitui valor que se abriga em uma emoção fundamental: o amor, a partir do qual nasce a esperança. A legitimidade política é nutrida e fortalece-se no amor político. Com isso, os relacionamentos de autoritarismo e arrogância são redefinidos. O amor é o fundamento da vida social, da justiça, da solidariedade, da participação e da liberdade. Não é possível construir o desenvolvimento sustentável em luta permanente ou em guerra (H. Maturana, 1992).

Quando a institucionalidade se abrir à inovação e à autocrítica, as pessoas construirão relacionamentos de confiança e amor político, com o poder de desestabilizar esquemas conservadores e de afastar os elementos do autoritarismo. Assim, essa institucionalidade opera como nova tecnologia gerencial para orientar os esforços dos atores envolvidos nos processos de desenvolvimento local e abrange novos instrumentos metodológicos de trabalho, capacidade conceitual, técnica e administrativa, competência e formas modernas de gestão.

<sup>35</sup> Maria do Carmo Soares, 1998.

O paradigma de desenvolvimento sustentável que deve reorientar as reformas das instituições locais está sendo formulado, não estando incorporado nas próprias instituições, que precisam mudar. Cresce o discurso sobre desenvolvimento sustentável, enquanto as práticas continuam afirmando o passado.

Nessa fase de transição, a principal característica é a falta de referenciais, de experiências e de vontade para refletir e para olhar o invisível. Se queremos viver em uma sociedade sustentável, temos de querer viver fazendo uma sociedade sustentável. Para fazê-la, temos de adotar o amor como a bússola do sentir e do querer essa sociedade. Se queremos viver sem destruir o mundo, temos de fazê-lo e querê-lo sustentável.<sup>36</sup>

A decantada parceria entre a sociedade civil e o governo não é praticada de forma adequada. O paradigma dominante está baseado no confronto, na luta por espaços de poder, na desconfiança. No presente é insuficiente o aprendizado e a atuação, mesmo responsável, das atuais parcerias. Não se sabe como trabalhar a solidariedade. Faz-se inadiável o aprendizado da responsabilidade também com o futuro societal. Temos de internalizar a consciência de que vivemos com outros, em comunidade e no processo de construção do mundo.<sup>37</sup>

Relacionamentos de respeito, de colaboração e de confiança vinculam atores que se juntam para atingir um objetivo sob premissas de igualdade, no esforço de buscar juntos e de executar tarefas comuns.

<sup>36</sup> H. Maturana, op. cit., 1992.

<sup>37</sup> O parceiro apresenta-se como o semelhante, o par, o sócio, o companheiro, a pessoa com quem se partilha (PNUD/Recife, 1998). Virou modismo falar de parceria em quase todos os círculos institucionais que fazem desenvolvimento. Há o risco de esvaziar o significado, de apagar o poder do conceito.

A parceria é, em essência, um vínculo emocional, perdendo o sentido quando fica fechada nos formalismos. A parceria consolida-se e torna-se frutífera à proporção que os parceiros se abrem para disponibilizar as habilidades e os talentos em prol de objetivos compartilhados. Os envolvidos aprendem a alinhar-se sob princípios de ajuda mútua, reciprocidade e partilha. Constitui dinâmica de gestão social em superação ao paradigma político dominante no qual continuamos inseridos - a política como briga, conflito, oposição, confronto, negatividade. Tudo isso impacta negativamente a gestão dos programas antipobreza.

O relacionamento de parceria diz respeito a um acordo baseado na reciprocidade entre as partes, um compromisso. Significa uma troca de benefícios e ganhos entre as partes, a possibilidade de estabelecer um convênio emocional no qual se expressem obrigações, direitos e vontades. Não existe parceria quando qualquer das partes perde sua autonomia e personalidade, quando sua missão fundamental fica ameaçada ou enfraquecida, mas sim quando as partes se articulam dentro de um projeto comum.

O mais importante na parceria é o compromisso interno das instituições e dos atores em manter vivo esse projeto comum, atuando com eficiência, transparência e qualidade. Definir parceria não significa negar possíveis conflitos, contradições e confrontos, que fazem parte de todo relacionamento aberto e democrático. É preciso aceitar o relacionamento com maturidade e abrir espaços de negociação, processar os conflitos e construir consensos, até que os elementos opostos sejam percebidos na condição de complementares. Negociar significa ceder e procurar acertos para que todos tenham ganhos.



# Uma proposta alternativa de capacitação e formação de capital humano<sup>1</sup>

*Uma contradição trágica de nossos tempos tem sido o desenvolvimento sofisticado da ciência e tecnologia sem uma correspondente evolução psíquica, ética, espiritual. A aculturação e educação clássica têm se resumido a um processo de adestramento racional e aquisição de um repertório comportamental adaptativo a um contexto mórbido em grande escala. Nas escolas, o aluno é obrigado a se empanturrar de informações - que se tornam obsoletas em quatro anos - e a vomitá-las nos exames. Aplica-se o perverso método da comparação, em que uma performance padrão é exigida, com a repressão sistemática de diversidade e originalidade. O tratamento é maciço e a transmissão é autoritária, num clima tristemente paranóico, em que um suposto saber julga um suspeito-saber. Neste alienante sistema, é solenemente desprezado o mais propriamente humano: o plano do coração, das emoções e sentimentos, da intuição, valores e a dimensão poética e transpessoal.*

Jean-Yves Leloup

## 1 - Desenvolvimento local e capital social

O mundo, a vida chega-nos de mil maneiras. Temos capacidade para curtir ou aceitar uma pequena fração dela, mergulhando pouco ou nada na profundidade das coisas. Ainda assim, somos

<sup>1</sup> As idéias básicas deste texto surgem dos textos escritos pelo autor como contribuição ao processo de formulação do Programa de Desenvolvimento Local Sustentável (Prolocal) do Equador. Agradeço os valiosos comentários e contribuições de Fausto Jordán e Juan Carlos Román.

obrigados a nos situar no pequeno mundo local do qual fazemos parte ao aprendermos a ser responsáveis, superando a falta de coragem para refletir sobre nós mesmos. Uma nova consciência contribui para maior responsabilidade do humano com seu destino e o torna co-responsável com os outros.

Os esforços pessoais para construir esse imaginário social podem alcançar um sentido quando se atua no mundo local - o âmbito de maior relacionamento humano - em razão de uma maior proximidade. É fácil perder de vista o potencial da nossa própria alquimia, nossa leitura interior. Difícil é lograr a percepção de que somos agentes ativos de mudanças e de que a todo momento nos beneficiamos dos esforços dos outros.<sup>2</sup>

É possível mudar o mundo demente, injusto e insustentável. Nesse desafio, a ciência, a arte, a ética e a religião devem fazer suas contribuições à economia, à política, à sociologia, à ecologia ambiental e à tecnologia, formulando novos conhecimentos e significados, maneiras intuitivas de compreender a vida, formando ambientes sociais policompetentes e enriquecidos por valores e sentimentos de amizade e amor.

Uma visão holística das coisas conduz à superação da crise que obscurece a totalidade; combate o poder do conhecimento irresponsável e a estupidez humana, que alimentam o atraso da nossa consciência. Dessa maneira, será possível manejar as mudanças na complexidade da vida social - combinando ordem e movimento e integrando o racional e o emocional, inerentes à identidade -, nas condutas e nas instituições.<sup>3</sup>

As comunidades, os distritos e os municípios rurais são as instâncias locais que expressam, de maneira visível, as raízes da identidade cultural, da sociabilidade e, também, das estruturas

<sup>2</sup> Dalai Lama, op. cit., 2000.

<sup>3</sup> Alain Touraine, "El concepto de desarrollo 'revisited'", em Emir Sader (ed.), *Democracia sin Exclusiones ni Excluidos*, Venezuela, Nueva Sociedad, 1998.

que limitam as escolhas e as oportunidades de as pessoas exercerem a cidadania.

Constatam-se iniciativas locais, com ambientes solidários e oportunos à construção de respostas educativas coerentes com as mutantes exigências da diversidade cultural e territorial. Mas a construção de um futuro diferente no mundo local depende do capital social - capacidades, competências e habilidades das comunidades pobres. Com isso, é possível identificar as reais demandas e definir alternativas de implementar, administrar e avaliar os processos.

O desenvolvimento sustentável, ao ser um processo de aprendizagem e comunicação, exige a aproximação entre atores, instituições de educação, capacitação e apoio técnico e organizações territoriais, por meio de uma comunicação inteligente e um diálogo fecundo, no sentido de se alcançar as transformações requeridas pelo desenvolvimento sustentável.

## **2 - Desenvolvimento sustentável**

O desenvolvimento sustentável surge como proposta de revisão das relações sócio-econômico-cultural-ambiental. Vislumbra-se nova institucionalidade, tendo em vista um desenvolvimento democrático, produtivo, incluyente, descentralizado e solidário, que se abre ao conhecimento, à informação, aos novos modelos de organização social, aos âmbitos participativos, às capacidades de gestão e a uma associação transparente e duradoura entre o Estado e a sociedade civil.

Isso é possível em uma malha social dialógica e interligada, enriquecida por vínculos de cooperação, laços de vizinhança e sentimentos de solidariedade. Uma nova institucionalidade apta a desenvolver a capacidade de convivência com os outros, de acordar a razão emocional positiva dos homens, permitindo expandir as liberdades e as oportunidades, para que nos façamos seres sociais mais inteiros, interagindo com o mundo

em que vivemos, influenciando e transcendendo com maior consciência.<sup>4</sup>

O desenvolvimento dos territórios locais favorece o da sociedade como um todo. Com estratégias diferenciadas, é possível formular a gestão participativa, partindo de novos significados, arranjos institucionais, emoções coletivas e acordos políticos.

O conceito de desenvolvimento sustentável consiste na capacidade de uma sociedade em eliminar as privações de liberdade que bloqueiam o acesso às oportunidades. Significa, ainda, evitar o risco do autoritarismo político que imobiliza a vida social, obscurecendo os direitos e os princípios. Identifica-se com a construção de sociedades diferenciadas e auto-suficientes.

O desenvolvimento sustentável inclui os determinantes econômicos e a formação humana profissional capaz de sentir o significado da gestão, analisar e sistematizar a sociedade, emocionar-se e atuar com conhecimento crítico e sentimentos solidários. Apóia-se na liberdade espiritual. É essa liberdade implica a rejeição da mediocridade, da ignorância, das relações excludentes e da separatividade, que se associa à morte.<sup>5</sup> Nosso sistema educacional deverá ser capaz de alimentar a nossa transcendência, formando seres humanos movidos pelo coração que sejam fecundos, inteiros, dotados de energia, vontade e capacidade de contribuir para uma sociedade sustentável, na qual a imagem da fome atraia apenas gritos de protesto.

<sup>4</sup> A esse respeito, veja-se Amartya Sen, *Desenvolvimento como Liberdade*, São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

<sup>5</sup> Leonardo Boff, *Ética da Vida*, Brasília, Letraviva, 1999.

### 3 - As lições da experiência

O mundo local expressa potenciais de desenvolvimento, mesmo que modestos. É um mito pensar que nos territórios pobres do interior brasileiro seja sempre possível reproduzir o modelo ocidental dominante de crescimento econômico e consumo, altamente dinâmico, competitivo, capaz de integrar a maioria da população. Somos prisioneiros mentais dessa tirania ocidental, que faz da percepção racionalista e materialista uma verdade única.

Atuando em nível local, é possível descobrir alternativas de futuro para enfrentar a pobreza; afirmar os direitos e liberdades democráticas; gerar capacidade de sobrevivência digna; identificar oportunidades de acesso aos serviços de saúde e educação funcional. É possível ainda criar condições de segurança, valorizar a auto-estima e a identidade cultural e cuidar do ambiente natural, descobrindo outro modo de viver.

Na cultura local há sempre um romance entre as vivências materiais e as espirituais, uma energia essencial que nutre a capacidade humana para sobreviver, criar e transcender.<sup>6</sup> A oportunidade de vivenciar essa sociabilidade e essa cultura alternativa conduz à auto-realização e a uma maior confiança, por ser mais enriquecida e sustentável do que a cultura capitalista moderna, que gera o homem unidimensional, grávido de objetos materiais.

O desenvolvimento local constrói dinâmicas territoriais produtivas, aproveitando os potenciais econômicos endógenos. É imperioso o esforço coletivo dos atores sociais e institucionais para aproveitar as potencialidades e as vocações territoriais. Mas para os municípios pobres - onde o problema da maioria social diz respeito à sobrevivência - é preciso

<sup>6</sup> Nesse sentido veja-se, Joost Kuitenbrouwer, em *Entre el Terror y la Ternura: Racionalidad Instrumental, Educación iy Interculturalidad*, Institute of Social Studies de la Haya, Holanda e Consejo de Educación de Adultos de América Latina, Santiago de Chile, 1992.

construir um projeto alternativo de sociedade. Uma alternativa econômica que seja consentânea com a geração de empregos e o aumento de renda, simultaneamente ao aprendizado de acessar mercados competitivos com produtos de qualidade diferenciada, considerando-se requisitos orgânicos e de preservação ambiental.

Esse plano produtivo engloba os requisitos do desenvolvimento sustentável e tem de ser dinamizado com o comprometimento das organizações de agricultores familiares e pequenos empresários rurais em alianças e parcerias, para juntos adotarem tecnologias que favoreçam o aumento da produtividade, a qualificação de produtos, o controle da comercialização, o acesso aos recursos financeiros e a eficiência de gestão.

O desenvolvimento econômico local depende de: a) construção de uma institucionalidade eficiente, articulada e solidária; b) visão conseqüente da qualidade dos recursos humanos; c) acesso à informação, que faça da capacitação e da assistência técnica ferramentas decisivas da sua sustentabilidade; d) capacidade e vitalidade dos agentes provedores de serviços para transferir conhecimento útil - tecnologia - que contribua para o melhoramento quantitativo e qualitativo de atividades e processos.<sup>7</sup> E depende, em especial, dos valores sociais e dos costumes prevalecentes capazes de influenciar no curso dos processos, melhorando a convivência com os outros e aumentando a criatividade e a solidariedade com os excluídos. Quando conseguirmos "implantar no coração do homem o respeito por seus semelhantes, os homens poderão estruturar um sistema político, social e econômico que consagre esse respeito".<sup>8</sup>

<sup>7</sup> Manfred Max-Neef, *O Fundamento Humano e Ecológico da Empresa e da Economia*, Argentina, 1989.

<sup>8</sup> Mathilde Niel citando Saint-Exupéry, em "El Fenómeno de la Tecnología ¿Liberación o Alienación del Hombre?", em Erich Fromm y otros, *Humanismo Socialista*.

#### 4 - O mercado de assistência técnica e extensão rural

A experiência mostra que as organizações de agricultores familiares - associações, cooperativas e pequenas empresas rurais - são muito frágeis, operam fragmentadas e não contam com apoios institucionais competentes capazes de promover inovação técnica, solidariedade e gestão empresarial.

Nos municípios e nas comunidades rurais, a oferta institucional de serviços de capacitação e assistência técnica é insuficiente e não corresponde à demanda real local, revelando escassa capacidade de proposta. Os conhecimentos repassados exigem adaptações, muitas vezes desvinculadas das reais necessidades.

Observam-se os escalões político-empresariais superiores, mentalmente ligados ao modelo de "desenvolvimento" dos países ricos, sem consciência do potencial e da vantagem que significa o desenvolvimento local baseado na agricultura familiar. De outro lado, a maioria dos governos locais não dispõe dos elementos para promover o desenvolvimento sustentável, tem limitada capacidade técnica e administrativa, falta-lhe experiência participativa, não faz planejamento territorial e estratégico. Imbuídos da cultura política autoritária, esses governos têm pouca consciência do público, encontram-se inoperantes por causa de conflitos infecundos e de pesadas rotinas. Convivem em ambiente de desconfiança, não cumprem suas funções com eficiência e dependem de transferências do governo central, em uma simbiose de clientelismo e corrupção.

Muito do esforço do desenvolvimento local sustentável consiste nas mudanças da população quanto ao pensar e ao sentir a vida social e na forma de organização do tecido institucional. Esses requisitos incluem novo olhar e compreensão do território, da natureza, da economia, da política, do trabalho e da cultura. Implica criar um novo vínculo entre os agentes de capacitação, a extensão rural e a sociedade local organizada mediante novas pedagogias, conteúdos educativos e procedimentos das práticas sociais locais. Requer novo relacionamento entre facilitador e

pequeno agricultor, com caráter analisador e sintetizador, que faça a ponte entre o conhecimento científico e a experiência prática. Isso resulta em ambiente democrático aberto à participação e à gestão compartilhada, no qual germinem a cidadania e a sociabilidade.

A proposta é de adoção da pedagogia, que constrói os conhecimentos obedecendo a um modelo sociointeracionista, no qual os atores sociais sejam colocados em contato com a sua cultura e, sobretudo, com a natureza. Que sejam criadas possibilidades de participações efetivas em ações e construções coletivas em prol da melhoria da sociedade, considerando-se as reais necessidades comunitárias e locais. Essas intervenções exigem um clima de cooperação no qual as experiências possam ser compartilhadas para promover a inclusão de princípios éticos e a interação, tendo em vista melhorar a qualidade dos relacionamentos e da vida social.<sup>9</sup>

Somos desafiados a adotar a inovação tecnológica como um novo conjunto de conhecimentos vinculados ao processo produtivo, partindo de valores que afirmem, ao mesmo tempo, os objetivos de luta pela equidade, a justiça social e a sustentabilidade ambiental. Temos de imaginar outro esquema de apoio tecnológico capaz de dar vitalidade ao meio rural, conduzindo-o por caminhos iluminados pela confiança e pela solidariedade. Nesse caminho deve estar o coração, sem o qual toda caminhada é estéril.<sup>10</sup> Esse é o norte para a capacitação que leva ao empoderamento dos atores locais, para que ocorram mudanças em atitudes e comportamentos democráticos das organizações.

Propõem-se capacitações com atividades que permitam uma releitura do mundo e o aprendizado em processo aberto ao

<sup>9</sup> Vilani M. Batista, citando Tânia Dias Queiroz em *Pedagogia da alegria: uma proposta prática de construção do conhecimento*, São Paulo, Didática Paulista, 1999.

<sup>10</sup> Roberto Crema, op. cit., 1995.

diálogo e ao debate, que façam as pessoas ativas, participantes e criativas e que estimulem a auto-reflexão, o autoconhecimento, a autoconfiança e a auto-estima.<sup>11</sup> Uma capacitação com informações adequadas ao uso da população, como ferramentas do conhecimento operacional, que expanda horizontes de atuação com qualidade e eficácia.

A formação de agentes multiplicadores territoriais - "capital" humano para o desenvolvimento local sustentável - deve englobar técnicos, produtores familiares, trabalhadores, gerentes, dirigentes, gestores, extensionistas, planejadores, líderes políticos, pequenos empresários. Os conteúdos devem proporcionar eficiência, transparência, solidariedade e criatividade. A competência e o poder local serão proporcionais à maior qualificação técnica, à ampliação dos vínculos sociais e à adoção da gestão participativa por parte dos pequenos empresários e produtores familiares organizados. Maior competência significa maior poder para construir alternativas concretas. E quanto mais conscientes forem os cidadãos, maior será a capacidade de analisar, perceber e transformar a sociedade na qual vivem.<sup>12</sup>

## **5 - Elementos de formação dos agentes de desenvolvimento**

É indispensável e urgente a formação de especialistas locais que sejam, ao mesmo tempo, generalistas, capazes de reagir às mudanças, de vincular-se a diferentes áreas de trabalho, de assimilar e adaptar tecnologias e de respeitar e comunicar-se com os pobres em sua subjetividade, gerando, com isso, reciprocidade e complementaridade. Especialistas que possam ter uma idéia geral sobre suas especialidades, abertos e curiosos sobre outros assuntos.<sup>13</sup>

<sup>11</sup> Vilani M. Batista, citando Tânia Dias Queiroz, *op. cit.*

<sup>12</sup> Conforme Joost Kuitenbrouwer, *op. cit.* 1992, a palavra consciência explica que o nosso conhecer expressa um relacionamento.

<sup>13</sup> Concepção inspirada em Edgar Morin e Jean-Louis Le Moigne, *A Inteligência da Complexidade*, São Paulo, Petrópolis, 2000.

O momento é propício à alternativa da agroecologia, que produz e ao mesmo tempo preserva a terra. Para isso, será necessário adaptar conhecimentos, tecnologias e experiências e converter os atributos negativos da cultura política em capital social. Significa construir junto e/ou oferecer às organizações comunitárias informações sobre potencialidades e vocações territoriais, visando diversificar uma estrutura produtiva sustentável; significa que os atores e os agentes sociais desenvolvam capacidade de fazer alianças estratégicas, negociação econômica e gestão eficiente dos recursos materiais, financeiros e naturais.

Os agentes devem orientar a troca de experiências entre unidades territoriais com ênfase nos conhecimentos teórico e prático, para favorecer a associação destes, aparentemente isolados. Com esse passo, os canais de participação abrem-se, as demandas sociais são mapeadas e dispostas em complementaridade, abrangendo as necessidades materiais e espirituais. O planejamento consolida-se com a formatação dessas demandas em proposta de desenvolvimento sustentável.

Torna-se indispensável a melhoria dos mecanismos de acesso aos serviços locais e, ao mesmo tempo, o aperfeiçoamento da qualidade das respostas técnicas às diversas demandas. Também é necessário aproximar uma oferta competente aos espaços onde a demanda não consegue expressar-se.

É preciso construir ou fortalecer a malha institucional local ou regional para semear competências e sinergia. É baixo o nível de articulação entre os agentes públicos envolvidos nos processos locais de desenvolvimento. A consolidação do tecido associativo entre os atores envolvidos leva à concepção de como as redes territoriais devem ser formadas e ao domínio do campo de atuação dos agentes.

A lógica imediatista e individualizada, o corte tecnocrático e burocrático dos serviços e o verticalismo nas relações entre

agentes de extensão rural e as organizações não atendem às exigências de uma sociedade sustentável. Facilitadores hábeis serão capazes de orientar as organizações por um caminho coletivo de aprendizado, com vivência, participação, alegria e inteligência. Facilitar, ficando junto para criar novos conhecimentos e saber como aplicá-los em sentido resolutivo na aquisição de habilidades e na troca de valores e atitudes funcionais ao desenvolvimento sustentável.

## 6 - O modelo tradicional de educação e a formação de capital humano no meio rural

Constata-se que a educação e a formação de capital humano no meio rural são insustentáveis. Fechadas na imitação das sociedades modernas, estimulam comportamentos e atitudes contrários ao despertar cultural e à criatividade. Assim, reproduzem um modelo arcaico que resulta na manutenção do *status quo*, o qual vem atender a interesses antagônicos aos da sociedade rural.<sup>14</sup>

O modelo de educação vigente reproduz a dualidade rural-urbana. A vida escolar no campo pode ser vista como um terreno no qual a cultura do minifúndio e da roça se choca com a cultura da metrópole. O conhecimento e os valores elitistas, que são ministrados de forma vertical, reforçam as desigualdades sociais ao formar seres humanos passivos, subalternos e convertidos em agentes da cultura que os excluem.<sup>15</sup>

É evidente a maior defasagem da educação nas comunidades rurais, em particular nas mais isoladas. Os ensaios para superar a relação vertical educador/educando têm sido pontuais, predominando ainda o padrão depositante/depositário.<sup>16</sup> Esse

<sup>14</sup> Vilani M. Batista, citando Tânia Dias Queiroz, *op. cit.*

<sup>15</sup> A política de educação tem priorizado a formação nas cidades. A educação rural tem sido reduzida a empreendimento desatualizado.

<sup>16</sup> O que Paulo Freire já denunciava na década de 1980, em *A Educação Bancária* (não dialógica).

fenômeno é mais evidente no meio rural em razão da maior passividade dessa população.<sup>17</sup>

A escola rural e os centros de formação de capital humano têm se mostrado injustos no social, ineficazes no econômico e estéreis no espiritual.<sup>18</sup> Disponibilizam às comunidades conteúdos dogmáticos, anacrônicos, alienantes e de qualidade medíocre em termos operacionais.<sup>19</sup> Assim, as estratégias aplicadas para reduzir a pobreza rural têm resultados decepcionantes. As comunidades despreparadas carecem de conhecimentos e capacidades para conceber, propor, assumir e sustentar as mudanças que as localidades têm de enfrentar no caminho da sustentabilidade.

Observa-se que docentes jovens e inexperientes adotam pedagogias que enfatizam a visão urbana, por desconhecem a cultura local e a dinâmica das comunidades rurais.<sup>20</sup> Essa é a visão veiculada, também, em quase todos os meios de comunicação de massa, que repassam os costumes do "Primeiro Mundo", que vêm sendo impressos na formação da identidade das populações rurais.

As famílias camponesas das diferentes localidades do interior brasileiro recebem massivas mensagens de deslumbramento do universo virtual televisivo - em especial das novelas com os padrões culturais do consumismo de São Paulo e do Rio de Janeiro. Esses traços culturais metropolitanos vão sendo internalizados pelo pequeno agricultor e incorporados ao

<sup>17</sup>O que exige a teoria da ação dialógica é que, qualquer que seja o momento da ação revolucionária, ela não pode prescindir da comunhão com as massas populares (Freire, 1987: 170).

<sup>18</sup>Segundo dados do IBGE de 1995, 32,7% da população rural acima de 15 anos é analfabeta. Não foram consideradas as populações rurais do Acre, do Amapá, de Rondônia, de Roraima e do Pará.

<sup>19</sup> Carlos Júlio Jara, *Capital Humano para o Desenvolvimento Sustentável*, IICA/MBS/Prolocal, 1999.

<sup>20</sup> A visão do mundo define a maneira como entendemos a sociedade, desenha os arquétipos e condiciona as formas como concertamos as nossas ações.

discurso e à prática pedagógica, convertendo-se a seguir em fator adicional no estímulo ao abandono do campo. A migração ocorre primeiro na mente das pessoas e, quando posta em prática, é protagonizada nas avenidas, agora reais, por seres quase sempre medrosos, isolados e alienados.

Constata-se que o capital humano formado no meio rural se adequa mais à exclusão do que à inclusão socioeconômica. Os resultados das estratégias aplicadas para reduzir a pobreza rural são decepcionantes, porque as comunidades têm pouco a oferecer em termos de conhecimentos e capacidades.<sup>21</sup>

Carecem de intensa formação e maciça capacitação para terem a possibilidade de propor e assumir, em suas mãos, o destino de suas localidades. Precisam agenciar mudanças que se iniciam no convívio com o novo em todas as dimensões.

Aliado a todos esses fatores, o trabalho dos docentes não é valorizado. Os professores debatem-se em condições precárias de trabalho, chegando ao desencanto, à falta de comprometimento, à indiferença com os alunos e à alienação quanto à importância estratégica da educação para a afirmação do homem nas interações sócio-cultural-espiritual. Um quadro ainda sem previsibilidade de ajustes.

A maioria dos cursos superiores, em especial do magistério, não considera prioritárias as questões do desenvolvimento rural sustentável. Não primam pela lógica solidária, dialógica e da comunicação. Modernizam-se guiados pelos valores ideológicos do mercado, que favorecem a concorrência e a disputa, similar à conduta empresarial, em permanente desafio para modernizar-se sob as regras da eficiência produtiva e da competitividade. Os centros superiores vinculados ao desenvolvimento rural utilizam paradigmas da tradição empresarial, atuando dentro de uma perspectiva metropolitana e adaptando-se às demandas colocadas pela moderna estrutura produtiva.

<sup>21</sup> Vide nota 18.

A educação deve priorizar a formação da consciência cidadã - o exercício de direitos e deveres políticos, sociais, econômicos e ambientais. Fechar-se às exigências da produção significa alienar-se da missão esperada pela sociedade sustentável.

É necessário repensar a educação considerando a urgente e imprescindível formação de capital humano e capital social em conteúdos adequados às mudanças e às demandas de uma sociedade cada vez mais complexa e que desejamos tornar sustentável. Mas a corrente neoliberal contamina o sistema educacional delegando o saber e o poder instrumental às elites, misturando o papel dos especialistas com os interesses das velhas estruturas oligárquicas. Assim, o destino das sociedades pobres vem sendo influenciado por especialistas, que assumem a função dos antigos sacerdotes.<sup>22</sup> Trata-se dos iluminados de aluguel que oferecem sua capacidade e credibilidade científica para legitimar as políticas neoliberais.<sup>23</sup>

Educar é permitir que a sabedoria latente na humanidade se manifeste como processo nos diferentes grupos sociais, como energia e aprendizado no viver cotidiano.<sup>24</sup> A sociedade tem de oferecer aos cidadãos oportunidades e cenários para que manifestem suas potencialidades. Um espaço para situar-se como agente de mudança no local onde habita, mas onde não atua. Ambiente que desperte a consciência de aprendiz passivo e a vontade de passar à condição de desenvolver suas múltiplas habilidades.<sup>25</sup>

A educação é um processo que faz os indivíduos mais humanos, à proporção que há a disposição de aprender e de compreender o significado da vida como um todo e de desenvolver as

<sup>22</sup> Edgar Morin argumenta que "O dilema dos especialistas é que, se eles próprios não podem ter uma idéia geral sobre suas especialidades, proibem-se a si mesmos de ter idéias gerais sobre outros assuntos".

<sup>23</sup> José de Souza Silva, *op. cit.*, 1998.

<sup>24</sup> Sônia Café, em *O Livro das Atitudes* 1999.

<sup>25</sup> Vilani M. Batista, citando Tânia Dias Queiroz, *op. cit.*

faculdades de pensamento racional, emocional e intuitivo. O propósito da formação educativa - mesmo que ainda orientada para o trabalho, a gestão empresarial e a inovação tecnológica - não deve constituir um esforço de produção de capacidades para maximizar a rentabilidade e o consumo.

O capital humano não pode ser reduzido ao papel de insumo utilizado para alcançar certa racionalidade (eficiência e eficácia) no processo de crescimento material. O ser humano não é capital, nem recurso, nem instrumento. Constitui equívoco e opção perigosa construir o futuro mercantilizando as relações inerentes às potencialidades humanas como sendo qualidades do processo produtivo.

O sistema educativo apresenta-se disperso, politizado e influenciado pelo utilitarismo das instituições que ofertam educação. Na prática dessas instituições pesam a importância do negócio e o privilégio, presentes nas relações de poder. A educação é ministrada por profissionais pouco qualificados e prisioneiros dos velhos paradigmas. Caracteriza-se pela memorização, pela formalidade, pelo elitismo, pelo machismo e pelo distanciamento das realidades locais.

## **7 - A educação e o capital humano na dinâmica do desenvolvimento rural-local**

O potencial humano deve ser preparado com uma pedagogia que fundamente a confiança "em si", na importância do "outro" e na capacidade para converter conhecimentos em respostas práticas - elemento essencial do capital humano.

Os centros de educação superior não fazem leitura crítica da sociedade e do rural em sua heterogeneidade, não podendo compartilhar de um projeto nacional de capital humano. Não formam esse tipo de inteligência social porque os programas de aprendizagem e formação profissional privilegiam o fenômeno técnico, excluindo a subjetividade, e isso porque continuam contaminados pelo autoritarismo, que não aceita a prática

educativa dialógica. Carecem de uma concepção objetiva para transformar o sistema educacional em cultivo gerador de seres livres, críticos, criadores, sonhadores, solidários, conscientes, empáticos e responsáveis.

Programas de desenvolvimento local de tipo compensatório, PCPR,<sup>26</sup> ou de fomento produtivo à agricultura familiar, Pronaf,<sup>27</sup> influem só indiretamente na mudança das relações entre a escola rural e a sociedade. Contribuem para explicitar as deficiências do modelo de educação dominante no meio rural e vêm contribuindo com formações pontuais em desenvolvimento humano e capital social. Operam como convite à sociedade local para o empreendimento a longo prazo em educação com qualidade. Mesmo assim, o modelo formal ainda contribui para a formação de mão-de-obra de baixa qualificação, admitida em setores que em breve têm de se ajustar à competitividade do mercado.

O desenvolvimento econômico local exige o aumento da base de produtores eficientes e criativos, e para isso é indispensável aumentar as oportunidades de acesso ao conhecimento e à informação, elementos básicos à sustentabilidade da gestão.

Há necessidade de identificar e mapear as experiências acumuladas localmente na sabedoria dos agricultores familiares. Esses conhecimentos também são científicos. A extensão rural ainda ignora esse potencial como estratégia para forçar a adoção de pacotes tecnológicos. Esse procedimento gerou a imagem de que a agricultura familiar é fechada no passado e em práticas obsoletas.

Está perdida a noção contida na raiz do termo tecnologia: *technologos*, a arte dirigida por *logos*, pela sabedoria, com sentido.<sup>28</sup> A resistência à mudança é uma afirmação

<sup>26</sup> Programas de Cooperação Técnica

<sup>27</sup> Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

<sup>28</sup> Roberto Crema, op. cit., 1995.

frequentemente mencionada por técnicos que não consideram a história, a cultura, a experiência e o saber camponês. Há na agricultura familiar uma lógica própria baseada na experiência, no contato com a existência e no permanente relacionamento com o território.

A atividade de agricultor familiar é construída não apenas no território, mas no *território local*. Isso permite captar e vivenciar a realidade produtiva para nela incorporar os conhecimentos necessários à reprodução da unidade familiar. O agricultor familiar, ao fazer adoção tecnológica estranha ao seu cotidiano e domínio cultural, arrisca seu futuro, da mesma forma que o cientista no laboratório ao testar novas fórmulas. A característica e mais profundo teste da unidade de produção familiar é o da subsistência ou sobrevivência da família.<sup>29</sup>

Os territórios que podem construir melhores níveis de equidade socioeconômica são os que dispõem de "recursos humanos", técnicos, gerentes, gestores, líderes, administradores, facilitadores e agentes hábeis em trocas e contatos. Adicionado ao enriquecimento de capacidades - visão estratégica para reconhecer o entorno de trabalho em suas implicações, vocação, potencialidades, flexibilidade, respeito e abertura para relacionar-se com os outros - centradas na humanização das organizações e no conjunto da sociedade, têm-se os requisitos necessários para estruturar territórios sustentáveis.

Os objetivos definidos nos planos e nos projetos de desenvolvimento rural-local ficam a depender da adequação e da qualificação tecnológicas, da oferta mais abrangente dos serviços de extensão à produção familiar, assim como da abertura dos agentes atores participantes da extensão - ser

<sup>29</sup> Gerardo Roberto Martínez, *Para unir la Ciencia y la Poesia*, Chaco, Argentina, 1998. Ver também Oleg Stanek, "As estratégias Familiares", em Hugues Lamarche (coord.), *A Agricultura Familiar. Do Mito à Realidade*, Unicamp, 1998.

humilde para incorporar o saber local ao conhecimento e às tecnologias - para potencializar as práticas de desenvolvimento da unidade de produção familiar.

O nível de desenvolvimento dos sistemas agropecuários continua sendo determinado pela forma convencional como os aspectos tecnológicos da produção vêm sendo tratados. Nisso consiste o enfoque convencional do produtivismo.

A crise institucional da extensão rural revela uma cultura organizacional em processo de redefinição política e de identificação do espaço operacional. Expressa-se no aspecto de provedor e nas atribuições, ainda indefinidas das áreas públicas e privadas.

Observam-se no contexto de atuação da extensão rural políticas desarticuladas, com duplicidade e superposições por falta de comunicação e diálogo quando da formulação de critérios e estratégias institucionais. Gera-se, assim, um ambiente que repercute na instabilidade e na insegurança da gestão dos planos e programas de desenvolvimento, em particular quanto à abertura de participação das organizações.

E o esforço de capacitação da extensão rural ainda prioriza a racionalidade instrumental, associada às condutas que buscam, no econômico, maximizar as utilidades, e, no político, manter as estruturas de poder dominantes. Assim, os produtores vêm recebendo apoio para o cotidiano empreendedor da unidade de produção familiar em perspectivado rural comunitário alienado ao mundo sociopolíticocultural da democracia participativa.<sup>30</sup>

Em muitos estados, há necessidade de ruptura dos padrões clientelistas, que perduram nessa dinâmica da assistência técnica. A solução não pode ser encontrada na base

<sup>30</sup> Paulo Freire, *Ação Cultural para a Liberdade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

institucional acadêmica e agrotécnica, pouco preparada para enfrentar os desafios do entorno, fechada no passado e sem novas propostas concernentes ao diálogo e à interação entre atores institucionais.

Os provedores de extensão rural necessitam de apoio para superar os atuais esquemas conceituais e metodológicos que os confinam na racionalidade instrumental. Carecem da reflexão e da compreensão sobre o significado da comunicação emocional, que favorece as mudanças de atitudes e eleva os níveis de consciência. Esse padrão de consciência revela o lado sensível, a intuição, o que sentimos no coração e que norteia o Ser a aprender a partir de uma nova leitura da realidade.

A capacidade de crítica e de intervenção das comunidades ainda é fraca e insuficiente para viabilizar a participação em um processo pedagógico de base territorial. As sociedades locais - municípios e distritos - têm no capital humano a chave da excelência ou da mediocridade, a depender da forma como conduzem os processos de desenvolvimento. Conclui-se que a qualidade do viver local é proporcional à organização que a sociedade consegue estruturar em um processo que inclui decisões, atitudes, emoções, visões e comportamentos dos atores que a integram.

Para ativar o desenvolvimento econômico local, há necessidade de adotar técnicas e habilidades de gestão empresarial e formar ambientes comunicativos para gerar confiança, fator que ativa a participação da população. Outros elementos de grande peso também devem ser trabalhados com metodologias de ensino-aprendizado e técnicas didáticas: o apego dos agricultores à terra, a visão negativa da política, a insuficiência de informações e a subalternidade - fatores que incitam a inteligência emocional, no propósito de estimular a reflexão individual e coletiva, na busca da multidimensionalidade do conhecimento e na elaboração de propostas de desenvolvimento que integrem as dimensões da sustentabilidade.

A nova ruralidade carece de capacitações e de assistência técnica, além do instrumental relativo à meta da produtividade resultante das técnicas agrônômicas. Se a produtividade depende de outros fatores e não os integramos ao conceito de produção, é porque aprendemos a lidar com a parcialidade e a manejar processos mutilados.

A perspectiva técnico-econômica desprovida do homem *inteiro* desintegra a realidade, é perigosa e imoral. A integridade humana em cidadania deve incluir o cultivo à solidariedade, o cuidado com a terra, a ternura do viver, o amor político em sociedade e demais elementos da complexa teia de relacionamentos inerente à ruralidade como palco social do desenvolvimento.

É insustentável manter o produtivismo em todos os territórios brasileiros. A ilusão da expansão da modernidade é uma falácia do neoliberalismo para legitimar o mercado como único modelo de produção global. Em muitos territórios, o modelo dominante de crescimento econômico representa ameaça direta à vida natural e à integridade social.

Do ponto de vista das necessidades básicas da população, o peso das diferenças regionais e culturais é elemento definidor das propostas de desenvolvimento. Esse é o maior indicativo para formar capital humano comprometido com a vida e solidário com os pobres. O novo agente de extensão rural terá de familiarizar-se com os aspectos da sociedade, da ecologia, dos processos econômicos globais, da política, das organizações e da administração.<sup>31</sup>

<sup>31</sup> Jaime A. Viñas-Román, em *A Comunidade Agropecuária da América Latina e do Caribe e a Educação Agrícola Frente aos Desafios da Globalização e o Desenvolvimento Sustentável*, IICA-Costa Rica, 1996.

## 8 - O investimento em capital humano para o desenvolvimento rural

A educação em todos os seus aspectos - formal e informal - constitui a fonte mais importante de poder para as comunidades rurais pobres. Possibilita o acesso aos ativos produtivos, o aproveitamento das oportunidades de diversificação produtiva, a geração de empregos e negócios e o manejo sustentável dos recursos naturais.

O capital humano - conhecimento, informação e habilidades - representa o ponto de partida para a organização, a motivação, a integração e a mobilização social, que formam a base do desenvolvimento empresarial e das responsabilidades cidadãs, o que leva a uma maior capacidade de gestão e à melhoria das condições da vida social.

É duvidoso apostar em um futuro social de inserção sem ampliação das capacidades e das oportunidades humanas, sendo o conhecimento o mais importante investimento para a construção desse futuro. Em mercados abertos, a pobreza torna-se mais vulnerável, a exclusão é banalizada e o desequilíbrio ambiental é ignorado.

O desenvolvimento sustentável exige a formação de produtores e trabalhadores competentes e qualificados, capazes de se perceberem como cidadãos dotados de capacidades para assumir suas atividades com eficiência.

Este é o principal desafio dos agentes de extensão rural: empreender novos conceitos e práticas às ações profissionais que exercem, dentro de uma nova concepção de capital humano e ação estratégica que englobe: a) transferência de tecnologia, associada ao saber local e à participação das comunidades que a adotam; b) discussão sobre o significado da democratização desse processo e de outros afins, com ênfase no conteúdo político que representa na sociedade local; c) informações que identifiquem oportunidades e dêem acesso ao mercado de

produto e de trabalho, no contexto da competitividade inclemente. Busca-se a formação e a capacitação que agreguem novos elementos de coesão ao tecido social.

O conhecimento tem de ser disponibilizado, mas na abrangência dos domínios da sustentabilidade, o que requer maior esforço de entendimento e a concepção de que constitui processo de aprendizado e reavaliação de todos os envolvidos. É nessa perspectiva que se busca uma extensão rural aberta, que domine a tecnologia de produção agropecuária e os mecanismos de organização e gestão empresarial e trabalhe para o fortalecimento do capital social e da melhoria da qualidade de vida.

O extensionista assim balizado mistura ciência com a experiência local e encontra soluções associando esses meios para auferir produtividade e eficiência, ao mesmo tempo em que se empenha na formação do indivíduo solidário, criativo, inovador e ético. Nas palavras de Gerardo Martínez: *O pequeno produtor familiar também faz ciência e constrói conhecimentos em seu estabelecimento, utilizando métodos que incluem a observação, a análise, a intuição e a tomada de decisões familiares.*

Um facilitador de extensão rural tem de trabalhar com as iniciativas empresariais considerando os sentimentos do cidadão, além de atentar para os deveres e a defesa dos direitos relativos à cultura, à condição de gênero, à defesa do ambiente, entre outros. Nessa disposição, emergem energia, imagem, atitudes e percepções de uma nova sociedade. Vale a pena lembrar uma sentença da teologia tomista: "O que quer que seja recebido é recebido de acordo com a forma de quem o recebe".<sup>32</sup>

<sup>32</sup> Citado por Frojof Capra e David Steindl-Rast, op. cit., 1991.

Constitui prioridade formar multiplicadores para trabalhar o desenvolvimento do capital social. Predominam no interior das comunidades rurais a falta de auto-estima, sentimentos de desconfiança e falta de credibilidade nas autoridades. O enfoque para a reversão desse quadro está na capacitação libertadora, que inclui extensão, organização empresarial e integração social, formando base cultural com valores de maior sustentação aos homens e mulheres no âmbito da vida social.

## 9 - A formação e a capacitação libertadora

A educação e a capacitação adequam-se a novos objetivos, conteúdos e valores para formar a base cultural do desenvolvimento sustentável. Deve atender sem distinção a líderes, gerentes, gestores, planejadores, diretores de empresas, técnicos, profissionais e à mão-de-obra local, carente de qualificação. A meta é fazê-los *sentipensantes*, habilitados à comunicação, partidários da verdade, do respeito e do zelo, motivando-os a empreender espaços compartilhados e desejáveis de convivência social.<sup>33</sup>

Capacitar é educar para produzir mudanças nas estruturas cognitivas e no comportamento das pessoas com a finalidade operativa de semear aprendizado. Vincula-se ao trabalho e à produção, tendo sentido instrumental prático na esfera social, enquanto a formação humana nutre o desenvolvimento da consciência com valores e sentimentos.

Quando a capacitação é mecanicista, limita-se a preparar os produtores para o uso de técnicas úteis e instrumentais, impedindo a compreensão do todo. O trabalhador, em vez de usar conscientemente a tecnologia, termina sendo inibido por ela. A capacitação que não proporciona às comunidades rurais o vivenciar das experiências é castradora do potencial criativo e impeditiva da manifestação da curiosidade, que possibilita a observação do todo, gerando frustração quanto à pobreza da

<sup>33</sup> Humberto Maturana e Sima Nisis, 1998.

rede de relações que conforma o mundo local - impotente e vazia nos elementos de sustentabilidade.

A formação de capital humano engloba a competência cognitiva e os valores espirituais com o propósito de formar e dar integridade aos seres humanos. Homens e mulheres que integram a sensibilidade criativa às suas ações, fazendo-se aptos em inteligência perceptiva ao essencial da vida; e operacionais, no portar-se, com autonomia pessoal e responsabilidade moral.

A capacitação representa o motor, a cola e a lanterna que impulsiona, aglutina e ilumina os processos de mudança referentes ao desenvolvimento econômico local. Constitui processo educativo de produção de conhecimentos práticos dirigidos à melhoria da produtividade do trabalho, ao mesmo tempo que constrói uma prática social solidária e cidadã. Mesmo quando a aprendizagem está vinculada à produção, convém ir além das concepções mercantilistas de ensino, próprias do modelo vigente, que restringe o capital humano em instrumento de busca da competitividade.

Quando a capacitação caminha de mãos dadas com a epistemologia construtivista, potencializa o conhecimento no processo de criar a sociedade sustentável, e promove o empoderamento quando, ao formar recursos humanos, envolve as pessoas diretamente nos processos dentro do marco da reflexividade - trabalhando os problemas e as experiências e semeando solidariedade.<sup>34</sup>

As contradições inerentes às experiências são identificadas nas mensagens dos protagonistas em apreciações, sonhos e valores. Devem ser trabalhadas em ambiente dialógico, com o

<sup>34</sup> Conforme Anthony Giddens, op. cit., 1996 a reflexividade concebida como a autonomia associada à interdependência,.

empenho crítico de apreender os resultados que favoreçam a sinergia em contínua e mútua interação.

O conhecimento e as habilidades voltados para o trabalho e para a vida em sociedade provocam mudanças de atitudes e comportamentos na esfera da produção, da empresa, da organização e do poder local, significando melhor qualidade e maior êxito da gestão e do desempenho do trabalho.

O processo de construção de habilidades e capacidades operativas será o eixo vertebral da capacitação vinculada ao desenvolvimento econômico local.

O facilitador de extensão rural tem de superar-se para se sentir preparado, experimentando alternativas e atualizando conteúdos com temas transversais, como cidadania, ética, meio ambiente, direitos humanos, gênero, participação social, pluralidade cultural. Isso supõe mudanças na pedagogia e nas metodologias de capacitação no intuito de construir uma relação emocional entre o capacitador e o receptor, no estilo de Rubem Alves quando argumenta: "Ser mestre é isso: ensinar a felicidade".<sup>35</sup>

As alternativas de capacitação que abrem o mundo ao conhecimento implicam liberdade de escolha, em processo crescente de responsabilidade. Esse conhecimento transformamos e faz-nos transcender a estado diferente de energia, modificando o destino de instrutores ao afetar o destino dos outros.<sup>36</sup>

<sup>35</sup> Em analogia, um docente capacitador em gestão empresarial precisa de cultura multidimensional para integrar à sua maneira de pensar e sentir o desenvolvimento dos negócios, os conceitos de cidadania, confiança, participação social, ecologia ambiental, etc. Qualquer empresa competitiva, eficiente e eficaz, ao produzir externalidades negativas no ambiente, cria problema social. Não introduzir na equação do desenvolvimento empresarial o conceito de cuidado ambiental só promove um desenvolvimento que leva à entropia, gera lucro e oportunidades de renda e emprego, destruindo os recursos com os quais opera.

<sup>36</sup> Zulma Reyó em *Alquimia Interior*, São Paulo, Editora Ground, 1989.

## 10 - Mudanças de atitudes e comportamentos

A capacitação é, em essência, processo educativo que busca mudanças em comportamentos e atitudes. Por essa característica, não é adequado restringi-la a poucos cursos ou oficinas, empregando metodologias orientadas de cima para baixo. A capacitação deve ser ministrada com uma estratégia mais ampla de formação, com metodologia participativa e contagiante. Seus resultados precisam ser avaliados e monitorados para permitir identificar as mudanças nos comportamentos em aspectos cognitivos e volitivos.

Os participantes devem *querer, poder e saber fazer algo* para realizar o que desejam construir e viver. Quando se aprende na prática, ocorre uma alquimia no comportamento à proporção que os problemas são vivenciados, e constroem-se novas relações à proporção que as experiências são processadas em ambiente participativo para identificar os resultados do conhecimento no querer, poder e saber em perspectiva social. Como argumentam Maturana e Varela, "o mundo particular e social, sendo gerado no processo de conhecimento".

A capacitação que é educativa trata de dotar os produtores com capacidades modernas para a competência no mercado, no trabalho e na adaptação às rápidas mudanças da estrutura produtiva. Os resultados da aprendizagem devem ser explicitados, relacionando-os aos sentimentos, à apreciação e à interação, proporcionados no processo de capacitação, resultando em maior consciência. Essa consciência constitui parâmetro para avaliar a importância da capacitação como prática social e econômica.

Nesse sentido, a capacitação deve ser reflexiva, capaz de abrir as portas da experiência social, compartilhando aprendizagens, de forma contextualizada, levando em conta a participação e a avaliação das pessoas para que se possa identificar suas demandas e seus avanços, lembrando que os avanços estão

ligados às mudanças de motivos, inclinações e incentivos. Deverá abrir as portas culturais ao espiritual e ao emocional democrático.

## 11 - Compromisso ético e capacitação

Não há capacitação neutra. Todo projeto educativo deve inserir-se em um projeto social e político maior e ser definido de forma democrática e participativa. Por isso, a capacitação tem uma intencionalidade, obedece a uma programação e deve ter uma estratégia de implementação para a mudança social sustentável.

A capacitação supõe compromisso ético do profissional com os participantes, proporcionando a aprendizagem e o *empoderamento*, que permitem caminhar com relativa autonomia ao romper o medo do desconhecido e ao experimentar a criatividade na gestão de suas empresas e organizações.

A autêntica capacitação gera conhecimentos em diálogo contínuo sobre a realidade. Enfatiza os aspectos práticos ligados ao trabalho, mas dá ênfase à reflexão, de forma que sejam identificados desafios e construídos novos conhecimentos.

Deve ainda estimular o pensamento crítico, pesquisador, analítico e sintético, em sentido curioso e responsável, como estratégia para alternar caminhos quando for necessário.

Por outro lado, há as capacitações que não pretendem ou não incorporam elementos de participação. Essas modalidades condicionam dependência em relação a um determinado conhecimento científico ou social elaborado por outros, os informados, os "sacerdotes especialistas".

Constata-se que há a capacitação que interpreta os sujeitos rurais como ignorantes, que precisam receber tudo mastigado, em uma lista de informações a ser consumida e repetida. E há

ainda a que não permite que os sujeitos possam aproveitar seus conhecimentos acumulados e construir a partir de seus próprios pensamentos.<sup>37</sup>

## **12 - O aprendizado do que se necessita saber e do que se quer saber fazer**

Toda capacitação implica ensino e transferência de conhecimentos. O fundamental da capacitação, como processo, está mais no aprendizado e menos no ensino. Sem aprendizagem a capacitação torna-se inócua.

A abordagem construtivista proposta por Piaget considera que todo aprendizado é um processo que passa por momentos de assimilação, ajuste e organização dos conhecimentos. No processo de conhecimento, coração e mente criam a realidade. Primeiro, o sujeito participante incorpora a experiência chamada de objeto, o novo conhecimento. No seu esquema mental, acomoda a mente ao objeto vivenciado, e, por último, integra essa nova experiência, como totalidade, ao seu campo mental e emocional, procurando coerência e auto-organizando a experiência. Por isso, o que conhecemos da sociedade representa apenas a nossa experiência na sociedade.

Com efeito, todo processo de aprendizagem depende desse dinamismo entre assimilação, ajuste e organização. Trata-se de um processo instável, mutante, porque a relação entre o objeto que é conhecido e o sujeito que conhece se revela como em redemoinhos subjetivos, que conformam padrões subjetivos de experiência. Assim, não há aprendizado perfeito, nem verdade absoluta, ou realidade objetiva, nem conhecimento último capaz de congelar o processo de aprender.

<sup>37</sup> Observa-se nesse sentido, Arturo Jordán, Carlos Osório, Guillermo Williamson, Pedro Tavares, Ricardo Ramos e Tania Zapata em *O que Entendemos por Capacitação*, Banco do Nordeste/ PNUD, Recife, 1998.

A teoria sociocultural sobre o desenvolvimento humano, proposta por Vygotsky, caracteriza-se, "por compreender os mecanismos psicológicos". Salienta que esses mecanismos são também chamados de processos mentais superiores, por isso são essencialmente humanos.<sup>38</sup>

Importa nessa teoria o conceito de "mediação enquanto processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação; a relação deixa, então, de ser direta e passa a ser mediada por esse elemento". Acrescenta ainda que "a mediação é um processo essencial para tornar possível atividades psicológicas voluntárias, intencionais e controladas pelo próprio indivíduo".<sup>39</sup>

Com o processo de mediação é que o homem irá relacionar-se com os outros homens e com o mundo. A mediação simbólica é que irá permitir o desenvolvimento das funções psicológicas humanas. *A relação do homem com o mundo é mediada por instrumentos materiais (ferramentas) e instrumentos psicológicos (signos e símbolos). Esses permitem que o homem aprimore as experiências elaboradas socialmente e lhe dão bases para a produção de novos conhecimentos.*<sup>40</sup>

Os elementos responsáveis pelo processo de mediação são os instrumentos e os signos, que têm a função de provocar mudanças nos objetos e nos processos da natureza. São ferramentas para a atividade externa do homem e que fazem a mediação entre o homem e o objeto de conhecimento para ampliar as possibilidades de transformação da natureza. Essas ferramentas são projetadas, feitas e adquiridas para um certo objetivo e irão carregar consigo a função para a qual foram

<sup>38</sup> L. S. Vygotsky, *A Formação Social da Mente*, Porto Alegre, Artes Médicas, 1988.

<sup>39</sup> Vilani M. Batista, citando M. K Oliveira, "Vygotsky - Aprendizado e Desenvolvimento: um processo Sócio-histórico", *Revista Eletrônica de Educação Paidéias@Idéias*, ed. nº 3 de 11 de janeiro de 2000.

<sup>40</sup> Vilani M. Batista, citando Oliveira, op. cit.

criadas. São também objetos sociais por mediar a relação entre o homem e o mundo.

Capacitar com essa deliberação do conhecimento como um instrumento de mediação entre os homens e entre estes e a natureza constitui proposta que converte as comunidades rurais em bases culturais conscientes, responsáveis e conseqüentes com a sustentabilidade do desenvolvimento.

O desequilíbrio no aprendizado só encontra estabilidade quando se reconhece o saber do outro, compartilhando o aprendido e simplificando-o em linguagem de comunicação de entendimento acessível. Com a comunicação estabelecida, transcende-se o desequilíbrio. É fundamental perceber a forma que toma o emocional desse saber comunicado no contato intersubjetivo entre o capacitador e o capacitado. Constitui ligação com a luz interior do outro, com gestos de abertura, com exemplos práticos e com palavras claras.<sup>41</sup>

É importante que os agricultores familiares aprendam e internalizem novos conhecimentos, que mudem atitudes, comportamentos e as práticas que reproduzem estados existenciais negativos. Isso supõe organizar o processo de capacitação em um ambiente cooperativo e solidário, no qual se aprende a aprender. O camponês e o trabalhador não aprendem o novo de forma passiva, sentados em uma cadeira de frente para o capacitador. Só se aprende em relacionamentos que estimulam a necessidade de aprender quando se trabalha com os outros, trocando habilidades e talentos. Aprende-se o que tem significado existencial, que motiva e entusiasma pelo sentido que tem.

Devem ser valorizados os métodos e as experiências do sujeito capacitado assim como a participação em tarefas reais, em simulações e em jogos pedagógicos estruturados para

<sup>41</sup> Verônica Moraes, Brasília, 2000.

reproduzir situações-problema que demandam a tomada de decisões inteligentes.<sup>42</sup> O que se aprende mais é a racionalidade da situação que se busca aprender, e menos os conteúdos. Se o ambiente no qual ocorre a capacitação é agradável, democrático, livre e alegre, há maior probabilidade de construir aprendizado.

Já as metodologias de capacitação formais, com comunicação unilateral de idéias externas e experiências alheias, operam feito invasão cultural na relação que separa os entendidos dos supostos ignorantes. O facilitador *detached* fecha-se ao envolvimento, em atitude que impede o fluir de energias emocionais em face do preconceito, resultando em estéreis empreendimentos.

### 13 - Uma pedagogia comunicativa e interativa

A capacitação deve apoiar-se em pedagogia que estimule a comunicação e estabeleça interação em diálogo aberto, crítico e criativo sobre a mutante realidade, problematizando-a como processo de ação - reflexão - para gerar mútuo aprendizado.

Esse aprendizado desperta a inteligência emocional nos participantes para maior compreensão do significado da vida. Essa é uma ação pedagógica que faz da aprendizagem um descobrir e uma aproximação à razão das coisas, em sintonia com as emoções que lhes dão energia, o que conduz a uma compreensão progressiva de significados.

Daí a importância de construir redes de comunicação e intercâmbio de saberes e experiências empregando a mesma linguagem e o mesmo código cultural. É possível fomentar redes de interaprendizagem nas comunidades nas quais cada participante seja responsável tanto por sua aprendizagem como pela do outro. Esse é um sistema barato, prático, e mesmo que insuficiente, recupera, valoriza, valida e enriquece o saber do

<sup>42</sup> Silveira, Mello e Gomes, Fase, Brasil, 1997.

mundo local ao aproveitar a criatividade inerente a valores, memórias, tradições, mitos, sonhos, ritos, saberes e filosofia. Constitui ganho em conhecimento da mesma forma que se constrói novos conhecimentos quando do encontro entre o saber científico e técnico e o saber popular.<sup>43</sup>

A confiança entre o capacitador e o capacitado muda comportamentos e atitudes e leva ao entendimento das relações durante a capacitação. Isso demanda um tempo de maturação, quando é urgente ampliar o número dos facilitadores que operem nessa linha de confiança. Como multiplicar o número de capacitadores que capacitam a outros facilitadores para o desenvolvimento do capital social?

<sup>43</sup> Ribamar e Eliane Furtado, *A Intervenção Participativa dos Atores, Uma Metodologia de Capacitação para o Desenvolvimento Sustentável*, IICA, Brasil, 2000.





Palácio Henrique de La Roque  
Av. Jerônimo de Albuquerque s/n, Calhau  
65.051-200, São Luís, MA



Comunidade Viva  
Rua do Giz, 249, Praia Grande, Centro  
65.010-680, São Luiz, MA



INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A  
AGRICULTURA - IICA

AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DO BRASIL ACT/BP

SHIS QI. 5 Bloco C - Comércio Local Brasília/DF 71.615-

Telefone: 61. 248.5477 e-mail: [iica@iica.org.br](mailto:iica@iica.org.br)